

Prosa *Poeteiro* Verso
Iba Mendes

Literatura



Lima Barreto
Crônica Completa



Iba Mendes
www.poeteiro.com

Lima Barreto

Crônicas Completas

Publicado originalmente sob o título de "Vida Urbana", em 1953.

Afonso Henriques de Lima Barreto
(1881 – 1922)

"Projeto Livro Livre"

Livro 88



Poeteiro Editor Digital
São Paulo - 2014
www.poeteiro.com



Projeto Livro Livre

O “Projeto Livro Livre” é uma iniciativa que propõe o compartilhamento, de forma livre e gratuita, de obras literárias já em domínio público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, especialmente o livro em seu formato Digital.

No Brasil, segundo a Lei nº 9.610, no seu artigo 41, os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento. O mesmo se observa em Portugal. Segundo o Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos, em seu capítulo IV e artigo 31º, o direito de autor caduca, na falta de disposição especial, 70 anos após a morte do criador intelectual, mesmo que a obra só tenha sido publicada ou divulgada postumamente.

O nosso Projeto, que tem por único e exclusivo objetivo colaborar em prol da divulgação do bom conhecimento na Internet, busca assim não violar nenhum direito autoral. Todavia, caso seja encontrado algum livro que, por alguma razão, esteja ferindo os direitos do autor, pedimos a gentileza que nos informe, a fim de que seja devidamente suprimido de nosso acervo.

Esperamos um dia, quem sabe, que as leis que regem os direitos do autor sejam repensadas e reformuladas, tornando a proteção da propriedade intelectual uma ferramenta para promover o conhecimento, em vez de um temível inibidor ao livre acesso aos bens culturais. Assim esperamos!

Até lá, daremos nossa pequena contribuição para o desenvolvimento da educação e da cultura, mediante o compartilhamento livre e gratuito de obras sob domínio público, como esta, do escritor brasileiro Lima Barreto: “*Crônicas Completas*”.

É isso!

Iba Mendes
iba@ibamendes.com

BIOGRAFIA

Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu no dia 13 de maio de 1881, no Rio de Janeiro, onde veio a falecer em 1 de novembro de 1922, o mesmo ano em que se iniciara a Semana de Arte Moderna.

Aos seis anos fica órfão de mãe. Com a responsabilidade de sustentar a família, abandona o curso de Engenharia que começara no ano de 1897, ingressando como amanuense na diretoria do expediente da Secretaria de Guerra. Contudo, sua principal atividade estava na Imprensa, onde colaborou durante toda sua vida, escrevendo contos, crônicas, ensaios etc.

Filhos de pais mestiços teve a vida marcada pelo preconceito de cor, fato este que influenciara grandemente sua obra. Em conseqüência de problema com o alcoolismo, deixou-se internar num manicômio, onde escreveu anotações e experiências pessoais postumamente publicadas sob o título “Cemitério dos Vivos”.

Estréia sua vida literária em 1908 com o romance “Recordações do Escrivão Isaías Caminha”. Escreveu, ainda as obras, entre outras: “Triste Fim de Policarpo Quaresma” (1915), “Numa e a Ninfa” (1915), “Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá” (1919), “Histórias e Sonhos” (1920), “Os Bruzundangas” (1922), “Bagatelas” (1923), “Clara dos Anjos” (1948).

Seu romance mais conhecido é “Triste Fim de Policarpo Quaresma”, adaptado para o cinema em 1998, com o título “Policarpo Quaresma, Herói do Brasil”, dirigido por Paulo Thiago.

Segundo análise do professor Antônio Cândido, em seu livro “Iniciação à Literatura Brasileira”: “Contrariando as normas preconizadas, a sua escrita é cursiva e a mais simples possível, buscando o ritmo coloquial, despreocupada da “pureza vernácula”, freqüentemente incorreta, parecendo desafiar intencionalmente a gramática. A sua tendência mais natural era o comentário jornalístico e a apresentação pitoresca de costumes, regidos pelo sarcasmo e dirigidos contra o pedantismo, a falsa ciência, as aparências hipócritas da ideologia oficial. Mas o bloco principal de sua obra é a narrativa, que deixa a impressão de esforço mal realizado, apesar da generosidade das posições. Nela se destaca o romance *O triste fim de Policarpo Quaresma* (1915), sátira quase trágica dos equívocos do patriotismo (muito invocado naquela fase inicial da República), onde conta a destruição de um inofensivo idealista pela realidade feia e mesquinha da política e dos fariseus.”

Iba Mendes

ÍNDICE

A mulher brasileira.....	1
Os nossos jornais.....	4
Os cortes	8
Quantos?	9
Não se zanguem.....	11
A polícia suburbana.....	12
A música.....	13
A propósito.....	14
O morcego.....	15
Pólvora e cocaína.....	17
Um exemplo.....	18
A lei	19
As esquinas	19
Com o binóculo	21
Conhecem?	22
O novo manifesto	23
O nosso secretário	25
As enchentes	26
E o tal balázio?	27
Ao Senhor Lucas do Prado	28
Os próprios nacionais	29
A volta	30
Não as matem	32
Não é possível	33
Um conselho	34
As manguinhas de fora	35
Os Exames.....	37
Um fato.....	37
A instrução pública	38
Contínuo	40
A Filomena.....	41
Carta de um pai de família ao doutor chefe de polícia	42
Quase doutor	44
Um entendido	46
Ontem e hoje	48
História macabra	49
País rico	50
Um jantar no júri	52
A gratidão do assírio Speaker	53
<i>Ex-homem</i>	54
Futura notícia	56
Exemplo a imitar	57
Uma lembrança	58

De forma que...	59
Os outros	60
Mais uma	62
Carta fechada - meu maravilhoso Senhor Zé Rufino	64
Sobre o desastre	66
A vaga da academia	68
O que é então?	70
Estudos brasileiros	72
Lavar a honra, matando?	73
No campo de agramante	74
Até que afinal!...	76
Cada raça tem um calino	77
Os matadores de mulheres	81
Padres e frades	82
As formigas e o prefeito	84
O franco	85
O clube de engenharia	87
Sobre o <i>football</i>	89
Velho apedidos e velhos anúncios	92
Como budistas...	96
O chefe político e o seu eleitor	98
Quereis encontrar marido? - Aprendei!...	102
A casa única	105
O edifício da cruz vermelha	109
No primor da elegância Speaker	112
Modas femininas e outras	115
A tal história da aniagem	117
Os correspondentes	119
Atribuições de um vendeiro	120
Uma partida de <i>football</i>	122
As vaporosas	123
Cuidado!!	124
No "mafuá" dos padres.....	125
Um "desafio" histórico.....	127
Casos do júri.....	129
Liga de defesa nacional.....	134
Linhas de tiro.....	136
Verdadeiro expoente.....	137
Coerência.....	138
Histórias de Niterói.....	141
Efeitos da lei valetudinária.....	143
Concurso para a cozinha.....	144
Novidades.....	146
Podem fazer?	147
Limites entre estados e municípios.....	148

Academia de Letras.....	150
O saldo	151
Qualquer serve	152
A política do distrito	154
O pai da idéia.....	155
Uma outra	156
Queixa de defunto	158
Os cachorros da “Barra”	160
Fala o corvo	162
Cavendish, na Guanabara	163
Mina de ferro e aço	165
Vantagem do <i>football</i>	167
O Conselho Municipal e a arte	168
Chapéus, etc.	171
O tal “dia”	172
Papel moeda	173
Uma anedota	174
Sobre a arte culinária	175
Carta aberta, ao jeito dos bilhetes de João do Rio	176
Mansão olímpica e os apedidos	177
A questão dos telefones	180
Mas...esses americanos...	182
Feiras livres	183
Alto comércio	184
Com o liró	185
A revolta do mar	187
Ânsia do mar	188
Medidas de emergência	189
O conde e o visconde; dois generosos	190
Botafogo e os pró-homens	194
A pescaria	195
Vejam só	196
Declaração necessária (o caso dos 250 contos)	197
Estupendo melhoramento	198
A lógica do maluco	199
O fabricante de diamantes	201
O pré-carnaval	204
Carnaval e a eleição do “bambã”	206
Paulino e o “mafuá”	208
Bilhete	208
Transatlantismo	209
O nosso feminismo	210
O nosso esporte	213
Este sujeito	214

A MULHER BRASILEIRA

É de uso que, nas sobremesas, se façam brindes em honra ao aniversariante, ao par que se casa, ao infante que recebeu as águas lustrais do batismo, conforme se tratar de um natalício, de um casamento ou batizado. Mas, como a sobremesa é a parte do jantar que predispõe os comensais a discussões filosóficas e morais, quase sempre, nos festins familiares, em vez de se trocarem idéias sobre a imortalidade da alma ou o adultério, como observam os *Goncourts*, ao primeiro brinde se segue outro em honra à mulher, à mulher brasileira.

Todos estão vendo um homenzinho de *pince-nez*, testa sungada, metido numas roupas de circunstâncias, levantar-se lá do fim da mesa; e, com uma mão ao cálice, meio suspenso, e a outra na borda do móvel, pesado de pratos sujos, compoteiras de doce, guardanapos, talheres e o resto – dizer: “Peço a palavra”; e começar logo: “Minhas senhoras, meus senhores”. As conversas cessam; da Lili deixa de contar a da Vivi a história do seu último namoro; todos se aprumam nas cadeiras; o homem tosse e entra em matéria: “A mulher, esse ente sublime...” E vai por aí, escachoando imagens do Orador Familiar, e fazendo citações de outros que nunca leu, exaltando as qualidades da mulher brasileira, quer como mãe, quer como esposa, quer como filha, quer como irmã.

A enumeração não foi completa; é que o meio não lhe permitia completá-la.

É uma cena que se repete em todos os festivos ágapes familiares, às vezes mesmo nos de alto bordo.

Haverá mesmo razão para tantos gabos? Os oradores terão razão? Vale a pena examinar.

Não direi que, como mães, as nossas mulheres não mereçam esses gabos; mas isso não é propriedade exclusiva delas e todas as mulheres, desde as esquimós até às australianas, são merecedoras dele. Fora daí, o orador estará com a verdade?

Lendo há dias as Memórias, de mme d'Épinay, tive ocasião de mais uma vez constatar a floração de mulheres superiores naquele extraordinário século XVIII francês.

Não é preciso ir além dele para verificar a grande influência que a mulher francesa tem tido na marcha das idéias de sua pátria.

Basta-nos, para isso, aquele maravilhoso século, onde não só há aquelas que se citam a cada passo, como essa mme d'Épinay, amiga de Grimm, de Diderot,

protetora de Rousseau, a quem alojou na famosa Ermitage, para sempre célebre na história das letras; e mme du Deffant, que, se não me falha a memória, custeou a impressão do Espírito das Leis. Não são unicamente essas. Há mesmo um pululamento de mulheres superiores que influem, animam, encaminham homens superiores do seu tempo. A todo o momento, nas memórias, correspondências e confissões, são apontadas; elas se misturam nas intrigas literárias, seguem os debates filosóficos.

É uma mme de Houdetot; é uma Marechala de Luxemburgo; e até, no fundo da Sabóia, na doce casa de campo de Charmettes, há uma mme de Warens que recebe, educa e ama um pobre rapaz maltrapilho, de quem ela faz mais tarde Jean Jacques Rousseau.

E foi por ler mme d'Épinay e recordar outras leituras, que me veio pensar nos calorosos elogios dos oradores de sobremesas à mulher brasileira. Onde é que se viram no Brasil, essa influência, esse apoio, essa animação das mulheres aos seus homens superiores?

É raro; e todos que o foram, não tiveram com suas esposas, com suas irmãs, com suas mães, essa comunhão nas idéias e nos anseios, que tanto animam, que tantas vantagens trazem ao trabalho intelectual.

Por uma questão qualquer, Diderot escreve uma carta a Rousseau que o faz sofrer; e logo este se dirige a mme d'Épinay, dizendo: "Se eu vos pudesse ver um momento e chorar, como seria aliviado!" Onde é que se viu aqui esse amparo, esse domínio, esse ascendente de uma mulher; e, entretanto, ela não era nem sua esposa, nem sua mãe, nem sua irmã, nem mesmo sua amante!

Como que adoça, como que tira as asperezas e as brutalidades, próprias ao nosso sexo, essa influência feminina nas letras e nas artes.

Entre nós, ela não se verifica e parece que aquilo que os nossos trabalhos intelectuais têm de descompassado, de falta de progressão e harmonia, de pobreza de uma alta compreensão da vida, de revolta clara e latente, de falta de serenidade vem daí.

Não há num Raul Pompéia influência da mulher; e cito só esse exemplo que vale por legião. Se houvesse, quem sabe se as suas qualidades intrínsecas de pensador e de artista não nos poderia ter dado uma obra mais humana, mais ampla, menos atormentada, fluindo mais suavemente por entre as belezas da vida?

Como se sente bem a intimidade espiritual, perfeitamente espiritual, que há entre Balzac e a sua terna irmã, Laura Sanille, quando aquele lhe escreve, numa

hora de dúvida angustiosa dos seus tenebrosos anos de aprendizagem: “Laura, Laura, meus dois únicos desejos, ‘ser célebre e ser amado’, serão algum dia satisfeitos?” Há disso aqui?

Se nas obras dos nossos poetas e pensadores, passa uma alusão dessa ordem, sentimos que a coisa não é perfeitamente exata, e antes o poeta quer criar uma ilusão necessária do que exprimir uma convicção bem estabelecida. Seria melhor talvez dizer que a comunhão espiritual, que a penetração de idéias não se dá; o poeta força as entradas que resistem tenazmente.

É com desespero que verifico isso, mas que se há de fazer? É preciso ser honesto, pelo menos de pensamento...

É verdade que os homens de inteligência vivem separados do país; mas se há uma pequena minoria que os segue e acompanha, devia haver uma de mulheres que fizesse o mesmo.

Até como mães, a nossa não é assim tão digna dos elogios dos oradores inflamados. A sagacidade e agilidade de espírito fazem-lhes falta completamente para penetrar na alma dos filhos; as ternuras e os beijos são estranhos às almas de cada um. Sonho do filho não é percebido pela mãe; e ambos, separados, marcham no mundo ideal. Todas elas são como aquela de que fala Michelet: “Não se sabe o que tem esse menino”. ‘Minha Senhora, eu sei: ele nunca foi beijado’.

Basta observar a maneira de se tratarem. Em geral, há jeitos cerimoniais, escolhas de frases, ocultações de pensamentos; o filho não se anima nunca a dizer francamente o que sofre ou o que deseja e a mãe não o provoca a dizer.

Sem sair daqui, na rua, no bonde, na barca, poderemos ver a maneira verdadeiramente familiar, íntima, sem morgue nem medo, com que as mães inglesas, francesas e portuguesas tratam os filhos e estas a elas. Não há sombra de timidez e de terror; não há o “senhora” respeitável; é “tu”, é “você.”

As vantagens disso são evidentes. A criança habitua-se àquela confidente; faz-se homem e, nas crises morais e de consciência, tem onde vazar com confiança as suas dores, diminuí-las, portanto, afastá-las muito, porque dor confessada é já meia dor e tortura menos. A alegria de viver vem e o sorumbatismo, o mazombo, a melancolia, o pessimismo e a fuga do real vão-se.

Repito: não há tenção de fazer uma mercurial desta crônica; estou a exprimir observações que julgo exatas e constato com raro desgosto. Antes, o meu maior desejo seria dizer das minhas patrícias, aquilo que Bourget disse da missão de mme Taine, junto a seu grande marido, isto é, que elas têm cercado e cercam o

trabalho intelectual de seus maridos, filhos ou irmãos de uma atmosfera na qual eles se movem tão livremente como se estivessem sós, e onde não estão de fato sós.

Foi, portanto, combinando a leitura de uma mulher ilustre com a recordação de um caso corriqueiro da nossa vida familiar que consegui escrever estas linhas. A associação é inesperada; mas não há do que nos surpreender com as associações de idéias.

Gazeta da Tarde, Rio, 27-4-1911

OS NOSSOS JORNAIS

Na Câmara (houve um jornal que registrasse a frase) o senhor Jaurès observou que os nossos jornais eram pobres no tocante a informações da vida do estrangeiro. Afora os telegramas lacônicos naturalmente, ele não encontrava nada que o satisfizesse.

Jaurès não disse que fosse esse o único defeito dos nossos jornais; quis tão somente mostrar um deles.

Se ele quisesse demorar no exame, diretor de um grande jornal, como é e, habituado à grande imprensa do velho mundo, havia de apresentar muitos outros.

Mesmo quem não é diretor de um jornal parisiense e não está habituado à imprensa européia, pode, do pé para as mãos, indicar muitos.

Os nossos jornais diários têm de mais e têm de menos; têm lacunas e demasias.

Uma grande parte deles é ocupada com insignificantes notícias oficiais.

Há longas seções sobre exército, marinha, estradas de ferro, alfândega, etc. de nenhum interesse, ou melhor, se há nelas interesse, toca a um número tão restrito de leitores que não vale a pena sacrificar os outros, mantendo-as.

Que me importa a mim saber quem é o conferente do armazém K? Um jornal que tem dez mil leitores, unicamente para atender ao interesse de meia dúzia, deve estar a publicar que foram concedidos passes à filha do bagageiro X? Decerto, não. Quem quer saber essas coisas, dirija-se às publicações oficiais ou vá à repartição competente, informar-se.

A reportagem de ministérios é de uma indigência desoladora. Não há mais nada que extratos do expediente; e o que se devia esperar de propriamente reportagem, isto é, descoberta de atos premeditados, de medidas em que os governantes estejam pensando, enfim, antecipações ao próprio diário do senhor Calino, não se encontra.

Demais, não está aí só, o emprego inútil que os nossos jornais fazem de um espaço precioso. Há mais ainda. Há os idiotas “binóculos”. Longe de mim o pensamento de estender o adjetivo da seção aos autores. Sei bem que alguns deles que o não são; mas a coisa o é, talvez com plena intenção dos seus criadores. Mas... continuemos. Não se compreende que um jornal de uma grande cidade esteja a ensinar às damas e aos cavalheiros como devem trazer as luvas, como devem cumprimentar e outras futilidades. Se há entre nós sociedade, as damas e cavalheiros devem saber estas coisas e quem não sabe faça como M. Jourdain: tome professores. Não há de ser com preceitos escorridos diariamente, sem ordem, nem nexos – que um acanhado fazendeiro há de se improvisar em Caxangá. Se o matuto quer imiscuir-se na sociedade que tem para romancista o psiquiatra Afrânio, procure professores de boas maneiras, e não os há de faltar. Estou quase a indicar o próprio Figueiredo, o Caxangá ou o meu amigo Marques Pinheiro e talvez o Bueno, se ele não andasse agora metido em coisas acadêmicas.

De resto, esses binóculos, gritando bem alto elementares preceitos de civilidade, nos envergonham. Que dirão os estrangeiros, vendo, pelos nossos jornais, que não sabemos abotoar um sapato? Não há de ser bem; e o senhor Gastão da Cunha, o Chamfort oral que nos chegou do Paraguai e vai para a Dinamarca, deve examinar bem esse aspecto da questão, já que se zangou tanto com o interessante Afrânio, por ter dito, diante de estrangeiros, na sua recepção na Academia, um punhado de verdades amargas sobre a diligência de Canudos.

Existe, a tomar espaço nos nossos jornais, uma outra bobagem. Além desses binóculos, há uns tais diários sociais, vidas sociais, etc. Em alguns tomam colunas, e, às vezes, páginas. Aqui nesta Gazeta, ocupa, quase sempre duas e três.

Mas, isso é querer empregar espaço em pura perda. Tipos ricos e pobres, néscios e sábios, julgam que as suas festas íntimas ou os seus lutos têm um grande interesse para todo o mundo. Sei bem o que é que se visa com isso: agradar, captar o níquel, com esse meio infalível: o nome no jornal.

Mas, para serem lógicos com eles mesmo, os jornais deviam transformar-se em registros de nomes próprios, pois só os pondo aos milheiros é que teriam uma

venda compensadora. A coisa devia ser paga e estou certo que os tais diários não desapareceriam.

Além disso, os nossos jornais ainda dão muita importância aos fatos policiais. Dias há que parecem uma *morgue*, tal é o número de fotografias de cadáveres que estampam; e não ocorre um incêndio vagabundo que não mereça as famosas três colunas – padrão de reportagem inteligente. Não são bem “Gazetas” dos Tribunais, mas, já são um pouco Gazetas do Crime e muito Gazetas Policiais.

A não ser isso, eles desprezam tudo o mais que forma a base da grande imprensa estrangeira. Não há as informações internacionais, não há os furos sensacionais na política, nas letras e na administração. A colaboração é uma miséria.

Excetuando A Imprensa, que tem a sua frente o grande espírito de Alcindo Guanabara, e um pouco O Pau, os nossos jornais da manhã nada têm que se ler. Quando excetuei esses dois, decerto, punha hors-concours o velho Jornal do Comércio; e dos dois, talvez, só a Imprensa seja exceção, porque a colaboração de *O Paiz* é obtida entre autores portugueses, fato que pouco deve interessar à nossa atividade literária.

A Gazeta (quem te viu e quem te vê) só merece ser aqui falada porque seria injusto esquecer o Raul Manso. Mas, está tão só! E não se diga que eles não ganham dinheiro e, tanto ganham que os seus diretores vivem na Europa ou levam no Rio trem de vida nababesco.

É que, em geral, não querem pagar a colaboração; e, quando a pagam, fazem-no forçados por empenhos, ou obrigados pela necessidade de agradar a colônia portuguesa, em se tratando de escritores lusos.

E por falar nisso, vale a pena lembrar o que são as correspondências portuguesas para os nossos jornais. Não se encontram nelas indicações sobre a vida política, mental ou social de Portugal; mas, não será surpresa ver-se nelas notícias edificantes como esta: “A vaca do Zé das Amêndoas, pariu ontem uma novilha”; “o Manuel das Abelhas foi, trasanteontem, mordido por um enxame de vespas”.

As dos outros países não são assim tão pitorescas; mas chegam, quando as há, pelo laconismo, a parecer telegrafia.

Então o inefável Xavier de Carvalho é mestre na coisa, desde que não se trate de festas da famosa *Societé d’Études Portugaises!*

Os jornais da tarde não são lá muito melhores. A Notícia faz repousar o interesse da sua leitura na insipidez dos Pequenos Ecos e na graça – gênero Moça de Família do amável Antônio. Unicamente o Jornal do Comércio e esta Gazeta procuram sair fora do molde comum, graças ao alto descortino do Félix e a experiência jornalística do Vítor.

Seria tolice exigir que os jornais fossem revistas literárias, mas, isto de jornal sem folhetins, sem crônicas, sem artigos, sem comentários, sem informações, sem curiosidades, não se compreende absolutamente.

São tão baldos de informações que, por eles, nenhum de nós tem a mais ligeira notícia da vida dos Estados. Continua do lado de fora o velho Jornal do Comércio.

Coisas da própria vida da cidade não são tratadas convenientemente. Em matéria de tribunais, são de uma parcimônia desdenhosa. O júri, por exemplo, que, nas mãos de um jornalista hábil, podia dar uma seção interessante, por ser tão grotesco, tão característico e inédito, nem mesmo nos seus dias solenes é tratado com habilidade.

Há alguns que têm o luxo de uma crônica judiciária, mas, o escrito sai tão profundamente jurista que não pode interessar os profanos. Quem conhece as crônicas judiciárias de Henri de Varennes, no Figaro, tem pena que não apareça um discípulo dele nos nossos jornais.

Aos apanhados dos debates da Câmara e do Senado podia dar-se mais cor e fisionomia, os aspectos e as particularidades do recinto e dependências não deviam ser abandonados.

Há muito que suprimir nos nossos jornais e há muito que criar. O senhor Jaurès mostrou um dos defeitos dos nossos jornais e eu pretendi indicar alguns. Não estou certo de que, suprimidos eles, os jornais possam ter a venda decuplicada. O povo é conservador, mas não foi nunca contando com a adesão imediata do povo que se fizeram revoluções.

Não aconselho a ninguém que faça uma transformação no nosso jornalismo. Talvez fosse mal sucedido e talvez fosse bem, como foi Ferreira de Araújo, quando fundou, há quase quarenta anos, a Gazeta de Notícias. Se pudesse, tentava; mas como não posso, limito-me a clamar, a criticar.

Fico aqui e vou ler os jornais. Cá tenho o Binóculo, que me aconselha a usar o chapéu na cabeça e as botas nos pés. Continuo a leitura. A famosa seção não abandona os conselhos. Tenho mais este: as damas não devem vir com *toilettes* luxuosas para a Rua do Ouvidor. Engraçado esse Binóculo! Não quer *toilettes*

luxuosas nas ruas, mas ao mesmo tempo descreve essas *toilettes*. Se elas não fossem luxuosas haveria margem para as descrições? O Binóculo não é lá muito lógico...

Bem. Tomo outro. É o Correio da Manhã. Temos aqui uma seção interessante: “O que vai pelo mundo”. Vou ter notícias da França, do Japão, da África do Sul, penso eu. Leio de fio a pavio. Qual nada! O mundo aí é Portugal só e unicamente Portugal. Com certeza, foi a república recentemente proclamada, que o fez crescer tanto. Bendita república!

Fez mais que o Albuquerque terrível e Castro forte e outros em quem poder não teve a morte.

Gazeta da Tarde, Rio, 20-10-1911.

OS CORTES

Nos momentos em que a pátria fica a níqueis, a Câmara e o Senado, isto é, os senhores senadores e os senhores deputados, lembram-se logo de diminuir o número de funcionários públicos.

Não digo que se não possa fazê-lo; a tal respeito, não tenho opinião.

Diminuí-los ou não, mesmo que eu entre no corte, é para mim absolutamente indiferente.

Noto, porém, que as duas casas do congresso não se lembram, de forma alguma, do que se passa nelas.

Toda a gente sabe que a Câmara e o Senado, têm cada qual uma secretaria, um serviço de redação de debates, uma legião de auxiliares, de contínuos e serventes, e que esse cardume de empregos aumenta de ano para ano. Porque o congresso não começa cortando nas respectivas secretarias, para dar exemplo?

Nesse ponto não se toca, não se diz nada e os empregados do executivo são os mais culpados do déficit.

É uma verdadeira injustiça, tanto mais que os funcionários da Câmara e do Senado têm, quase sempre, além de bons ordenados legais, consideráveis gratificações, sob este ou aquele pretexto.

O povo diz que macaco não olha para o seu rabo; os parlamentares só olham para os dos outros.

Não se lembram que, de quando em quando, vão criando lugares nas suas secretarias, absolutamente desnecessários, tão-somente para atender a impulsos de coração.

Homo sum...

Certamente os senhores devem saber que, antigamente, os atuais diretores de secretarias eram chamados oficiais-maiores.

Pois bem: a Câmara tem na sua secretaria um diretor, um vice-diretor ou dois, e um oficial-maior.

Não é fácil mostrar assim o rol de empregados em duplicata ou triplicata que há por lá. Os regulamentos não falam claro; é preciso combiná-los com indicações, com autorizações camarárias e é trabalho que sempre reputei e reputo enfadonho.

O Diário Oficial foi feito para não ser lido e o congresso não tem mais direitos a melhores atenções.

A observação ai fica, e, enquanto ela quiser imitar qualquer das famosas “secretarias da comissão tal” legisladores extra-constitucionais e sobremodo impertigados nas suas funções, penso, dizia, que os abnegados pais da pátria devem meditar sobre o fato.

Não é só o poder executivo o grande plantador de sinecuras; o legislativo colabora na plantação, na colheita; e, na sua própria seara faz das suas.

Cá e lá, más fadas há; e não é a última vez que torto ri-se do aleijado.

Correio da Noite, Rio, 14-12-1914.

QUANTOS?

Os nossos financeiros do congresso, ou fora dele, são deveras interessantes. Tateiam, hesitam, andam às apalpadelas, nos casos que mais precisam de decisão.

Resolveram eles, para salvar a Pátria, que anda a níqueis, que os empregados públicos fossem tributados de maneira mais ou menos forte.

Nada mais justo. Como já tive ocasião de dizer, é razoável que a Pátria “pronta”, “morda” os seus filhos “prontos”; e eu, que estou em causa, não protesto absolutamente.

Estou cordialmente disposto a contribuir com os meus “caraminguaus” para a salvação do país mais rico do mundo. Agora, uma coisa, caros senhores legisladores: quanto tenho de pagar?

Uma hora dizem: dez por cento. Faço os meus cálculos e digo de mim para mim: suporto.

E voto porque nos cortem certas despesas suntuárias, como o governo anda a cortar a dos automóveis.

Vem, porém, um outro “salvador” e diz: você, “Seu” Barreto, vai pagar unicamente cinco por cento.

Tomo a respiração, vou para casa e abençôo o congresso: homens sérios!

Viram bem que dez por cento era muita coisa!

Não confesso a minha alegria à mulher e aos filhos, porque os não tenho, mas canto a satisfação pelas ruas, embora os transeuntes me tomem por louco.

Ainda bem não dou largas à minha alegria, quando chega um outro e propõe: você deve ser descontado em doze por cento.

Ora bolas! Isto também é demais! Então eu sou o holandês que paga o mal que não fez?

Não é possível que os senhores legisladores pensem que posso assim ser esfolado, sem mais nem menos; e os meus vencimentos estejam assim dispostos a serem diminuídos, conforme a fantasia de cada um.

Entro na subscrição para manter o Ministério da Agricultura, mas de conformidade com as minhas posses. Notem bem.

Se ele precisa de tanto dinheiro, nada mais razoável do que apelar para o visconde de Moraes, o *Gaffrée* ou mesmo para o Rocha Alazão, que, em tais coisas de “facadas” é mestre consumado, respeitado e admirado por todos,

porquanto – confessemos aqui entre amigos – quem não deu a sua “facadinha”?

Correio da Noite, Rio, 18-12-1914.

NÃO SE ZANGUEM

A cartomancia entrou decididamente na vida nacional. Os anúncios dos jornais todos os dias proclamam aos quatro ventos as virtudes miríficas das pitonisas.

Não tenho absolutamente nenhuma ojeriza pelas adivinhas; acho até que são bastante úteis, pois mantêm e sustentam no nosso espírito essa coisa que é mais necessária à nossa vida que o próprio pão: a ilusão.

Noto, porém, que no arraial dessa gente que lida com o destino, reina a discórdia, tal e qual no campo de Agramante.

A política, que sempre foi a inspiradora de azedas polêmicas, deixou um instante de sê-lo e passou a vara à cartomancia.

Duas senhoras, ambas ultravidentes, extralúcidas e não sei que mais, aborreceram-se e anda uma delas a dizer da outra cobras e lagartos.

Como se pode compreender que duas sacerdotisas do invisível não se entendam. e dêem ao público esse espetáculo de brigas tão pouco próprio a quem recebeu dos altos poderes celestiais virtudes excepcionais?

A posse de tais virtudes devia dar-lhes uma mansuetude, uma tolerância, um abandono dos interesses terrestres, de forma a impedir que o azedume fosse logo abafado nas suas almas extraordinárias e não rebentasse em disputas quase sangrentas.

Uma cisão, uma cisma nessa velha religião de adivinhar o futuro, é fato por demais grave e pode ter consequências desastrosas.

Suponham que F. tenta saber da cartomante X se coisa essencial à sua vida vai dar-se e a cartomante, que é dissidente da ortodoxia, por pirraça diz que não.

O pobre homem aborrece-se, vai para casa de mau humor e é capaz de suicidar-se.

O melhor, para o interesse dessa nossa pobre humanidade, sempre necessitada de ilusões, venham de onde vier, é que as nossas cartomantes vivam em paz e se entendam para nos ditar bons horóscopos.

Correio da Noite, Rio, 26-12-1914.

A POLÍCIA SUBURBANA

Noticiam os jornais que um delegado inspecionando, durante uma noite destas, algumas delegacias suburbanas, encontrou-as às moscas, comissários a dormir e soldados a sonhar.

Dizem mesmo que o delegado-inspetor surripou objetos para pôr mais à mostra o descaso dos seus subordinados.

Os jornais, com aquele seu louvável bom senso de sempre, aproveitaram a oportunidade para reforçar as suas reclamações contra a falta de policiamento nos subúrbios.

Leio sempre essas reclamações e pasmo. Moro nos subúrbios há muitos anos e tenho o hábito de ir para a casa alta noite.

Uma vez ou outra encontro um vigilante noturno, um policial e muito poucas vezes é-me dado ler notícias de crimes nas ruas que atravesso.

A impressão que tenho é de que a vida e a propriedade daquelas paragens estão entregues aos bons sentimentos dos outros e que os pequenos furtos de galinhas e coradouros não exigem um aparelho custoso de patrulhas e apitos.

Aquilo lá vai muito bem, todos se entendem livremente e o Estado não precisa intervir corretivamente para fazer respeitar a propriedade alheia.

Penso mesmo que, se as coisas não se passassem assim, os vigilantes, obrigados a mostrar serviço, procurariam meios e modos de efetuar detenções e os notívagos, como eu, ou os pobres-diabos que lá procuram dormida, seriam incomodados, com pouco proveito para a lei e para o Estado.

Os policiais suburbanos têm toda a razão. Devem continuar a dormir. Eles, aos poucos, graças ao calejamento do ofício, se convenceram de que a polícia é inútil.

Ainda bem.

A MÚSICA

Pouco entendo de semelhante arte, mas quero mostrar uma pequena observação que venho fazendo de há muito.

Os jornais... Eu gosto dos jornais para justificar as minhas observações. Os jornais, dizia, desmancham-se em elogios, em retratos, em gabos, por ocasião de um concerto ou, pelo fim do ano, quando se realizam os exames do Instituto de Música, a tais ou quais cantoras, pianistas, violinistas, harpistas, pistonistas, flautistas, etc.

Eu leio os elogios e fico convencido de que a arte musical vai num progresso doido entre nós.

E a manifestação estética que mais revelações apresenta é aquela que mais se afirma entre nós.

Porque, em se tratando de pintores, que aparecem com seus quadros, em exposições públicas, não são os elogios assim, tão constantes e seguidos.

Mesmo no que toca às letras, os quotidianos são sempre parcos em gabos e clichês de imortalidade.

Porque, então, o são tanto para a música?

É difícil de explicar, tanto mais que a criação musical, as obras, não aparece.

Não se diga que tal coisa sempre se deu.

As crônicas registram obras de alguns homens notáveis e as poucas que hoje aparecem são de homens.

A música está atualmente, entre nós, entregue às moças; ficou sendo um atavio, um adorno mundano e vai perdendo aos poucos o que possa haver nela de profundo e importante para o nosso destino.

As mulheres são extraordinariamente aptas para essas coisas de reprodução, de execução, de exames, de concursos; mas quando se trata de criação, de invenção, de ousadia intelectual, fraqueiam.

Um autor, Abel France, num estudo, O indivíduo e os diplomas, explanou muito bem essa capacidade das mulheres e mostrou que a continuar esse nosso sistema chinês de exames e concursos, combinando com a emancipação feminina, todos os cargos ficariam nas mãos das mulheres e o progresso intelectual estagiaria.

Sei bem que há exceção, mas todas elas estão fora da música.

Os grandes músicos têm sido sempre homens e se não temos músicos equivalentes aos escritores e pintores que possuímos, é porque de uns tempos a esta parte a música ficou sendo, entre nós, arte de moças que querem casar, ou de outras que querem ganhar muito dinheiro ensinando aqui e ali.

Correia da Noite, Rio, 30-12-1914.

A PROPÓSITO

Continuam a proliferar as chamadas “revistas de ano” e continuam também a ser aclamadas e gabadas em todos os tons.

Se elas são procuradas, se os teatros que as representam se enchem, é porque o povo as aprecia.

Não há razão, portanto, para essa grita, essas reclamações, essas petições lamurientas com que andam os nossos atores a pedir aos poderes públicos que lhes venham em auxílio.

O problema está remediado, não é preciso intervenção do Estado, municipal ou federal, para salvá-los, para protegê-los. Tudo está em fabricar “revistas” e representá-las, para que os teatros se encham, os atores ganhem dinheiro e as atrizes façam vibrar as platéias.

O governo não precisa meter-se no caso e a resolução do problema está entregue a iniciativa particular.

De resto, não me parece curial que o Estado vá subvencionar um teatro que só é capaz de produzir, de representar e de atrair o público quando põe em cena revistas.

O povo não quer outro gênero, o povo não gosta de outra coisa, pois que o povo goze, se emocione com seu gênero predileto.

O governo não tem mais nada que se intrometer; e é entregar o teatro com o povo, com os atores e os famosos autores de revistas às pernadas e couplets “do preto no branco”.

O mais é malhar em ferro frio, não se obtendo coisa alguma.

O teatro com pretensões artísticas definitivamente morreu entre nós, a menos que queiramos esperar pela lenta evolução para refinamento das peças do Circo Spinelli.

Insistir em esperar que a ação do governo mude de orientação o gosto da multidão, é uma ingenuidade de pasmar.

Se ele só vai espontaneamente às várias “urucabacas” que se representam por aí, não irá às peças do senhor Pinto da Rocha nem que os subdelegados, suplentes, inspetores, guardas civis, soldados, agentes, secretas, encostados obriguem-no.

Convém pôr de lado essa esperança de milagre do governo em matéria de teatro.

O governo é o Deus menos milagroso que há e, quando faz milagres, pesa sobremodo nas nossas algibeiras.

Não vale a pena que ele nos tire mais alguns níqueis das nossas algibeiras, para representar diante das cadeiras vazias do Municipal peças de cavalheiros mais ou menos bem relacionados na nossa melhor sociedade.

Se querem exhibir a sua dramaturgia que o façam nas salas dos magnatas e ricos de Botafogo e Laranjeiras.

Correio da Noite, Rio, 12-1-1915.

O MORCEGO

O carnaval é a expressão da nossa alegria. O ruído, o barulho, o tantã espancam a tristeza que há nas nossas almas, atordoam-nos e nos enche de prazer.

Todos nós vivemos para o carnaval. Criadas, patroas, doutores, soldados, todos pensamos o ano inteiro na folia carnavalesca.

O zabumba é que nos tira do espírito as graves preocupações da nossa árdua vida.

O pensamento do Sol inclemente só é afastado pelo regougar de um qualquer laiá me deixe.

Há para esse culto do carnaval sacerdotes abnegados.

O mais espontâneo, o mais desinteressado, o mais lídimo é certamente o Morcego.

Durante o ano todo, Morcego é um grave oficial da Diretoria dos Correios, mas, ao aproximar-se o carnaval, Morcego sai de sua gravidade burocrática, atira a máscara fora e sai para a rua.

A fantasia é exuberante e vária, e manifesta-se na modinha, no vestuário, nas bengalas, nos sapatos e nos cintos.

E então ele esquece tudo: a pátria, a família, a humanidade. Delicioso esquecimento!... Esquece e vende, dá, prodigaliza alegria durante dias seguidos.

Nas festas da passagem do ano, o herói foi o Morcego.

Passou dois dias dizendo pilhérias aqui, pagando ali; cantando acolá, sempre inédito, sempre novo, sem que as suas dependências com o Estado se manifestassem de qualquer forma.

Ele então não era mais a disciplina, a correção, a lei, o regulamento; era o coribante inebriado pela alegria de viver. *Evoé, Bacelar!*

Essa nossa triste vida, em país tão triste, precisa desses videntes de satisfação e de prazer; e a irreverência da sua alegria, a energia e atividade que põem em realizá-la, fazem vibrar as massas panurgianas dos respeitadores dos preconceitos.

Morcego é uma figura e uma instituição que protesta contra o formalismo, a convenção e as atitudes graves.

Eu o bendisse, amei-o, lembrando-me das sentenças falsamente proféticas do sanguinário positivismo do senhor Teixeira Mendes.

A vida não se acabará na caserna positivista enquanto os “morcegos” tiverem alegria...

PÓLVORA E COCAÍNA

Já houve quem dissesse por aí que o Rio de Janeiro é a cidade das explosões.

Na verdade, não há semana em que os jornais não registrem uma aqui e ali, na parte rural.

A idéia que se faz do Rio é de que é ele um vasto paiol, e vivemos sempre ameaçados de ir pelos ares, como se estivéssemos a bordo de um navio de guerra, ou habitando uma fortaleza cheia de explosivos terríveis.

Certamente que essa pólvora terá toda ela emprego útil; mas, se ela é indispensável para certos fins industriais, convinha que se averiguassem bem as causas das explosões, se são acidentais ou propositais, a fim de que fossem removidas na medida do possível.

Isto, porém, é que não se tem dado e creio que até hoje não têm as autoridades chegado a resultados positivos.

Entretanto, é sabido que certas pólvoras, submetidas a dadas condições, explodem espontaneamente e tem sido essa a explicação para uma série de acidentes bastante dolorosos, a começar pelo do Maine, na baía de Havana, sem esquecer também o do Aquidabã.

Noticiam os jornais que o governo vende, quando avariada, grande quantidade dessas pólvoras.

Tudo está a indicar que o primeiro cuidado do governo devia ser não entregar a particulares tão perigosas pólvoras, que explodem assim sem mais nem menos, pondo pacíficas vidas em constante perigo.

Creio que o governo não é assim um negociante ganancioso que vende gêneros que possam trazer a destruição de vidas preciosas; e creio que não é, porquanto anda sempre zangado com os farmacêuticos que vendem cocaína aos suicidas.

Há sempre no Estado curiosas contradições.

UM EXEMPLO

Ontem, véspera de Reis, encontrei na avenida o meu velho amigo doutor Honório Menelique.

Todo o Rio conhece, pelas notícias dos jornais, o Centro Cívico Sete de Setembro, mas poucos sabem que o centro é criação do esforço constante de Menelique, é a sua idéia, é o seu amor.

Os maldosos poderão julgar levemente que se trata de uma sociedade de festejos e bajulação a pessoas poderosas e influentes. Julgarão mal. Menelique crê na instrução, quer propagá-la, deseja transformar os seus cursos que o centro mantém em aulas profissionais, onde as crianças pobres e sem arrimo se eduquem, aprendam um ofício, de forma a poderem levar o fardo da vida com mais facilidade. Para realizar o seu ideal é preciso fazer o centro conhecido, preocupando a cidade; e, já que não temos milionários generosos que auxiliem os nossos *Brooks Washingtons*, ele emprega processos adequados.

Conhecendo o nosso meio, Menelique age de acordo com ele, procede de acordo com os seus gostos e vai mansamente realizando os seus projetos.

É um esforçado e abnegado que trocou as comodidades de primeiro escriturário da alfândega, pelas agruras de diretor de uma instituição, frequentada por mais de trezentas crianças, sem receber dos poderes públicos a menor subvenção pecuniária.

Ele me falou largamente dos seus projetos futuros, da criação de uma sucursal dos cursos do centro, fora da cidade, em que pudesse criar oficinas amplas, iluminadas, higiênicas, em que os seus discípulos pudessem adestrar-se nos vários misteres e ofícios.

Lembramos que se podia estender mais o seu já vasto plano, criando a aprendizagem agrícola, encaminhando atividades para a agricultura, inculcando nos espíritos o amor pela terra, de onde se pode tirar meios de vida com auxílio de processos racionais e aperfeiçoados.

Admirei Menelique, a sua constância, a sua tenacidade, o seu *esprit de suit*, qualidades de caráter tão diferentes das que estamos habituados a encontrar nos nossos homens e que eu não encontro em mim mesmo.

Menelique, é um esforçado, não desanima e vai vencendo os obstáculos opostos à realização dos seus ideais com habilidade de quem penetrou profundamente no nosso meio social. É um exemplo a imitar.

Correio da Noite, Rio, 6-1-1915.

A LEI

Este caso da parteira merece sérias reflexões que tendem a interrogar sobre a serventia da lei.

Uma senhora, separada do marido, muito naturalmente quer conservar em sua companhia a filha; e muito naturalmente também não quer viver isolada e cede, por isto ou aquilo, a uma inclinação amorosa.

O caso se complica com uma gravidez e para que a lei, baseada em uma moral que já se findou, não lhe tire a filha, procura uma conhecida, sua amiga, a fim de provocar um aborto de forma a não se comprometer.

Vê-se bem que na intromissão da “curiosa” não houve nenhuma espécie de interesse subalterno, não foi questão de dinheiro. O que houve foi simplesmente camaradagem, amizade, vontade de servir a uma amiga, de livrá-la de uma terrível situação.

Aos olhos de todos, é um ato digno, porque, mais do que o amor, a amizade se impõe.

Acontece que a sua intervenção foi desastrosa e lá vem a lei, os regulamentos, a polícia, os inquiridos, os peritos, a faculdade e berram: você é uma criminosa! você quis impedir que nascesse mais um homem para aborrecer-se com a vida!

Berram e levam a pobre mulher para os autos, para a justiça, para a chicana, para os depoimentos, para essa via-sacra da justiça, que talvez o próprio Cristo não percorresse com resignação.

A parteira, mulher humilde, temerosa das leis, que não conhecia, amedrontada com a prisão, onde nunca esperava parar, mata-se.

Reflitamos, agora; não é estúpida a lei que, para proteger uma vida provável, sacrifica duas? Sim, duas porque a outra procurou a morte para que a lei não lhe tirasse a filha. De que vale a lei?

Correio da Noite, Rio, 7-1-1915.

AS ESQUINAS

A questão da venda de jornais volta a ser ventilada e há a tal respeito um projeto no Conselho Municipal.

Os jornais, em geral, se insurgem contra a regulamentação desse comércio. Não vemos razão para semelhante procedimento.

São as folhas volantes artigo de comércio como outro qualquer e dessa mercancia diversas pessoas auferem lucros, às vezes mesmo fabulosos, como no caso dos distribuidores.

É verdade que o imposto sobre os pequenos vendedores viria dificultar a circulação dos jornais, mas continuar a exposição dos jornais, como se faz atualmente na via pública, tomando os passeios, é coisa que não depõe muito francamente para o nosso adiantamento.

Os gansos do Binóculo, é de estranhar que não tenham ainda dado o alarme... Acresce o fato de que tais lugares são vendidos por avultadas quantias, passam de dono a dono, como se fossem verdadeiras casas comerciais, para justificar um maior rigor na fiscalização de tal comércio.

Não se compreende que certa e determinada classe de mercantes goze de privilégios e não se pode compreender também que a rua, propriedade comum, patrimônio de todos, seja cindida, limitada aqui e ali, transformando-se certos espaços dela em propriedade de alguns.

Que o Conselho Municipal tem toda a razão em voltar as suas vistas para o caso, não há pessoa de bom senso que o negue.

Basta passar pelas esquinas das ruas transitadas para verificar como é desagradável, como perturba o trânsito, o acúmulo de jornais que os vendedores nelas fazem.

Considere-se ainda que o número de jornais tende a crescer, que todos eles querem ser postos à venda, para justificar uma regulamentação, que se faz mister a menos que não queiramos ver os passeios das nossas ruas transformados em mostruário de quotidianos.

Os homens viajados e passeados pelo mundo dizem que essa venda é feita em outras capitais em quiosques especiais – porque não pode ela ser feita aqui da mesma maneira?

Os pequenos vendedores não são o mais grave aspecto da questão; os “jornaleiros” estacionados nas esquinas, julgo eu é que constituem a face mais importante do problema.

Os nossos edis, que já protegeram a virtude com certo uniforme adequado, devem quanto antes voltar as suas vistas para essa feição da nossa vida urbana e resolvê-la cabalmente.

Correio da Noite, Rio, 9-1-1915.

COM O BINÓCULO

Ontem, domingo, o calor e a mania ambulatória não me permitiram ficar em casa. Saí e vim aos lugares em que um “homem das multidões” pode andar aos domingos.

Julgava que essa história de piqueniques não fosse mais binocular; o meu engano, porém, ficou demonstrado.

No Largo da Carioca havia dois ou três bondes especiais e damas e cavalheiros, das mais *chics* rodas, esvoaçavam pela Galeria Cruzeiro, à espera da hora.

Elas, as damas, vinham todas vestidas com as mais custosas confecções ali do Ferreira, do Palais, ou do nobre Ramalho Ortigão, do Parc, e ensaiavam sorrisos como se fossem para Versalhes nos bons tempos da realeza francesa.

Eu pensei que uma pasmosa riqueza tinha abatido sobre o Ameno Resedá ou sobre a *Corbeille des Fleurs* do nosso camarada Lourenço Cunha; mas estudei melhor as fisionomias e recebi a confirmação de que se tratava de damas binoculares, que iam a uma festa hípica, ou quer que seja, no Jardim Botânico.

Não é de estranhar que as pessoas binoculares vão a festas e piqueniques, mas assim, charanga à porta, a puxar o cortejo com um dobrado saltitante, julgo eu que não é da mais refinada elegância.

O Binóculo deve olhar para esse fato; deve procurar por um pouco mais de proporção, de discricção nessas manifestações festivas da nossa grande roda aos cavalos de corridas; e ele tem tanto trabalho para o refinamento da nossa sociedade que não pode esquecer esse ponto.

Imagino que em Paris ou Londres os dez mil de cima não dão aos “rotos” esse espetáculo de tão flagrante mau gosto.

Não posso compreender como a elegante mme Bulhões Sylvá, toda lida e saída nas revistas, jornais e livros do bom-tom, que tem o *Don't de cor*, como o senhor Aurelino o Código Penal, saia de manhã de casa, meta-se num bonde em

companhia de pessoas mais ou menos desconhecidas e vá pelas ruas do Rio de Janeiro afora, ao som de uma charanga que repenica uma polca chorosa de muito rancho carnavalesco.

Correio da Noite, Rio, 11-1-1915.

CONHECEM?

Eu não sei que mania se meteu na nossa cabeça moderna de que todas as dificuldades da sociedade se podem obviar mediante a promulgação de um regulamento executado mais ou menos pela coação autoritária de representantes do governo.

Nesse caso de criados, o fato é por demais eloquente e pernicioso.

Porque regulamentar-se o exercício da profissão de criado? Porque obrigá-los a uma inscrição dolorosa nos registros oficiais, para tornar ainda mais dolorosa a sua situação dolorosa?

Porque?

Porque pode acontecer que sejam metidos nas casas dos ricos ladrões ou ladras; porque pode acontecer que o criado, um dado dia, não queira mais fazer o serviço e se vá embora.

Não há outras justificativas senão estas, e são bem tolas.

Os criados sempre fizeram parte da família: é concepção e sentimento que passaram de Roma para a nobreza feudal e as suas relações com os patrões só podem ser reguladas entre eles.

A Revolução, aniquilando a organização da família feudal, trouxe à tona essa questão da flamulagem; mas, mesmo assim, ela não rompeu o quadro familiar de modo a impedir que os seus chefes regulem a admissão de estranhos no lar.

A obrigação do dono ou dona de casa que procura um criado, que o põe debaixo do seu teto, é saber quem ele é; o resto não passa de opressão do governo sobre os humildes, para servir à comodidade burguesa.

Querem fazer das nossas vidas, dos indivíduos, das almas, uma gaveta de fichas. Cada um tem que ter a sua e, para obtê-la, pagar emolumentos, vencer a ronha burocrática, lidar com funcionários arrogantes e invisíveis, como em geral, são os da polícia.

Imagino-me amanhã na mais dura miséria, sem parentes, sem amigos. Sonho fazer-me esquivo e bato à primeira porta.

Seria aceito, mas é preciso a ficha.

Vou buscar a ficha e a ficha custa vinte ou trinta mil-réis. Como arranjá-los?

Eis aí as belezas da regulamentação, desse exagero de legislar, que é o característico da nossa época.

Toda a gente sabe a que doloroso resultado tem chegado semelhante mania.

Inscrito um tipo nisto ou naquilo, ele está condenado a não sair dali, a ficar na casta ou na classe, sem remissão nem agravo.

Deixemos esse negócio entre patrões e criados, e não estejamos aqui a sobrecarregar a vida dos desgraçados com exigências e regulamentos que os condenarão toda a sua vida à sua lamentável desgraça.

Os senhores conhecem a regulamentação da prostituição em Paris? Os senhores conhecem o caso de mme Comte? Oh! meu Deus!

Correio da Noite, Rio, 15-1-1915.

O NOVO MANIFESTO

Eu também sou candidato a deputado. Nada mais justo. Primeiro: eu não pretendo fazer coisa alguma pela pátria, pela família, pela humanidade.

Um deputado que quisesse fazer qualquer coisa dessas, ver-se-ia bambo, pois teria, certamente, os duzentos e tantos espíritos dos seus colegas contra ele.

Contra as suas idéias levantar-se-iam duas centenas de pessoas do mais profundo bom senso.

Assim, para poder fazer alguma coisa útil, não farei coisa alguma, a não ser receber o subsídio.

Eis aí em que vai consistir o máximo da minha ação parlamentar, caso o preclaro eleitorado sufrague o meu nome nas urnas.

Recebendo os três contos mensais, darei mais conforto à mulher e aos filhos, ficando mais generoso nas facadas aos amigos.

Desde que minha mulher e os meus filhos passem melhor de cama, mesa e roupas, a humanidade ganha. Ganha, porque, sendo eles parcelas da humanidade, a sua situação melhorando, essa melhoria reflete sobre o todo de que fazem parte.

Concordarão os nossos leitores e prováveis eleitores, que o meu propósito é lógico e as razões apontadas para justificar a minha candidatura são bastante ponderosas.

De resto, acresce que nada sei da história social, política e intelectual do país; que nada sei da sua geografia; que nada entendo de ciências sociais e próximas, para que o nobre eleitorado veja bem que vou dar um excelente deputado.

Há ainda um poderoso motivo, que, na minha consciência, pesa para dar este cansado passo de vir solicitar dos meus compatriotas atenção para o meu obscuro nome.

Ando mal vestido e tenho uma grande vocação para elegâncias.

O subsídio, meus senhores, viria dar-me elementos para realizar essa minha velha aspiração de emparelhar-me com a deschanelesca elegância do senhor Carlos Peixoto.

Confesso também que, quando passo pela Rua do Passeio e outras do Catete, alta noite, a minha modesta vagabundagem é atraída para certas casas cheias de luzes, com carros e automóveis à porta, janelas com cortinas ricas, de onde jorram gargalhadas femininas, mais ou menos falsas.

Um tal espetáculo é por demais tentador, para a minha imaginação; e, eu desejo ser deputado para gozar esse paraíso de Maomé sem passar pela algidez da sepultura.

Razões tão ponderosas e justas, creio, até agora, nenhum candidato apresentou, e espero da clarividência dos homens livres e orientados o sufrágio do meu humilde nome, para ocupar uma cadeira de deputado, por qualquer Estado, província, ou emirado, porque, nesse ponto, não faço questão alguma.

Às urnas.

Correio da Noite, Rio, 16-1-1915.

O NOSSO SECRETÁRIO

O Emílio Alvim faz anos hoje. É coisa curiosa que festejemos esse avanço para o túmulo. Muita gente tem protestado contra semelhante praxe.

As razões são bastante valiosas; mas, quando se festeja mais um ano de vida, não é o caminho para a morte que se tem a vista.

E a vida que se já viveu, pois morrer deve ser bom, mas viver é melhor e, ao se notar que já completamos mais um ano de existência, temos certeza de que gozamos alguma coisa.

Alvim, hoje, como se dizia antigamente, colhe mais uma flor no jardim da sua preciosa existência.

E um bom pretexto para falar dele, para dizer alguma das suas boas qualidades de coração e de caráter, da sua intrepidez e amor ao trabalho.

Dizem os metafísicos que o fundo do ser é a contradição; o fundo desta vida de jornais é também a contradição.

Berram eles pelos princípios morais, reclamam lealdade entre os homens, generosidade, clemência, justiça, etc., etc., e nada disso há entre os seus profissionais.

Nas suas relações mútuas mais domina o azedume do que a cordialidade; mais a intolerância do que o perdão mútuo.

Quem vive dentro do jornalismo, tem a impressão de que está entre lobos; os homens de jornais se devoram.

Há mesmo a teoria do “tombo”. Consiste a teoria do tombo em se meter um sujeito em um jornal, por intermédio deste ou daquele, fazer artes e coisas, e derrubar o protetor.

São intrigas de serralho, mas às quais ninguém escapa, quer como paciente, quer como agente, quer como agente paciente.

Alvim não é assim, tem no jornal um procedimento à parte, procede retamente, limpamente, e constitui por isso um exemplar excepcional de homem de jornal.

Secretário deste jornal, ele o foi por si mesmo, sem cabala, nem comadriagem devido unicamente a seu esforço, à sua capacidade de encher tiras e mais tiras,

quase sem uma hesitação, sem uma emenda, tendo feito muito rapidamente, uma segurança de estilo, de julgamento, de quem veio para o jornal já seguro dos instrumentos de que a arte de escrever exige se tenha.

É assim o Alvim. Ele faz anos hoje; que o faça muitas vezes.

Correio da Noite, Rio, 18-1-1915.

AS ENCHENTES

As chuvaradas de verão, quase todos os anos, causam no nosso Rio de Janeiro, inundações desastrosas. Além da suspensão total do tráfego, com uma prejudicial interrupção das comunicações entre os vários pontos da cidade, essas inundações causam desastres pessoais lamentáveis, muitas perdas de haveres e destruição de imóveis.

De há muito que a nossa engenharia municipal se devia ter compenetrado do dever de evitar tais acidentes urbanos.

Uma arte tão ousada e quase tão perfeita, como é a engenharia, não deve julgar irresolvível tão simples problema.

O Rio de Janeiro, da avenida, dos *squares*, dos freios elétricos, não pode estar à mercê de chuvaradas, mais ou menos violentas, para viver a sua vida integral.

Como está acontecendo atualmente, ele é função da chuva. Uma vergonha!

Não sei nada de engenharia, mas, pelo que me dizem os entendidos, o problema não é tão difícil de resolver como parece fazerem constar os engenheiros municipais, procrastinando a solução da questão.

O Prefeito Passos, que tanto se interessou pelo embelezamento da cidade, descurou completamente de solucionar esse defeito do nosso Rio.

Cidade cercada de montanhas e entre montanhas, que recebe violentamente grandes precipitações atmosféricas, o seu principal defeito a vencer era esse acidente das inundações.

Infelizmente, porém, nos preocupamos muito com os aspectos externos, com as fachadas, e não com o que há de essencial nos problemas da nossa vida urbana, econômica, financeira e social.

Correio da Noite, Rio, 19-1-1915.

E O TAL BALÁZIO?

Ontem, o Instituto Histórico e outras pessoas conspícuas foram ali pelas bandas do Pão de Açúcar e inauguraram um marco comemorativo da fundação da cidade do Rio de Janeiro.

Nada mais justo e ato não há mais digno de encômios.

O senhor Vieira Fazenda, com aquela sua segura de alfarrabista, com aquele seu amor a datas e às controvérsias, leu um discurso sisudo, muito adstrito ao fato, sem associações de outros fatos próximos e remotos.

A fundação do Rio de Janeiro é, para ele, um simples pretexto de alvarás, cartas régias, foros e sesmarias. O senhor Fazenda não vê nada além dos secos documentos oficiais; não vê as consequências econômicas, as sociais, os encadeamentos de grandes e pequenos acontecimentos, que o ato de Estácio de Sá deu causa, foi gerador, sem que estivessem no seu ou no pensamento dos companheiros dele.

Não nego ao senhor Fazenda méritos de historiógrafo, de paciente pesquisador, de rebuscador de documentos, mas falta-lhe a adivinhação, de que falava Renan, a imaginação criadora necessária para recompor os acontecimentos históricos.

Quero falar, porém, do monumento e não do senhor Vieira Fazenda, pessoa por todos os feitos respeitável, cujo termítico labor em condensar documentos que interessem à história da cidade, me merece a mais intensa admiração.

O tal monumento é a coisa mais “estrambótica” que se possa imaginar.

Deixou de ter a singeleza que era de esperar tivesse, para ser uma coisa cerebrina de uma agulha de granito ponteada com uma bala de canhão moderno, simbolizando assim as lutas que se travaram na fundação da cidade.

Se essa simbolização fosse necessária, creio eu que melhor seriam arcos, flechas, tacapes, mosquetes, arcabuzes, balas esféricas dos velhos canhões de retrocarga, que esse balázio cilíndrico que é quase de anteontem.

Estamos sempre dispostos a ver no passado lutas; porque não havemos de ver solidariedade?

Porque só um dos aspectos do sucesso há ser lembrado com um produto do Krupp?

A fundação de uma cidade é, antes de tudo, um desejo de comunhão, de associação.

Na cidade, todos colaboram, todos concorrem com o seu quinhão, com o seu pequeno esforço para o culto do seu deus – como é então que os senhores do instituto só viram luta e luta com canhões alemães, a despejar projetis cilindrocônios pelos meados do século XVI?

Correio da Noite, Rio. 21-1-1915.

AO SENHOR LUCAS DO PRADO

Não conheço o senhor Lucas do Prado, o famoso “salvador da Pátria”, que, com auxílio de suas bandeirinhas e um apito, proclama, no Largo de São Francisco, as suas virtudes maravilhosas para levar esta “joça” em bom caminho.

Pouco frequento meetings; é gênero teatral que não me atrai, como não me atraem as revistas do senhor Castro ou de outra qualquer sumidade de escritor teatral; mas sigo a ação do “salvador da Pátria” pelas notícias que os jornais dão das suas pitorescas reuniões.

As suas teorias me seduzem, sobretudo a de fazer dinheiro, papel-moeda, a granel.

Floriano Peixoto que, no dizer de muita gente, sem esquecer o senhor Gomes de Castro e o apóstolo Teixeira Mendes, tinha nessa parte da ciência das finanças a mesma opinião que o senhor Lucas; Floriano foi e é ainda proclamado um benemérito, embora não tivesse tomado, como o senhor Lucas, por antecipação, o título que os povos lhe deram.

Esse negócio de fazer dinheiro devia ser inteiramente livre.

Albino Mendes, que é homem de letras, e, no dizer de muitos, não vulgar, por se ter convencido de semelhante doutrina, quase ficou na cadeia durante catorze anos.

O Estado é contra o indivíduo.

O governo julga-se no direito de fabricar dinheiro, entretanto, contesta semelhante faculdade nos indivíduos.

Porque? É que ele só e unicamente quer merecer confiança; mas confiança não se impõe, lá diz o vulgo, e há Estados que merecem muito menos que o vendeiro ali da esquina.

Todos deviam ter a faculdade de emitir moeda e só a confiança no emissor devia regular o recebimento da mesma.

Eu de muito boa vontade, receberia a que fosse estampada pelo Albino Mendes.

Dizem que são bem feitas, artísticas, bem acabadas, porque não circulam?

É o tirano do Estado, o monopolizador que só quer benefícios para o seu egoísmo sem entranhas.

O senhor Lucas devia ampliar as suas doutrinas financeiras até o ponto que acabo de apontar e a sua tenacidade e entusiasmo de apóstolo talvez conseguissem uma vitória sobre o odioso estanco governamental que nos põe a “nenê”.

Abaixo a Casa da Moeda! Abaixo o Enes que fabrica tesouros!

Correio da Noite, Rio, 22-1-1915

OS PRÓPRIOS NACIONAIS

Não sei há quantos anos ouço falar nessa questão de próprios nacionais ocupados indevidamente por particulares.

De onde em onde, um paredro lembra na Câmara ou no Senado um alvitre para acabar com semelhante abuso; mas a coisa continua como dantes.

O maior escândalo dessa ocupação indébita foi dado pelo senhor barão do Rio Branco que, sem lei, autorização, artigo de regulamento, transformou o palácio do Itamarati em sua residência. Ninguém nada disse, porque o senhor Rio Branco podia perpetrar todos os abusos, todas as violações da lei, impunemente.

Guizot, Sout e Wellington, foram ministros de Estado em suas respectivas pátrias e nunca se arrogaram o direito de fazer o que entendessem.

Rio Branco, que, apesar dos seus grandes serviços, não tinha absolutamente o valor desses homens, começou por desobedecer à Constituição, não apresentando os relatórios anuais, transformando um edifício público em sua residência, nomeava para os lugares de seu ministério quem entendia, sem obedecer os artigos da lei, e acabou criando essa excrescência, essa inutilidade que é o lugar de subsecretário das Relações Exteriores.

Esse exemplo foi edificante e depois dele parece que o governo ficou desmoralizado, sem força, sem autoridade para pôr na rua os intrusos que se meteram nos próprios da Nação.

O meu ideal seria que o governo desse uma casa a cada um; mas, como sei muito bem que o custo dessas casas vai recair sobre os que menores cômodos ocuparem, afasto do meu pensamento tão idiota utopia.

O que está se dando é de uma desigualdade assombrosa.

Em todos os ministérios, principalmente no da Guerra, há umas certas pessoas privilegiadas que moram de graça em belos e magníficos palácios.

Não se trata absolutamente de funcionários que, por motivo do seu ofício, se admita tenham casas próximas aos estabelecimentos em que trabalham.

São viúvas, filhas, netas, bisnetas de generais, de coronéis, de majores, que acham muito natural que o Estado tenha para elas cuidados mais paternos que não têm com as viúvas, filhas, sobrinhas, netas e bisnetas de carpinteiros, de calafates, de marceneiros, etc.

Se o governo tem que proteger herdeiros, proteja logo o de todos os que trabalham ou trabalharam, mas não os de indivíduos desta ou daquela classe, para cuja comodidade e segurança ele vai até o ponto de gastar contos de réis na transformação de grandes edifícios públicos, como o antigo hospital do Andaraí, em “cabeça de porco”.

Pai amantíssimo!

Correio da Noite, Rio, 23-1-1915.

A VOLTA

O governo resolveu fornecer passagens, terras, instrumentos aratórios, auxílio por alguns meses às pessoas e famílias que se quiserem instalar em núcleos coloniais nos Estados de Minas e Rio de Janeiro.

Os jornais já publicaram fotografias edificantes dos primeiros que foram procurar passagens na chefatura de polícia.

É duro entrar naquele lugar. Há um tal aspecto de sujidade moral, de indiferença pela sorte do próximo, de opressão, de desprezo por todas as leis, de ligeiras em deter, em prender, em humilhar, que eu, que lá entrei como louco, devido à inépcia de um delegado idiota, como louco, isto é, sagrado, diante da fotografia que estampam os jornais, enchi-me de uma imensa piedade por aqueles que lá foram como pobres, como miseráveis, pedir, humilhar-se diante desse Estado que os embrulhou.

Porque o senhor Rio Branco, o primeiro brasileiro, como aí dizem, cismou que havia de fazer do Brasil grande potência, que devia torná-lo conhecido na Europa, que lhe devia dar um grande exército, uma grande esquadra, de elefantes paralíticos, de dotar a sua capital de avenidas, de *boulevards*, elegâncias bem idiotamente binoculares e toca a gastar dinheiro, toca a fazer empréstimos; e a pobre gente que mourejava lá fora, entre a febre palustre e a seca implacável, pensou que aqui fosse o Eldorado e lá deixou as suas choupanas, o seu sapé, o seu aipim, o seu porco, correndo ao Rio de Janeiro a apanhar algumas moedas da cornucópia inesgotável.

Ninguém os viu lá, ninguém quis melhorar a sua sorte no lugar que o sangue dos seus avós regou o eito. Fascinaram-nos para a cidade e eles agora voltam, voltam pela mão da polícia como reles vagabundos.

É assim o governo: seduz, corrompe e depois ... uma semicadeia.

A obsessão de Buenos Aires sempre nos perturbou o julgamento das coisas.

A grande cidade do Prata tem um milhão de habitantes; a capital argentina tem longas ruas retas; a capital argentina não tem pretos; portanto, meus senhores, o Rio de Janeiro, cortado de montanhas, deve ter largas ruas retas; o Rio de Janeiro, num país de três ou quatro grandes cidades, precisa ter um milhão; o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante quase três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos.

E com semelhantes raciocínios foram perturbar a vida da pobre gente que vivia a sua medíocre vida aí por fora, para satisfazer obsoletas concepções sociais, tolas competições patrióticas, transformando-lhe os horizontes e dando-lhe inexequíveis esperanças.

Voltam agora; voltam, um a um, aos casais, às famílias, para a terra, para a roça, donde nunca deviam ter vindo para atender tolas vaidades de taumaturgos

políticos e encher de misérias uma cidade cercada de terras abandonadas que nenhum dos nossos consumados estadistas soube ainda torná-las produtivas e úteis.

O Rio civiliza-se!

Correio da Noite, Rio, 26-1-1915.

NÃO AS MATEM

Esse rapaz que, em Deodoro, quis matar a ex-noiva e suicidou-se em seguida, é um sintoma da revivescência de um sentimento que parecia ter morrido no coração dos homens: o domínio, *quand même*, sobre a mulher.

O caso não é único. Não há muito tempo, em dias de carnaval, um rapaz atirou sobre a ex-noiva, lá pelas bandas do Estácio, matando-se em seguida. A moça com a bala na espinha, veio morrer, dias após, entre sofrimentos atrozes.

Um outro, também, pelo carnaval, ali pelas bandas do ex-futuro Hotel Monumental, que substituiu com montões de pedras o vetusto convento da Ajuda, alvejou a sua ex-noiva e matou-a.

Todos esses senhores parece que não sabem o que é a vontade dos outros.

Eles se julgam com o direito de impor o seu amor ou o seu desejo a quem não os quer. Não sei se se julgam muito diferentes dos ladrões à mão armada; mas o certo é que estes não nos arrebatam senão o dinheiro, enquanto esses tais noivos assassinos querem tudo que é de mais sagrado em outro ente, de pistola na mão.

O ladrão ainda nos deixa com vida, se lhe passamos o dinheiro; os tais passionais, porém, nem estabelecem a alternativa: a bolsa ou a vida. eles, não; matam logo.

Nós já tínhamos os maridos que matavam as esposas adúlteras; agora temos os noivos que matam as ex-noivas.

De resto, semelhantes cidadãos são idiotas. É de supor que, quem quer casar, deseje que a sua futura mulher venha para o tálamo conjugal com a máxima liberdade, com a melhor boa-vontade, sem coação de espécie alguma, com ardor até, com ânsia e grandes desejos; como é então que se castigam as moças que confessam não sentir mais pelos namorados amor ou coisa equivalente?

Todas as considerações que se possam fazer, tendentes a convencer os homens de que eles não tem sobre as mulheres domínio outro que não aquele que venha da afeição, não devem ser desprezadas.

Esse obsoleto domínio à valentona, do homem sobre a mulher, é coisa tão horrorosa, que enche de indignação.

O esquecimento de que elas são, como todos nós, sujeitas, a influências varias que fazem flutuar as suas inclinações, as suas amizades, os seus gostos, os seus amores, é coisa tão estúpida, que, só entre selvagens deve ter existido.

Todos os experimentadores e observadores dos fatos morais têm mostrado a insanidade de generalizar a eternidade do amor. Pode existir, existe, mas, excepcionalmente; e exigi-la nas leis ou a cano de revólver, é um absurdo tão grande como querer impedir que o Sol varie a hora do seu nascimento.

Deixem as mulheres amar à vontade.

Não as matem, pelo amor de Deus!

Correia da Noite, Rio, 27-1-1915.

NÃO É POSSÍVEL

Deve ser muito agradável um cidadão não se meter em política; por isso eu pasmei quando soube que Carlos Maul estava metido nesse embrulho do Estado do Rio.

Para um poeta, para um artista, um homem de sonho, como é Maul, andar nessas atropalhadas tão baixas, tão vis, tão indecentes de negócios políticos, em que os textos mais claros são truncados, as verdades mais evidentes são negadas, não deve ser fonte de êxtase e emoção poética.

Imagino bem que Maul não tomou este ou aquele partido para ganhar sensações, para acumular impressões, no intuito de criar mais um poema que viesse figurar ao lado dos que já tem composto para exaltação de todos nós.

Sei bem que tem havido muitos artistas políticos, mas quando se fazem ministros, deputados, deixam de ser artistas ou, se continuam a sê-lo, são medíocres homens de Estado.

Chateaubriand tinha a mania de rivalizar com Napoleão como homem de Estado; a verdade, porém, é que de Chateaubriand só se sabe geralmente que escreveu *Atala*, *René* e outros livros magníficos.

A política, diz lá o Bossuet, tem por fim fazer os povos felizes. Terá Maul esse propósito?

Creio que não. Maul é moço, ilustrado, fez leituras avançadas, meditou e não há de acreditar que as mezinhas do governo curem mal de que sofre a nossa pobre humanidade.

O governo já deu o que tinha de dar; agora, é um agonizante, breve um cadáver a enterrar no panteão das nossas concepções.

Não direi que quem não acredita no Estado seja desonesto quando se propõe a tomar parte nas suas altas funções.

Não digo, porque sei de excelentes sacerdotes que continuam a cultuar os seus deuses, depois de perderem a fé neles. É que precisamos viver; e é difícil mudar de profissão de uma hora para outra.

Essa incursão de Maul na política não será duradoura e não ficaremos, certamente, privados do poeta, do magnífico poeta do Canto primaveril, para termos mais um energúmeno eleitoral das mesas do Jeremias.

Correio da Noite, Rio, 28-1-1915.

UM CONSELHO

Os nossos patriotas voltam a incomodar-se com as caricaturas que os jornais do Rio da Prata publicam, criticando coisas do Brasil.

A histeria patriótica se zanga com a coisa, expectora desaforos, brame e o Zé Povo pensa logo em agarrar as *mausers* da Intendência da Guerra, marchar sobre Buenos Aires e puxar as orelhas do desenhista.

Não sei porque semelhante aborrecimento; é verdade que o patriotismo é intolerante, por isso não pode permitir a mais ligeira crítica às coisas do seu culto ou um julgamento mais azedo.

Se lá aparecem desenhos em que o Brasil figure com pretos, os sábios cá de casa vociferam que aqui não há pretos.

Os diplomatas encarregam-se até de mandar os desenhos tidos como ofensivos para o Itamarati e a Secretaria do Exterior, pressurosa, envia-os aos jornais.

Eu trabalhava no Fon-Fon quando, com grande espanto meu, vi chegar um emissário do senhor Rio Branco, trazendo um desenho que quase desencadeou em guerra entre o Brasil e a Argentina.

É pueril semelhante estado de espírito. Não só porque uma caricatura representa um julgamento individual, como também as mais das vezes esse julgamento é certo.

As amabilidades que os principais países se trocam em caricaturas, estão a mostrar que o nosso modo de encarar essas coisas de desenhos jocosos deve ser muito outro.

Só podem ver injúria em tais clichês quem for obcecado pelo patriotismo a ponto de não pesar a verdade das suas críticas.

De resto os acontecimentos a que eles se referem, são públicos e toda a gente pode sobre eles expender os julgamentos que quiser.

Haveria um meio de impedir que tal se desse; era não permitir que os sucessos nacionais passassem as fronteiras.

Não seria má a medida que já deu excelentes resultados no Paraguai, na China e não sei se também no Afeganistão.

Era caso de experimentar, já que os exemplos acima mostram à sociedade o caminho a seguir, para evitar as irreverências dos caricaturistas estrangeiros.

Correio da Noite, Rio, 29-1-1915.

AS MANGUINHAS DE FORA...

O que se está passando com o doutor Mário Valverde, comissário de higiene, e os padres redentoristas e crentes católicos, merece alguns reparos daqueles que, não sendo funcionários da higiene municipal e conscritos da religião romana, podem falar com alguma isenção de ânimo.

É o caso que o doutor Valverde, pessoa muito conhecida nos meios intelectuais, como médico de alta cultura, como agraciada de outras atividades de espírito, delicado, tolerante, bondoso, no exercício de suas funções, visitou uma igreja, fazendo as exigências das leis municipais, de que ele é zelador, e de cuja

execução é fiscal, e quis, ao mesmo tempo, visitar um convento, em obediência aos deveres de seu cargo.

Os religiosos, esquecidos de que atualmente estão debaixo da lei comum, receberam-no mal, debicaram-no e chegaram até a impedir-lhe a entrada no monastério.

O doutor Valverde é moço, não crê que possa haver privilégios no nosso regime, revoltou-se; e, como revoltado, naturalmente excedeu-se no artigo em que revidou os deboches pouco mansuetos dos padres redentoristas e mais religiosos das cercanias destes.

Agora, o Centro Católico, esse Centro Católico das mesinhas de chá, dos namoros, dos casamentos chiques, arranja uma malta de vinte ou mais tipos e quer obter do doutor Valverde, à força, uma carta de retratação.

Mas, que é que pensam os católicos, desta choldra em que estamos?

Porventura, eles têm nas mãos poderes extraordinários para obrigar alguém a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, sem ser em virtude de lei?

Por que cargas d'água semelhantes cavalheiros da mais aparente virtude e damas da mais austera aparência se julgam no direito de pedir a demissão de um funcionário vitalício, como é o doutor Valverde?

Então, por acaso, o governo deve demitir este ou aquele funcionário porque injuriou esta ou aquela religião, esta ou aquela seita?

É boa, meus senhores!

Se há no artigo do doutor Valverde injúria ou calúnia, os padres, com esse teólogo curioso que é Padre Júlio Maria, à frente, devem processá-lo de acordo com os artigos do código; mas estarem a ameaçá-lo, a pedir-lhe a demissão, exorbitam e promovem um escândalo maior que é o de se julgarem um Estado em outro Estado.

Eu sou inteiramente tolerante, digo, ao finalizar, e nunca me fiz anticlerical.

Estão pondo as manguinhas de fora.

Correio da Noite, Rio, 11-2-1915.

OS EXAMES

O Jornal do Comércio conta hoje uma trapalhada de exames acontecida na nossa Escola Normal, que as moças confundem com a Escola Normal de França.

Sei perfeitamente dessas coisas de exames; eu os fiz muitos e a única vez que consegui tirar distinção, foi quando fiz exame com uma moça, na mesma mesa, no mesmo dia, por capricho e esforço de vontade.

As moças são habilíssimas nessas coisas de fazer exames; elas sempre têm a matéria na ponta da língua, elas não se preocupam de achar o nexos entre as noções científicas que absorvem o mundo.

A ciência, o saber, a arte, são adornos e enfeites para as suas pessoas naturalmente necessitadas de casamento.

Este caso da Escola Normal, passado entre moças, por demais capazes de atravessarem essas coisas de exame, vem mais uma vez provar que, atualmente, nós vivemos apegados a tolas superstições.

O exame é uma delas, é resto da escolástica, é resto do ensino do grande jesuíta Laynez Swift. O grande e imenso *Swift*, quando certa vez fazia exame de lógica, sujo, maltrapilho, mas orgulhoso dele mesmo, os examinadores perguntaram-lhe:

– Como é que o senhor raciocina sem a sábia lógica?

– Meu caro senhor, respondeu Jonathan, eu raciocino perfeitamente.

Os exames, os doutores, bacharéis, os médicos, toda essa nobreza doutoral que nos domina e apóia os negociastas, é o maior flagelo desta terra que os utopistas querem seja o paraíso terrestre.

Correio da Noite, Rio, 6-3-1915.

UM FATO

A morte de Marcelo Gama, que todos nós contristou, foi evidentemente um fato denunciador da nossa falta de cultura, de adiantamento intelectual.

Marcelo Gama, cuja inteligência, cujo saber e amor ao trabalho eram por demais conhecidos, nunca pôde viver de sua atividade literária, nunca pôde tirar de sua pena o pão nosso de cada dia.

Casado e pai de filhos, como todos nós desejamos ser, teve sempre que viver em outra ocupação, que não aquela de seu gosto e do seu amor.

Longe de mim estar a desejar que os homens de letras façam a fortuna dos judeus agiotas, que se disfarçam em cristãos.

O que todos nós desejamos, o que todos nós queremos, é tirar da nossa vocação aquilo com que viver. Seria contradição nossa pedir a fortuna, a riqueza, a abundância dos Carnegies, dos Rockefellers, ou mesmo, do senhor Afrânio Peixoto.

Todo o nosso desejo é viver de acordo com a nossa consciência, com as nossas inclinações; e, quando se sonha desde menino semelhante ideal, tudo quanto o não sirva, nos constrange, nos aborrece, nos mata e aniquila.

Marcelo foi assim, e sofreu, e sofreu, apesar de ter ao seu lado uma companheira bondosa, piedosa, amante – coisa que não é dado a toda gente.

O dique oposto aos seus desejos, ao seu sonho, à sua vontade de viver concorde com o seu temperamento, levou-o à desgraça do Engenho Novo.

No Brasil, quem é, de fato, escritor, literato, ama às letras pelas letras, há de sofrer impiedosamente e subir o seu Calvário de glória e de amor. Pobre Marcelo!

Correio da Noite, Rio, 9-3-1915.

A INSTRUÇÃO PÚBLICA

Fala-se novamente na reforma da instrução pública e os jornais se preocupam em pedir aos poderes públicos que a façam de forma a evitar os doutores.

No Brasil, o doutor (e olhem que eu escapei de ser doutor), é um flagelo, porque se transformou em nobreza e aos poucos foi açambarcando posições, fazendo criar coisas novas para eles, arrendando com o preconceito doutoral as atividades e as competências.

Ainda não há muito, foi anunciado que os comissários de polícia seriam unicamente os bacharéis em direito; na Estrada de Ferro Central, aos poucos, foram extinguindo, nas oficinas, escritórios e demais serviços técnicos, o acesso

daqueles que se vinham fazendo pela prática e pela experiência, para dar os lugares aos doutores engenheiros das nossas escolas politécnicas.

A tendência vai se firmando, de constituir-se, entre nós uma espécie de teocracia doutoral.

Os costumes, o pouco respeito do povo, estão levando as coisas para isso.

O doutor, se é ignorante, o é; mas, sabe; o doutor, se é preto, o é, mas... é branco.

As famílias, os pais, querem casar as filhas com os doutores; e, se estes não têm emprego, lá correm à Câmara, ao Senado, às secretarias, pedindo, e põem em jogo a influência dos parentes e aderentes.

Então, o orçamento aparece com autorizações de reformas e o bacharelete está empregado, repimpado como diretor, cônsul, enviado extraordinário e diz para nós outros: "Eu venci".

Nem os jornais escapam a essa superstição. Antigamente, os autores eram conhecidos pelos seus simples nomes; agora, eles aparecem sempre citados com o seu título universitário.

Na burocracia, a coisa é a mesma. Um empregado é mais competente do que outro, na matéria de montepio, porque aquele é engenheiro de minas e o outro não é nada.

À proporção que tal fato se vai dando, o nível da instrução vai baixando.

Não é nesta nem naquela escola; é em todas.

Essa página de doutor, dá panos para as mangas.

Se o governo quisesse extirpar o mal, não deveria manter absolutamente esses cursos seriados.

No que toca à instrução secundária, ainda poderia manter liceus, nos bairros, e, prover, de fato, a instrução secundária, no distrito, sem esquecer que o deve fazer também para as moças.

A instrução superior não devia ter seriação alguma.

O governo subvencionaria lentes, ajudantes, laboratórios, etc., sem prometer, ao fim do curso, que o estudante seria isto ou aquilo: bacharel ou dentista; engenheiro ou médico.

O estudante faria mesmo a escolha das matérias que precisasse, para exercer tal ou qual profissão.

Hoje, as profissões liberais se entrelaçam de tal modo e se dividem de tal forma, que, prender uma cabeça em um curso, é obrigá-la a estudar o que não precisa estudar e não aprender o que precisa aprender.

No mais, a mais livre concorrência...

Correio da Noite, Rio, 11-3-1915.

CONTÍNUO...

Disse anteontem alguma coisa sobre a instrução e não me julgo satisfeito.

O governo do Brasil, tanto imperial como republicano, tem sido madrasta a esse respeito.

No que toca a instrução primária generalizada, coisa em que não tenho fé alguma, toda a gente sabe o que tem sido.

No tocante a instrução secundária, limitaram-se, os governos, a criar liceus nas capitais e aqui, no Rio, o Colégio Pedro II e o Militar. Todos eles são instituições fechadas, requisitando para a matricula de alunos nos mesmos, exigências tais, que, se fosse no tempo de Luís XV, Napoleão não se teria feito na Escola Real de Brienne.

Ambos, e, sobretudo, o Colégio Militar, custam os olhos da cara e o dinheiro gasto com eles dava para mais três ou quatro colégios de instrução secundária neste distrito.

Acresce ainda que o governo sempre se esqueceu o dever de dar instrução secundária às moças: um esquecimento de lamentar, porquanto toda a gente sabe de que forma a influência de uma educação superior da mulher iria influir nas gerações.

Toda a instrução secundária das moças está limitada à Escola Normal, também estabelecimento fechado em que se entra com as maiores dificuldades.

Se há alguma coisa a fazer em instrução que não seja a de fabricar doutores, é extinguir. todos os colégios militares e o Pedro II, criando por todo o Rio de Janeiro liceus, ao jeito dos franceses, para moças e rapazes, de forma que os favores do Estado alcancem todos.

Os colégios militares são sobretudo um atentado ao nosso regime democrático; é preciso extingui-los e aproveitar os respectivos professores e material, na instrução da maioria.

Pelo menos, a República devia fazer isso.

Correio da Noite, Rio, 13-3-1915

A FILOMENA

Desde o carnaval, que as crianças, as moças, os barbados, as velhas de todas as condições sociais, não falam senão na Filomena.

Tivemos ocasião de ir ouvir tão conspícua pessoa que nos recebeu prazenteiramente, em sua choça lá pelas bandas de Campo Grande.

Filomena, apesar do que toda a gente pode julgar, não é lá muito velha, não conheceu d. João VI, nem Pedro I; e, conquanto seja preta, nunca foi escrava.

– Que me diz, da. Filomena, dessas cantigas que andam por aí com o seu nome?

– Tenho ouvido falar nelas, meu filho; mas nada tenho a ver com Dudu; não sou íntima dele, não o conheço quase. Meu marido foi soldado e certa vez, quando ele era ministro, fui procurá-lo, mas ele, não deixou que eu entrasse no salão de espera.

– Mas a que atribui essa mistura de seu nome com as coisas dele?

– Ouve, meu filho; quero crer que seja devido ao fato de já ter sido empregada da rainha-mãe; mas, quando o fui, não conhecia bem ele, conhecia-lhe a concunhada e os cunhados e com eles me dei muito bem.

– Pretende protestar?

– Qual, meu filho! Eu não protesto. Não digo nada. Estou até colecionando as cantigas para publicar um volume.

– Não tem medo do Bicudo?

- Quem é esse homem?
 - Aquele senador da roça que, em São Paulo, prendeu um vendedor das Últimas d’Ele.
 - Não conheço; mas agora os tempos são outros e nos aproveitam.
 - Deve fazer umas quadrinhas novas... Porque não faz?
 - Fiz já.
 - Pode recitar?
 - Pois não.
 - Diga lá.
 - Lá vai:
- Ai, Filomena
- Se eu fosse como tu,
- Punha uma máscara
- Na cara do Dudu.
- Está bem.
- Despedimo-nos, agradecendo muito.

Careta, Rio, 10-4-1915.

CARTA DE UM PAI DE FAMÍLIA AO DOUTOR CHEFE DE POLÍCIA

Senhor doutor chefe de Polícia. Permita vossa excelência que um velho chefe de família, pai de três filhas moças e dois rapazes, se dirija a vossa excelência, no intuito de esclarecer o espírito de vossa excelência que parece só ver as coisas por uma face só.

“Moro excelentíssimo doutor, há quase trinta anos na Rua Joaquim Silva, aí nas fraldas de Santa Teresa, rua plácida, sossegada, que vossa excelência talvez não

conheça como bom chefe de polícia que é do Rio de Janeiro, mas natural da Bahia.

“Não digo tal coisa para censurar vossa excelência, mas simplesmente para lembrar que os antigos chefes de polícia da minha leal e heróica cidade conheciam todos os seus meandros, becos, bibocas, etc. Os antecessores de vossa excelência, como o Vidigal, o dos granadeiros, e o Aragão, o do sino de recolher honestas, conheciam o Rio como qualquer malandro; mas, desde que inventaram a polícia científica, por sinal que fez aumentar os crimes misteriosos, desde então, dizia eu, os chefes ficaram dispensados de conhecer o Rio de Janeiro, inclusive vossa excelência.

“Moro, ia dizendo, na Rua Joaquim Silva há mais de vinte anos, com minha família, em casa própria, que foi a do pai de minha mulher e é agora nossa. Confesso a vossa excelência que me casei, contando (é preciso não esquecer a mulher) com a casa, pois naquele tempo era amanuense e sem a casa não poderia constituir família. De uma casa dessas, boa, sólida, ampla, arejada, cheia de recordações de família, a gente, há de concordar vossa excelência, não se muda assim. Ela faz parte da família, se não é a própria família. vossa excelência que é lido em direito, será certamente lido em sociólogos e sabe perfeitamente que quase todos cogitam na posse normal do domicílio familiar, coisa que consegui graças à minha prudência e às economias do madeireiro português, pai da minha mulher. Não posso, nem me devo mudar, isto diante de todas as leis que não são votadas pelo congresso.

“Acontece excelência, que de uns dias a esta parte vieram para a minha vizinhança umas ‘moças’ que não são bem parecidas com as minhas filhas nem com as primas delas. Eu conheço mal essas coisas da vida do Rio, e nem por isso quero ser chefe de polícia; e andei indagando de que pessoas se tratava e soube que eram ‘meninas’, moradoras nas ruas novas, que a polícia estava tocando de lá, por causa das famílias.

“Mas, doutor, eu não tenho também família? Porque é que só as famílias daquelas ruas não podem ter semelhante vizinhança e eu posso?

“Doutor: eu não tenho nenhuma ojeriza a essas ‘senhoras’, embora nunca me tivesse metido nessas coisas. Casei-me cedo e tenho sempre labutado para a família, desde amanuense até agora que sou chefe de seção; mas não compreendo que a polícia e a justiça persigam certos entes por crime que não está em lei. De resto, se há crime, há pena e a pena não pode ser essa de domicílio coacto ou de interdição de residência que não estão no Código.

“A polícia na lei conhece ladrão, gatuno, cáften, assassino, mas não conhece semelhantes senhoras.

“Não quero discutir com vossa excelência tais coisas. Sei que vossa excelência é o *doctor angelicus* das escolas da Bahia; mas falo sempre como Sancho Pança e julgo como ele na ilha da Baratária.

“Se as famílias da Rua Mem de Sá, não podem ter por vizinhas tais ‘meninas’, muito menos as da Rua Joaquim Silva.

“Demais, quando se fez a referida avenida, elas logo tomaram lugar. Há a favor delas o tal *uti possidetis*, o que não acontece com a minha triste rua. Vossa excelência deve meditar bem sobre o assunto, para não classificar as famílias da Rua Joaquim Silva abaixo das de Mem de Sá. Não há hierarquia familiar na nossa sociedade. Não é doutor? De vossa excelência etc. Augusto Soromenho Albernaz, chefe de seção da Secretaria do Fomento.

“P. S. – Quando acabava de escrever esta a vossa excelência vieram oferecer-me 500\$000 de aluguel pela minha casa. Está aí em que deu o ato de vossa excelência: valorizou as casas da Rua Joaquim Silva e naturalmente desvalorizou as da Avenida Mem de Sá. Não aceitei e espero que os tribunais superiores dêem a todos o direito de morar onde bem lhes parecer conveniente. O mesmo”.

Conforme o original.

Careta, Rio, 24-4-1915.

QUASE DOUTOR

A nossa instrução pública cada vez que é reformada, reserva para o observador surpresas admiráveis. Não há oito dias, fui apresentado a um moço, aí dos seus vinte e poucos anos, bem posto em roupas, anéis, gravatas, bengalas, etc. O meu amigo Seráfico Falcote, estudante, disse-me o amigo comum que nos pôs em relações mútuas.

O senhor Falcote logo nos convidou a tomar qualquer coisa e fomos os três a uma confeitaria. Ao sentar-se, assim falou o anfitrião:

– Caxero traz aí quarqué cosa de bebê e comê.

Pensei de mim para mim: esse moço foi criado na roça, por isso adquiriu esse modo feio de falar. Vieram as bebidas e ele disse ao nosso amigo:

– Não sabe Cunugunde: o véio tá i.

O nosso amigo comum respondeu:

– Deves então andar bem de dinheiros.

– Quá ele tá i nós não arranja nada. Quando escrevo é aquela certeza. De boca, não se cava... O véio óia, óia e dá o fora.

Continuamos a beber e a comer alguns camarões e empadas. A conversa veio a cair sobre a guerra européia. O estudante era alemão dos quatro costados.

– Alamão, disse ele, vai vencer por uma força. Tão aqui, tão em Londres.

– Qual!

– Pois óie: eles toma Paris, atravessa o Sena e é um dia inguelês.

Fiquei surpreendido com tão furioso tipo de estudante.

Ele olhou a garrafa de *vermouth* e observou: Francês tem muita parte... Escreve de um jeito e fala de outro.

– Como?

– Óie aqui: não está *vermouth*, como é que se diz “vermute”? Pra que tanta parte?

Continuei estupefocado e o meu amigo, ou antes, o nosso amigo parecia não ter qualquer surpresa com tão famigerado estudante.

– Sabe, disse este, quase que fui com o dôtô Lauro.

– Porque não foi? perguntei.

– Não posso andá por terra.

– Tem medo?

– Não. Mas óie que ele vai por Mato Grosso e não gosto de andá pelo mato.

Esse estudante era a coisa mais preciosa que tinha encontrado na minha vida. Como era ilustrado! Como falava bem! Que magnífico deputado não iria dar? Um figurão para o partido do Rapadura.

O nosso amigo indagou dele em certo momento:

– Quando te formas?

– No ano que vem.

Caí das nuvens. Este homem já tinha passado tantos exames e falava daquela forma e tinha tão firmes conhecimentos!

O nosso amigo indagou ainda:

– Tens tido boas notas?

– Tudo. Espero tirá a medaia.

Careta, Rio, 8-5-1915.

UM ENTENDIDO

O recente legislador Serapião Stromberg era, em uma das pequenas capitais do Norte, o moço mais chique, mais elegante, mais entendido em artes e letras de todo o Estado, por isso foi eleito deputado pelo governador.

Não havia ninguém como ele para exigir do alfaiate o corte irrepreensível do fraque; e aquele com que veio pleitear o seu reconhecimento, foi muito admirado e toda a gente achou-o de um talhe semelhante às fardas dos soldados de infantaria francesa que os jornais reproduzem em zincografia. Não falemos nos seus “panamás”, nas suas calças a balão, e nas suas botinas inteiriças – tudo isso ele usa do mais requintado chique.

Reconhecido sem contestação, o seu primeiro cuidado foi apresentar-se nos salões do Rio. Lá, no Norte, fala-se muito mal deles; e Serapião que pretendia fazer algumas economias, tratou de procurá-los.

Uma tarde destas, mme Sylvá teve a bondade de convidá-lo e Stronberg não faltou. Vestiu o seu célebre fraque, amarrou bem uma gravata de duas cores e ei-lo em direção às Laranjeiras, onde residia mme Sylvá, evaporando pelo caminho toda a sua importância de deputado anônimo.

Ele tinha torcido com infinito cuidado as guias do bigode; mas, assim mesmo, levou-as a torcer insistentemente pelo bonde afora.

Não havia dúvida que ia fazer uma grande figura, não só por causa de seu todo apolíneo, como também pelo seu saber em matéria de arte e letras clássicas e legais, coisas que os moços do Rio de Janeiro ignoram completamente. Uns fúteis ...

O bonde corria e, vendo entrar uma dama, Stromberg esqueceu os bigodes, deixou cair a clássica bengala de castão de ouro e encalistrou matutamente.

Chegou afinal à casa de mmc Sylvá, não tardou em entrar e ficou no meio de uma seleta companhia.

Serapião levava duas dissertações bem estudadas: uma contra o romantismo piegas, extraordinária novidade na sua terra; e outra sobre a beleza dos frescos da Capela Sixtina que ele nunca tinha visto.

Logo que alguém falou em um autor qualquer, Stromberg fez com um muxoxo:

– Não gosto; é um romântico e o romantismo...

Encetou a dissertação, mas os ouvintes foram escasseando e unicamente uma moça o ficara ouvindo até certo engasgo.

Por aí, ela perguntou:

– O doutor não gosta de pintura?

– Muito, minha senhora. Rafael...

– Venha ver uma curiosidade.

E tirou de sobre um móvel um pequeno medalhão insignificante. Stromberg olhou demoradamente e a moça, após algum tempo, perguntou:

– Não gosta?

– Gosto. mme Pompadour, não é minha senhora?

– Não, doutor; é uma miniatura italiana do século XIV.

– Ah! Logo vi que tinha alguma coisa de Luís XIV. Não me enganei de todo... é maravilhoso!

Careta, Rio, 15-5-1915.

ONTEM E HOJE

Como todo o Rio de Janeiro sabe, o seu centro social foi deslocado da Rua do Ouvidor para a avenida e, nesta, ele fica exatamente no ponto dos bondes da Jardim Botânico.

Lá se reúne tudo o que há de mais curioso na cidade. São as damas elegantes, os moços bonitos, os namoradores, os amantes, os *badauds*, os *camelots* e os sem esperança.

Acrescem para dar animação ao local, as cervejarias que há por lá, e um enorme hotel que diz comportar não sei quantos milheiros de hóspedes.

Nele moram vários parlamentares, alguns conhecidos e muitos desconhecidos. Entre aqueles está um famoso pela virulência dos seus ataques, pela sua barba nazarena, pelo seu *pince-nez* e, agora, pelo luxuoso automóvel, um dos mais *chics* da cidade.

Há cerca de quatro meses, um observador que lá se postasse, veria com espanto o ajuntamento que causava a entrada e a saída desse parlamentar.

De toda a parte, corria gente a falar com ele, a abraçá-lo, a fazer-lhe festas. Eram homens de todas as condições, de todas as roupas, de todas as raças. Vinham os encartolados, os abrilhantados, e também os pobres, os mal vestidos, os necessitados de emprego.

Certa vez a aglomeração de povo foi tal que o guarda civil de ronda compareceu, mas logo afastou-se dizendo:

– É o nosso homem.

Bem; isto é história antiga. Vejamos agora a moderna. Atualmente, o mesmo observador que lá parar, a fim de guardar fisionomias belas ou feias, alegres ou tristes e registrar gestos e atitudes, fica surpreendido com a estranha diferença que há com aspecto da chegada do mesmo deputado. Chega o seu automóvel, um automóvel de muitos contos de réis, iluminado eletricamente, motorista de fardeta, todo o veículo reluzente e orgulhoso. O homem salta. Pára um pouco, olha desconfiado para um lado e para outro, levanta a cabeça para equilibrar o *pince-nez* no nariz e segue para a escusa entrada do hotel.

Ninguém lhe fala, ninguém lhe pede nada, ninguém o abraça – porque?

Porque não mais aquele ajuntamento, aquele fervedouro de gente de há quatro meses passados?

Se ele sai e põe-se no passeio à espera do seu rico automóvel, fica isolado, sem um admirador ao lado, sem um correligionário, sem um assecla sequer. Porque? Não sabemos, mas talvez o guarda civil pudesse dizer:

– Ele não é mais o nosso homem.

Careta, Rio, 26-6-1915.

HISTÓRIA MACABRA

Logo que soube da morte de meu amigo Florêncio da Costa, tratei de habilitar-me a ir ao seu enterro. Florêncio morava no Engenho Novo e o seu enterramento seria feito no cemitério de Inhaúma.

Ajuntei bem no corpo a minha melhor roupa preta e segui para a residência do falecido amigo, cheio de compunção.

Dei os pêsames de praxe à família, notei bem a desolação da mulher e saí a alugar na redondeza uma meia-caleça dessas lamentavelmente tristes que acompanham os nossos enterros.

Conhecia mal os subúrbios de modo que não adivinhei os tormentos por que ia passar e também o meu amigo morto.

Na hora aprazada, por entre prantos e ataques, com a assistência curiosa da vizinhança, o caixão foi saindo, acompanhado das grinaldas que amigos carregavam. As inscrições nas fitas das coroas eram longas e, em uma delas, pude ler: “Ao competentíssimo chefe de seção da Repartição de Terras, Mangues, Paus e Atoleiros, os seus colegas da mesma – Rio, 6-5-14”.

As outras eram do mesmo teor, O enterro seguiu e nunca vi carro que balançasse mais nas molas do que o meu. Fomos indo. Tínhamos que atravessar a linha da Estrada de Ferro Central.

A cancela estava aberta; o carro mortuário passou e alguns do cortejo; mas o resto ficou do lado de cá, pois a tranqueira foi fechada para dar livre trânsito aos comboios vertiginosos.

Passou S P 5 célebre e ficou-se à espera de um outro S qualquer. Este veio e atracou à estação com a locomotiva diante da porteira. Mas não havia meio de

partir; e o coche com o cadáver de meu amigo esperava o resto do cortejo, que fora cindido em dois pelas inflexíveis linhas de aço. Porque não partia o trem? Houvera um desarranjo no “subúrbio” que o antecederia e a linha estava impedida.

Após uma demora de vinte minutos, conseguimos que as autoridades competentes fizessem recuar um pouco o comboio.

Seguimos e eis-nos na Rua José Bonifácio, em Todos os Santos. Esta rua há vinte anos que foi calçada; e, desde essa longínqua data, o seu calçamento não tem recebido o menor reparo. Os buracos nele são abismos e o cocheiro do coche fúnebre, ao desviar-se de um bonde, caiu em um deles, o caixão foi ao chão, o cadáver saltou de dentro deste e o meu amigo, ainda mesmo depois de morto, ficou machucado.

Piedosamente concertamos o defunto e o caixão, seguindo enfim o nosso caminho.

Na entrada da Estrada Real, no canto da Rua José Bonifácio, graças a um buraco que a Light deixa entre os seus trilhos, uma caleça partiu o eixo e, dos seus passageiros, um quebrou uma das pernas.

Houve outras peripécias e, tão emocionantes foram, que o defunto ressuscitou.

Ainda bem que ele não se alistou no partido do senhor Vasconcelos.

Careta, Rio, 17-7-1915.

PAÍS RICO

Meu amigo e colega Juvenal Calheiros é um pai exemplar que cuida com toda a solícitude da educação dos filhos.

Procura bons colégios, informa-se dos professores, segue as lições dos meninos – isto tudo sem o menor desfalecimento.

De resto, ele é um patriota, crente na grandeza do Brasil, nas suas riquezas e no seu futuro; põe, portanto, todo o seu esforço em instilar no espírito dos seus pimpolhos essa sua forte e virtuosa crença.

Damo-nos muito, desde o colégio primário, e frequento-lhe a casa, vivo na intimidade de sua família, o que me dá grande gosto, pois, não tendo propriamente família, aprecio muito a família dos outros.

Não sendo rico, tem Juvenal alguma coisa e vive com certa abastança, em uma boa casa lá das bandas de Vila Isabel.

Domingo, não tendo onde ir, nem mesmo às festanças da Quinta da Boa Vista, cujos recantos, cuja placidez, cuja majestade de parque principesco me encantam muito, quis ver o meu amigo.

É preciso que eu lhes diga que não fui à quinta, porque não vou a lugares públicos quando se paga. Julgo que, podendo eu ir sem pagar a certo lugar, não vou gastar dinheiro para lá ir. Nesse ponto, não sou como o resto do Rio de Janeiro.

Continuo a narração. Tomei o bonde conveniente e parti para a casa do meu amigo, apreciando o domingo, cheio de rapazes endomingados, de damas de laçarotes, de automóveis pejados de gente, de jogadores de *football*, de amadores de corridas, – gente feliz por ter um dia em que não faz nada.

Cheguei em boa hora à casa do meu amigo que conversava na chácara com a família. Ainda liam, ele e os filhos, os jornais.

Não quis interromper-lhes a leitura e acertei um jornal para, relendo-o, não impedir a leitura deles.

A dona da casa estava no interior tratando de negócios caseiros.

Num dado momento, um dos filhos do meu amigo, descansando os jornais, perguntou ao pai:

– Papai, o Brasil não é um país muito rico?

– É.

– Tem ferro?

– Tem.

– Tem cobre?

– Tem.

– Tem zinco?

– Tem. Porque tu perguntas isso?

– É que vejo os jornais muito indignados porque querem exportar ferro velho, cobre, etc. Se nós temos ferro, cobre na terra, porque tal zanga?

A dona da casa veio convidar-nos para o almoço.

Careta, Rio, 31-7-1915.

UM JANTAR NO JÚRI

A função de jurado é uma das mais nobres da nossa sociedade. A lei exige mais pureza de vida para o ser do que para receber o subsídio de deputado. Nenhum processo por tais e quais crimes e infrações, nem mesmo que seja neles absolvido.

Os sábios gabam muito a Inglaterra por ter instituído semelhante espécie de julgamento e doutores em leis clamam contra a intervenção dos leigos nos seus domínios, por intermédio da famosa criação jurídica inglesa.

Certo dia recebi na minha repartição a intimação para ser jurado.

Fiquei contente, porque ia desempenhar uma alta função social.

No dia aprazado, para lá fui e, indagando onde era o tribunal, quase fui recebido à pedrada pelos meirinhos, escrivães e mais gente da justiça. Curiosa maneira de receber um ilustre juiz de fato!

Sentei-me em uma cadeira e esperei o juiz pacientemente. A sessão foi aberta com todas as formalidades e fui sorteado para fazer parte do conselho de sentença.

O promotor falou e, depois, o advogado da defesa fez a sua falação. Que curioso advogado! Tinha uma voz de sino e uma grande consideração pelos conhecimentos dos jurados. Em dado momento, explicou:

– Meus senhores, o réu é um benemérito. Como vigia da estrada de ferro retirou da linha um calhau. Calhau, meus senhores, é uma pedra grande.

Os debates ainda não tinham terminado às cinco horas e os meus colegas de júri reclamaram jantar, porque a máxima preocupação dos jurados é comer à custa do governo.

Veio o jantar e eu, escolhido presidente, me sentei à cabeceira da mesa. Era o mais moço.

Após a sopa, nós nos servimos de peixe à brasileira.

Um dos do fim da mesa, tendo comido algumas garfadas, exclamou:

– Achei uma barata.

Ao ouvir este senhor tão bem educado, um outro jurado disse:

– Mas está muito bom.

Careta, Rio, 21-8-1915.

A GRATIDÃO DO ASSÍRIO

Meu caro senhor Assírio, eu lhe tinha a perguntar se de fato está satisfeito com a vida.

Nós nos havíamos introduzido no elegante porão do Municipal e falávamos ao restaurante *chic* com água na boca. Este não tardou em responder:

– Estou, meu caro senhor; estou, imagine que não há dia em que não me veja abarbado com um banquete.

– É assim?

– Pois não, meu digno senhor. Um poeta publica um livro e logo encomendam-me um banquete com todos os “ff” e “rr” ; os jornais publicam a lista dos convidados, ao dia seguinte, e o meu nome se espalha por este país todo. Se acontece alguém escrever uma crônica feliz, zás, banquete, retrato e nome nos jornais. Se, por acaso...

– Notamos, interrompi eu, que nas suas festanças não há mulheres.

– Já observei isto aos *dilettanti* de banquetes e, até, lhes ofereci organizar um quadro de convidadas.

– Que eles disseram?

– Penso que eles não querem rivalidades femininas. Já as têm em bom número masculinas.

– E as flores?

– Com isso não me preocupo, porque, às vezes, elas me servem para meia dúzia de banquetes. Os rapazes não reparam nisso.

– E as iguarias?

– Oh! Isso? Também não vale nada. Basta uns nomes arrevesados, para que os nossos Lúculos comam gato por lebre.

Mas a minha maior gratidão é...

– Por quem?

– Pela Secretaria do Exterior. Um cidadão é promovido de segundo secretário a primeiro, banquete; um outro passa de amanuense a segundo secretário, banquete... Herança do Rio Branco!... Outro dia, como o Serapião passasse de servente a contínuo, logo lhe ofereceram um banquete.

– Os serventes?

– Não; todos os empregados. Que gente boa, meu caro senhor.

Deixamos o senhor Assírio cheio de uma terna beatitude agradecida por tão bela gente que se banqueteia.

Careta, Rio, 11-9-1915.

EX-HOMEM

Não há nada mais vulgar que um popular dizer para o seu ídolo: “Este é o meu homem”.

Tem havido muitos que o sejam assim tratados e, na república, todos nós sabemos que Floriano, Pinheiro e o Senhor Irineu Machado têm sido assim tratados.

Acontece, pois, que certos desses homens dessa forma assim tratados, de uma hora para outra mudam de orientação, avacalham-se, como se diz vulgarmente, e passam de um extremo a outro, sem nenhuma explicação.

Vejam o caso desse senhor, cujo nome não cito.

Ele era o paladino dos desejos do povo; ele era o seu defensor extremado; ele era o demagogo, no bom sentido da palavra. De um instante para outro, passa a ser justamente o contrário.

Interesses, satisfações à sua vaidade, vontade de agradar a alguma beldade, exigências do automóvel, fazem-no escravo dos poderosos.

Este homem que vivia cercado, animado, cheio de pedidos e dedicações; este homem que até toda a gente tinha prazer em morder, hoje, ninguém o morde, hoje ninguém o procura, hoje ninguém quer saber dele; entretanto, ele hoje está mais rico e mais poderoso.

Os pobres, os ricos, os turcos, os chineses, os árabes e coptas, todos que o procuravam, não o procuram mais.

Aquele ajuntamento que se fazia nas arcadas do jardim, próximo do Hotel Avenida, atualmente não se verifica mais.

É uma desolação de abandono, quando ele passa.

Há dias eu conversava com um velho correligionário de semelhante homem e perguntei:

– Por que I. anda tão abandonado?

– Você não sabe o motivo?

– Não.

– Pois é simples. O povo gosta de homens independentes, daqueles que podem dizer a verdade com todas as letras. Ele já não pode dizê-la. Hoje, está cheio de interesses, de cavações, porque gasta o que não ganha.

– De modo que ele é?

– Ele?

– Que é?

– Ele, hoje, não é mais homem; hoje, ele é ex-homem.

Careta, Rio, 25-9-1915.

FUTURA NOTÍCIA

Os jornais, dentro em breve, hão de noticiar o seguinte, com grandes títulos e subtítulos:

“Ontem, pelas primeiras horas da manhã, a casa de detenção foi abalada pela explosão de uma bomba de dinamite. A surpresa que causou, tão inesperado acontecimento, não impediu que o seu pessoal superior não desse imediatamente as necessárias providências.

“Tratando-se de averiguar onde tivera lugar o fato, soube-se logo que se dera a explosão no cubículo em que está alojado, Francisco Manso de Paiva Coimbra, o célebre assassino do general.

“Como é sabido de todos, esse desgraçado rapaz, em 8 de novembro do ano último, na ocasião em que o general Pinheiro penetrava no Hotel dos Estrangeiros, assassinou-o fria e covardemente pelas costas.

‘Preso em flagrante, foi convenientemente processado e aguardava o julgamento que devia ter lugar proximamente.

“O pessoal da detenção não sabe explicar como o criminoso conseguiu ter em seu poder uma bomba de dinamite.

“Há várias versões, mas todas elas nada explicam, antes complicam a situação dos funcionários daquele presídio.

“É ocasião de recordar que não é a primeira vez que tal fato se dá.

“Há tempos, durante o longo sítio que o marechal Hermes decretou, o cabo Ramos, recolhido à Detenção, por ser acusado de ter tentado contra a vida do referido general, então ministro da Guerra, suicidou-se misteriosamente, com o auxílio de uma bomba de dinamite, que ele fez explodir no cubículo em que estava recolhido.

“Até hoje, como agora com o caso de Paiva Coimbra, o fato não foi satisfatoriamente explicado e o seu mistério tem resistido a todas as investigações.

“É de esperar que, daqui em diante, tais acontecimentos não se repitam e esperamos que o pessoal da detenção não permita que os detentos tenham nas

suas prisões laboratórios de pirotécnica, de modo a permitir-lhes o fabrico de explosivos violentos.”

Pela adivinhação.

Careta, Rio, 25-9-1915

EXEMPLO A IMITAR

Os conselhos municipais de São Paulo e Belo Horizonte acabam de legislar sobre a obrigatoriedade de serem redigidas em língua vernácula as inscrições de placas, tabuletas, emblemas, rótulos ou denominações de casas comerciais, de diversões, etc.

Os nossos jornais, os daqui, pedem que, à vista de semelhante exemplo, o nosso conselho faça o mesmo e vá até o ponto de exigir que tais emblemas, etc., quando não sejam estritamente sintáticos ou tenham erros ortográficos, mereçam multas e outras punições.

Não há dúvida que a medida merece louvores, mas a nossa língua é tão indisciplinada, que não sei bem como os agentes e guardas fiscais se vão haver para executar a postura.

Supondo mesmo que eles tenham instrução para corrigir ou julgar dos erros das tabuletas, é bem de ver que, à vista dos casos controversos, no que toca ao nosso idioma, eles se vejam em palpos de aranha, para resolver certos casos.

Por exemplo: a Light põe “Larangeiras” com g , mas há quem admita que “Laranjeiras” se deve escrever com “j”. Se a gente for dessa última opinião, pode multar a companhia canadense?

Outra coisa: um ferrador põe na placa o seguinte letreiro: “Ferra-se burros”. Está certo? Está errado? Para uns está, para outros não. Como se há de resolver a multa?

O projeto chama uma comissão de gramáticos e esta é uma espécie de gente que não se entende.

Mas ainda: uma casa de modas escreve na tabuleta: “modas e confecções”. Todos sabem que esta última palavra é um crasso galicismo, mas por ser crasso é que é usual.

Como há de ser imposta a multa? Nova comissão de gramáticos e grossa descompostura, entre todos os especialistas no gênero.

Estou a ver uma barulharia infernal só por causa de uma inovante postura municipal.

Careta, Rio, 9-10-1915.

UMA LEMBRANÇA

Com toda a pompa oficial, na presença de altas autoridades, inclusive sua excelência, o senhor ministro do Interior, a Diretoria de Saúde Pública, em dias da semana passada, inaugurou uma Escola Prática de Enfermeiros.

Consta do seu programa de ensino várias disciplinas da mais alta importância para enfermeiros práticos, como sejam: física, química, anatomia, fisiologia, terapêutica, etc.

A muita gente um tal programa se afigurou pomposo e inútil para formar enfermeiros práticos no seu ofício. Outros viram no propósito a idéia de substituir as academias de sessenta mil-réis que tanta celeuma causaram e foram, ao que parece, extintas, ou vão ser, com a recente reforma do ensino público.

Não sei ao certo quais os intuitos dos criadores da Escola, pondo no seu programa tão altas disciplinas; mas peço vênia para lembrar que, se eles querem fabricar bons enfermeiros práticos, não devem seguir tal programa. Modéstia à parte, eu possuo um muito melhor e digo isto por dois motivos:

a) não sou médico.

b) nunca fui enfermeiro.

Mas, como curioso, leio essas coisas de enfermaria e conheço algumas escolas dessa profissão da sábia Alemanha, pela leitura de revistas, certamente.

Há uma em Munique muito afamada, cujo programa é o seguinte:

1º ano – 1ª cadeira: geometria analítica e cálculo diferencial e integral; 2ª cadeira: literatura comparada.

2º ano – 1ª cadeira: máquinas motrizes e operatrizes; 2ª cadeira: economia política.

A outra escola de que tenho lembrança é a que existe em Dresden. O seu programa é mais simples:

1º ano – 1ª cadeira: direito romano; 2ª cadeira: história das religiões.

2º ano – 1ª cadeira: termodinâmica; 2ª cadeira: hidráulica ou jogo de xadrez.

Ambas, ao que dizem, têm dado os melhores resultados e não há motivos para que não as imitemos.

Aí fica a lembrança.

Careta, Rio. 16-10-1915.

DE FORMA QUE...

– Quando o meu primo Augusto me disse que os redatores das seções elegantes dos jornais do Rio eram muito apreciados e amimados pelas moças da alta roda carioca, eu não tive outro pensamento senão fazer-me redator de uma seção dessas para ter tão doces e ternas homenagens do belo sexo. Já andara metido nos jornais da capital da minha província; e, no intuito de adquirir prática, dias depois, criei no jornal de xxx, folha de grande circulação da minha cidade natal, uma seção mundana a que dei o título – “A vida chic”. Essa minha cidade natal não tinha casa de chá, nem Rua do Ouvidor, nem banquetes no Assírio, pois lhe faltava uma Secretaria do Interior para manter um luxuoso *restaurant* igual ao do porão do Teatro Municipal, de modo que me via, em certas ocasiões, abarbadado para encher a seção. Corria aos jornais de modas e aos do Rio e dava conselhos sobre a elegância feminina. Tão estranho era eu a semelhante matéria que, obedecendo aos meus preceitos, as moças da minha cidade vieram a vestir-se do modo mais horroroso possível, porque, é conveniente dizer, para disfarçar a pilhagem que eu fazia nos colegas, embrulhava figurinos e casava mal as cores dos vestuários. O meu sucesso foi, porém, grande; e, animado por ele, parti para aqui. Consegui arranjar um lugar no O Furo – jornal da tarde que se acabava de fundar. Durante dois meses redigi a seção elegante – “A vida chic” – e fiz necrotério, Santa Casa e outras reportagens pouco alegres e *smarts*. Não recebi carta feminina alguma e não vi nem um ceitel, pois o dinheiro que o jornal rendia, ou o que dava o capitalista comanditário, era pouco para sustentar os vários lares que o gerente mantinha. Bom pai de família... Estava já quase sem dinheiro, quando o distribuidor do O Furo – o Mercadante – convidou-me para redigir o seu jornal do “bicho”, intitulado O Palpite. Ganhava 50\$000 por semana e ele mos pagou sempre pontualmente. Acertava sempre no grupo, pois o jornal, nesta e naquela seção, acabava dando, diariamente,

todos os vinte e cinco animais da loteria popular. Cartas choviam e certo dia recebi uma, perfumada, em papel de linho, na qual me era pedido um palpite na certeza, dado na seção mais estimada. Dei-o e acertei. Ao dia seguinte, recebi da mesma pessoa um curto bilhete.

– Que dizia?

– “Obrigado. Não sabes de que me salvaste. Amo-te muito. Vem amanhã. Na rua etc., etc.”

– De forma que?...

– De forma que com o palpite no bicho consegui o que não tinha obtido com a seção elegante: um amor.

Careta, Rio, 6-11-1915.

OS OUTROS

Não há prazer maior do que se ouvir pelas ruas, pelos bondes, pelos cafés, as conversas de dois conhecidos.

Tenho um camarada cuja curiosidade pelo pensamento dos estranhos é tal que não há papel caído na rua, contendo algumas linhas escritas que ele não guarde, recomponha, a fim de dar pasto a esse seu vício mental.

Tem no seu museu coisas maravilhosas. Muita vez os missivistas pensam em ter inutilizado uma cartinha amorosa, um bilhete de “facada” e vai um indiscreto como este meu amigo e descobre que em tal dia F. “mordeu” X. em 50\$000 ou Z. está apaixonado por H.

Na rua, porém, as coisas se passam mais ao vivo e as pontas de conversa merecem ser registradas, às vezes, por disparatadas, em outras, por profundamente sentenciosas, em outras ainda, por serem excessivamente divertidas.

Em um dia destes que fui levar um amigo até à estação de Maruí, pude ouvir este pedaço de conversa entre dois redondos coronéis roceiros:

– Como deixaste o rapaz?

– Bem.

– Estuda?

– Estuda, mas esses estudos agora estão muito puxados. Imagina tu que ele tem de estudar, decorar um livro enorme, cheio de números e, ainda por cima, em francês.

– Como se chama?

– Não sei. Tem um nome difícil. O autor é um tal *Calle* ou coisa que valha.

Tratava-se das *Tábuas de Callet* que tinham inspirado a piedade do pobre matuto pela vadiação do filho.

As conversas de trem são quase sempre interessantes. A mania dos suburbanos é discutir o merecimento deste subúrbio em face daquele. Um morador do Riachuelo não pode admitir que se o confunda com um do Encantado e muito menos com qualquer do Engenho de Dentro.

Os habitantes de Todos os Santos julgam a sua estação excelente por ser pacata e sossegada, mas os do Méier acusam os de Todos os Santos de irem para o seu bairro tirar-lhe o sossego.

Uma senhora dizia à outra, no trem:

– Jacarepaguá é muito bom. Gosto muito.

– Mas tem um defeito.

– Qual é?

– Não tem iluminação à noite.

– Você diz bem que é só à noite, pois de dia tem o Sol.

As duas riram-se e, como nenhuma delas tivesse pretensões intelectuais, não houve zanga alguma entre elas.

Os hábitos de sociedade, parece, ainda não estão cientificamente estabelecidos entre nós.

Julgo que se fossem analisar muitos deles à luz da metafísica, da teologia dogmática e da teoria dos raios catódicos, muitos deles seriam condenados.

Lembro-me mesmo de um caso elucidativo que um meu amigo me contou. Um outro amigo dele encontrou-o na rua e apresentou-o à mulher, ali mesmo.

Havia o movimento habitual da via pública, capaz de distrair, o mais atento. Para conversar qualquer coisa, o meu amigo narrou uma história de um acidente de bonde de que ia sendo vítima.

– Imaginem que quase morri.

Nisto a esposa do camarada do meu amigo voltou-se, pois estava olhando para um dos lados, e perguntou naturalmente:

– Não morreu?

Careta, Rio, 11-12-1915.

MAIS UMA

Temos agora, neste nosso extraordinário Brasil, mais uma academia de letras: a da Bahia.

A primeira coisa que logo chama a atenção de quem lê a lista dos seus membros e respectivos patronos, é o ar de família que apresenta a novel instituição sábia.

Monizes de Aragão há lá quatro, quase a décima parte da academia efetiva, além de dois outros Monizes, mas não de Aragão, que devem ser primos dos primeiros.

Isto unicamente entre os membros; não falamos aqui nos patronos.

Castro Rebelos, há dois, o Afonso e o Frederico; e assim por diante.

Se fosse no Ceará, com o exemplo político dos senhores Accióli ou Barroso, a coisa estaria explicada; mas em São Salvador, não se sabe bem onde foram os baianos buscar padrão para semelhante oligarquia.

Os patronos são em grande número completamente estranhos a coisas de letras. O senhor Teodoro Sampaio tomou para epônimo André Rebouças. Estamos a apostar que, se Rebouças, com o seu caráter e honestidade intelectual, pudesse falar de lá da Eternidade, havia de protestar, asseverando que era engenheiro, pura e simplesmente, e não literato de qualquer espécie.

A Bahia, terra de tantas inteligências e tão brilhantes tradições literárias, não podia consentir que tivesse sido ou seja governada senão por intelectuais e literatos.

Entre os membros da sua academia, estão o senhor Seabra, o J. J., o senhor Severino Vieira, antigos governadores, e o atual.

Noblesse oblige.

Notamos a falta do senhor José Marcelino e do senhor Araújo Pinho.

Quanto aos patronos, há descobertas surpreendentes. Por exemplo: os senhores alguma vez ouviram dizer que o conselheiro Zacarias fosse homem de letras? Pois saibam agora que a academia da Bahia diz que foi; e até está servindo de patrono ao senhor Seabra, na imortalidade baiana.

Está certo.

E o barão de Cotegipe? E o Manuel Vitorino? E o Fernandes da Cunha?

Escapou, entre os heróis epônimos da academia, com certeza por inadvertência, o conselheiro Saraiva. É de admirar, pois reza a tradição que ele lia com especial agrado a *Revue des Deux Mondes*...

O senhor Miguel Calmon esqueceu-se um pouco do seu avoengo, visconde de Turenne, e tomou como patrono um outro mais próximo: o marquês de Abrantes.

O antigo ministro da Viação e atual escrivão dos expostos da Santa Casa anda sempre a duas amarras. Quando se trata de coisas da Bahia, tem como antepassado o nosso conhecido marquês de Abrantes; mas, em se tratando de informações de sua genealogia que tenham repercussão lá fora, é de Tour d'Auvergne, da casa dos duques de Bouillon, de que ele descende.

O diabo é que não sabemos onde fica a literatura do marquês de Abrantes.

O senhor Almáquio Dinis é também imortal na Bahia. Ainda bem que ele, de alguma forma, realizou o seu sonho dourado. Parabéns, doutor!

O livreiro Jacinto é que está desanimado...

Gostava muito mais de ver o senhor Afrânio tomar para orago o senhor Deiró.

Para um homem do mundo, como o senhor Afrânio constitui, ao que nos disseram, uma boa recomendação.

O mais original da novata academia de Salvador é que ela não se contentou com quarenta membros.

Criou mais um, como contrapeso ou como se chama, em linguagem de varejista ou quitandeiro: “quebra”.

E, para esse fauteuil “de quebra”, a academia da Bahia escolheu o senhor Arlindo Fragoso, cujo patrono é Manuel Alves Branco.

E preciso observar que não foi o senhor Arlindo quem escolheu o padrinho; foi-lhe imposto.

A Academia Brasileira começou com escritores, por patronos, também escritores; e vai morrendo suavemente em cenáculo de diplomatas *chics*, de potentados do “silêncio é ouro”, de médicos afreguesados e juízes *tout à fait*.

A da Bahia, vindo depois, não quis percorrer as etapas da sua antecessora. Começou logo com um sarapatel de todos os diabos e... esqueceu-se de Caetano Lopes de Moura, o primeiro editor do Cancioneiro do Vaticano ou D’El Rey Dom Denis, como ele batizou o códice da biblioteca papalina.

Cozinha baiana...

A.B.C., Rio, 31-3-1917.

CARTA FECHADA – MEU MARAVILHOSO SENHOR ZÉ RUFINO

Eu lhe escrevo esta carta, com muito desgosto, pois interrompo a série de impressões que vinha escrevendo sobre o país da Bruzundanga. Mas vossa excelência merece semelhante interrupção. Vossa Excelência é

o mais cínico dos sujeitos que se fizeram ministro de Estado. Nem o Calmon, que se fez agora cadete, para ver se arranja um lugar de ministro de qualquer coisa, é igual a vossa excelência.

Ministro, meu caro e excelentíssimo senhor Zé Rufino ou Chico Caiana, é um cidadão investido de certas e grandes autoridades para prever as necessidades públicas; ministro, Rufino, não é um reles especulador!; ministro, Chico da Novilha, é alguma coisa mais do que um simples agiota.

Agora você (mudo de tratamento), fez-se ministro para ser caixeiro de um reles sindicato de judeus belgas e mais ou menos franceses, para esfomear o Brasil e ganhar dinheiro.

É muito justo que vocês queiram ganhar dinheiro; é muito justa essa torpe ânsia burguesa de ajuntar níqueis; mas o que não é justo, é que nós, todo o povo do Brasil, dê prestígio a você, ministro e secretário de Estado, para nos matar de fome.

O Amaral, aliás diretor, como está no cabeçalho, ali do Correio da Manhã, com o seu receituário enciclopédico, já disse que você trata de coisas práticas. É a mesma coisa que um ladrão, meu amigo, disse-me uma vez! “Só trato de coisas práticas.”

Não preciso, portanto, ter a grande ciência do Amaral, a sua estadia na Europa, o seu saber em inglês e arte de fórmulas, para dizer que o Zé Rufino é a primeira coisa deste mundo.

Nasci sem dinheiro, mulato e livre; mas se nascesse com dinheiro, livre e mesmo mulato, fazia o Zé Rufino meu feitor da fazenda.

Não há destino que lhe caiba mais; vai-lhe como uma luva do Formosinho.

Bezerra, alvar, mais do que ignorante, autoritário, babosão, um lugar desses lhe vinha a calhar.

A República do Brasil não podia ter ministro mais representativo.

Um secretário de Estado, um auxiliar do seu presidente, cuja única cogitação é auxiliar a judiaria dos falsos produtores do açúcar para empobrecer o seu povo, só deve merecer medalhas e recompensas.

O Amaral naturalmente vem com algarismos e negócios de economia política, para afirmar que o Rufino tem direito a fazer semelhante coisa quando ministro de Estado.

Eu, porém, não tenho medo nem dos algarismos nem dos negócios do Amaral; e, se o Azevedo quiser, estou disposto a responder-lhe em qualquer terreno.

Amaral estudou essas coisas de sociologia, não como médico, mas como boticário. O que ele sabe não é anatomia, não é patologia, não é terapêutica, não é botânica, não é química. Ele sabe o formulário; e, como tal, acha o Rufino

um homem extraordinário, prático, tão prático que está achando meios e modos de matar a nossa gente pobre de fome.

O açúcar, produção nacional, a mais nacional que há, que é vendida aos estrangeiros por 6\$000 à arroba, é vendida aos retalhistas brasileiros por mais de 10\$000.

Sabem quem é o chefe de semelhante bandalheira? É o Zé Rufino Bezerra Cavalcanti – Cavalcanti, com “i”, porque ele não é mulato – graças a Deus!

Semelhante tipo, semelhante ministro de Estado, de mãos dadas com belgas e outros vagabundos mais ou menos franceses, é que merece a admiração enternecida do Amaral e do seu amigo Edmundo ou, como chamam lá os seus criados, doutor Edmundo.

Amaral, tu és notável, tu tens talento, tu és doutor, tu possuis tudo para ser um grande homem. Não sei se tu tens vícios; eu os tenho; mas tu não tens – é sinceridade.

Falta-te essa coisa que é o amor pelos outros, o pensamento dos outros, a dedicação para enfrentar com a vida na sua majestosa grandeza de miséria e de força.

Quanto aos teus algarismos, vai te catar que não tenho medo deles; e, quanto a mim, diga ao Rufino que sou terceiro oficial da Secretaria da Guerra, há quinze anos. Ele que arranje, se for capaz, a minha demissão. Não garanto, mas, talvez, seja possível que eu lhe fique agradecido. Até logo.

A.B.C., Rio, 12-5-1917.

SOBRE O DESASTRE

Viveu uma semana a cidade sob a impressão do desastre da Rua da Carioca. A impressão foi tão grande, alagou-se por todas as camadas, que temo não ter sido de tal modo profunda, pois imagino que, quando saírem à luz estas linhas, ela já se tenha apagado de todos os espíritos.

Todos procuraram explicar os motivos do desastre. Os técnicos e os profanos, os médicos e os boticários, os burocratas e os merceeiros, os motorneiros e os quitandeiros, todos tiveram uma opinião sobre a causa da tremenda catástrofe.

Uma coisa, porém, ninguém se lembrou de ver no desastre: foi a sua significação moral, ou antes, social.

Nesse atropelo em que vivemos, neste fantástico turbilhão de preocupações subalternas, poucos têm visto de que modo nós nos vamos afastando da medida, do relativo, do equilibrado, para nos atirmos ao monstruoso, ao brutal.

O nosso gosto que sempre teve um estalão equivalente à nossa própria pessoa, está querendo passar, sem um módulo conveniente, para o do gigante Golias ou outro qualquer de sua raça.

A brutalidade dos Estados Unidos, a sua grosseria mercantil, a sua desonestidade administrativa e o seu amor ao apressado estão nos fascinando e tirando de nós aquele pouco que nos era próprio e nos fazia bons.

O Rio é uma cidade de grande área e de população pouco densa; e, de tal modo o é, que se ir do Méier à Copacabana, é uma verdadeira viagem, sem que, entretanto, não se saia da zona urbana.

De resto, a valorização dos terrenos não se há feito, a não ser em certas ruas e assim mesmo em certos trechos delas, não se há feito, dizia, de um modo tão tirânico que exigisse a construção em nesgas de chão de *sky-scrapers*.

Porque os fazem então?

E por imitação, por má e sórdida imitação dos Estados Unidos, naquilo que têm de mais estúpido – a brutalidade. Entra também um pouco de ganância, mas esta é a acoraçada pela filosofia oficial corrente que nos ensina a imitar aquele poderoso país.

Longe de mim censurar a imitação, pois sei bem de que maneira ela é fator da civilização e do aperfeiçoamento individual, mas aprová-la *quand même*, é que não posso fazer.

O Rio de Janeiro não tem necessidade de semelhantes “cabeças-de-porco”, dessas torres babilônicas que irão enfeá-lo, e perturbar os seus lindos horizontes. Se é necessário construir algum, que só seja permitido em certas ruas com a área de chão convenientemente proporcional.

Nós não estamos como a maior parte dos senhores de Nova York, apertados, em uma pequena ilha; nós nos podemos desenvolver para muitos quadrantes. Para que esta ambição então? Para que perturbar a majestade da nossa natureza, com a plebéia brutalidade de monstruosas construções?

Abandonemos essa vassalagem aos americanos e fiquemos nós mesmos com as nossas casas de dois ou três andares, construídas lentamente, mas que raramente matavam os seus humildes construtores.

Os inconvenientes dessas almanjarras são patentes. Além de não poderem possuir a mínima beleza, em caso de desastre, de incêndio, por exemplo, não podendo os elevadores dar vazão à sua população, as mortes hão de se multiplicar. Acresce ainda a circunstância que, sendo habitada, por perto de meio a um milhar de pessoas, verdadeiras vilas, a não ser que haja uma polícia especial, elas hão de, em breve favorecer a perpetração de crimes misteriosos.

Imploremos aos senhores capitalistas para que abandonem essas imensas construções, que irão, multiplicadas, impedir de vermos os nossos purpurinos crepúsculos do verão e os nossos profundos céus negros do inverno. As modas dos “americanos” que lá fiquem com eles; fiquemos nós com as nossas que matam menos e não ofendem muito à beleza e à natureza.

Sei bem que essas considerações são inatuais. Vou contra a corrente geral, mas creiam, que isso não me amedronta. Admiro muito o imperador Juliano e, como ele, gostaria de dizer, ao morrer: “Venceste Galileu.”

Revista da Época, Rio, 20-7-1917.

A VAGA DA ACADEMIA

Em matéria de eleições, parece que há quem queira emparelhar a nossa Academia de Letras com os politiqueiros de Campo Grande ou Santa Cruz.

Foi ontem que morreu o barão Homem de Melo e, ao que parece, a academia ainda não declarou oficialmente que há uma vaga aberta em seu seio.

Entretanto, já apareceu um candidato – o que é extraordinário. Torna-o, porém, esquisito o fato de ser anunciado com tais e quais votos.

Não sabemos se tal coisa é verdade. Mas, lemos a notícia em um jornal de São Paulo, A Capital, de 12 do corrente mês. Ei-la:

“Academia Brasileira de Letras – Rio. 12 – Afirma-se aqui, que, para a vaga do saudoso Barão Homem de Meio na Academia Brasileira de Letras, será eleito o Senhor Veiga Miranda, redator-chefe da edição paulista do Jornal do Comércio e festejado autor de Pássaros que fogem, Redenção e Mau Olhado.

“Dizem que o ilustre escritor, cujas obras já mereceram a crítica entusiástica de acadêmicos como Oliveira Lima, José Veríssimo, Mário de Alencar e João Ribeiro, terá os votos dos Senhores Félix Pacheco, Alcindo Guanabara, Afrânio Peixoto, Pedro Lessa, Coelho Neto, Luís Murat, Emilio de Meneses, Magalhães Azeredo, Augusto de Lima, Ataulfo de Paiva, Antônio Austregésio, Oliveira Lima, Mário de Alencar, João Ribeiro, Silva Ramos, Afonso Celso, além de outros. Segundo cálculos aqui feitos, o Senhor Veiga Miranda terá mais de 25 votos, contando-se dentre eles o do Senhor Conselheiro Rui Barbosa.”

Não pomos em dúvida os méritos do prematuro candidato. Contudo tomamos a liberdade de lembrar que o Brasil é bem grande, possui muitos escritores, talvez demais para os leitores efetivos.

Sendo assim, pode aparecer, até que se dê a eleição, um candidato com tantos méritos ou mais do que os do senhor Veiga Miranda.

É de crer que os imortais da Praia da Lapa, ao serem chamados para escolher um novo colega, levem em conta os títulos intrinsecamente literários dos postulantes e não quaisquer outras razões sentimentais, sociais ou políticas.

Julgando que se tenha dado isso sempre no ânimo dos membros da ilustre companhia, não queremos crer que desde já tantos nomes respeitáveis tenham hipotecado os seus votos a um certo e determinado candidato, sem conhecer os outros.

É preciso lembrar que há entre tais nomes o do senhor Ataulfo de Paiva, que além de ser um curioso escritor da mais apurada elegância, é juiz de carreira, desembargador atualmente, devendo ter naturalmente um perfeito hábito de julgar.

Não nos é lícito acreditar, portanto, no telegrama do nosso colega de São Paulo.

Os imortais citados no telegrama do vespertino paulista, como juizes que vão ser, esperarão os outros candidatos para então se pronunciarem com toda a honestidade a respeito.

As tradições de virtude, de austeridade e independência da academia são a mais perfeita garantia de que a nossa suposição não é sem base.

Lanterna, Rio, 17-1-1918.

O QUE É ENTÃO?

Conheço de nome, o senhor Múcio da Paixão, há muitos anos. Não há revista de teatro, daqui e dos Estados, onde não se encontre sempre alguma coisa dele...

Habituei-me a estimá-lo por esse profundo e constante amor as coisas da ribalta. Gosto dos homens de uma única paixão. Não é pois, de estranhar que tivesse lido, há dias na Gazeta do Povo, de Campos, com todo o interesse um artigo seu sobre uma *troupe* sertaneja que andou por aqui, estando na ocasião naquela cidade. Li-o com tanto interesse quanto a leitura de um outro jornal da rainha da Paraíba me havia deixado uma desagradável impressão. É o caso que A Notícia de lá anunciava o furto de 1:500\$000 feito a uma quitandeira espanhola, com o título – “Um grande roubo”. Imaginei logo a bela cidade do açúcar dos ministeriais Meireles Zamiths & Cia, muito pobre a ponto de classificar tão pomposamente um modestíssimo ataque a propriedade alheia. Abandonando a *A Notícia*, e encontrando no então jornal campista, o artigo do senhor Múcio, apressei-me em lê-lo para esquecer o julgamento desfavorável que fizera antes.

O senhor Múcio gabara muito a *troupe*, tinha palavras carinhosas para os sertanejos de todas as partes do Brasil, mesmo para aqueles da turma em espetáculos na cidade, que tocavam nas violas a Cavalaria Rusticana e a Carmen. Só ao tratar da cidade do Rio de Janeiro, é que o senhor Múcio foi áspero. Classificou-a de – a menos brasileira das nossas cidades. Eu quisera bem que o escritor campista me dissesse as razões de tal julgamento. Será pela população? Creio que não...

O último recenseamento desta cidade, feita pelo Prefeito Passos, em 1890, acusava para ela a população total de 811.443 habitantes, dos quais 600.928 eram brasileiros e os restantes 210.515, estrangeiros. Não se pode, creio eu, dizer que uma cidade não é brasileira quando mais de dois terços de sua população o são. Convém ainda reparar que, no número dos estrangeiros, estão incluídos 133.393 portugueses, mais da metade do total de forasteiros, fato de notar, pois os lusitanos muito pouco influem para a modificação dos costumes e da língua.

Se não é na população que o senhor Múcio foi buscar base para a sua asserção, onde foi então? Nos costumes? Mas que costumes queria o senhor Múcio que o Rio de Janeiro tivesse? Os de Campos? Os da Bahia? Os de São Gabriel?

Julgo que o confrade das margens do Paraíba tem bastante bom senso para ver que o Rio de Janeiro só pode ter os costumes do Rio de Janeiro.

E sou levado a pensar assim porque, nesse mesmo artigo seu, o ilustre colega afirma que cada terra cria a sua poesia popular, etc., etc.

O meu Rio a tem também e, se o estimado publicista lembrar-se dos trabalhos dos estudiosos dessas coisas de folclore, como os senhores João Ribeiro e Sílvio Romero, por exemplo, verão que eles têm registrado muitos cantos, muitas quadras populares próprias ao Rio de Janeiro.

Poucas informações tenho do esforçado escritor campista, mas imagino que ele conhece muito mal o Rio de Janeiro. Quando vem por aqui adivinho, anda pela Rua do Ouvidor, Avenida, Praia de Botafogo, por todos esses lugares que as grandes cidades possuem para gáudio dos seus visitantes; mas o que constitui a alma, a substância da cidade, o senhor Múcio não conhece e dá provas disso em sua afirmação.

O Rio de Janeiro é brasileiro a seu modo, como Campos é, como São Paulo é, como Manaus é, etc. Nesta região, preponderaram tais elementos; naquela, houve uma influência predominante, naquela outra, apagaram-se certas tradições e avivaram-se outras; e assim por diante. Mas, um brasileiro de condição média quando vai daqui para ali, compreende perfeitamente tais usanças locais, sejam as do Rio Grande do Sul para as do Pará ou vice-versa. O nosso fundo comum é milagrosamente inalterável e basta para nos entendermos uns aos outros.

Se o Brasil não é o Rio de Janeiro, meu caro senhor Múcio da Paixão, o Rio de Janeiro também não é a Rua do Ouvidor. Não se deve, portanto, julgá-lo pela sua tradicional via pública.

E, se quiser ver, como isto é verdade, venha no mês que vem, assistir o carnaval. Não só o senhor verá que o Rio tem muita coisa de seu, má ou boa como também espontaneamente soube resumir as tradições e cantares plebeus do Brasil todo – o que se vê durante os dias consagrados a Momo.

Um observador como o senhor é, não há de admitir que só sejam brasileiros a sua “mana-chica”, e o seu “carabas” de Campos e não seja o “cateretê” de São Paulo, se é esse o nome que ali é dado aos saraus de sua gente pobre e rústica.

O Rio de Janeiro é cidade bem brasileira, senão, o que é então? Diga-me, o senhor Múcio da Paixão.

Lanterna, Rio, 22-1-1918.

ESTUDOS BRASILEIROS

De quando em quando os jornais anunciam certos acontecimentos para breve, e ao chegar a ocasião de se realizarem, eles não se verificam sem que as folhas volantes se preocupem em justificar o motivo de tal. Assim, por exemplo o senhor Miguel Calmon, professor de cálculos na Bahia e cadete de linha de tiro aqui, devido as profundas provas que deu, de saber cultivar batatas em quintais burgueses, foi escolhido para professor da Universidade de Lisboa da cadeira de Estudos Brasileiros. A escolha foi feita pela Academia de Letras que, como se sabe, primou sempre nas suas escolhas.

O jovem Calmon devia partir em novembro, mais patriota, porém, do que o grácil Hélio Lobo, vulgo, secretário da presidência, ficou, para não abandonar o Brasil, privá-lo dos seus esforços e das suas luzes quando deles muito precisa o país nesses transe de uma guerra universal.

Eu avancei o motivo, mas não estou certo de que fosse este. Entretanto, até aqui, jornal algum quis dizê-lo claramente e os quotidianos deviam fazê-lo, para ciência de todos nós, tanto mais que não há dia em que não falem do jovem descendente de Turenne, por isto ou por aquilo...

Acredito, portanto que fosse aquele o motivo de não ter o senhor Calmon ido assumir em Lisboa, a sua cadeira, porque, auxiliando à pátria e ao governo, eu o vi a 15 de novembro último, muito garboso, de cáqui e carabina, nas fileiras do Tiro nº 7. Isto foi um instante, no campo do São Cristovão; mas, minutos depois muito reunamente vestido, vi o atirador na sua *limousine*, e como a tarde tivesse um ar guerreiro, eu a supus a princípio, uma espécie de tanque, de invenção de algum patriota nacional. Lembrei-me do doutor Ribas Cadaval...

Motivo fosse qual fosse, o certo é que o senhor Miguel du Pin não partiu. A academia para ser gentil com a sua colega de Lisboa, devia oficiar-lhe, explicando as razões por que o seu legado não foi.

Podia mesmo ter dado logo um substituto ao guerreiro do Tiro 7 e do *tank-limousine*; e tendo anteriormente escolhido este, porque entendia de pragas egípcias do algodão e do plantio do café em Java para a citada cadeira de Estudos Brasileiros, a nossa ilustre companhia devia aperfeiçoar mais a sua eleição, designando alguém que bem entendesse das culturas da Groenlândia e da literatura esquimó.

Imagino que uma sabedoria destas não é muito comum em Lisboa, e, com ela, o embaixador da academia iria embasacar o público lusitano. Não perca a respeitável instituição mais esse ensejo de fazer a prova da nossa cultura no

estrangeiro e mande para lá alguém nas condições indicadas. Podia ser o Hélio. Bastava-lhe um caixote de aspas.

Convidem-no que ele topa.

Lanterna, Rio, 26-1-1918.

LAVAR A HONRA, MATANDO?

Dentre as muitas coisas engraçadas que me têm acontecido, uma delas é ter sido jurado, e mais de uma vez. Da venerável instituição, eu tenho notas que me animo qualificá-las de judiciosas e um dia, desta ou daquela maneira, hei de publicá-las. Antes de tudo, declaro que não tenho sobre o júri a opinião dos jornalistas honestíssimos, nem tampouco a dos bacharéis pedantes. Sou de opinião que ela deve ser mantida, ou por outra, voltar ao que foi. A lei, pela sua generosidade mesmo, não pode prever tais e quais casos, os aspectos particulares de tais e quais crimes; e só um tribunal como o júri, sem peias de praxistas, de autoridades jurídicas, etc., pode julgar com o critério muito racional e concreto da vida que nós vivemos todos os dias, desprezando o rigor abstrato da lei e os preconceitos dos juristas.

A massa dos jurados é de uma mediocridade intelectual pasmosa, mas isto não depõe contra o júri, pois nós sabemos de que força mental são a maioria dos nossos juízes togados.

A burrice nacional julga que deviam ser os formados a compor unicamente o júri. Há nisso somente burrice, e às toneladas. Nas muitas vezes em que servi no tribunal popular, tive como companheiros doutores de todos os matizes. Com raras exceções, todos eles eram excepcionalmente idiotas e os mais perfeitos eram os formados em direito.

Todos eles estavam no mesmo nível mental, que o senhor Ramalho, oficial da Secretaria da Viação; que o senhor Sá, escriturário da Intendência; que o senhor Guedes, contramestre do Arsenal de Guerra. Podem objetar que esses doutores todos exerciam cargos burocráticos. É um engano. Havia-os que ganhavam o seu pão dentro das habilidades fornecidas pelo canudo e eram bem tapados.

Não há país algum em que, tirando-se à sorte os nomes de doze homens, se encontrem dez de inteligentes; e o Brasil que tem os seus expoentes intelectuais no Aluísio de Castro e no Miguel Calmon, não pode fazer exceção à regra.

O júri porém não é negócio de inteligência. O que se exige de inteligência é muito pouco, está ao alcance de qualquer. O que se exige lá é força de sentimento e firmeza de caráter, e isto não há lata doutoral, que dê. Essas considerações vêm ao bico da pena, ao ler que o júri mais uma vez absolveu um marido que matou a mulher, sobre o pretexto de ser ela adúltera.

Eu julguei um crime destes e foi das primeiras vezes que fui sorteado e aceito. O promotor era o doutor Cesário Alvim, que já é juiz de direito. O senhor Cesário Alvim fez uma acusação das mais veementes e perfeitas que eu assisti no meu curso de jurado. O senhor Evaristo de Moraes defendeu, empregando o seu processo predileto de autores, cujos livros ele leva para o tribunal, e referir-se a documentos particulares que, da tribuna mostra aos jurados. A mediocridade de instrução e inteligência dos jurados fica sempre impressionada com as coisas do livro; e o doutor Evaristo sabe bem disto e nunca deixa de recorrer ao seu predileto processo de defesa.

Mas... Eu julguei um uxoricida. Entrei no júri com reiterados pedidos de sua própria mãe, que me foi procurar por toda a parte. A minha firme opinião era condenar o tal matador conjugal. Entretanto a mãe... Durante a acusação, fiquei determinado a mandá-lo para o xilindró ... Entretanto a mãe... A defesa do doutor Evaristo de Moraes não me abalou... Entretanto a mãe... Indo para a sala secreta, tomar café, o desprezo que um certo Rodrigues, campeão de réu, demonstrava por mim, mais alicerçou a minha convicção de que devia condenar aquele estúpido marido... Entretanto a mãe... Acabando os debates, Rodrigues queria lavrar a ata, sem proceder a votação dos quesitos. Protestei e disse que não a assinaria se assim procedessem. Rodrigues ficou atônito, os outros confabularam com ele. Um veio ter a mim, indagou se eu era casado, disse-lhe que não e ele concluiu: “É por isso. O senhor não sabe o que são essas coisas. Tomem nota desta...” Afinal cedi... A mãe... Absolvi o imbecil marido que lavou a sua honra, matando uma pobre mulher que tinha todo o direito de não amá-lo, se o amou, algum dia, e amar um outro qualquer... Eu me arrependo profundamente.

Lanterna, Rio, 28-1-1918.

NO CAMPO DE AGRAMANTE

Este charivari do Tiro 5, em que entraram o João do Norte, o senhor Denis Júnior e o tenente Nei merece alguns comentários. Os tiros, especialmente o 7 e o 5, eram tidos como o mais eficaz meio de semear em todos nós o gosto pelas coisas militares, o hábito da obediência, o sentimento de hierarquia, etc.

Calmon, que havia sido ministro e queria ser mais uma vez, não teve dúvidas em assentar praça num deles, marcha pelas ruas com o seu *tank-limousine* à vista, fazendo tudo o que compete a um soldado.

Os seus companheiros que têm o sentimento da hierarquia, viram logo que um antigo deputado, um ex-ministro, um lente que não dá aulas, um agricultor incansável nos discursos, um felizardo que tem *limousines*, um senhor assim não podia ser uma simples praça. Fizeram-no coronel, isto é, presidente do tiro.

No Tiro 5, nós tínhamos João do Norte e Denis Júnior, ambos literatos ou escritores. O primeiro já publicou alguns livros e o segundo já arranhou um bom emprego e comprou roupas. Aí, neste tiro, havia dessa forma mais estas dificuldades no restabelecimento da hierarquia. Demais... Continuemos: Denis, lançado pelo Binóculo não podia comparecer em frente de nossas damas binoculares, fardado de simples soldado.

A Barroso (J. do Norte), deputado, não ficava bem a blusa de praça.

Daí a necessidade urgentíssima, muito democrática de ambos se fazerem oficiais.

Barroso foi, Denis também; mas apareceu o ministro da Guerra e não quis mais esta guarda nacional. Acabou com os tais oficiais atiradores e tanto Barroso como o Denis voltaram para a fileira.

No domingo passado, eles, os do Tiro 5, iam fazer uma passeata pela cidade. O instrutor viria a cavalo, com um ajudante ao lado; Denis, que é solteiro e premedita, certamente, arranjar um bom casamento, para o que está inteiramente talhado, teceu as coisas de modo que foi escolhido para ajudante, e apareceria, na cidade, em cima de um bucéfalo policial, empunhando a espada nua e faiscante.

O sucesso de Denis seria incomparável. As damas vê-lo-iam logo de elmo e penacho, braçais, lanças, cota de malha e a divisa das armas esquarteladas no escudo: “Por ela e só!” Pleno torneio!

Esta “ela” podia ser uma qualquer, desde que satisfizesse certas condições monetárias suficientemente razoáveis.

Denis ficaria transfigurado e, com toda a razão cavaria o casamento rico. Ele tem obtido coisas mais difíceis, como ser inspetor escolar, porque não conseguiria uma pequena com um bom dote? João do Norte não viu bem a coisa do cavalo. Bolas! Ele, deputado, autor de dois ou três livros, boa e bela

figura, sabendo ler e escrever corretamente, tinha que ir a pé, enquanto o Denis iria a cavalo? Fez um estardalhaço e acabou-se a passeata do tiro.

Denis adiou o negócio do casamento; mas na próxima vez, ele não perderá a ocasião, pois as coisas se passarão de outra forma.

Tudo virá a cavalo e não haverá discórdia.

Lanterna, Rio, 29-1-1918.

ATÉ QUE AFINAL!...

Seria preciso consultar todos os curiosos sabedores das coisas desta cidade, para ao certo se avaliar desde quando esta vasta e heróica São Sebastião clama e chora por melhoramentos, higiene, água, calçamento, etc., etc. Porquanto, aferindo pelo que temos ouvido durante a nossa curta existência, esses queixumes e lamentos devem datar dos seus inícios, mesmo talvez desde quando ali, pelas bandas do Pão de Açúcar, ela surgiu incipiente e tosca.

Julgamos até, pois tão forte é essa nossa suposição que, ao transferir dali para o morro de São Januário, o núcleo da cidade real, Mem de Sá solene e honesto, houvesse mandado pôr nos finais das sesmarias que ia concedendo, algumas tocantes palavras de súplica à Nossa Senhora e ao Menino Jesus, implorando-lhes a graça e a ajuda para aqueles que viessem povoar os brejos que ele via se estender pela baixada afora e pra longe e muito longe.

De resto, ao depois dele, os outros que lhe sucederam – boa, leal e heróica gente portuguesa – andaram por estas terras a rezar a Deus-Todo-Poderoso para que ele desse aos homens bons da cidade, a doce esmola de alguns quartilhos d'água, a alentadora dádiva de duas ou três estradas razoáveis, por onde pudessem vir as abóboras da Fazenda dos Padres e os camarões de Iguaçu.

E assim foi por tão longo trato de tempo que faz crer que isso mais não fosse senão aquela lamurienta semente de Mem de Sá que germinou, cresceu e frutificou. Frutificando, frutificou bem, pois embora, por vezes, pela cidade e recôncavo além, lavrassem a bexiga, as sezões, a “carneirada” e o cólera, eles, os antigos, e nós, os modernos, continuamos em face de tais flagelos a rogar pacientemente a Deus, com alguma fé, e a pedir humildemente aos reis, com muito cepticismo, socorros e providências.

Mas, não é em vão que a água mole e plástica bate incessante no rochedo duro e forte: ela cai uma, duas, dez, mil vezes, amolga aqui, arranha ali, por fim.., fura. E, também, furou a indiferença dos deuses e dos reis, o nosso melífluo queixar de três séculos e meio. Deus e o Congresso Nacional nos deram o Conselho Municipal.

Ao dizermos que nos deram o Conselho Municipal – bem parece equivaler a afiançar que íamos receber água, calçamento, luz e o mais em abundância.

Se houver acaso quem tenha dúvidas, pese bem os relevantes serviços que esse conselho, cujo mandato começou já, vai prestando a esta cidade.

Ele trata com fervoroso carinho a nossa heróica metrópole, tanto assim que lhe impôs novos tributos; ele a estima tanto que quer provocar a sua decadência comercial e industrial; ele a ama tanto que só trata de despovoá-la com as suas posturas draconianas; ele adora tanto o povo da cidade que só se preocupa em encarecer-lhe a vida...

Todos vós que amastes esta cidade, Sá, Mem e Estácio, Vaía Monteiro – o Onça, Bobadela, Passos e outros – exultai porque afinal ela tem o que precisa: um Conselho Municipal que quer o seu total aniquilamento.

Para isso ser obtido, foi preciso que fossem procurar os seus vereadores em todo o Brasil, menos no Rio de Janeiro.

A.B.C., Rio, 2-2-1918.

CADA RAÇA TEM UM CALINO

O doutor Amaro Cavalcanti que atualmente exerce as funções de prefeito desta cidade, foi, no governo do senhor Prudente de Moraes, ministro da Justiça. Como quase todos os ministros do Interior, ele mereceu a honra de ser biografado pelo senhor Pelino Guedes. Por sua vez, a obra deste mereceu comentários de um sábio alemão e de que publicamos abaixo uma síntese.

Convinha, disse ele, que precedendo estes meus comentários justificasse como eu, modesto *privat docent* de uma universidade alemã, atrevi-me a comentar obras de autor desse longínquo Brasil. Desde moço, pois tenho meus quarenta e cinco anos de idade, dediquei-me ao estudo do grotesco e do ridículo

sobretudo, e essa face das coisas humanas levou-me a pesquisas dos seus tipos mais notáveis os quais com consciência observei e analisei.

Num ensaio que publiquei – Do Ridículo, aventei a teoria, que para cada povo e raça havia um Calino especial.

Assim foi que, após ter determinado os tipos de tolice para cada povo europeu, passei a determiná-los para os povos exóticos da América e Ásia.

Os motivos determinantes desse meu atual trabalho não são outros que os que possa ter um interessado nesses abstrusos estudos.

Aproveito o ensejo para acusar o recebimento de outro “trabalhinho” do doutor Pelino – a biografia do doutor Sabino Barroso, ex-ministro, e essa obra é sobremodo notável, pois encerra nesta modesta frase o *maximum* da inteligência do seu autor: – “A biografia é a história da vida de um homem”.

Comentemos a biografia do senhor Amaro.

A Biografia do senhor Amaro é um grosso volume de 56 páginas, destas, oito em branco ou simplesmente com o título da obra; duas ocupam-se com a dedicatória ao próprio biografado, seis são destinadas a dedicatória (quanta dedicatória!), à escola – e que escola! – à Escola Nacional do Caráter.... pro pudor!

Das 40 que ficam, temos que subtrair oito destinadas às notas finais (cópia de relatórios, de decretos, etc.); ficaram pois 32 que formam a biografia.

Estas 32 páginas têm 986 linhas, das quais 531 são ou parecem ser da lavra do autor, e as outras 495 são constituídas por citações do *Smiles* e de outros autores, *apud Smiles*.

Desse modo o que nos resta são algumas frases, que recomendam muito o talento do autor.

Vejamos:

“As dívidas oriundas da gratidão devem ser pagas à boca do cofre e eu não disponho de outros recursos para satisfazer a que contraí, senão pelo modo que o fiz.”

Singular teoria! De tal modo que se o senhor Pelino fizer justiça (ele diz que foi isso que o senhor Amaro lhe fez) a um negociante de arreios, esse pobre homem não dispondo de outros recursos para pagar aquela “dívida oriunda da gratidão” deverá pagar com arreios? Com freios? Não; porque sabemos que tais coisas de nada servem ao senhor Pelino, mas como o negociante não dispõe de outros recursos para pagar tal dívida... naturalmente abrirá falência.

Vejam só o que são teorias!

“A idéia de Deus não é incompatível com o amor da pátria.”

O autor desta sentença, além de só “pensar o pensado”, tem a singular mania de descobrir verdades profundas como aquela acima e esta:

“Há mais de um exemplo do soçobro dos direitos e prerrogativas do cidadão na vida dos povos.”

“É só do povo, diz ele, que depende a sorte dos seus governos.”

Será verdade do doutor Pelino?

Adiante:

“Imaginai uma paisagem que, pouco a pouco, vai sendo iluminada pelo Sol. (Bonito) – Estende-se além a vastidão do deserto, (naturalmente atrás da paisagem... Como enxerga o ciclope do Largo do Rossio!) em cujo seio flutua a sombra de um vulto solitário! – É a sombra do meu herói!” ...

Naturalmente este trecho poético mede forças com aquele verso “a Polinésia é um coreto onde o mar toca *piston*...”

Ainda mais:

“Tendo-o diante dos olhos, eu procurarei em largos traços, porém distintos, desenhar-lhe a imagem, sem omitir uma só linha, nem uma sombra; de modo a poder com fidelidade, fotografar-lhe a personalidade não de perfil, mas de frente voltada para o Céu.”

Lendo as obras do senhor Felino observa-se a sua tendência para fotógrafo ao qual, talvez, por essa sua vocação sopeada, atribui gênio; mas o interessante, e que se conclui do trecho acima, é que pretenda fotografar os seus clientes de frente para o Céu!

Naturalmente, penso eu, é vocação para fotógrafo de necrotério.

Temos ainda: a única omissão que aí noto é a ‘origem genealógica’...

Risum teneatis, amici!

E saibam que a tal “origem genealógica” consta unicamente dos nomes do respeitável pai e da augusta mãe do biografado!

Aprenderam?

Agora esta “amostrazinha”:

“O doutor Amaro tem a tez morena e olhar cintilante dos filhos do Norte. (Ex.: os da família Accióli). Dicção correta e voz metálica. E amigo leal e dedicado. Fala francês. Monta cavalo.

“Habitamos, algum tempo, a mesma casa (Notável detalhe). Fez-me lembrar, muitas vezes, os solitários da Tebaida. (Coitado!). Pagava as visitas que lhe faziam. Toma banho frio todos os dias. Parece que tinha lido o conde de Camors.

“Quando estava comigo queixava-se da solidão. (Pudera!).”

Puro estilo telegrama – não há dúvida!

Temos mais:

“As suas ações (as do doutor Amaro) nada têm de heróicas.”

“O meu herói distinguiu-se em outro cenário diverso; na vasta e tempestuosa arena da luta pela existência.”

Extraordinário esse senhor Pelino! Descubra aquele “paradoxo”: “a biografia”, etc. Depois tem “um herói” sem “ações heróicas”, que se distingue – não na guerra, não nas artes, não na ciência – mas onde, Santo Deus? – na arena da luta pela existência! Acredita com certeza que possa haver quem se celebre na arena da luta... pela morte!

Macabra idéia!

“Sei, diz o doutor Pelino, que escrevo esta obra para escola.”

Com toda certeza para “sua” Escola Nacional do Caráter...

“O doutor Amaro é a personificação da luta pela existência.”

Esta “história” de luta pela existência atrapalha a inteligência “paradoxal” do senhor Pelino. “Personificação da luta pela existência!” É demais!

Outrazinha:

“O trabalho e o estudo simbolizam para o doutor Amaro a sua – Delenda Carthago.

Símbolo extraordinário! Vai tal símbolo, naturalmente com vistas aos nossos simbolistas.

Simbolizam delenda Carthago!

Sem comentários. Safa!

Terminando diz o Calinópedes: “Se a intenção foi pura e a obra não sai perfeita, a culpa não é do autor.”

Nem minha, senhor Pelino.

Enfim, a obra do senhor Pelino é sem dúvida das mais curiosas e dignas de leitura que conheço. Nela, se não fossem os documentos que possuo da existência do senhor Pelino e outros motivos que saltam aos olhos de todos, poder-se-ia afirmar que haviam colaborado Calino, La Palisse, Acácio, Pacheco, Prudhomme e mais outros de igual jaez. Feliz país que possui um Pelino!

Adolfo von Schulze.

Da Universidade de Freiburg.

Tradução de Lima Barreto.

A.B.C., Rio, 23-2-1918.

OS MATADORES DE MULHERES

Preocupações de outras ordens, não me têm permitido escrever sobre coisas diárias; mas este caso de Niterói, caso do Filadelfo Rocha, fez-me voltar de novo à imprensa quotidiana.

Eu não me cansarei nunca de protestar e de acusar esses vagabundos matadores de mulheres, sobretudo, como no caso presente, quando não têm nem a coragem do seu crime.

Eu conheço este Filadelfo desde tenente. Sou funcionário da Secretaria da Guerra há quinze anos. Ele nunca passou de um tarimbeiro vulgar, feito pelo Floriano oficial. De bajulação em bajulação, foi subindo, até que, com a sua máxima bajulação ao senhor Hermes da Fonseca foi levado a ser comandante da polícia de Niterói.

Ele é quase analfabeto, sem nenhuma inteligência, nunca fez o mínimo esforço mental; entretanto, agora, coberto pelo opróbrio de um assassinato, insinua que o fez porque o seu rival era um simples funileiro. Mas onde foi Filadelfo encontrar superioridade suficiente para julgar-se mais do que o tal bombeiro? Este Filadelfo ignorante, bajulador, que eu via pelo corredores de Ministério da Guerra a pegar na casaca deste ou daquele graúdo, para não comandar as suas praças, é, por acaso, alguma coisa?

Com essa tatuagem de galões, eles querem fazer das suas, matando as mulheres a torto e a direito. Eu me refiro simplesmente a semelhantes sujeitos. E digo isso, não por covardia, mas em atenção a verdade.

Por exemplo: este senhor Faceiro que, ontem ou anteontem, matou a mulher, porque teve a franca, a franca franqueza orgulhosa de dizer que a sua gravidez era do seu amor e não dele, não me merece a mínima piedade; mas há tantos outros que eu estimo... Adiante.

A mulher não é propriedade nossa e ela está no seu pleno direito de dizer donde lhe vêm os filhos.

Mas a questão não é esta. Eu falava do Filadelfo, do pequenino Filadelfo, a quem eu queria dizer simplesmente que nem ao menos ele teve ou tem coragem do seu crime. Espécie de Mendes Tavares!

Basta.

Lanterna, Rio, 18-3- 1918

PADRES E FRADES

Eu não me canso nunca de protestar.

Minha vida há de ser um protesto eterno contra todas as injustiças.

Li agora, nos jornais que o senhor Venceslau Brás, que dizem ser presidente da república, consentiu que padres católicos embarcassem nos navios de guerra nossos, que vão ficar a serviço da Inglaterra. Protesto!

Eu creio (vejam que gosto sempre de falar na primeira pessoa) eu creio que o senhor Venceslau Brás deve saber a Constituição; e, se ele não sabe, muito menos eu e tenho, portanto, o direito de fazer o que quiser. Mas, sei porque a li agora. Vejamos, senhor Venceslau Brás, o Art. 72, Seção II, “Declarações de Direitos”, parág. 7: “Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência, ou aliança com o Governo da União, ou dos Estados”.

Onde foi, portanto, vossa excelência que é assessorado pela grande inteligência do Hélio Lobo, vulgo secretário da presidência, buscar autoridade para consentir que, nos navios de guerra do Brasil, embarquem padres?

Se vossa excelência julga que isso é uma simples assistência espiritual, tomo a liberdade de dizer a vossa excelência que lá tenho um parente que é simplesmente espiritista, e como tal tem direito a essa assistência, só sendo ela regularmente feita por um médium vidente da minha amizade.

Outro amigo meu, descendente de uma família hanoveriana, é luterano; eu peço que Vossa Excelência consinta no embarque de um padre luterano. Deixa vossa excelência embarcá-lo?

Um oficial da Marinha, das minhas relações de colégio, é positivista *enragé*. Deixa vossa excelência embarcar um sacerdote positivista?

Eu, senhor doutor Venceslau Brás, sou budista, e, quando embarcar, quero um bonzo ao meu lado, mesmo que seja o Pelino Guedes. O que esses padres querem é solidificar a burguesia, à custa de fingir caridade e piedade.

Mas eu fico aqui sempre com os meus protestos.

Lanterna, 23-3-1918

AS FORMIGAS E O PREFEITO

Esse negócio de saúvas preocupa-me desde menino, quando o meu velho amigo Policarpo Quaresma narrou à minha infância curiosa os suplícios que elas o fizeram sofrer, ao tempo em que se improvisou agricultor.

Já narrei alguns dos episódios da sua luta com elas, em um modesto livro onde expus grande parte de sua vida e descrevi o seu triste fim.

De uns tempos a esta parte, toda gente, especialmente os agricultores da administração, deu em se preocupar com tão daninhos e inteligentes insetos; e, se Policarpo vivesse, ficaria exuberantemente satisfeito com isso.

O senhor prefeito, em boa hora, deitou um regulamento, que cogita desse assunto, sobremodo importante para todas espécies de cultura.

Não li todo o regulamento, mas os jornais deram extratos e, por eles soube que sua excelência por artigo do mesmo, manda o proprietário, o arrendatário ou o locatário extinguir os formigueiros que houver nas respectivas propriedades.

Sem ser versado em leis, julgo que já existia uma velha postura municipal nos mesmos termos. Creio que foi Policarpo Quaresma quem me informou isso.

Essa velha postura nunca produziu efeito, como o artigo do regulamento do senhor Amaro nada adiantará, e isto pelo simples fato de não determinar precisamente quem deve matar as formigas.

A lei cita três espécies de tenentes do terreno, mas não diz claramente qual deles é o responsável, de modo a estar sempre disposto o locatário a empurrar a bucha para o proprietário, e este para aquele; e, durante esse jogo de empurra, as formigas vão ficando em paz e devastando hortas, jardins, pomares e outras plantações.

Nada entendo de leis, nem quero entender. Sou radicalmente contra elas, pois me julgo de algum jeito maximalista; mas estou disposto a transigir a esse respeito, algumas vezes. Vou ceder agora, neste caso...

O senhor Amaro, que entende delas e foi o alto juiz, pode bem dar mais precisão ao artigo, indicando precisamente quem tem o dever de matar as saúvas que ocupam tal ou qual terreno.

Podia o senhor doutor prefeito fazer ainda mais. Organizar uma brigada – não precisava brigadas: bastava um regimento de homens afeitos ao mister de extinguir formigueiros, acantoná-los em determinadas zonas e oferecer os

serviços deles mediante módico pagamento, aos que tivessem a obrigação legal de exterminar dos seus terrenos os depredadores himenópteros.

Não se faz e se fez isso com os mosquitos?

Poder-se-ia, penso eu realizar modestamente o mesmo para guerrear as formigas.

Então, desde que o regimento ou a brigada estivesse organizada e cantonada nas zonas que necessitam dos seus serviços, o governo municipal devia perseguir os refratários com todo o rigor da lei.

Julgo tudo isso prático, porque, morando em pequena chácara, em Todos os Santos e tendo o porão da casa cheio de formigueiros, não os extermino por dois motivos: 1º) não as sei matar e não conheço quem saiba; 2º) mesmo que soubesse matar saúvas muito humanamente, em face da lei dúbia, estava disposto a empurrar a bucha para o proprietário que pode mais do que eu. Eis aí.

Lanterna, Rio, 4-5-1918.

O FRANCO

O ninho de malvados açambarcadores que é a Associação Comercial do Rio de Janeiro, acaba, pela voz de um senhor Franco, sócio da firma Zamith, Meireles & Cia, de atacar de modo desabrido não só o Alto Comissariado de Alimentação Pública, como todos aqueles que não se querem enriquecer com a miséria dos outros.

Para este Franco, todo aquele que se não entregar ao “alívio” do açúcar, isto é, vender para a República Argentina, para a Itália ou para o México, esse produto por menos da metade do que ele e seus sócios vendem aqui, é mandrião, vagabundo ou coisa que valha.

A sua ironia de “açucareiro” sem cultura vai ao ponto de chamar todos os que se opõem à ladroeira de semelhantes salteadores da pobreza do Brasil, desse modo.

Esse senhor Franco, em vez de estar pensando em enriquecer de apodrecer, devia imaginar que enquanto a nossa sociedade atual, pedir serviços, como os do médico, os do advogado, os do motorneiro, os de empregados públicos,

todos eles não são vagabundos, todos eles trabalham a seu modo para a manutenção dessa própria sociedade.

Mesmo aqueles que o senhor Franco julga que são vadios, os poetas, os escritores, os filósofos, eles são úteis.

Se não fossem eles, o senhor Franco estaria na gleba de Portugal ou alhures e eu na escravidão.

A vida não é feita nem constituída de negócio de açúcar, como pensa o sócio do Pereira Lima, agente por demais sabido de vários *trusts* açucareiros.

A vida é complexa, pede muitas atividades, pede muito pensamento.

Se o senhor enriquece ou enriqueceu com açúcar, não sabe quanta dor, quanto sofrimento, quanto sangue, custaram os maquinismos com que o açúcar é fabricado nas suas usinas.

Se não fossem semelhantes vagabundos que tinham em vista unicamente o bem da humanidade, o senhor não falaria com essa empáfia na Associação Comercial do Rio de Janeiro.

As firmas de São Paulo, Matarazzo e outros, Martinelli, aqui, e várias mais que eu não quero citar, têm tido lucros fabulosos, sem que isso tenha vindo em melhoria dos operários que a elas servem.

Diz esse senhor Franco que, se houver a regulamentação da exportação, dezenas de milhares de indivíduos, irão para a miséria. Pergunto eu agora; o que eles têm lucrado com os dividendos fabulosos que vocês têm tido?

Os salários não aumentaram, enquanto todas as utilidades necessárias à vida sobem sempre de preço.

Se o Franco da Associação Comercial conhecesse alguma coisa, tivesse estudos, eu discutiria com ele a questão da propriedade.

Mas, ao que parece, Franco só conhece a propriedade do açúcar; e eu ainda não sou “judeu” do açúcar.

Franco fala mal de Leroy-Beaulieu; mas, se o tivesse lido, e também o Bastiat, todos os dois iriam a seu favor.

Eu não quero ensinar coisas a Franco que me quer matar à fome, nem mesmo ao Pereira Lima, que quase é meu colega.

Desejo simplesmente dizer-lhes que tomem cuidado; que não é possível estar a abusar da paciência de nós todos, não é só dos operários aos quais não adulo, mas dos pequenos burgueses como eu, que receberam mais instrução do que todos os “francos” e não admitem esses insultos de tirano, tirano do comércio, da agiotagem, da pirataria com que vocês querem saquear o mundo.

Brás Cubas, Rio, 4-7-1918.

O CLUBE DE ENGENHARIA

Quem passa na Avenida, à tarde, ali, no canto dela com a Rua Sete de Setembro, encontra um portão largo, que, em arquitetura, tem um nome especial e duro, cheio de velhos gamenhos, derretidos em sorrisos para as mulheres que passam. Esses velhos aos quais se juntam alguns moços, ainda mais gamenhos, são engenheiros ou coisa parecida, e o lugar, a casa, o portão – tudo isso é o Clube de Engenharia.

É uma instituição ainda pior do que a Associação Comercial. E nela que se fazem, se ultimam, se homologam as maiores vergonhas administrativas do Brasil.

Não há judeu, cavador internacional que não lhe receba o patrocínio.

Têm eles sempre a seu dispor o prestígio do clube para dizer que a concessão que pedem, é maravilhosa, para o progresso do Brasil; que o nosso país vai ganhar muito com isto e que nós devemos fomentar a indústria particular. Mas, os favores que recebem, os privilégios, as apólices de juro-ouro, tudo o que pode onerar à totalidade da nação, não diz o clube. Precisamos recompensar o capital do... proteger os judeus.

O Teixeira Soares fala; o elegante Carlos Sampaio, que, de professor de Perspectiva e Sombras, passou a ser sabido no *Renleaux da Mecânica Aplicada*, deita um discurso com ares literários; o Galvão, um soneto bem idiota e o hebreu recebe a concessão e eles... nada.

Conheço bem esse pessoal de engenheiros. Eles são completamente indignos de semelhante título. São puros niveladores e levantadores de plantas – agrimensores.

O primeiro cuidado que têm os hábeis, é se fazerem antes da Escola Politécnica, disto ou daquilo. Há lá lugares para todos os gostos e a questão é escolher.

Depois de lentes, com o prestígio que lhes dá a posição oficial, se mancomunam com a judiaria internacional e ei-los cheios de brilho, de dinheiro e de valor.

Um professor de Química Industrial, é logo feito diretor de banco e erra bravamente na comparação e frações ordinárias, quando se trata de saber se o cambio deve ficar mais baixo ou mais alto. Posso citar o nome...

Um outro de Zootecnia é feito presidente da companhia de obras de um porto de Mar de Espanha, e logo que vê um escafandro, assusta-se.

Mas eles todos, graças à Cabala crematística do clube, vão adquirindo fortuna, posições, sem que entendam nada daquilo que dirigem ou fingem presidir.

O clube, como todos os clubes, foi feito para isto; e não há idiota que se forme em engenharia e disponha de algum dinheiro que não entre para ele imediatamente.

A nossa época não é das grandes e fortes iniciativas individuais; a nossa época é das associações, dos clubes, dos títulos, das subscrições entre médiocres para se valorizarem.

Ninguém quer se fazer por si, ninguém quer se bater em pessoa; todos querem um ... Clube de Engenharia.

Se pudessem saber o mal que semelhante associação tem feito ao Brasil; se soubessem de quantos crimes de lesa-comunhão ela é responsável, todos iriam à porta daquele casarão e correriam aqueles velhos gamenhos à batata. Basta dizer que foi ela quem aconselhou o Governo a encampar a antiga “Melhoramentos”, hoje “Auxiliar”, por não sei quantos mil contos, sob o pretexto de que ia fazer concorrência à Central.

Há anos que ela é a Central; e, apesar de estarem sob a mesma direção, uma não auxilia em nada à outra. Não podia, portanto, fazer concorrência...

A “Central” continua a ser a Central; e a antiga “Melhoramentos”, uma estradinha muito vagabunda. Era-o mais quando o governo a encampou e há a esse respeito uma reportagem excelente, no Jornal do Comércio, que o senhor Frontin foi obrigado a contestar. Tenho as duas coisas.

Possuo no Clube de Engenharia, amigos; mas, sempre hei de protestar contra essa mania de clubes, de academias e associações, de inteligência. As opiniões sobre toda a matéria intelectual, não podem ser coletivas. A opinião é individual. É por isso que escrevo isto. E quando aqueles velhos gamenhos da porta do Clube de Engenharia, dessa engenharia de que eles fazem parte e com

a qual conseguiram fazer desabar-lhes o edifício duas ou mais vezes, lerem isto e rirem-se, eu lhes direi que: *Rira mieux qui rira le dernier.*

N.B. – O autor atende todas as respostas.

Brás Cubas, Rio, 11-7-1918.

SOBRE O FOOTBALL

Nunca foi do meu gosto o que chamam *sport*, esporte ou desporto; mas quando passo longos dias em casa, dá-me na cisma, devido, certamente à reclusão a que me imponho voluntariamente, ler as notícias esportivas, pois leio os jornais de cabo a rabo.

Nestes últimos dias, todas as notícias sobre um encontro entre jogadores de *football* daqui e de São Paulo, não me escaparam. Em começo, quando toparam meus olhos com os títulos espalhafatosos, sorri de mim para mim, pensando: estes meninos fazem tanto barulho por tão pouca coisa? *Much ado about nothing...* Mas, logo ao começo da leitura tive o espanto de dar com este solene período:

“As acusações levantadas, então, por certa parte da imprensa paulista – manifestações que estamos já agora dispostos a esquecer, mas que não podemos deixar de rememorar – contra a competência e a honestidade do árbitro que serviu naquela partida, atribuindo à obra sua a vitória alcançada por nós, preparou o espírito popular na ânsia de uma prova provada de que, com este ou aquele juiz, os jogadores cariocas estão à altura dos seus valorosos êmulos paulistas e são capazes de vencê-los.”

Diabo! A coisa é assim tão séria? Pois um puro divertimento é capaz de inspirar um período tão gravemente apaixonado a um escritor?

Eu sabia, entretanto, pela leitura de Jules Huret, que o famoso match anual entre as universidades de Harvard e Yale, nos Estados Unidos, é uma verdadeira batalha, em que não faltam, no séquito das duas equipes, médicos e ambulâncias, tendo havido, por vezes, mortos, e, sempre, feridos. Sabia, porém, por sua vez, o que é o ginásio da primeira, verdadeiro sanatório de torturas físicas; que o jogo de lá é diferente do usado aqui, mais brutal, por exigir o temperamento já de si brutal do americano em divertimentos ainda mais brutais do que eles são. Mas nós?...

Reatei a leitura, dizendo cá com os meus botões: isto é exceção, pois não acredito que um jogo de bola e, sobretudo jogado com os pés, seja capaz de inspirar paixões e ódios. Mas, não senhor! A coisa era a sério e o narrador da partida, mais adiante, já falava em armas. Puro front! Vejam só este período:

“As nossas armas, neste momento, são, pois, as da defesa, e da defesa mais legítima, respeitável, mais nobre possível porque ela assenta numa demonstração pública, esperada com cerca de trinta dias de paciência.”

Não conheço os antecedentes da questão; não quero mesmo conhecê-lo; mas não vá acontecer que simples disputas de um inocente divertimento causem tamanhas desinteligências entre as partes que venham a envolver os neutros ou mesmo os indiferentes, como eu, que sou carioca, mas não entendo de *football*. Acabei a leitura da cabeça e fiquei mais satisfeito. Tinha ela um tom menos apaixonado; tinha o ar dos finais das clássicas discussões jornalísticas sobre arrendamentos ou concessões de estradas de ferro e outras medidas da mais pura honestidade administrativa. Falava na “dura e bem merecida lição para certos jornalistas que não compreendem o espírito que deve mover as suas penas que malbaratam a honra alheia”, etc., etc.

Continuei a ler a descrição do jogo, mas não entendi nada. Parecia-me todo aquilo escrito em inglês e não estava disposto a ir à estante, tirar o Valdez e voltar aos meus doces tempos dos “significados”. Eram só *backs*, *forwards*, *kicks*, *corners*; mas havia um “chutada”, que eu achei engraçado. Está aí uma palavra anglo-lusa. Não é de admirar, pois, desde muito, Portugal anda amarrado à sorte da Inglaterra; e até já lhe deu muitas palavras, sobretudo termos de marinha: revolver vem de “revolver”, português, e *comodoro* de “comandante”.

Passei o dia, pensando que a coisa ficasse nisso; mas, no dia seguinte, ao abrir o mesmo jornal e ler as notícias esportivas, vi que não. A disputa continuava, não no *ground*; mas nas colunas jornalísticas.

O órgão de São Paulo, se bem me lembro, dizia que os cariocas não eram “cariocas”, eram hebreus, curdos, anamitas; enquanto os paulistas eram “paulistas”. Deus do céu! exclamei eu. Posso ser rebolo (minha bisavó era), cabinda, congo, moçambique, mas judeu – nunca! Nem com dois milhões de contos!

Esta minha mania de seguir coisas de *football* estava a fornecer-me tão estranhas sensações que resolvi abandoná-la. Deixei de ler as seções esportivas e passei para as mundanas e para as notícias de aniversário. Mas, parece, que havia algum gênio mau que queria, com as histórias de *football*, dar-me tenebrosas apreensões.

Há dias, graças à obsequiosidade de Benedito de Andrade, o valente redator do Parafuso e não menos valente diretor da A Rolha, mandou-me uma coleção deste último semanário, pelo que já lhe agradei do fundo d'alma.

Todos os dois magazines são de São Paulo, como sabem. Uma noite destas, relendo o número de 14 de julho, da Rolha, fui dar com a sua seção "esportiva".

Tinha jurado não ler mais nada que tratasse de tais assuntos; mas a isso fui obrigado naquele número da Rolha porque vi o título da crônica – "Rio versus São Paulo". Admirei-me! Pois se o encontro de que já tratei, foi nos primeiros dias deste mês, como é que o Baby já o noticia quase um mês antes? Li e vi tratar-se de outro de que nem tivera notícias, e isso é tanto assim de notar que o autor da crônica deixa entender que todos nós tínhamos os olhos voltados para ele. Leiam isto:

"Rio versus São Paulo – A Capital Federal está em festas. De vinte em vinte e quatro horas as fortalezas salvam, as bandas de música executam hinos festivos e nas diferentes sedes esportivas o *champagne* corre a rodo como se estivéssemos festejando o último dia de guerra. Nas avenidas, praças, ruas e becos, homens já na casa dos cinquenta, matronas escondendo a primavera dos sessenta e crianças ainda mal desabitadas dos cueiros, só falam no grande acontecimento que encheu de júbilo um milhão e pouco de almas nascidas e domiciliadas na encantadora Sebastianópolis: a vitória do *scratch* carioca... Nas redações, os cronistas esportivos já não dormem há uma semana: são os cumprimentos, as telefonadas, os telegramas, os convites, para almoços e para jantares. Tudo isso... porque depois de dezoito anos de lutas o famoso *scratch* da Metropolitana conseguiu a sua terceira vitória."

Meu caro Baby: isto deve ser Bizâncio, no tempo de Justiniano, em que uma partida de circo, com os seus azuis e verdes", punha em perigo o império; mas não o Rio de Janeiro. Se assim fosse, se as partidas de *football* entre vocês de lá e nós daqui, apaixonassem tanto um lado como o outro, o que podia haver era uma guerra civil; mas, se vier, felizmente, será só nos jornais e, nos jornais, nas seções esportivas, que só são lidas pelos próprios jogadores de bola adeptos de outros divertimentos brutais, mas quase infantis e sem alcance, graças a Deus; dessa maneira, estamos livres de uma formidável guerra de secessão, por causa do *football*!

Brás Cubas, Rio, 15-8-1918.

VELHO APEDIDOS E VELHOS ANÚNCIOS

É sempre de interesse achar-se, por este ou aquele modo, um velho Jornal do Comércio, mesmo um retalho velho dele. Imagino como o Félix Pacheco, que lhe está escrevendo a história, há de ter tido, com a sua paciência, a sua sagacidade e a sua penetração de artista e historiador, deliciosos momentos ao encontrar tal ou qual artigo, notícias ou mesmo um simples anúncio! Espero bem viver até 1921, para ler a história do velho órgão que o seu atual diretor está escrevendo. Pelo que mostrou o ano passado, pelo que disse das origens do quase centenário quotidiano, nós podemos calcular que coisa interessante não vai ser a vida passada do Jornal narrada por Félix Pacheco.

Acudiu-me isso, porque, há meses, um bom velho da minha vizinhança, apaixonado pela leitura de jornais, deu-me uma porção de retalhos de vários jornais e de épocas diversas. Entre eles, havia muitos folhetins do Jornal que contavam quarenta anos e mais.

Esse bom velho, “Seu” Chiquinho, como era conhecido familiarmente, parece que me deu tais relíquias em testamento, pois veio a morrer pouco depois, no Hospital da Ordem Terceira, isolado dos seus, no meio de enfermeiras indiferentes e, sem, ao menos, ter a presença dos seus queridos folhetins e retalhos de jornais que ele colecionava a mais de quarenta anos

Não pude descobrir quem eram os autores dos folhetins que ele me ofertou, pois estavam todos assinados com pseudônimos. Naquele tempo, conforme sei, bem ou mal, pela tradição pouco autorizada, os homens mais da moda nesse negócio de folhetins eram: Augusto de Castro, Zaluar, César Muzzio e, creio, o próprio velho Luís de Castro.

Tentei ler os que recebi, mas não pude. Não há nada que envelheça tão depressa como o que chamamos ainda nos jornais – humorismo, leveza, graça, etc. Todos os retalhos que recebi deviam ter no seu tempo essas pretensões e como tal serem estimados, mas eu os achei soporíferos. Não sei o que tem o tal gênero folhetim de tão estritamente atual, do momento, do minuto em que é escrito que, passado esse fugace instante, rançam logo e perdem todo o sabor. Considerem que eu já fiz, faço e farei folhetins... Mas...

É gênero que procura sempre o fato ou o acontecimento mais em voga, aquele que mais interessa a futilidade de todos e deve ser cheio de alusões às pessoas e coisas efêmeras, para que o sucesso o bafeje. Não podem os rodapés prescindir do vulgar dia a dia, não se podem alçar para mais adiante, nem para mais atrás. É ali! É o elefante do Franck Brown ou a chegada da missão do reino de Sião.

Quem, daqui a trinta anos, se lembrará do tal elefante do grande Hu- Hep-Tu, embaixador de um reino da Indochina? Ninguém terá mais interesse por tais curiosidades e muito menos pelas reflexões que eles procuram neste ou naquele.

Ainda quando os seus autores vivem, nós insensivelmente ligamos os folhetins a eles e podemos lê-los; mas, mortos como estavam os autores daqueles que me deram, e quase esquecidos, os rodapés de há quarenta anos não tinham mais nenhuma sedução e eram impenetráveis.

Entretanto, a dádiva do velho “Seu” Chiquinho não deixou de dar-me prazer. E sabem onde o fui encontrar? Nos apedidos e anúncios que havia nas costas dos humorados, dos velhos e famosos jornalistas daqueles anos.

Sempre gostei dos apedidos. Dizem ser coisa peculiar ao Brasil, especialmente ao Rio de Janeiro. Seja usança boa ou má, o certo é que é coisa original, por isso gosto deles.

Desejei muito encontrar nos retalhos de que venho tratando, algum do famoso “Mal das Vinhas” ou do não menos famoso Príncipe Ubá II, d’África.

Quisera muito ver um deste último, porquanto, segundo me contaram, não se pode imaginar coisa mais sem sentido e estapafúrdia. O seu processo de publicá-los é digno de lembrança e registro. Ele, o Príncipe Ubá, escrevia tiras sobre tiras e, depois, colocava-as uma em seguida à outra. Fazia uma espécie de bobina e levava o rolo ao balcão do Jornal. “Quanto é?” perguntava. O empregado calculava e respondia, suponhamos: “Quarenta mil réis”. O príncipe que não tinha esse dinheiro nas algibeiras, tratava de diminuir a “extensão” do artigo. Pedia uma tesoura, cortava uma boa parte, assinava de novo e de novo perguntava: “Quando é?” “Vinte e cinco mil-réis”, respondiam. Não possuindo o fidalgo africano semelhante quantia, amputava a “tripa” mais outra vez, uma outra terceira, até o preço do “a pedido” chegar aos quatro ou cinco mil-réis que tinha nos bolsos. Apunha a assinatura, sem se incomodar com o sentido, com a conclusão a que queria chegar com o seu escrito, e lá se ia para o Largo da Sé contar prosas às pretas minas que o respeitavam e veneravam, sempre de bengala e chapéu-de-chuva e solenemente coberto com a sua cartola cor de cinza.

Não encontrei nenhum fragmento desses dois afamados colaboradores da original seção do Jornal; mas deparei – alguma coisa interessante.

Na edição de 11 de julho de 1879, há um apedido que tem esse sugestivo título: “Uma excelentíssima touca”. Na gíria do tempo, “touca” era bebedeira. Começava assim:

“Sábado, à noite, já por tarde, entrou pela confeitaria de a Rua Gonçalves Dias, alguém que possui a ‘rara virtude’ de andar abrigado nestes tempos de inverno.”

Dizia mais adiante, referindo-se a esse alguém: “... o caixeiro esquivou-se a servir o ‘potentado’. Levando-o à porta, que logo cuidadosamente fechou sobre os excelentíssimos calcanhares do ‘alegre’ vulto da situação.”

Terminando pedia o imperador carregasse mais o seu luto e assinava: “A nação envergonhada”.

Quem seria o da “touca”? Em todo o caso pode-se dizer que, se de todo os costumes não mudaram, hoje não haveria quem se lembrasse dos apedidos, para tratar de semelhante coisa. Ainda bem...

Há um outro apedido que tem por título – “Um camas”. E de 12 de outubro do mesmo ano que o antecedente.

O início é este:

“Só anda cíceros e miseráveis que pela segunda vez vem com o seu debique”, etc., etc.

Este é do gênero feroz e acaba com o seguinte desafio bem “guaiamu”: “Eu estou defronte de Santa Efigênia, já vistes, caveira.”

Bem juntinho a esse apedido, “nagoa” ou “santa-rita”, desse “solicitador” capoeira, há este outro cheio de delicadeza e blandícia. Ironia da paginação... Vejam só:

“As experiências com o curare. – Acreditando na imparcialidade do Senhor doutor Nuno de Andrade, julgo que a melhor e mais proveitosa maneira de discutir é com os fatos em presença; por isso convido Sua Senhoria para vir ao museu verificá-los e discuti-los, certo de que achará o mais cordial acolhimento da minha parte e do doutor Jobert. Doutor Lacerda Filho.”

Abre isto, disse eu cá com os meus botões; este doutor Nuno de Andrade tem tido muitos “avatares”! Sabia-o financeiro, economista; em 1878, ele se dava a discussões toxicológicas ou coisas semelhante; quem sabe se ele não é mesmo médico?

Procurei Os Fastos do Museu Nacional, do doutor J. B. de Lacerda, para ver se me punha ao par da questão; mas nada encontrei; a não ser que o doutor Jobert era um boêmio. Isto diz tanta coisa que...

Contudo, neles, vem narrada uma anedota muito curiosa que, apesar de nada ter com o caso, não me escuso ao prazer de repeti-la aqui. Agassiz, em 1864, com a presença do imperador, fez uma conferência, tendo tido uma assistência imensa e até de damas de sociedade que, naquele tempo, se interessavam pela glaciação, pelos blocos erráticos e as moraines alpinas. Terminada a conferência, o grande naturalista pediu aos circunstantes que indicassem as suas dúvidas, pois ele as explanaria.

Nisto levanta-se um doutor Carvalho, professor de terapêutica da Faculdade de Medicina, e, desabridamente, começa a dizer que aquilo tudo eram velharias; ele sabia todas aquelas coisas, etc., etc.

O imperador retira-se e é seguido pelos outros convidados. Carvalho, porém, continua a esbravejar.

Diz o senhor doutor Lacerda que o terapeuta Carvalho pregava do alto de sua cátedra que o Pão de Açúcar tinha um sistema nervoso ganglionário, também impressões e sentimentos que ele não podia externar; e outras coisas mais curiosas.

Ao que parece, este doutor Carvalho nunca empregou nos outros a terapêutica que ele ensinava. É bem de crer que, em um ano se o fizesse, ele teria despovoado o Rio de Janeiro...

E se são assim cômicos e sugestivos os apedidos que encontrei nos retalhos do Jornal que me foram dados, não são muito menos os anúncios que neles achei.

Guardei os que tratavam de escravos. Vejamos. Secundino da Cunha, um leiloeiro do tempo, devidamente autorizado, em 20 de janeiro de 1868, anunciava vender, além de móveis, piano, jóias e trem de cozinha, quinze escravos “de ambos os sexos, todos boas peças”.

Chamava especialmente “a atenção para os escravos, por ser esta uma ocasião que raras vezes aparece, e mesmo sendo reconhecida a probidade de todos os escravos do Senhor Freitas, é a razão por que são recomendados, em todos eles tem mucamas prendadas, cozinheiras, oficiais de ofício e ganhadores”.

O grifo é meu; mas tudo, inclusive a redação, é do anúncio. Não parece que isto se passou há dois mil anos? Pois não foi. Uma tal licitação se efetuou, em 29 de janeiro de 1868, há cinquenta anos e meses, na cidade do Rio de Janeiro,

quarta-feira, na residência do senhor Tomás Francisco de Freitas, à Rua dos Andradas 48, sobrado. O senhor Freitas ia para a Europa tratar de sua saúde. Deus o tenha em sua santa paz!

Há outro semelhante, mas o leiloeiro é um senhor A. F. Casais. No mesmo mês e ano, porém, a 21, ao correr do martelo, “venderia diversos escravos, com ofícios e prendas”, etc., etc.

Meses antes, em 10 de novembro do ano anterior, na Rua da Alfândega nº 100, sobrado, alguém comprava escravos, de dezoito a trinta e seis anos, para serem libertos e assentar praça. Estávamos em plena guerra do Paraguai; e os patriotas que não queriam ir lá morrer, davam substitutos que iam combater o Lopez, por eles.

O substituto era sempre encontrado em um escravo, liberto provisoriamente, o homem do anúncio fazia um estoque deles, como se faz hoje com o açúcar, o arroz, etc., e esperava a alta de preço... Era um peculiar *profit de guerre* daquela época. Cada uma tem o seu...

Enfim, a nossa guerra ainda libertou; mas, os americanos que declararam guerra ao México, em 1837, arrebataram-lhe o Texas, e, nele, restabeleceram a escravatura que já havia sido abolida, não será muito pior? Não espero resposta.

Volto para os meus papéis velhos... Até já.

Brás Cubas, Rio, 22-8-1918.

COMO BUDISTAS...

Tenho tanto que escrever, sobre coisas tão interessantes, que, agora, o tratar dessa notícia de polícia de São Paulo, eu me arrependo. Tinha de falar do Sol de Portugal. do José Vieira; tinha de falar desse extraordinário discurso do senhor doutor Ildefonso Albano, deputado federal.

Há tanta coisa tão interessante, num e noutro livro, que eu me reservo para dizer tudo o que de bom encontrei neles, mais tarde.

O que me absorve agora o pensamento é este caso dessa pobre moça que matou o marido em São Paulo. É essa moça que, como todas as moças, não tem experiência da vida e são levadas a julgá-la da maneira mais infame que os charlatães a recebem.

Ela pensou que seu marido fosse um homem; ele, quando ela o conheceu direito, não passava de um caçador de dotes.

Todos nós, inclusive eu, *malgré tout*, estamos arriscados a casar com “moça rica”; mas de que nós não estamos ameaçados é de sermos maus para essas moças.

O que há nisto tudo é a combinação do nosso espírito muito brasileiro de acreditar que o “doutor” é tudo e a crença universal do dinheiro.

Essa moça não se casaria com esse moço, se não o visse armado de um “anel”; ela não daria seu corpo se a ambiência social não dissesse que, com a tal carta, ele valia muitas coisas.

E ele não iria procurá-la, se não estivesse armado do que a bobagem dos jornais chama “pergaminho”.

Houve um mútuo engano. Ele procurou enganar a mulher com o título que o Belisário Pena diz ser científico; ela procurou enganá-lo com aquilo com que os homens enriquecem.

Mas, todos os dois se esqueceram que entre mulher e marido não há furtos. Está no Código Penal.

Entre os dois só deve haver a máxima lealdade. Todos os dois devem entrar na sociedade conjugal com a máxima boa vontade e admiração um pelo outro. O que não pode continuar, é que se faça da mulher, escada para subir.

Nós temos direito de ter ambições. Eu mesmo quero morrer em Veneza, para ver se ainda lá encontro a minha grande paixão – Desdêmona. O que eu não posso compreender, é que um homem ambicioso, transforme a sua mulher, o seu maior amigo, a sua própria filha, em instrumento da sua ambição.

Todos esses entes são sagrados; para todos eles, o nosso amor e a nossa piedade devem ser coisa muito pouca.

Quando a gente se quer bater, tem muitos homens por diante; e não precisa procurá-los em sua própria casa.

A vida, apesar de não poder ser uma felicidade, deve ser uma coisa heróica.

E não há homem que tenha esse sentimento de heroísmo que não o deseje encontrar nas mulheres escolhidas.

A mulher não é instrumento de ambição; a mulher é um consolo e um conforto para os nossos vícios e as nossas desgraças.

Já fui muitas vezes jurado; já sofri muito por causa disso; mas, se eu fosse escolhido, para o júri de da Julieta Melilo, eu a absolveria.

Absolvia, minha senhora, porque não gosto desses seres cheios de títulos, que não amam a mulher a quem eles deviam amar.

Como eu sou budista, o que eu quero é o esquecimento da vida; e não mais tratarei de semelhante caso.

A.B.C., Rio, 31-8-1918.

O CHEFE POLÍTICO E O SEU ELEITOR

Seu doutor, eu vim incomodá-lo; mas precisava muito ficar bem com minha consciência.

– Que há?

– Eu não voto no doutor Rui.

– Como você vai votar no Epitácio?

– Nem num nem noutro.

– Você está ficando indisciplinado; não é mais o correligionário disciplinado de antigamente. Que diabo foi isso?

– Eu não tenho sido companheiro para você?

– Sim senhor. Devo ao doutor todos os obséquios desta vida, pelo que lhe sou muito agradecido. Foi o doutor que abaixo de Deus, salvou a Marocas, minha mulher, sem cobrar nada... Quando foi o enterro do meu filho Dodoca, o doutor me ajudou muito...

– Isso tudo não vem ao caso. Falemos...

– Não; vem sim, doutor! Quero que o senhor não pense que sou mal agradecido. Se estou empregado, devo ao doutor e...

- Se você continuasse no partido, podia subir ou nós arranjávamos uma equiparação ou mesmo um aumento de vencimentos; mas...
- Continuo no partido, doutor...
- Como? Você não vota conosco...
- Mas não voto no outro.
- É o mesmo.
- Não é doutor.
- É sim Felício! Em política, quem não é por mim é contra mim. Você sabe disso não é?
- É e não é. Não estou contra o senhor não senhor! É que me deu uma coisa cá dentro e eu...
- Que foi que deu em você?
- Eu me explico, tanto mais que tenho pensado muito no caso. O senhor quer me ouvir?
- Ouço, mas você não demora muito.
- Não demoro não senhor.
- Conte lá a história.
- Vou contar. Trata-se – não é verdade? – de escolher o homem que vai governar isto tudo. Quero dizer que ele vai governar todos os brasileiros, inclusive eu.
- Daí?
- Espere doutor! Pensei, então, eu cá com os meus botões: vou escolher uma pessoa que deve mandar em mim, na minha mulher, nos meus filhos, na minha casa até – preciso cuidado. Não é doutor?
- Mais ou menos, é, pois há a lei que ...
- Isto de lei é história. Quem governa é ele mesmo...

- Vamos adiante.

- Um homem que vai ter tanto poder sobre mim, sobre os meus e sobre as minhas coisas para ser escolhido por mim mesmo, deve ser meu conhecido velho. Voluntariamente pela minha própria vontade, vou escolher um dono para mim, e sendo assim o meu dever é estar inteirado do sujeito que é – não acha?

- Sim, não há dúvida. Mas você sabe bem quem é o Rui, penso eu.

- Conheço. É um homem muito inteligente...

- A maior glória do Brasil.

- É um grande talento.

- É um gênio.

- Sei de tudo isto doutor. Mas daí não posso concluir que ele possa mandar-me.

- Porque?

- Pode ser caprichoso, implicante ...

- Ora!

- Quer dizer que ele nunca me enxergará, não é?

- Não é bem isso...

- Ele pode não me enxergar, mas um dia enxerga outro por ele, e lá estou eu a braços com um homem de veneta.

- Não digo que ele seja...

- E o Epitácio?

- Esse ouço dizer que também é inteligente, doutor, tem sido muita coisa...

- Mas não é o Rui.

- Sei, doutor. Rui Barbosa não tem igual.

- Mas porque você não vota nele?
- Não voto porque não o conheço intimamente, de perto, como já disse ao senhor. Antigamente...
- Você não pensava assim – não é?
- É verdade; mas, de uns tempos a esta parte, dei em pensar.
- Faz mal. O partido...
- Não falo mal do partido. Estou sempre com ele, mas não posso por meu próprio gosto dar sobre mim tanta força a um homem, de que eu não conheço o gênio muito bem.
- Mas, se é assim, você terá pouco que escolher a não ser, nós colegas e nós amigos de você.
- Entre esses eu não escolho, porque não vejo nenhum que tenha as luzes suficientes; mas tenho outros conhecidos, entre os quais posso procurar a pessoa para me governar, guiar e aconselhar.
- Quem é?
- É o doutor.
- Eu?
- Sim, é o senhor.
- Mas, eu mesmo? Ora...
- É a única pessoa de hoje que vejo nas condições e que conheço. O senhor é do partido, e votando no senhor, não vou contra ele.
- De forma que você...
- Voto no senhor, para presidente da república.
- É voto perdido...
- Não tem nada; mas voto de acordo com o que penso. Parece que sigo o que está no manifesto assinado pelo senhor e outros. “Guiados pela nossa consciência e obedecendo o dever de todo republicano de consultá-la”...

- Chega Felício.
- Não é isso?
- É mas você deve concordar que um eleitor arregimentado tem de obedecer ao chefe.
- Sei, mas isto é quando se trata de um deputado ou senador, mas para presidente, que tem todos os trunfos na mão, a coisa é outra. É o que penso. Demais...
- Você está com teorias estranhas, subversivas...
- Não tenho teoria alguma, doutor. Consultei a minha consciência e a minha gratidão, e voto no senhor.
- Mas... já sou deputado.
- Que tem? Sobe mais um posto, ganha mais...
- Não preciso, já ganho na clínica muito.
- Com o lugar de deputado? Então pra que quis ir para a Câmara?
- Para nada.
- Doutor, eu decididamente não compreendo nada disto. Essa política é mesmo igual aos mistérios dos padres... Passe bem.

O Malho, Rio, 1-4-1919.

QUEREIS ENCONTRAR MARIDO? – APRENDEI!...

A Livraria Schetino, desta cidade, há tempos, editou um pequeno opúsculo de doze páginas, tipo graúdo, entrelinhado, com este soberbo título: Quereis encontrar Marido? – Aprendei!...

É autor do livro uma senhora, da . Diana D’Alteno, que, a seguir a regra geral, nunca encontrou o seu. Digo isto porque, na quase totalidade, todas as pessoas que se propõem a fornecer tal coisa ou outra aos seus semelhantes, não a possuem. Haja vista os feiticeiros, negromantes, cartomantes, adivinhos,

hierofantes, que estão sempre prontos a dar fortuna aos outros, mas que, entretanto, não têm níquel, pois precisam de espórtulas e gratificações para os seus generosos serviços.

Da . Diana D'Alteno começa o seu interessante opúsculo assim, deste modo, que transcrevo tal e qual: "Gentis e amáveis moças solteiras. É a vós que dedico estes meus escritos. O motivo que me induz a traçar estas

linhas é um dos mais vitais, e quiçá dos mais graves."

Depois desta invocação às suas caras leitoras, a autora entra de pronto no "argumento".

Sabem qual é este argumento? Pois fale ela. Eis as suas palavras: Permitti, pois, que vos fale disso como coisa nova.

"Se trata do terrível *dépeuplement!*, a diminuição progressiva do crescimentos, que poderá um dia ser causa de tremendos conflitos entre as nações, aproveitando-se umas sobre as outras de maior a menor número de combatentes."

Vejam os senhores só como esta senhora está adiantada em matéria de previsão histórica e como a sua sociologia é muito obstétrica e ginecológica.

O despovoamento pode ser um dia causa de tremendos conflitos, fenômeno terrível que ela qualifica mais adiante:"espada de Dâmocles suspensa sobre a cabeça de boa parte do gênero humano"

A senhora D'Alteno, ao acabar de fazer tão curiosa descoberta, não fica satisfeita. Parece que o seu gênio é como a atividade catequizadora de São Francisco Xavier; quer ir mais longe, mais longe. *Amplius!*

Então toma a palavra pela segunda vez e descobre a causa. Mais uma vez passo para aqui as palavras da ilustre socióloga:

"Pela segunda vez, peço permissão de tomar a palavra e explicar sem ambages qual seja esse motivo: é a diminuição dos matrimônios. É o caso de dizer: 'a pequenas causas, grandes efeitos' e na verdade, os matrimônios se tornam cada vez mais raros e mais difíceis."

Peço licença para observar à ilustre senhora coisas simples. Antes, tenho a dizer que nada entendo dessas coisas sociais, mesmo em se tratando de casamentos. Não é atividade da minha seara intelectual, mas já foi dito que cada qual tem o direito de ter uma opinião e de dizê-la. Eu julgo que o casamento nada tem com

o despovoamento. Pode haver multiplicação da humanidade sem ele, como pode haver com ele. O “crescei e multiplicai-vos” não subentende casamento algum. Há muitas espécies animais que obedecem ao preceito bíblico e prescindem de semelhante cerimônia. Por acaso entre os nossos animais domésticos que crescem e se multiplicam, apesar das pestes, das facas das cozinheiras, do choupo, etc., há pastores e sacerdotes encarregados de realizar casamentos? Não.

Estou bem certo que a autora não se zangará comigo, apesar do seu nome que, entretanto, não é também propício aos destinos do seu singular folheto. Mas... Afirma da . Diana que “o homem (o grifo é dela) tem medo do matrimônio. Um sacro terror se apoderou dele a tal palavra”.

Ainda uma vez peço licença à ilustre autora para discordar. O “homem” não tem medo do matrimônio; o “homem” o quer sempre. A culpa é da mulher que escolhe muito. Se ela casasse com o primeiro que encontrasse, a tal história não se daria. Eu, por exemplo, atiro ao terreiro um grão de milho; se não houver um galináceo que o coma, ele germina logo. Agora, se ele quiser terra especial ou a terra quiser um grão especial, a coisa é outra. Vai ver a ilustre autora como me vai dar razão nas suas penúltimas palavras que são estas:

“Permaneço ‘mulher’, se quereis um dia ser mãe – a ‘Maternidade!’ é esta a maior vitória que glorifica a mulher; é esta a sua grandiosa obra.”

Não falaria eu com tanto calor, mas diria a mesma coisa com simplicidade, chãmente. Vossa excelência, porém, está no seu direito, apesar de Diana, de fazê-lo da forma que o fez.

E essas suas palavras vêm a pêlo agora quando várias senhoritas se assanham para entrar para a Estrada de Ferro, para o Tesouro, como funcionárias públicas.

Há nisto vários erros, uns de ordem política, outros de ordem social.

Os de ordem política consistem em permitir que essas moças se inscrevam em concurso para aspirar um cargo público, quando a lei não permite que elas o exerçam.

Não sou inimigo das mulheres, mas quero que a lei seja respeitada, para sentir que ela me garante.

Nos países em que se há permitido que as mulheres exerçam cargos públicos, os respectivos parlamentos têm votado leis especiais nesse sentido. Aqui, não. Qualquer ministro, qualquer diretor se julga no direito de decidir sobre matéria tão delicada. É um abuso contra o qual eu já protestei e protesto.

Quando era ministro Joaquim Murinho – da Fazenda – é preciso saber – uma moça requereu inscrever-se em concurso para o Tesouro. Sabem o que ele fez, depois de ouvir as repartições competentes? Indeferiu o pedido, por não haver lei que tal autorizasse.

Nos Telégrafos e Correios, as moças têm acesso, porque os respectivos regulamentos – autorizados pelo congresso – permitem. Nas outras repartições, não; é abuso.

Mulher não é, no nosso direito, cidadão.

Está sempre em estado de menoridade. Por aí iria longe; por isso convém parar.

Spencer, na Introdução à Ciência Social observa que desde que o serviço militar obrigatório foi instituído em França, para todos os rapazes entre dezoito e vinte e um anos, o que obrigou as raparigas a virem a fazer os serviços que competiam àqueles, as exigências de altura, talhe, etc., para os recrutas foram pouco a pouco diminuindo; o trabalho da mulher tinha influído na geração...

Krafft-Ebbing diz, não sei onde, que a profissão da mulher é o casamento; por isso cumprimento da . Diana D'Anteno por ter escrito o seu interessante opúsculo: Quereis' encontrar Marido? – Aprendei!

Hoje, Rio, 26-6-1919

A CASA ÚNICA

– Como foi então, a história?

– Ouve.

– Estou ouvindo.

– Eu me formei muito cedo, antes dos vinte e dois anos, como tu sabes. Logo que me formei, graças ao meu Lugar de praticante dos Correios e o rendimento de algumas apólices, pude alugar um escritório, comprar um anel simbólico, um guarda-chuva de castão de ouro, uma pasta de couro, enfim todo o arreamento de um grande advogado. Tive a imagem disso, antes da sensação... Passei a trabalhar nos Correios à noite; e, durante o dia, logo pelas primeiras horas vinha para a cidade, ia ao escritório, onde tinha um empregado de sociedade com o vizinho. Sentava-me então solenemente à secretária e esperava os clientes. Não

vinham. Eu ficava uma, ou duas horas a folhear uns manuais, aborrecia-me e saía, tendo antes o cuidado de dizer ao pequeno, com muita ênfase: “Se vier alguém procurar-me, diga que fui almoçar e já volto.”

– Ias almoçar mesmo?

– Ia mesmo. Ainda havia dinheiro, não tinha torrado as apólices. Saía com pasta, fraque, guarda-chuva, etc., e ia ao Pascoal tomar um aperitivo e...

– Foi pena eu não te conhecer nesse tempo!

– Porque?

– Todos os dias te esperava, para pagares-me um também.

– Não fizeste falta.

– Como!

– Pois eu mesmo me encarreguei de travar relações com poetas, jornalistas e literatos e não havia dia em que não levasse um de reboque. Precisava da imprensa, para os meus planos...

– Que não soubeste executar.

– Vou te dizer porque.

– Estou ansioso pelo desfecho.

– Ia ao Pascoal com o Guedes, por exemplo, que hoje tem ou vai ter, cem mil-réis por mês que o Alves lhe dá, lá da sepultura. Começávamos a conversar eu, pasta, anel e guarda-chuva de cabo de ouro e outros apetrechos forenses e desandávamos a discorrer sobre negócios de versos, jornais e outras histórias correlativas.

– Foste sempre dado a estas coisas?

– Como todo mundo... Escrevi nas revistas de estudantes, fiz o discurso da turma; mas sempre tive medo dessas coisas de literatura.

– Porque?

– Porque? Por causa dos gramáticos que nunca se entendem.

- Mas os advogados?
- A coisa é mais escondida; não é tão...
- E quando vão para os apedidos?
- A crítica literária não intervém... Deixa-me contar a história com os diabos!
- Conta.
- Onde eu estava mesmo?
- Ia almoçar e encontravas o Guedes
- Bem. Muitas vezes, o Guedes seguia-me até o hotel e almoçávamos juntos. Em geral, porém, eu ia só. Almoçava, vinha tomar café fora, adquiria um charuto e lá ia eu, pasta, guarda-chuva de ouro, fraque, anel, etc., pela Rua do Ouvidor abaixo até a Rua do Carmo, onde tinha o escritório. Antes de entrar, perguntava precavidamente ao rapazote: José, veio alguém? Ao que ele respondia desconsoladamente: Ninguém, seu doutor. Entrava, descansava a pasta, etc., e esperava, mas...
- Como é que querias que viesse alguém, se não anunciavas?
- Não. Anunciei nos grandes jornais, durante muito tempo; e foi mesmo essa história de anúncios uma das causas de eu deixar a advocacia, porque...
- Como?
- Eu te conto. Tinha um camarada do colégio que fora sempre dado a esse negócio de revistas e jornais ... Era o Fontes... Um belo dia, apareceu-me ele no escritório e disse-me! – Castro, estou publicando uma revista – Os Sucessos... – Não sei se tu conheces? “Não”, disse-lhe eu. Ele, o Fontes, abriu uma pasta igual à minha, e tirou de lá três números da tal revista. Folheei-os, achei-os bonitos, bem impressos, e enquanto isso o Fontes gabava os méritos de sua publicação. Perguntei-lhe com franqueza o que queria. “Primeiro, disse-me ele, a tua colaboração”...
- Colaboraste?
- Ouve. “Primeiro, disse-me Fontes, a tua colaboração; e, em seguida, que tu me dêes um anúncio aqui, para esta seção – Momentos dos Advogados”. Pensei um instante e perguntei-lhe quanto era. “Pouco; cinco mil-réis por numero”, respondeu-me ele. Autorizei e logo que o tal anúncio no Momento do Fontes,

apareceu, nunca mais o meu escritório ficou às moscas. A toda hora e a todo instante, lá aparecia um diretor, um secretário, ou um gerente de revista a pedir o meu anúncio. Fui autorizando, na persuasão de que atraíssem clientes; mas não me surgiu nenhum.

– Não devias ter sido tão pródigo ... Quanto te custou essa maluquice?

– Em um ano, cerca de dois contos de réis. A minha pequena fortuna ia-se e eu não conseguia obter nem uma causa; entretanto, teimava em ser um grande advogado. Todos os dias eu, pasta, guarda-chuva de ouro, anel, fraque, etc. íamos ao fórum e nada obtínhamos. Travei no fórum conhecimento com um escrevente juramentado, o Carvalhais. Era um rapaz adorado, abrihantado, com uns ares importantes, uma pasta igual à minha, variando de roupas todos os dias e fazendo a noce com a maior distinção. Quase sempre bebíamos juntos e ele me dizia sempre: “Doutor, hei de lhe arranjar uma coisa boa”. “Pois bem, Carvalhais”, respondia-lhe eu. Um dia, ao chegar ao fórum, logo topei com o Carvalhais, acompanhado de um sujeito rústico, branco, musculoso, curto, a quem me apresentou, como precisando dos meus serviços. “Pois não”, fiz eu muito contente. “Então”, respondeu o Carvalhais, “vamos todos ao tabelião”. Fomos. Lá, Carvalhais falou a um colega, que abriu um grande livro, e eu mais o cliente ficamos sentados à espera. Daí a pouco, fui chamado por Carvalhais. Assinei o tal livro, o cliente também, Carvalhais também. “Agora”, disse-me Carvalhais, “vamos até ao escritório do doutor, pois temos ainda o que fazer”. Assim fizemos. Em lá chegando, ele me deu três ou quatro papéis a assinar – o que fiz sem os ler.

– Homessa!

– Paciência filho; espera! Acabado o que, ele, o Carvalhais, me disse: “Doutor, não há serviço que não mereça paga”. Tirou do bolso seis notas de quinhentos mil-réis e me deu. Despediu-se amavelmente e foi-se com o meu cliente.

– Qual era a causa?

– Tu sabes?

– Não.

– Nem eu... No dia seguinte, fechei o escritório.

O Malho, Rio, 28-6-1919.

O EDIFÍCIO DA CRUZ VERMELHA

Nos últimos dias do mês passado, o Rio-Jornal deu-nos uma larga notícia sobre as coisas da Cruz Vermelha Brasileira. O começo da notícia é tão de lamúrias a ponto de provocar lágrimas.

Diz e repete que essa sociedade humanitária “vive esquecida, cinicamente alimentada pelo entusiasmo inarrefecível de diminuto grupo de patrícios, utopistas na condenação injustificável de indivíduos acanhados no seu modo de ver.

“Ignorada, trabalhando em silêncio e cônica de sua modéstia, pelo criminoso descaso que lhe votam os responsáveis, os espetaculosos promotores de festas de caridade em benefício dos infelizes europeus e quiçá a população em geral, ela, no cenário da vida da cidade, só surge nos transe difíceis e horríveis como os dolorosos e negros dias da pandemia gripal.”

Segundo me consta, essa história da Cruz Vermelha é destinada a socorrer feridos de guerra. Ora, o Brasil há muito tempo não se mete em guerra.

Sendo assim, como é então que querem que a nossa Cruz Vermelha seja conhecida? Não há de querer ela que, para se ostentar ao grande público, haja, de ano em ano, uma guerra com o Brasil. Longe, portanto, de se lastimar, a Cruz Vermelha deve exultar com a sua obscuridade!

Entretanto, ela não é assim tão total como diz o Rio-Jornal.

Há meses, houve lá uma eleição de diretoria. Dias antes, muitos mesmo, os apedidos dos jornais e outras seções vinham cheios dela. O eixo da disputa era ter o presidente mandado em missão ao Paraná e outros lugares uma parteira, como portadora de credenciais da associação. Sem cobras e lagartos e todos os leitores de jornais, que são o verdadeiro público do Rio de Janeiro, se não tinham notícia da “Cruz Vermelha”, vieram a tê-la com o escândalo jornalístico.

Eu não sei bem que utilidade pode ter uma parteira para tratar feridos de guerra. Creio bem que os ferimentos de que essas especialistas podem curar, não se adquirem na guerra, mas fora dela, em cura de partos, que por eufemismo ou outra figura de retórica, chamam de batalha, guerra de amor, os singulares combates em que os estragos redundam em trabalho para os obstetras.

Agora, eu me lembro – e por lealdade declaro – que, há muitos anos, li a nomeação do doutor Abel Parente para médico parteiro da Guarda Nacional.

Mas, isto foi no Filhote da Gazeta. Além disto, a eleição da diretoria foi um sucesso que causou inveja ao Honório Pimentel, de Santa Cruz.

A notícia que traz o endemoninhado Rio-Jornal, se alonga em outras considerações; e, até, estampa um clichê do edifício projetado para a sede de todos os serviços que a Cruz quer prestar ao país, à cidade, na paz e na guerra.

É olhá-lo para se chegar logo à conclusão de que quem o projetou não é arquiteto, nem mesmo engenheiro: é um marceneiro.

Os senhores conhecem essas espécies de cômodas de escritório, em cujas gavetas se guardam papéis? Pois é assim a maneira do tal edifício da Cruz. Os franceses chamam a tal móvel *chiffonnier*, creio eu; e o edifício da sociedade é perfeitamente semelhante a ele, mas inteiramente feio, porque, além das muitas gavetas e descomunal altura, ainda tem mais torrezinhas, uma cúpula central, uns cocurutos, absurdos e contraproducentes, que não lhe deixam totalmente ver a sua estética abracadabrante de caixão.

O Rio-Jornal nos informa também de várias coisas sobre esse monumento “gótico”. Diz ele: “O edifício planejado, uma vez construído, marcará o início de uma nova fase na vida da sociedade. Seu custo ficará aproximadamente por 20.000:000\$000.”

Se o “caixão” da Cruz Vermelha já era pretensioso no seu número de andares, ainda mais se mostra ser, dado que uma coisa não supusesse a outra, no custo. Qual é o edifício público do Brasil que custa isso? Nenhum. Algumas igrejas e conventos do Rio, uma ou outra, podem ser avaliados nisso; mas que tempo levaram a ser construídos? A Candelária, por exemplo, levou mais de cem anos; e verdadeiramente não está acabada.

Ora, Cruz Vermelha!, isto é muito para tua alma! O mesmo jornal ainda nos dá outros detalhes curiosos sobre o formidável “caixão”.

Ei-los:

“Ocupando uma área de 6.000 m², tendo de altura, do subsolo ao último andar, 125 metros, sendo a máxima 142 metros, ele comportará vinte andares, onde ficarão instalados, de acordo com todos os preceitos das construções modernas e exigências de higiene, todo o aparelhamento necessário a um hospital de primeira ordem, desde os mais delicados gabinetes, enfermarias, quartos particulares e de observação, até um grande frigorífico para receber a carne, o peixe, aves, frutas, e legumes, destinados ao consumo de um mês.”

O senhor Taumaturgo de Azevedo, que disputa ao senhor Câmara o número de “crachás” universitários; que é doutor em uma porção de coisas; o senhor Taumaturgo de Azevedo devia saber, como todos sabem, que, atualmente, é aconselhada pelos higienistas de todo o mundo a construção de hospitais em pavilhões nivelados. Os motivos são óbvios e estão ao alcance da mais mediana inteligência que tenha a mais mediana cultura. Como é então, que o senhor Taumaturgo (será por causa do nome?) quer fazer um hospital moderno ao jeito dos antigos?

Com tanto dinheiro, ele pode construir a sede propriamente da sociedade e o hospital em lugares separados, tanto mais que ele tem o frisante exemplo do Hospital Central do Exército, maravilhoso entre as nossas coisas chatas, já pela construção, já pelo pessoal, e onde estive dois meses excelentemente, do que tenho muitas saudades. De resto, essas edificações brutas e estúpidas, como quer ser a tal para a Cruz Vermelha, não devem ser consentidas na nossa cidade.

Há quem conteste que o tipo *sky-scraper* nova-iorquino nasceu de condições peculiares à grande cidade do Hudson.

Não foram determinados pelo subsolo granítico de New York, nem pelo encarecimento progressivo dos terrenos da ilha de Manhattan, onde se acumula toda a intensa vida da imensa cidade; entretanto, se não foram tais fatores os principais, eles devem ser levados em linha de conta.

Entre nós, porém, nenhum deles pode prevalecer e não devíamos permitir a construção de semelhantes faróis cívicos, em uma cidade semeada e bordada de colinas, morros quase serras, que ainda estão mais ou menos arborizadas e que devem estar sempre, dando-lhe a sua beleza especial, o seu *cachet* de grandeza, e a sua simplicidade de horizontes, os quais nós perderemos, pobres e mesquinhas formigas humanas que somos!, se tais chatezas se vierem multiplicar.

O *sky-scraper* define o americano. É a arrogância do parvenu e a estupidez do arrivista que não sabe esperar pelo tempo e outras circunstâncias mínimas para ter personalidade. Faz o grande, o desmedido; gesticula, berra, veste-se com cores vivas, arreia-se de brilhantes e pérolas, de todas as jóias, enfim, para parecer fidalgo, poderoso e original. É um estudo a fazer.

Só o tempo faz o que o tempo não destrói; e seremos muito tolos se imitarmos os americanos nas suas idiotices e pretensões com o descomunal.

Se nós tivéssemos um Conselho Municipal, se apelaria para ele. Mas o tal conselho que temos não ama a cidade, nem é composto de gente dela. O único

carioca que lá existe e pode ter algum amor pelo Rio de Janeiro, é o coronel Brandão; mas esse mesmo é português de nascimento. Os outros são cubanos, mexicanos, hondurenses – gente que, por bem ou pela força, tem de gravitar em torno da república do dólar. É inútil esperar qualquer coisa dessa gente que, não contente de estar sob o guante americano, ainda procura narcótico jesuítico para se anular, e o vai impingir às crianças, nas escolas, à força do poder do Estado, julgando legítimo isso, porque sofrera também império semelhante que destruiu nela a rebeldia indispensável ao progresso humano, mas a deixou, em compensação, viver à tripa forra.

Estão se cevando, mas é pena que o seja inutilmente... A antropofagia já passou de moda em toda a humanidade..

Dessa forma, não temos nós, cariocas, que amamos o nosso lindo Rio de Janeiro, para quem apelar e o senhor Taumaturgo poderá impunemente arranhar – só, não! – furar céu, a menos que Deus não faça, como fez com os atrevidos da torre de Babel; castigá-lo bem castigado! É ainda uma esperança...

Hoje, Rio, 10-7-1919.

NO PRIMOR DA ELEGÂNCIA

– Pois foi mesmo uma coisa que não sei como qualificar.

– Mas, nunca tinhas jogado?

– Tinha; mas, em família, a vinte e dez réis o tento. Assim a sério, nunca! E ainda por cima ficar devendo dois contos... Livra!

– Já os pagaste?

– Não; não foi preciso.

– Que diabo! Não te entendo!

– Queres ouvir a história tintim por tintim?

– Quero.

– Pois então ouve lá.

– Estou ouvindo:

– Andava eu muito arrebetado, devido a minha mania poética. Tinha empenhado os meus vencimentos – uma grande parte, bem entendido – a um agiota, para publicar o meu poema Luzes no Nevoeiro. Lembras-te?

– Lembro-me. Por sinal que...

– Não fez lá grande feio, até... Bem! Continuo: assim, encalacrado, o que restava dos vencimentos, era para comer e morar. Pacientemente, até com grande orgulho íntimo, por me ter heroicamente sacrificado às letras, eu ia passando meses, quando certo dia o meu colega de repartição, Segadas, perguntou-me: “Oh! Barcelos! Você nunca jogou no bicho?” Fiz um esforço de memória e respondi: “Uma vez, há muito tempo”. Segadas não se contentou com a minha resposta e disse-me ainda: “Escreva aí, num papel, um número de quatro algarismos, qualquer, compreendeu?” “Para que é?” perguntei. “Ora!” fez ele rindo-se. “Você sabe bem para o que é. Querem ver que você está se fazendo de tolo comigo?” Desconfiei que fosse para isso, mas Segadas era doutor em bicho. Comprava Mascote, Talismã e até uma revista mensal – O Mistério da Sorte – ele assinava. Como é que então, me vinha pedir palpite, a mim que era néscio na bicharada? Enfim... Escrevi o tal milhar; e dei-lhe o papel com ele escrito. Examinou, abalou a cabeça com ar de dúvida e por fim exclamou: “Vamos ver... Dê-me aí um mil-réis – você tem?” Tinha e dei-o. Saí da repartição, sem mais me lembrar do caso. O meu espanto estava reservado para o dia seguinte. Assinei o ponto e, quando entrei na seção, ele veio ao meu encontro e fez com um ar muito expressivo, mas que eu não sei como qualificar: “Tem pêlo, Barcelos! Ganhaste três contos e pouco”, acudiu ele. Suspendi a respiração; e explicou-me então ele que eu tinha, de sociedade com os dele, distribuído aqueles dez tostões no milhar, na centena, na dezena, no grupo; e meu lucro estava ali. Passou-me a bolada.

– Continuaste trabalhando?

– Qual! Pedi licença e saí. Meditei muito no que devia fazer. Pensei em pagar o agiota, mas pagá-lo, era dar-lhe lucro, pois o desconto seria insignificante e eu pagaria quase o mesmo que devia pagar daí a um ano e tanto... Não valia a pena! Não paguei e comprei roupas novas e outros aviamentos *chics*. No fim de vinte dias, o meu tesouro estava quase reduzido a pouco menos de três contos, embora a minha biblioteca se houvesse enriquecido e eu andasse no primor da elegância, pela avenida, teatros, circos de esporte etc. mas, sem sorte alguma. Diabo! fiz eu de mim para mim. Ninguém é profeta em sua terra. Preciso dar um passeio. Tinha lido uns versos de Olegário Mariano sobre Poços de Caldas e decidi-me ir até lá passar uns tempos, isto é, um mês ou dois, se tanto. Fui. Passei em São Paulo, onde me demorei uma semana. Queria ficar mais tempo. Aquele recato de São Paulo, aquela sua decência e pudicícia faziam evolar um

bouquet capitoso da taça dos seus prazeres e me inebriava. De noite, com as portas fechadas, no interior de alegres casas, era como se a linda cidade me dissesse: parecer não é ser. Mas... cumpria ir a Poços de Caldas e o fiz com esforço. Deixei a minha Cápua e lá fui para a cidade das águas de Juvência. Digo-te com franqueza que a cidade em si não me agradou. Aquele tom híbrido de roça e cidade, ainda mais acentuado com o urbano pavonear dos aquáticos, não era lá coisa de despertar-me idéias de beleza.

– E a paisagem?

– Ora! Para quem sai do Rio de Janeiro!!

– Em que hotel estiveste?

– Um bem catita e cheio de si, mas de cujo nome não me lembro. O que eu sei, é que durante a primeira semana, mal troquei cumprimentos com os outros hóspedes.

– Não jogaste?

– Não. Mas dei uma volta pela sala da roleta e observei o cavalheirismo dos banqueiros de lá, emitindo fichas mais baratas para as senhoras. É galante!

– Senhoras?

– Autênticas, filho! Lá, passa-se a linha equinocial para além da qual, como diziam os antigos, não há crimes. Em Poços, tudo joga: moças, meninas, matronas, barbadões sisudos, chefe de polícia, delegado, creio que até padres e irmãs de caridade.

– Não é possível?

– Pois vá lá, para veres só. Mas, como te dizia: não tinha até ali travado conhecimento algum, quando uma tarde após o jantar, estando sentado à varanda do hotel, um senhor bem disposto dirigiu-se a mim e disse-me prazenteiramente:

“Então doutor, está apreciando o crepúsculo de Poços? Com certeza é para ter saudades do Rio – não é?” Por aí fomos e travei conhecimento com o senhor coronel (da guarda nacional) Paulo Serpente. Era um homem tratável, fino, não parecia lá muito lido, mas denotava muita convivência com pessoas instruídas. Em uma semana, ele transformou a monotonia do meu viver. Fui ao salão, conversei, ouvi música, fiz até uma conferência literária – Céus de Veneza – onde nunca estive, e arranjei um amor pecaminoso sem inesperadas

consequências. Uma tarde, o coronel perguntou-me: “Doutor, o senhor não joga pôquer?” Não esperava por esta pergunta, mas respondi com franqueza: “Jogo, mas mal”. “Não importa, é só para entreter. Acedi, sem nenhuma repugnância. Após o jantar, ele me procurou e disse-me prazenteiro, mesmo à roceira: “Vamos à coisa doutor!” Indaguei: “E os parceiros?” “Já estão lá na sala.” Fomos, eu e ele. A sala de jogos de cartas ficava num pavilhão paralelo àquele em que se jogava o bacará, a roleta etc. Entre os dois uma espécie de jardim largo, mas bem maltratado e pouco iluminado. Fui apresentado ao doutor Simões Espinheiro, grande advogado no Rio; e o outro era um senhor Eufélio dos Anjos, que já conhecia por ser companheiro inseparável do coronel. Preparamos mesa, etc. e marcamos o valor da ficha. O advogado queria que fossem a dez mil-réis. E eu, para não fazer feio, concordei e Eufélio e o coronel, porém, julgaram melhor ser pela metade. Cada um de nós adquiriu cem fichas, quinhentos mil-réis; e começamos o jogo, *hands*, trincas, four... trepações, enfim, toda aquela complicação não havendo limite nas apostas. No fim de meia hora, tinha perdido tudo; no fim de hora e meia, só me restava o dinheiro do hotel. Quis levantar-me mas o coronel opôs-se e adiantou-me mais quinhentos, em fichas mas de beíço. Perdi. Pedi mais, perdi. Pedi mais e só de beíço, dois contos de reis. O tal advogado foi mais caipora do que eu, também era mais afoito, o bobo. Perdeu dezoito contos em cerca de três horas. Encheu cheques sobre um banco de São Paulo, deu a cada um o que competia; e levantou-se sorridente, cheio de indiferença. Mais tarde, vim a saber que ele pusera fora toda a fortuna da mulher. Era por isso. Por minha vez saí e procurei no jardim um lugar escuro onde chorasse as minhas mágoas. Como havia de pagar aqueles dois contos? Onde arranjar aquele dinheiro? Tinha que me ir embora no dia seguinte... Nisto, surge-me o coronel Serpente que me fala: “Doutor, vamos jogar roleta?” Verdadeiramente acabrunhado, respondi-lhe: “Qual, coronel! Tenho sido tão caipora! Até não sei como...” Não acabei a frase. O coronel tirou da algibeira dois pacotes e mos deu. De espanto, eu não falava; ele, porém, disse-me com voz de amigo: “O doutor não nos deve nada. Leve o seu dinheiro. O senhor sabe que são precisos quatro parceiros, pelo menos para jogar o pôquer? O doutor era-nos preciso, para depenar aquela paca, o Simões. Boa noite”.

O Malho, Rio, 19-7-1919.

MODAS FEMININAS E OUTRAS

De uns anos a esta parte, eu não vejo a Avenida nem a Rua do Ouvidor com os olhos de cinco anos para trás. De forma que, sendo assim, não faço reparo nos “almofadinhas”, “melindrosas”, “entupidinhas” e outras criaturas que tanto preocupam os nossos estetas de cinema.

Contudo leio-lhes as crônicas e fico admirado com o desvelo que têm em tratar dessas coisas de vestuário das moças com ares de que está lançando a excomunhão maior com auxílio da fatal Grécia.

Quando menino, conheci até a anquinha, o tundá; e todos falavam mal dela ou dele, como imoral; entretanto, não deixava o tal adorno ver descoberta nenhuma parte do corpo. Ao contrário. Vieram o *droit-devant*, a *jupe-culotte* e outras norteações da alma feminina e todos teimaram em encontrar nesses vestuários das damas provas de impudícia, de despudor e outras coisas correlatas.

Eu não sei quando eles têm razão, se é quando estimam as mulheres ultradecotadas nos grandes bailes e teatros, ou se é quando acham isto indecente no meio da rua.

Devia-se remediar essas discrepâncias e discordâncias de modo que não fossemos apelar para o duvidoso critério das propensões dos gregos que não o tinham firme, tanto assim que há estátuas de deuses e heróis deles que possuem ate nove cabeças e outras nem oito.

A minha idéia era nomear uma comissão, que estabelecesse a base de um projeto sobre os comprimentos dos saiotos e dos decotes, fixando o que podia ser visto ou não.

Nessa comissão entrariam sacerdotes e sacerdotisas de todas as religiões, inclusive a de Vênus, estetas acadêmicos ou não, membros da Liga pela Moralidade, da Defesa Nacional e Nacionalista e, mais ainda, alguns negociantes de fazendas, fitas e bugigangas.

Cada um estudaria a questão no seu ponto de vista e todos apresentariam um trabalho completo ao Parlamento Nacional.

O que era difícil era eles se entenderem, mas isso é lá com eles que devem esforçar-se para tal conseguir no objetivo da felicidade do país.

Não há uma comissão de inquérito na Câmara para o estudo da questão social que até agora tem dado os melhores resultados? Porque a Comissão de Modas Femininas não virá a dar também?

Tão momentoso assunto deve interessar deveras todos os bons brasileiros, por estar ele causando as mais terríveis inquietações ao bom povo de Minas, Goiás, Paraíba, inclusive Cascadura.

Tudo encarece e fica pela hora da morte; mas toda a nossa gente brasileira tem as vistas voltadas para as coisas do Rio, da avenida; e é preciso atendê-la quanto antes.

Careta, Rio, 13-9-1919.

A TAL HISTÓRIA DA ANIAGEM

Andam os jornais e a tribuna da Câmara num bate-bocas danado a propósito da diminuição dos impostos sobre as sacas de aniagem importadas.

As primeiras figuras do debate são o senhor doutor Jorge Street e o senhor doutor Veiga Miranda, deputado federal.

O primeiro é dos homens de fortuna que, pela sua inteligência, cultura e largueza de espírito, eu mais admiro.

Não posso negar aqui que já lhe pedi um favor, no começo da minha vida de escritor.

Ele leu meu primeiro livro, isto há mais de dez anos; e quis me ajudar.

Por intermédio do doutor Delamare que, por aqueles tempos dirigia a Fábrica Rink. eu lhe fiz um pedido, que não era de dinheiro; e, embora ele não me pudesse servir, eu lhe sou imensamente grato.

Conquanto atualmente eu me haja declarado inimigo irreconciliável do capitalismo, não posso deixar de demonstrar publicamente o meu agradecimento por tão generosa pessoa que saiu de sua importância e riqueza, para se interessar pela minha pobreza e humildade.

Digo isto aqui ao doutor Jorge Street porquanto pela nossa concepção de riqueza e propriedade, não me julgo muito separado de sua senhoria.

O seu último artigo, justificando a existência de associações operárias ou sindicatos, para tratar e discutir as suas questões com os patrões, mostrou muito bem que o doutor Jorge Street não era um ricaço vulgar.

Ele dizia muito bem que, em face do poder do capital, os operários só podiam lutar associados. Tinha toda a razão plenamente, e só os absolutos Andrades Bezerras, com uma erudição de última hora, extremamente pernóstica, podem contestá-lo. Esse reacionário senhor tem uma grande descoberta; é a sociologia

católica. Porque semelhante deputado não descobre uma geometria muçulmana ou uma física budista?

Tudo isto, porém, não vem ao caso. Falava eu do debate entre os senhores Jorge Street e Veiga Miranda; e me alonguei em tratando do primeiro. Seria, entretanto, injustiça não dizer alguma coisa sobre o segundo de quem tenho recebido favores inestimáveis.

O senhor Veiga Miranda é um grande romancista, talvez dos maiores da geração atual. O seu último livro – Mau Olhado – é, em todos os sentidos, uma obra notável.

Tive ocasião de dizer isto em longo artigo que, creio, sua senhoria não leu, apesar de lhe ter eu enviado a revista.

Mas o que decorre dos seus livros é que o seu pensamento não passa de atividade mental completamente retrógrada.

Ele ama a fazenda e os fazendeiros e faz de ambos o núcleo da nossa civilização.

Talvez haja nisso um pouco de verdade; mas como é, doutor Veiga Miranda, que sua senhoria se esquece do escravo?

Uma coisa supõe outra e ambas têm de coexistir. Há um grande erro de lógica e de rigor artístico em querer separar as duas coisas ou mesmo ofuscar uma em favor da outra. Já os românticos, Bernardo Guimarães, José de Alencar e outros tinham pressentido isto; e os seus livros estão aí para mostrá-lo.

O seu amor à fazenda e ao fazendeiro leva-o a soltar na Câmara várias catilinárias contra os industriais que fabricam a embalagem, isto é, a sacaria de aniagem para o acondicionamento do café.

O senhor doutor Veiga Miranda, que sempre viveu no interior, deve saber que o que faz a miserável condição do nosso trabalhador rural, não foi a indústria das cidades, foi a indústria da roça. Não há chefe pior do que o fazendeiro, o usineiro de açúcar e o dono de seringal.

Um dono de fábrica de tecidos é, à vista de semelhante gente, muito melhor do que um dono de fazenda de café de São Paulo, que é uma grande peste nacional.

Eles se têm e se arrogam todos os direitos de senhor feudal, até o de primícias.

Não quero citar fatos, mas o senhor doutor Veiga Miranda quis desafiar-me e mencionou o caso que se passou com um irmão de uma grande pessoa que chegou a ser até presidente da república. Foi a tal nobreza rural que desmoralizou a gente rural...

A questão da aniagem é uma das burrices da república que eu odeio. Eles, os legisladores republicanos, criaram o protecionismo imbecilmente ou por desonestidade. Não sabiam com o que jogavam. Agora apelam para os interesses da nobreza rural (ex-Alfredo Ellis e o Zé Bezerra) que tem explorado os negros, os portugueses e italianos, para se enriquecerem.

Os industriais, muito inteligentemente, caíram em cima deles e fizeram pagar as extorsões de tais lavradores que não sabem plantar, a toda uma população que o meu amigo Monteiro Lobato chama de jecas-tatus e fenece por aí.

À semelhante gente que quer criar até a tolice da Ordem dos Advogados, na minha despedida da vida, eu só posso dizer como o meu preto velho que me criou e eu o amei e ele me amou, Manuel de Oliveira: “eles que são brancos, que lá se entendam”.

A.B.C., Rio, 27-9-1919

OS CORRESPONDENTES

O curioso dessas coisas todas é que ninguém quer ficar com os sentimentos ocultos. Eles se lembram de manifestá-los, desta ou daquela forma, aqui ou acolá.

Se a tua dor te incomoda, faze dela um poema, mas o que se não pode entender é que certos sujeitos não podendo fazer dela um poema, venham pedir que se revele pelas colunas dos jornais o espetáculo de suas mágoas e amores.

Tudo isto é respeitável e digno; mas o que não é digno é revelar semelhantes coisas.

Não há dia que não recebamos cartas de amorosos declarando os seus sentimentos à sua amada: não há dia que não encontremos no nosso correio denúncias de despeitados contra as suas prováveis apaixonadas. Tudo isto é absolutamente idiota e não é de nossa competência. Estamos aqui para fazer troça, pilheriar contra a humanidade; mas não para atravancá-la com perseguições e maldades.

Imaginem os senhores se fossemos publicar com o nome a bobagem que ai vai.

Nós fazemos para regalo dos nossos leitores, mas pedimos que semelhantes missivistas não repitam a pilhéria de nos incomodar com semelhantes tolices.

Eis aí a carta:

“Ilustríssimo senhor redator da Careta.

Com máximo respeito, solicito um abrigo a este escrito na página literária do vosso jornal, de antemão agradeço, a vossa gentileza.

À F...

Através das blandícias e amplexos dos que te admiram, passas feliz o teu aniversário! No entanto, eu, sorvendo a poção de tantos sofrimentos, assisto passar como que uma caravana, tudo, quanto senti, neste amor agora indelével! Esperanças, não mais me alegram a face merencória! Caminho esta trilha que se chama vida, prestes, a encontrar talvez, o recanto escuro, onde, o corpo se exila do mundo e a tal terra de ilusões, não volta mais! nunca mais! Perdoa-me, a liberdade de te dirigir estas linhas. Antes porém, de dar termo a este conjunto medíocre, prosternado, recitarei, por esta data faustosa, uma prece a Deus, para que sejam marchetados de rara felicidade, os dias, que te restam na vida, acobertados, com o manto sublime da virtude e da Glória! São estes, os sinceros votos, que te não esquece de desejar, o teu admirador humilde

J. G. Júnior”

Foi este senhor Gonçalves que nos enviou esta carta, sobre a qual escrevemos os comentários que aí vão.

Careta, Rio, 27-9-1919.

ATRIBUIÇÕES DE UM VENDEIRO

Não há coisa mais interessante de que observar uma venda.

Toda a gente tem mais ou menos escrúpulo em entrar em uma delas. Já o tive também; mas, agora, é um prazer e meu agrado.

Aposentado e satisfeito da vida, logo, nas primeiras horas, a minha satisfação é visitá-las na minha redondeza.

Não me arrependo com isso, porquanto muito observo e adivinho.

Tem meu amigo, o senhor Carlos Ventura, um excelente camarada e discípulo – o Alípio.

Prego-lhe todas as doutrinas subversivas que me vêm à cabeça; e ele me ouve e medita.

Estou emprazado até para ser servente de pedreiro, desde que ele seja chefe da empreitada.

O que quero é que ele me dê o atestado de que eu fui de alguma forma trabalhador manual.

Entretanto, a coisa que mais curiosidade me provoca, é a atitude dos vendedores das casas chamadas atacadistas.

São em geral rapazes finos, limpos e agradáveis. Chegam, sempre com um jornal, mesureiros e delicados e dizem:

– “Seu” Ventura, cá estou! Tenho um arroz finíssimo, Iguape. O senhor quer?

O Senhor Ventura diz que não quer e o homem insiste. Daqui a instantes, lá vem outro, também fino, delicado e elegante:

– “Seu” Ventura, eu me lembro do senhor.

– Porque?

– A razão é simples. Tenho uma banha com pouca água.

São todos assim e os varejistas ou, como chama o povo, taverneiros, têm que atendê-los de hora em hora. Já lhes deram um nome muito engraçado; são os tocadores de realejo.

Não há mais essa espécie de necessitados; mas ficaram os caixeiros vendedores para substituí-los e atribular os varejistas, os vendeiros, que, às vezes, são a providência de muita gente pobre.

Entretanto, não são eles só perseguidos por esses rapazes vendedores. Há um flagelo maior; são os almofadinhas do comissariado. Conhecidos são eles por afinadores de piano.

Merecem muito esse apelido, mesmo não trazendo o diapasão.

Para eles não há necessidade disso. Basta para a sua economia política a tabela do comissariado e por parte dos afinadores do comissariado e as ordens do Vieira Souto.

Um pobre taverneiro sofre de ambos lados, isto é, por parte dos afinadores do comissariado e por parte dos tocadores de realejo. Eis aí a fortuna de um taverneiro.

Careta, Rio, 27-9-1919.

UMA PARTIDA DE FOOTBALL

Das coisas elegantes que as elegâncias cariocas podem fornecer ao observador imparcial, não há nenhuma tão interessante como uma partida de *football*.

É um espetáculo da maior delicadeza em que a alta e a baixa sociedade cariocas revelam a sua cultura e educação.

Num círculo romano, com imperadores, retiários, vestais e outros sacerdotes e sacerdotisas, não se poderiam presenciar aspectos tão interessantes, coisas tão inéditas como nas nossas arenas de jogo do pontapés na bola.

Os gladiadores eram raramente homens de grande beleza física e muito menos intelectual; os nossos jogadores de *football*, porém, são excelentes modelos, em que o crânio alongado e pontiagudo dá um remate de beleza aos seus membros inferiores que muito lembram certos ancestrais do homem.

O senhor Coelho Neto, a quem muito admiro, já fez a apologia desses apolos, com a força de sua erudição em coisas gregas.

Não há, portanto, nos nossos hábitos, fato mais agradável do que assistir uma partida de bolapé.

As senhoras que assistem, merecem então todo o nosso respeito.

Elas se entusiasmam de tal modo que esquecem todas as conveniências.

São as chamadas “torcedoras” e o que é mais apreciável nelas, é o vocabulário.

Rico no calão, veemente e colorido, o seu fraseado só pede meças ao dos humildes carroceiros do cais do porto.

Poderia dar alguns exemplos, mas tinha que os dar em sânscrito.

Em português ou mesmo em latim, eles desafiariam a honestidade: e é, por um, que me abstenho de toda e qualquer citação elucidativa.

O que há, porém, de mais interessante nessas festanças esportivas, é o final.

Sendo um divertimento ou passatempo, elas acabam sempre em rolo e barulho.

Por tal preço, não vale a pena a gente divertir-se.

É o que me parece.

Careta, Rio, 4-10-1919.

AS VAPOROSAS

Ultimamente, com a criação de seções elegantes nos jornais, aparecem todos os meses novos qualificativos para nossas elegantes.

Já tivemos as “encantadoras”, já tivemos as “melindrosas”, agora temos as “vaporosas”.

Não acho mal nenhum nisso, porquanto a língua se enriquece e todos nós nos divertimos com esse enriquecimento transitório.

O que acho, porém, é que, às vezes, os termos são impróprios.

Encantadora, vá lá! Mas “melindrosa” para qualificar uma moça que não teme os perigos do cinema e os “leões” das esquinas...

Julgo que essas moças não são nada “melindrosas”, elas são corajosas e ousadas.

Por exemplo, eu, que sou homem e muito pouco “melindroso”, não teria a coragem que elas têm. Contudo...

Agora inventaram as “vaporosas”. São as mesmas “melindrosas” que se rejuvenesceram com um nome novo.

É bom que isso aconteça, porquanto não é agradável que uma mulher envelheça. Tudo que for possível para evitar tão lamentável fato, é bom, seja carmim, pó de arroz ou com um novo qualificativo.

Só tinha a objetar em a impropriedade da nova designação.

“Vaporosas” parece querer dizer que essas moças estão desprendendo vapor.

Acho aí um pouco de indelicadeza.

Uma moça deve ser sempre uma coisa útil; e o vapor só é útil quando está sob pressão.

Era só a crítica que eu tinha a fazer a essa novíssima designação para as elegantes da Avenida e Rua do Ouvidor.

Se é pelo vestuário, seria muito melhor que fossem elas chamadas – “transparentes”.

Careta, Rio, 4-10-1919.

CUIDADO!!

O conflito público e jornalístico entre os deputados Natalício Cambuim e Andrade Bezerra tem sido muito comentado e gozado.

Não conheço nenhum dos dois, mas aprecio muito o senhor Bezerra.

Leio desde sempre os seus estirados artigos no Correio da Manhã, para estudar neles a sociologia católica.

Essa coisa de sociologia foi sempre mais ou menos vaga, por isso julgo muito justo que haja uma sociologia católica, outra muçulmana, outra budista, outra bramânica e assim por diante.

A do senhor Bezerra é católica e simplista, apesar das citações de autores mais ou menos belgas; a minha é mais ou menos fetichista com citações de poetas indianistas.

Uma vale bem a outra e é por isso que eu aprecio o senhor Andrade Bezerra, quando deita as suas homílias socialmente sacristães, pelas colunas do Correio da Manhã.

Há dias, porém, ele ficou furiosamente profeta e imprecou.

Disse dos seus colegas o que Mafoma não disse do toucinho; que não trabalhavam; que não faziam nada, etc., etc.

Veio o senhor Cambuim e disse que o senhor Bezerra também não fazia nada.

O que se pode concluir, de tudo isso é que a Câmara trabalha, à vista de que os deputados se acusam mutuamente de vadiagem.

Não tenho muita admiração pelo trabalho, sobretudo quando se trata de trabalho de deputados, mas acho inconveniente esse debate entre deputados.

Que pensará o povo do seu custosíssimo aparelho de representação? Que ele é inútil – não acham?

É uma conclusão perfeitamente revolucionária que os sociólogos da variedade católica devem evitar que o vulgo faça do papel eficiente dos seus representantes. Cuidado!

Careta, Rio, 4-10-1919.

NO “MAFUÁ” DOS PADRES

O meu amigo doutor João Ribeiro ainda não me pôde explicar o que quer dizer “mafuá”.

Apesar disso, eu, pela boca do povo, sei que, mais ou menos, tal termo exprime uma barafunda de homens e mulheres de todas as condições.

Não quero contribuir para o dicionário de brasileirismos da Academia; mas o que aprendo ensino.

Ouvi esse termo de “mafuá” no Engenho de Dentro, para designar umas barraquinhas que os padres tinham lá feitas.

Era, como lá diziam, o “mafuá” dos padres.

Eles fazem um leilão de prendas, por intermédio de moças mais ou menos decotadas.

Aprecio o aspecto e, domingo último, com o meu amigo Modestino Kanto, escultor e laureado, fomos até lá.

Havia, como já disse, um leilão de prendas e numa das barracas estava em leilão um carneiro.

Surgiram logo como disputantes o Oscar Saião, soldado de linha de tiro, e o João do Norte, alferes de policia.

Ambos queriam dar o carneiro à crioula Candinha que não se importava com nenhum deles, mas tinha um grande interesse pelo carneiro.

Saião grita:

– Dou mil e quinhentos.

Logo João do Norte berra:

– Ofereço mil e setecentos.

A disputa ia assim, quando aparece o Raul Soares, reservista naval, e dá um lance maior:

– Levo por dois mil-réis.

Todos ficaram atônitos inclusive a Candinha, que logo se embeijou pelo reservista, vendo a sua liberalidade.

Entretanto, estava ela enganada, porquanto, dentro em pouco, chegava o voluntário de manobras Kalogheras e cobria o preço do reservista naval Raul Soares:

– O carneiro me fica por dois mil e quinhentos.

Foi o diabo por aí, porquanto Candinha ficou logo apaixonada pelo voluntário de manobras.

O fato é que se engalinharam e foi preciso a presença do almirante Epitácio, sendo os feridos pensados anteriormente pelo doutor Ângelo Tavares, clínico muito conhecido no Méier.

O delegado não prendeu Candinha; mas examinou o carneiro. Era falso e só dizia – “mé” – porque tinha uma gaita no bucho.

Careta, Rio, 11-10-1919.

UM “DESAFIO” HISTÓRICO

Na Paraíba do Norte, quando era do norte, pois acabaram com a do sul, houve um “desafio” que se tornou notável, porquanto nele tomaram parte personagens que hoje são célebres. O caso se passou entre o senhor Epitácio Pessoa, atual presidente da república, e o senhor Pelino Guedes, poeta extraordinário das Trovas do Sertão e diretor-geral da Secretaria da Justiça, presentemente aposentado.

Todos os dois tinham amor por uma cabocla cheirosa que nem a flor do manacá; mas ao que parece ela não se importava com nenhum deles e tinha uma grande admiração por um “saveirista” da vizinhança.

Epitácio começou:

*Você que carrega o sacco
Deste moço decidido
Diga-me no fim da festa
Quem fica de mal partido*

Pelino, à vista disso, quis coçar o bigode e a cabeleira, mas quando ia fazer tal coisa, lembrou-se da Negrita e escondeu o gesto, pensando na resposta que foi esta:

*Quem fica de mal partido?
Eu vou já lhe responder
Que no fim deste governo
Eu sei o que vou fazer.*

Epitácio, então, ficou meio engasgado e, poucos minutos depois, respondeu ao Pelino das barbas de tinta:

*Faço o que me der na telha
Pois seja lá como for
No fim deste governo
Não serás governador.*

Epitácio, olhando para a Rita da Anunciação, tomou-se de entusiasmo e vociferou os seguintes versos:

*Não serás governador
Só mesmo se não quiser.
Que a força deste manata*

Você já sabe qual é.

Pelino, vendo que a Rita tinha ficado impressionada com a resposta, esquentou-se e, com todo o ímpeto, desafiou:

*Eu conheço a sua força
Sei a força que você tem
Mas eu cá não tenho medo
Nem de você, nem de ninguém.*

Epitácio, apesar de pequenino, cresceu e gritou, fora do tom do fado:

*Olhe o que você está falando
Caboclo! você não me atenta!
Nasci eu em Caxangá
E tenho cabelo na venta.*

Pelino, com a ousadia inesperada de Epitácio, perdeu um pouco da tintura das barbas, e, quase esbravejando, retrucou:

*Nascesse aqui ou ali
Ou mesmo no ôco do pau
Quando estou com a razão
Sou pior que bicho mau.*

Mas Pessoa, que é hoje presidente, esqueceu-se da sua célebre “agravante da inundação”, e quis fazer uma desgraça verbal, destemperando na quadra. abaixo:

*Você vai ver com quantos paus
Fabrica-se uma canoa
Então para o seu governo
Tome no alto da coroa.*

O célebre promotor da inundação, atual presidente desta bodega, agrediu o seu contendor; mas nesse meio tempo, a cheirosa criatura, Rita da Anunciação, a cabocla, interveio, enquanto uma autoridade policial aparecia.

Inteirou-se do caso, soube dos versos e disse simplesmente:

– Mas não são de nenhum deles. Conheço o autor... Rita da Anunciação, que tinha sido objeto de tão falso pugilato, não se pôde conter diante de semelhante desfaçatez e exclamou com desdém:

– Ora bolas!

Dom Quixote, Rio, 15-10-1919.

CASOS DO JÚRI

Trabalhos de outra ordem e, mesmo, muita vagabundagem não me têm permitido coordenar e escrever as minhas impressões do júri.

Servi em mais de uma sessão; e longe de me aborrecer ficava satisfeito quando era sorteado.

Nunca vi nesse fato motivo para “paulificação” e tédio. Ao contrário: o espetáculo é variado e animado; e quem gosta de ver aspectos curiosos da vida, apreciar confrontos, encontra no júri material abundante. É muito diferente da repartição.

Tudo ali é interessante. O promotor tonitruante, o juiz amolado e o solerte escrivão de óculos não são só as figuras que merecem apreço.

Há ainda o advogado com o infalível Mittermaier, Garofalo, e entre autos de estudos criminais, citando-os a todo propósito, às vezes mesmo puras banalidades, que podiam ser ditas com a sua responsabilidade precisa, sem nenhum perigo.

Há o réu que, em curtas ocasiões, é um pobre-diabo de homem, levado ao crime e à *geena* da prisão devido às suas condições de vida e ao choque com a má gente que o cercava.

Há os jurados que são mais homogêneos do que pode parecer à primeira vista. Como é sabido, são, sem grande exceção, funcionários públicos e mesmo os “formados” que lá aparecem também o são. A sua mentalidade é muito igual. Desta ou daquela repartição, todos eles têm a mesma estreiteza de vista; todos eles têm uma medíocre instrução; todos eles têm a mesma força de caráter, a mesma independência de julgamento; todos eles têm a mesma capacidade de sentimento.

É vê-los conversar um dia, é vê-los conversar todos os outros. Falam sempre sobre argumento de equiparação de vencimentos, sobre preterições e promoções, sobre os casos políticos do dia, sobre a honestidade das mulheres dos amigos ou sobre a honorabilidade dos mandarins da política e da administração.

Não se vê que discutam sobre qualquer questão mais alta de arte, de literatura, de ciência, de filosofia; o assunto de suas palestras são as banalidades da vida comum ou as pilhérias dos jornais ilustrados até daqueles que o Santo Tosta deu cabo quando foi diretor dos Correios.

Não há censurá-los por isso, porque o Estado tem a virtude de imbecilizar todos os seus empregados, tirando-lhes toda a iniciativa intelectual, castrando-os mentalmente, com a minuciosidade de seus regulamentos, avisos, portarias, etc., etc. A natureza apresenta exceções a quase todas as leis científicas e paradoxos a aberrar de todas as previsões; mas o Estado não se inspira na natureza e julga poder prever todos os casos com uma chusma de leis, decretos, regulamentos, avisos, portarias, memorandos, etc.

Seja um juiz ou seja um amanuense, o empregado do Estado que entra para o seu serviço, sabendo alguma coisa, lendo o seu romance e a sua revista, tendo alguma inteligência, ao fim de dez anos está completamente burro, só lê casos de polícia, não suporta um artigo mais longo, nem mesmo uma crônica, e não define nada segundo a sua inteligência, ficando abarbadado se não encontra uma “disposição” que regule o “caso”.

Dadas certas diferenças superficiais, a mentalidade dos jurados, o seu julgamento sobre a vida e a sociedade, as suas idéias sobre o destino da humanidade não são lá muito diferentes dos que sobre tudo isso pensa a maioria dos juizes togados.

Conheço uns, conheci outros; e não vi entre ambos uma diferença essencial de mentalidade, caráter e coração.

Só se é na citação de textos de leis, acórdãos, etc., nas sentenças; mas isso é da tarimba do ofício e não denota nenhuma superioridade de inteligência, mas simplesmente exigências da profissão.

Na última sessão do júri em que servi, havia um bacharel em direito que era grotesco de imponência, presunção e vaidade, tudo isto aliado à mais crassa ignorância e ao mais idiota desdém pelos companheiros que não tinham título, aí chamado – científico.

Evitava conversa com os companheiros que não fossem “formados” ou chamados por capitão ou major.

Por mim, então, tinha um desdém soberano, com que ele também cobria um contramestre do Arsenal de Guerra.

Certo dia, entramos em sessão, eu, ele e o contramestre.

Cavalcanti, tal era o seu nome, fez faiscar mais o anel de bacharel e logo se indicou para presidir os “trabalhos”.

Depois de feita a acusação pelo promotor, fomos para a sala secreta tomar café e repousar.

Tratava-se de um pobre rapaz português que, sendo caixeiro de um botequim da Cidade Nova, e vendo-se ameaçado por um vagabundo, tirou da gaveta um revólver e despejou sobre este último todas as cinco balas.

Nenhuma atingiu ao agressor e era a segunda vez que vinha ao júri.

Na primeira, fora condenado ao mínimo, creio que a seis ou oito anos; não se conformara e apelara.

Foi a sua desgraça porque encontrou um júri em que o idiota dum bacharel como o Cavalcanti tinha influência.

Já o conhecia de vista, do Tesouro, onde ia receber a aposentadoria de meu pai e ele a do dele, creio que desembargador.

Cavalcanti chegava com o peito estofado, flor na lapela, chapéu de feltro de abas largas, copa quebrada no meio, um insolente charuto no canto da boca e, inevitavelmente, empurrava-me para assinar a folha, quando não, para oferecê-la a algum figurão que lá fosse buscar a sua gorda aposentadoria. Entre estes havia o barão de Pedro Afonso que, apesar de barão e homem de mérito, naquela ocasião era de uma *morgue* e de uma insolência com os outros humildes colegas seus de folha de pagamento, *morgue* e insolência difíceis de se admitir em homem de seu valor.

Cavalcanti às vezes vinha acompanhado pela mãe. De braço dado a ela, muito arrogante, teso, ao lado da velha, com o seu rico xale de Tonquim, do seu toucado negro de outras eras, o par entrava no salão baixo da pagadoria com a imponência de quem entrasse numa sala do paço de Sua Majestade o Imperador do Brasil.

Sentava Cavalcanti a velha, segundo todas as regras do cerimonial antigo, no sórdido banco da dependência do erário nacional e tratava de empurrar-me a mim, ou a outro pobre-diabo como eu que não descendia do cavalheiro Guido Cavalcanti, de Florença, que vem no Dante.

Fazendo parte do conselho, ele continuou a tratar-me com o mesmo desdém idiota com que me tratava no Tesouro, sem contudo empurrar-me.

Quando fomos tomar café, logo se armou em mentor dos companheiros, pondo bem em evidência o seu anel de rubi.

Tratamos logo da sentença. Percebi que ele julgava do dever da sua prosápia bacharelesca condenar o réu, levantar até a pena. Percebi também que ele não entendia nada daquilo de quesitos, agravantes, atenuantes e outras coisas elementares próprias do júri e dos jurados.

Não houve em mim nenhuma sombra de capricho para vingar-me do desdém com que ele me tratava; mas fui imediatamente pela absolvição.

Expus o meu parecer. O homem já estava na detenção há quatro anos; não matara de fato, não ferira; o seu procedimento anterior era bom; à vista disso tudo, nada mais justo que mandá-lo para rua, se por “al” não estivesse preso, como o diz o juiz de beca.

Cavalcanti não quis argumentar e disse sentenciosamente:

– A lei é a lei; e o código deve ser cumprido.

Não pude deixar de sorrir e observei:

– Absolvendo-o, nós não deixaremos de cumprir o código.

Não me respondeu diretamente, mas disse estas palavras:

– Sou um profissional e não quero que amanhã os jornais me envolvam no rol dos jurados ignorantes.

Aborreci-me mas mantive o sangue frio e objetei:

– Pouco se me dá a opinião dos jornais, tanto mais que eu vivo nas redações; conheço-os muito bem. Aqui não há juriconsultos; e se o pensamento que criou esta instituição fosse de fazê-la composta de juriconsultos, não seria isto júri, mas outra coisa qualquer. É o contrario justamente que ele quer. Absolvo o homem.

Não me respondeu e pôs-se num canto cercado de três ou quatro perus de velhas casacas.

O contramestre do arsenal, um bom mulato, simples e modesto, veio logo ter comigo:

– Já conhecia o senhor da Secretaria da Guerra.

Acudi ao cumprimento, depois do que ele me disse:

– Estou com o senhor. Absolvo também o homem.

Para encurtar razões: a presunção do Cavalcanti, mais do que a sua burrice, achou meios e modos de arranjar por quatro votos contra três a condenação do pobre-diabo a dezesseis anos de prisão. Uma iniquidade!

Nunca mais troquei um cumprimento com tão perverso idiota em quem a vaidade só fazia praticar o mal.

Um outro caso, mas este cômico, se deu quando eu presidia o conselho de sentença, por unânime escolha dos companheiros. Era juiz o meu amigo doutor Cardoso de Melo; mas, por aqueles tempos, não mantínhamos ainda as estreitas relações que hoje mantemos.

A mania do jurado novo é jantar à custa do governo; e, naquele conselho, quase todos eram marinheiros de primeira viagem. Exceto eu e um outro, os cinco restantes tomavam parte em conselho pela primeira vez.

Os debates, com grande aborrecimento meu, se prolongaram até perto das seis horas da tarde.

Quando fomos para a sala secreta, um dos jurados, R., oficial da Secretaria do Interior, observou lamurientemente:

– É o diabo! A mulher pensa que janto na cidade e não guarda coisa alguma.

Pensei de mim para mim:

– Este cacete quer jantar; e eu que estou sem passagem de trem? Se ele insiste, demoro-me e não sei como arranjar-la.

Não disse nada; mas um outro senhor, S., da Prefeitura Municipal, fez logo com afoiteza:

– É melhor pedir jantar... Quando chegarmos em casa, se houver alguma coisa de comer, estará frio ...

– É ... É ... O melhor é pedir jantar ao juiz.

Quis objetar alguma coisa; mas todos queriam o jantar; e não tive remédio senão pedir ao doutor Cardoso.

Veio ele e eu na cabeceira da mesa, só me servi de um prato de sopa e do vinho que poucos tomaram, por isso, no decorrer do jantar, bebi mais de uma garrafa, quando me cabia unicamente meia.

Fazia parte do menu, peixe ensopado à brasileira e pirão, que vieram juntos numa grande salva de metal branco, provocando, logo que surgiu no jantar, nas mãos do contínuo ou servente, inequívocas manifestações de gula nos meus companheiros. Naturalmente, pelo entusiasmo saboroso por ele, que demonstravam, não comiam há muito tempo aquilo...

Acabada a mesa, eles se serviram à vontade e com abundância do peixe; eu, porém, não quis. Estava mesmo apreensivo, doido para sair e arranjar a passagem.

Puseram-se a comer o apetecido prato e eu a beber o vinho, conversando.

Num dado momento, S., o tal jurado da prefeitura, cruzou o talher e gritou:

– Encontrei uma barata.

Os outros não disseram nada, cruzaram os seus talheres; mas R., o da Secretaria do Interior, observou bonacheironamente:

– É, mas está muito bom!

E continuou a comer filosoficamente.

O Estado, Niterói, 25-10-1919.

LIGA DE DEFESA NACIONAL

Os jornais não têm noticiado convenientemente as decisões dessa importante associação que vem prestando ao país os mais extraordinários serviços.

E uma lástima que a ligeireza da nossa imprensa assim proceda, porquanto o público brasileiro devia estar sempre informado dos seus atos, para apoiar moral e materialmente tão útil sociedade.

É mesmo do nosso temperamento não dar importância às coisas sérias, antes preocuparmo-nos com toleimas e futilidades.

Os jornais enchem páginas e páginas sobre coisas de “almofadinhas” e “transparentes”, mas repelem tudo o que interessa os destinos da nacionalidade.

Um crime vale mais do que um apelo à Nação para que se una em prol de sua grandeza.

Não é o criminoso que ganha com o crime; são os jornais. Os delinquentes se fizeram assim, para uso e gozo das folhas volantes.

Não nos move contra elas nenhuma espécie de animosidade; mas registramos um fato unicamente.

Tudo isso veio a propósito do fato lamentável de não terem os grandes diários desta capital publicado as últimas resoluções da Liga de Defesa Nacional, votadas em sessão de diretoria.

Ficou estabelecido nessa memorável sessão que se fortificasse a margem brasileira do Oiapoque, a linha de cumiada das serras de Tumucumaque, Acaraí e Paracaima, a fim de evitar as incursões dos franceses da sua Guiana no nosso território.

Aprovada sem debate tão importante resolução, foi votada a verba de um maciço discurso do senhor Coelho Neto, para custear a construção dos fortes, fortins e fortalezas indispensáveis.

Não se pode negar que a liga procedeu patrioticamente e que os fundos votados são consideráveis.

Outra resolução importante foi a de melhorar a situação de nossas forças na fronteira de Mato Grosso com o Paraguai.

Toda a gente sabe em que estado lamentável está tudo aquilo, quanto a quartéis, cavahada, etc., etc.

Pois bem: a liga destinou a verba de uma versalhada do senhor Leôncio Correia, para que tão triste estado de coisas acabasse de vez.

Não cabe nos estreitos limites desta revista citar todas as decisões da liga; mas os leitores podem encontrá-las no Diário Oficial, que é jornal de leitura amena.

LINHAS DE TIRO

Os atiradores da cidade do Salvador, capital da Bahia, segundo se lê nos jornais, resolveram levar a efeito, nos arredores daquela capital, um combate simulado, no qual tomaram parte os tiros 86, 284, e 571.

O combate realizou-se em um dos últimos domingos; e, continua o jornal, “tão animados, tão senhores dos seus respectivos papéis se mostraram os jovens soldados, que muitos deles, ou quase todos, terminada a prova, a que de bom grado se submeteram, estavam realmente feridos, machucados, ensanguentados, como se tivessem tomado parte numa luta de verdade, e com inimigos perigosíssimos”.

Causou-me pasmo semelhante novidade. Até agora, eu estava convencido de que as linhas de tiro eram a coisa mais inofensiva deste mundo, mesmo mais do que os batalhões escolares e os pelotões de escoteiros, compostos de meninos que ainda têm saudades da mamadeira...

Quando vi o doutor Calmon, todo fardadinho de atirador, muito pimpão na avenida, disse cá com os meus botões: isto deve ser uma moda nova de vestuário masculino; não pode ser outra coisa.

Houve uma parada no campo de São Cristovão; o batalhão do doutor Calmon formou. Ele lá estava na fila. Bem. Logo que o presidente passou revista, o bravo doutor Calmon saiu de forma e embarcou na sua *limousine* de muitos contos de réis, com espingarda e tudo.

Se a guerra tivesse que contar uns três guerreiros como esse, de há muito que a paz pairaria sobre o mundo...

Outro guerreiro de tiro que dava mais força a essa convicção minha, era o garboso doutor Denis Júnior.

Quando o vi, na avenida, fardado de alferes de tiro, com um espadim que mais parecia um porrete que mesmo uma durindana belicosa, refleti de mim para mim: temos uma nova encarnação da guarda nacional; isto de atiradores de guerra vem a ser, nada mais, nada menos, que um avatar de “briosa”. Ainda mais.

Na data do descobrimento da América, o Tiro da Imprensa fez uma festa, no Campo de Santana, a que compareceu o marcial Kalogheras, ministro da Guerra.

Pensam os senhores que houve evoluções, manobras? Qual o que! O que houve, foram discursos. Houve sete, meus senhores, dos quais dois não foram pronunciados no campo, mas no quartel-general. Só o meu amigo Heitor Beltrão, presidente do tiro, proferiu dois.

Por estas e outras, eu tinha as linhas de tiro como a coisa mais inocente deste mundo. Agora, porém, com o exemplo baiano, não penso mais assim.

As linhas de tiro, se não são adequadas a guerras externas, são muito próprias para a guerra civil, como ficou demonstrado na Bahia.

Ainda bem que elas revelam possuir algum préstimo belicoso...

Careta, Rio, 1-11-1919.

VERDADEIRO EXPOENTE

Vai o senhor Fausto Ferraz ser despachado representante dos nossos operários no Congresso Trabalhista de Washington.

A nomeação é acertada; não há dúvida alguma.

O senhor Fausto é dos oradores notáveis da Câmara, o mais perfeito carpinteiro como todos sabem; quando não é ferreiro e dá para malhar na bigorna dos ouvidos alheios, alguns períodos patrióticos, líricos e sentimentais de outros tempos.

Há muito que sua senhoria não aparece na tribuna da Câmara. Logo que o facundo parlamentar tomou assento no Congresso Nacional, não havia dia em que ele não dissesse alguma coisa de oportuno e entusiástico, com a sua oratória magnífica em Silvestre Ferraz ou Maria da Fé.

As suas preocupações eram, então, atinentes à pecuária, por isso mesmo sua senhoria estava a calhar para representar operários em assembléia especial que tem por fim discutir medidas de puro interesse dos artífices.

Depois, o senhor Fausto Ferraz quis se fazer conferencista e guinchou a Hora Industrial. Por esse tempo, supomos, o exímio deputado aprendeu ofício.

Uns dizem, como já foi notado aqui, que se iniciou na carpintaria e fez-se notável orador; outros, porém, falam que foi o de ferreiro, ficando ainda mais notável orador do que era.

Seja ferreiro, carpinteiro, pedreiro, laminador, tipógrafos, calafate, cozinheiro, forneiro, oleiro, foguista ajustador, modelador, funileiro, fundidor, soldador, bombeiro, eletricitista, relojoeiro, tipógrafo, impressor, sapateiro, linotipista; seja o e for, o certo é que o senhor Fausto Ferraz é um exímio parlamentar orador de moldes de um raro sabor antigo, que muito trabalhará na Conferência Trabalhista de Washington, falando pelas tripas de Judas.

É de esperar que tal se dê, porquanto sua senhoria tem descansado muito este ano, não tendo discursado nem trinta vezes e só apresentando à consideração dos seus pares a ninharia de oitenta e cinco projetos.

Andaram bem os nossos operários escolhendo para o seu representante, no congresso operário de Washington, o doutor Fausto Ferraz.

Não há homem mais trabalhista do que ele, sobretudo da língua; e, em tudo e por tudo, essa escolha é acertadíssima.

Na conferência da América do Norte, o jovem operário Fausto Ferraz, há bem pouco tempo iniciado em qualquer ofício manual, será o expoente, como se diz na Academia, das nossas classes trabalhadoras. O que era preciso, era darem-lhe um companheiro. Lembramos o banqueiro João Ribeiro.

Coreto, Rio, 1-11-1919.

COERÊNCIA

Um grande salão, forrado de estantes de luxo, peçadas de grossos livros virgens, os onze mil da anedota, o grande político, pela manhã, lê os jornais, depois de um excelente banho morno e um suculento chocolate com torradas.

Está com o vestuário mais que caseiro, pois espera o grande banqueiro Baruc para tratar de um empréstimo, destinado ao saneamento da cidade de Itaquê que faz parte do seu distrito eleitoral.

Abre em primeiro lugar o Diário do Rio de Janeiro, dirigido pelo grande jornalista português Alcoforado. É o jornalista de sua paixão, ainda ultimamente, na questão da Estrada de Ferro da Trindade, proporcionou-lhe meios e modos de ganhar nada menos de duzentos contos.

Lê o artigo de fundo e este período enche-o de júbilo:

“O nosso Brasil muito deve à república. Os seus homens públicos têm sido de um grande desvelo e carinho no enfrentar os problemas máximos da nossa pátria, resolvendo-os com perfeição e sabedoria.”

Por aí ele quase exclama:

– Este português tem muito talento!

Refletia, mas absteve-se de gritar, para não parecer maluco. Acabou de ler o artigo de Alcoforado e tomou o diário rubro – A Idéia Nacional – dirigido pelo mais jacobino dos nossos jovens jornalistas. Deixou um artigo enorme, na primeira coluna, que tratava de – Os Bandeirantes e a idéia nacional, passou para a quarta, onde se lhe deparou esse tópico:

“Não é possível que a sociedade nacional permita que o português Alcoforado emita juízos sobre a nossa política interna. Essas coisas só podem e devem ser discutidas pelos brasileiros natos, pois só a eles interessam, porquanto se supõe que quem as segue, é porque aspira o cargo de presidente que só pode ser exercido por brasileiro nato.”

Neste ponto, o grave político suspendeu a leitura, tanto estava arranhado e disse de si para si:

– Que argumentos! Homessa!

Anunciaram-lhe a chegada do grande Alcoforado. Mandou que o fizessem entrar. Não tardou que tal se realizasse; e o homem entrou mesureiro, consumado cortesão que era. Quem o visse lá fora, arrogante com os inferiores e subalternos, não o reconheceria ali, quase de joelhos diante daquele manipanso parlamentar. Após os cumprimentos, o senador perguntou:

– Alcoforado, você leu o suelto do Bretas, na A Idéia?

– Li, excelentíssimo. Vossa excelência quer que lhe diga uma coisa?

– Diga.

– Esse Bretas é um asno.

– Não é só isso. Ele mostra ser de uma ignorância crassa. A Constituição permite a todos, a livre manifestação de pensamento e não faz distinção entre nacionais e estrangeiros.

– É verdade, fez Alcoforado; mas não vale a pena discutir com um tipo como esse Bretas. É perder tempo!

Falaram depois sobre emoções, negócios, pândegas; e, ao olhar o monte de jornais, Alcoforado foi ferido pelo título de um modesto jornaleco

– O Inimigo das Leis.

– Vossa excelência lê isto?

– O que?

– O Inimigo das Leis.

– Que é? É a primeira vez que o recebo.

– É um jornaleco anarquista, virulento e violento.

– Não conhecia.

– Quer ver, vossa excelência! Vou abri-lo e ler-lhe um trecho.

– Vamos ver.

Alcoforado abre o jornal e lê:

“A República do Brasil, como em toda a parte, falhou.”

“A burguesia capitalística, industrial, comercial, jurídica e administrativa, como nos demais países do mundo, se há mostrado incapaz de guiar o rebanho humano para a felicidade.”

– Ouviu, vossa excelência?

– Ouvi! Quem assina isto?

– É um tal Pantaleone

– Quem é?

– É um italiano que foi sapateiro e, aqui, ganhou algumas luzes e vive da exploração dos operários, sob o pretexto de propagar idéias avançadas.

– É preciso expulsá-lo.

– Acho que sim.

– Vou hoje mesmo ao chefe de polícia.

– Vossa excelência faz muito bem.

– É uma medida de profilaxia social.

– Não há dúvida alguma.

Nisto entrava o banqueiro Baruc e a conversa tomou outro rumo.

Careta, Rio, 1-11-1919.

HISTÓRIAS DE NITERÓI

Aquela Cantareira da antiga Praia Grande é a companhia de navegação e de viação mais fantástica que se pode imaginar.

Há poucos anos, tencionando dar um simples passeio na outra banda da Guanabara, tomei uma das suas tartarugas e quase fui parar em Montevideu ou Buenos Aires. Não só eu, como os demais passageiros.

Eram sete horas da tarde, em junho, portanto, noite fechada. Chuviscava. Tomei no Largo do Paço a Terceira – que, como as demais outras companheiras, só merecia uma numeração – Última.

Todas elas são o que há de mais “último” em ordinário e imprestável.

Tomei a barca, apesar do tempo; e, a bem dizer, por causa do tempo, porquanto queria apreciar a chuva no mar.

A barca moveu-se vagorosamente e parecia que as coisas corriam placidamente, quando, de súbito, ela parou no meio da baía. Que foi? Que não foi? Os poucos passageiros encheram-se de susto; a chuva e o vento recrudesceram violentamente.

Não se via um palmo adiante da proa da barca.

O que houve? A caldeira ameaçava arrebentar e o maquinista julgou de bom alvitre descarregar todo o vapor. Dessa forma, nem apitar se podia.

Alguns passageiros lembraram fazer uma gritaria. Todos se puseram a gritar como loucos; em breve, estavam todos exaustos. A barca derivava mansamente em direção à barra.

Era no tempo da nossa guerra branca e por isso foi lembrado o perigo das minas.

A barca perigava... Chovia, ventava e a noite estava escura como breu.

Os passageiros já tinham descansado as gargantas e iam de novo fazer gritaria; mas, mr Sharp, pastor protestante da seita dos Adventistas, julgou que era melhor entoar um salmo em uníssono.

Ninguém sabia esse salmo. Então, o senhor Silva Sousa, doutor em medicina, bacharel em ciências físicas e matemáticas, advogado formado, cirurgião-dentista, farmacêutico, normalista diplomado pela Escola Normal de Campos e membro da Academia de Letras de Cubango (Niterói), propôs que se cantasse uma canção de sua lavra que devia fazer parte de uma revista de sua autoria, a ser levada em breve num cinema da capital Fluminense.

Foi aceito o alvitre e cantarolava-se uma coisa alegre enquanto a barca derivava em pleno oceano.

De repente, um jorro de luz inundou toda a barca. Era o holofote da fortaleza de Copacabana; logo em seguida, um tiro e um “melão” passou de raspão pela barca.

Certamente, os da fortaleza tinham tomado a barca por um couraçado alemão.

Não conto todas as peripécias, para não me tornar fastidioso. Para encurtar razões, direi somente aos senhores que fomos salvos já no litoral de São Paulo, depois de dois dias, por um navio suíço que passava na ocasião.

Não ficam só nisso, as proezas da Cantareira. Muitas outras ela tem realizado.

Ainda há dias, tanto perseguiu os seus bondes, negando-lhes tratamento e descanso, que os pobrezinhos endoideceram nas vias públicas de Niterói.

Suponho que os leitores tiveram notícia daqueles bondes que, sem tir-te nem guar-te, em plena cidade vizinha, deram o desespero, cuspiram na via pública motorneiros e passageiros; e até um deles veio em disparada pela cidade afora para só suspender a sua furiosa carreira, na ponte das barcas, envolvido em labaredas.

Tem-se visto muita coisa de pasmar; mas um bonde enlouquecer desse modo, só a Cantareira podia conseguir.

Careta, Rio, 1-11-1919.

EFEITOS DA LEI VALETUDINÁRIA

Depois que a autoridade policial messianicamente conseguiu escavar uma lei valetudinária de repressão ao alcoolismo, muitos casos curiosos se não passaram.

Temos visto a polícia provocar muitas coisas cômicas, mas nunca como as que tem feito com a tal lei arquivada de combate ao alcoolismo.

Uma das mais interessantes foi aquele fato de ter sido multado um negociante pela simples razão de ter vendido um refresco.

Conto o caso e é simples. Uma tarde destas, após sete horas, entrou em um botequim modesto da Rua da Ajuda, um homem razoavelmente trajado e pediu um *grog*. O caixeiro hesitou e, a princípio, recusou servi-lo.

O freguês, porém, argumentou e convenceu-o de que *grog* não podia ser considerado bebida alcoólica, visto o álcool entrar ali em parte mínima e ser o seu efeito nocivo corrigido pelo seu parente o açúcar e pelo limão.

O caixeiro convenceu-se da coisa e vendeu a bebida. Nisto, entra um policial que não teve dúvidas: multou o botequineiro com todo o rigor da lei.

Os policiais ainda não estão de acordo se *grog* é bebida alcoólica; e julgam essa questão tão difícil como o senhor Pedro Lessa acha a de compreender um testamento.

Certo fato bastante curioso se deu também.

Uma manhã destas, entrou numa das nossas confeitarias, um jovem esbelto, possuidor das barbas mais negras deste mundo, aparentando dezoito anos.

Foi sentar-se e pediu uma dose de *vermouth* misturado.

O caixeiro mirou-o de alto abaixo e disse:

– Não posso servir

– Porque?

– Porque o senhor é menor.

– Como? Sou diretor aposentado de uma secretaria de Estado. Como é, então?

– Não sei... Não posso... A sua fisionomia não denota ter mais de vinte anos. Mostre a certidão...

Era o doutor P. G. que pinta os cabelos.

Muitos outros casos surpreendentes se têm passado que agora não nos ocorrem.

Careta, Rio, 15-11-1919.

CONCURSO PARA A COZINHA

Na Escola Rivadávia Correia realizou-se na semana passada, sendo examinadas as cinco candidatas da primeira turma e muitas outras, um concurso para contramestra de cozinha.

Aprovo o alvitre, tanto mais que verifico que são muitas as candidatas. Na notícia que li, há cerca de dez nomes.

Com prazer verifiquei que a vocação da mulher para a cozinha ainda não foi morta pela de auxiliar de escrita da estrada de ferro.

O número das que se inclinam para o forno ainda não é menor do que aquelas que se sentem atraídas pela máquina de escrever do doutor Assis Ribeiro.

Prefiro as últimas, às primeiras. Não há como um bom pitéu bem temperado. Um tutu de feijão com um bom molho de tomates, cebolas e vinagre, seguido de uma carne seca picadinha, vale mais do que qualquer ofício limpo, redigidinho naquela pobretona literatura oficial, sem calor nem gosto.

Não há quem possa negar isto; e muita gente tem escrito sobre as excelências da cozinha. Brillat-Savarin escreveu um tratado que ainda é lido, mais do que muitas obras solenes e científicas que ficaram às traças.

O destino das nações, diz ele, depende da maneira que elas se nutrem; e só os homens de espírito sabem comer.

Pois se é assim, agora que todos nós, inclusive o chefe do executivo, pretendemos criar de novo uma nação forte-cheia de inteligências, não há nada mais precioso que os poderes públicos se preocupem com a cozinha, formando mestras dela sábias e proficientes.

Semelhante iniciativa deve provir da firme disposição em que está o público brasileiro de fazer disto aqui um novo Estado Unidos da América do Norte.

Já começamos pela cozinha e havemos de chegar à sala de visitas, graças a Deus, *thanks giving day!*

Tomo porém, licença de notar que não podemos ficar no feijão, na carne seca... Esta está pela hora da morte!

Conto uma história:

Certo dia fui jantar com um amigo rico e ele me deu este caro menu:

Sopa de legumes;
Carne seca frita e pirão;
Bacalhoda à portuguesa, com quiabos e maxixes.

Antes de nada, ele me disse:

– Não repares! Só estes quiabos custaram-me um vintém cada um.

Comi muito e, lembrando-me do fato de agora, da mestra de cozinha, tenho medo que, aperfeiçoando-se muito a cozinha, nós não podemos mais comer... Enfim!

Careta, Rio, 22-11-1919.

NOVIDADES

Quando queremos ler um jornal com cuidado, fazemos descobertas portentosas. Não há quem as não faça, por menos sagaz que seja. Veja esta só que vem no Correio da Manhã destes últimos dias:

“J.Ferrer & Cia, negociantes, estabelecidos nesta capital, propuseram no juízo da 6ª Vara Cível, uma ação contra Álvaro de Tal e sua mulher,

para o fim de condená-los a pagar a quantia de 9:607\$950.”

Até aí não há nenhuma novidade: mas leiam o que se segue:

“Alegam os autores que forneceram à ré, quando solteira, dinheiro, materiais e mão-de-obra para a construção do prédio à rua etc. Dizem os autores que, casando a ré, sem lhes haver pago o marido, morando na casa e casado em comunhão de bens, também era responsável pela dívida, que se tornou comum.”

O resto não nos interessa; mas pelo que aí fica, podemos fazer algumas considerações boas.

Até bem pouco tempo, o interesse principal do casamento, a sua virtude primordial era arranjar uma noiva rica que nos pagasse as dívidas.

Todos os rapazes tinham essa ambição; e, desde que conseguissem uma futura cara-metade, nessas condições tinham o crédito decuplicado.

Tenho um conhecido que se casou numa igreja de arrabalde afastado, não fez convites, foi quase à capucha, mas, ao entrar na igreja, ficou admirado com a numerosa assistência: eram os credores que a enchiam.

Parecia que era regra geral que os homens procurassem casar para fazer a operação de crédito, muito simples de saldar as suas contas.

Hoje, porém, à vista do caso que o citado vespertino alude, parece que não. As mulheres também procuram maridos, para liquidar as suas dívidas convenientemente.

Estamos no tempo do feminismo rubro até ao tacape e nada há de admirar.

Não nos devemos assombrar com as suas novidades, nem mesmo com esta. Tudo é possível.

PODEM FAZER?

Não são só os escritores militares que fazem apologia da guerra, muitos civis de outras condições a fazem também. Recordo-me ainda que ultimamente um pregador brasileiro, muito respeitado pelos seus talentos e conhecimentos religiosos chegou, num raptó de eloquência, a asseverar que a guerra era divina.

Embora não seja eu ateu de todo e não tenha os conhecimentos do senhor Cunha Pedrosa, que quer um dia feriado, para os brasileiros dar graças a Deus, como se não houvesse dia, hora e minuto em que eles tal não façam, quando lhes acontece alguma boa ou escaparam de alguma má; embora não seja como o eminente senador conterrâneo do senhor presidente, tenho para mim que não é coisa muito cristã chamar-se a guerra de coisa de Deus.

A última guerra parece me dar razões para isso, mas se não fossem somente os fatos propriamente guerreiros como a morte ou inutilização de milhões de homens, etc., etc., bastavam as consequências dela que agora se estão verificando.

Não há dia em que não se abra jornais que não se fique horrorizado com as verificações de lamentáveis desgraças que ela acarretou e está acarretando.

Os telegramas enchem-nos de pasmo e de assombro. Não se os pode ler sem sentir o maior constrangimento e horror.

Parece que a humanidade vai falir; e eles vêm de todas as partes.

Vejam só trechos destes de que todos os nossos diários deram à estampa – descrevendo o estado de penúria em uma das mais importantes cidades:

“Os trens e outros veículos circulam pela cidade, sem iluminação e sem limpeza de espécie alguma. A iluminação da cidade apaga-se às onze horas da noite. Numerosos viajantes dormem nos hospitais. Todas as casas particulares são obrigadas a alugar os seus compartimentos disponíveis. Afirma que esta situação é, com pequenas variantes, idêntica em toda a Alemanha. Por quase toda a cidade falta pão, composto atualmente, como durante o período da guerra, de toda e qualquer farinha, exceto da de trigo.”

Parece que não é preciso mais pôr na carta, para se poder avaliar o grau de miséria a que cinco anos de guerra levaram um país próspero e rico.

Os males oriundos da guerra não ficaram só no campo material. Foram além e parecem interessar os próprios destinos morais da espécie.

No mesmo dia em que os jornais contavam o que se passava na Alemanha, referiam-se também às duras heranças que a guerra legou à Inglaterra.

Uma delas era o aumento pasmoso de divórcios, provindos quase todos por abandono do lar de parte de um dos cônjuges. Transcrevo dois períodos bem eloquentes:

“Nada menos de dois mil casos de separação conjugal estão pendendo de sentença do tribunal e segundo todas as previsões esse número duplicará dentro de um prazo relativamente pequeno, conforme se verifica da lista processual.”

E o outro diz:

“Mas o que há de realmente interessante nesta crise de divórcios, é que a maioria deles têm sido provocados pela falta de recursos e abandono do lar.”

Depois disto tudo, podem ainda os corifeus de Von Bernhardt e outros fazer a apologia da guerra?

Careta, Rio, 22-11-1919.

LIMITES ENTRE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Todos os dias os jornais trazem notícias de questões de limites entre Estados e agora já chega a vez dos municípios.

De norte a sul do país as há ou as houve. O Ceará, certa vez, quase engalfinhou-se com o Rio Grande do Norte; e o Paraná andou às turras com Santa Catarina por causa de terras vizinhas e, em virtude disso houve mortes de sobra.

Parecia que isso tinha acabado, mas vejo que não. Há dias li a notícia que uma vasta comissão de sumidades se havia reunido, para assentar as bases de resolver as que existem entre São Paulo e Minas Gerais. É possível ainda? Pois nós estamos num país, onde há “terras de ninguém”, como é que as suas partes

políticas ainda se disputam fragmentos de terrenos que não pertencem a cada uma delas, mas à totalidade da nação?

Mas não são só os Estados; os municípios também. O Distrito Federal tem uma questão de limites com o Estado do Rio de Janeiro; mas aí a coisa é mista.

Há contudo, melhor. No excelente O Estado, que se publica em Niterói, há um longo artigo, apaixonado, reclamando sobre questões de limites entre os municípios de Santa Maria Madalena e São Francisco de Paula.

Parecia que santos não deviam brigar, mas não é este o tom da carta, pois não é artigo como disse antes.

Faço um florilégio dela, para os leitores avaliarem o azedume da missiva.

Depois de citar leis, alvarás, decretos, etc., diz:

“Conformaram-se e viviam satisfeitos e tranquilos com o que pelo referido decreto passou a pertencer-lhes. Não se dava outro tanto com os franciscanos. Pertencendo a maior parte dos terrenos do município de São Francisco a uma só família, que não via com bons olhos Madalena, não perdia ocasião essa família de investir contra ela.”

Leram. Já não é uma luta de municípios; é uma luta de partidos!

Não param aí os assaltos do município pelos vizinhos que lhe usurpam os direitos; mas que, confiante nos seus direitos, trate de reivindicá-los.

Campos, o poderoso Campos, também quer avançar nas suas terras. Temos aqui este pedacinho menos veemente:

“Sobre a velha questão de Madalena com Campos, acerca de seus limites, está em vias de ser solucionada pelo digno presidente do Estado, a cujo estudo foram submetidos os respectivos documentos.”

A continuarem as coisas assim, em breve, haverá questões de limites entre distritos ou circunscrições, bairros e ruas. O Brasil está bem unificado.

Careta, Rio, 6-12-1919.

ACADEMIA DE LETRAS

De quando em quando surge a notícia da fundação de uma nova academia de letras. Ultimamente, segundo se lê nos jornais, foi fundada uma em Niterói.

Temos, portanto, uma academia na Praia Grande e com quarenta membros que descobriram quarenta outras sumidades mortais que lhes apadrinham as poltronas.

Por todos esses Estados brasileiros, há academias literárias e todas elas com quarenta imortais, sendo os Estados vinte e incluindo a do Distrito Federal, vulgo, brasileira, temos, se a aritmética não falha, oitocentas e quarenta sumidades literárias, o que não é muito para país tão vasto e tão culto, como dizem ser o nosso.

A moda, porém, já está passando dos Estados para os municípios e destes para os bairros.

Já se falou aqui de uma academia suburbana; fala-se na de uma especial para Santa Cruz.

Não conheço a vida do famoso curato, onde está o matadouro; mas pessoa informada me disse que é coisa assentada lá a criação de uma.

Conheço poucas pessoas lá residentes e pouco poderei adiantar sobre a constituição da nova “ilustre companhia”.

Mas, sob a cúpula da augusta sociedade saída de tão distante localidade, há de sentar-se por força o senhor Otacílio Camará que será naturalmente o seu presidente.

Aos muitos títulos que ele já possui, juntar-se-á mais este, para orgulho de seus eleitores.

Não terminarei, sem lembrar aos meus confrades de Niterói, que eles se esqueceram entre os seus paraninfos de Fagundes Varela.

Careta, Rio, 13-12-1919.

O SALDO

No meado da semana passada, os povos destes brasis foram surpreendidos com a notícia de golpes de morte desfechados em duas tradições veneráveis: uma, da nação, e a outra, da cidade.

Refiro-me ao anúncio de que para o ano que vem, o orçamento havia de fechar-se com saldo avultado e do aviso do observatório do Castelo de que o venerável “balão do meio dia” ia ser suprimido e substituído por lâmpadas elétricas de tal força que a sua luz seria capaz de bater a do Sol a pino e brilhar mais do que a do astro-rei.

O balão, segundo dizem, tem oitenta anos de existência; o déficit, porém, é mais velho.

Não sei se ele vem do tempo do Brasil colônia; mas é de crer que sim, porquanto os reis de Portugal, mesmo nos tempos da maior prosperidade do velho reino, sempre andaram em aperturas, imaginando expedientes para arranjar dinheiro.

Às vezes, atiravam-se à bolsa dos judeus; às vezes a concessões de estancos e monopólios. Saldo, porém, não havia.

Isto, porém, não posso eu afirmar com segurança, porquanto, apesar de ser as minhas luzes no assunto muito poucas, creio mesmo que, por aquelas priscas eras, os soberanos não se davam ao trabalho de ter escrita de suas finanças ou coisa que o valha.

O princípio dos seus orçamentos devia ser o daquele pândego que dizia ser a receita determinada pela despesa e não esta por aquela.

Com o império, salvo em três ou quatro exercícios, se não estou em erro, o déficit foi constante.

A monarquia é o déficit, dizia alguém na Câmara.

Se era assim no império, que se dirá na república?

1920 vai marcar uma nova era nas finanças da república, pois, graças ao senhor Antônio Carlos, vamos ter saldo orçamentário.

O que me admira é que, tendo sido este ilustre senhor ministro da Fazenda, não se lembrasse ele de conseguir coisa tão portentosa, quando tinha a faca e o queijo nas mãos.

Sua excelência podia ter dado um bom exemplo de ministro republicano se tal fizesse; mas não quis e esperou ser relator do orçamento, para realizar com um estupendo e famoso jogo de cifras tão maravilhosa obra que está provocando para a sua importante pessoa uma grande admiração de todas as camadas da sociedade.

Os algarismos têm o seu mistério. Pitágoras e Augusto Comte tinham alguns por sagrados; e o povo tem singular ojeriza pelo treze que reputa nefasto, por trazer azar.

Os do senhor Antônio Carlos devem também possuir o seu transcendentalismo esotérico; e eu, que não sou dado à cabala e outras ciências ocultas, estou impossibilitado e mesmo não quero decifrar o enigma que encerram.

Careta, Rio, 20-12-1919.

QUALQUER SERVE

Aconteceu isto em Pernambuco. Não sei mesmo em que cidade, mas foi nas proximidades do Recife.

Havia lá uma família muito rica, cujo chefe era o Barão de ***.

Tinha este muitas filhas e nenhum varão; e todos os bacharéis da redondeza cercavam as meninas de todas as homenagens.

Era o barão uma espécie Zé Bezerra, porquanto, sendo dono de uma grande usina de açúcar, dominava uma grande superfície ao redor dela, marcando preços e emprestando dinheiro a bons juros sobre as futuras safras dos canaviais.

Com uma fortuna imensa, ele afugentava os prováveis maridos de suas filhas que temiam fazer-lhe o sacramental pedido.

Um belo dia, porém, houve um mais ousado que se animou a fazê-lo.

Foi o doutor X, promotor da localidade, formado recentemente e capaz de tudo.

O bacharelete vestiu-se com o melhor terno que tinha e foi até ao engenho do Barão de ***.

O barão, conquanto fosse muito orgulhoso de seu título e da sua fortuna, era delicado e atencioso.

Ouviu com toda a polidez a exposição do bacharel.

Dizia este:

– Animei-me a fazer-lhe este pedido, porquanto a minha situação social e a minha idade parecem mo permitir. O senhor barão, qualquer que seja a sua opinião, não se ofenderá com ele. Não é assim?

– Não há dúvida. Mas com qual das minhas filhas o senhor deseja casar-se?

– Com da . Irene.

O barão coçou as barbas e disse, após um instante:

– Não lhe posso conceder a mão de minha filha Irene.

– Porque, barão?

– Ela já é noiva do doutor Castrioto, deputado estadual.

O promotor pensou alguns minutos; o barão ficou suspenso, à espera da resposta do rapaz, até que este disse:

– Não faz mal. Caso-me com a outra.

– Qual?

– A segunda.

– A Inês?

– Sim. A Inês.

Careta, Rio, 27-12-1919.

A POLÍTICA DO DISTRITO

Desde que me aposentei, sigo a política do país com um carinho extraordinário; mas, de toda ela, a que mais me interessa é a do distrito, porquanto sou candidato a intendente municipal, no próximo pleito.

Não é possível que o Rio de Janeiro seja representado diretamente na pessoa de respeitáveis senhores que nasceram no Funchal ou em Alagoas.

O Rio precisa de uma representação própria, de pessoas que o conheçam e por ele se interessem.

Na Câmara, é uma lástima. Nenhum dos deputados pelo Rio de Janeiro, com poucas exceções o conhece. O senhor Paulo de Frontin, cujo clericalismo tanto me afasta dele, é uma das exceções, não só por sua competência e ilustração, como por ser um carioca da gema.

No Senado, é outra desgraça, tanto assim que tem para senador o senhor Otacílio Camará, moço de vários títulos de doutor, mas muito bom para ocupar a cátedra do senhor Vitorino Monteiro.

O Conselho Municipal é tudo o que o Rio de Janeiro tem de falso. Muito poucos nasceram no Rio e quase todos só conhecem o centro da cidade e o bairro em que vivem.

É preciso reagir contra esse estado de coisas. Urge que tomemos, nós cariocas legítimos ou honorários, uma providência.

Caire, o popular e estimado doutor Aristides do Méier e adjacências, parece ter se arrependido de rebocar carros vazios.

Segundo me disse o Ângelo Tavares, ele deixou o Centro Republicano e o vazio Areias que sempre foi trabalhado por uma máquina pneumática própria a extrair a inteligência.

Caire ficou excêntrico, afirmou o Ângelo; mas creio que não.

O bondoso doutor Caire agora é que está no centro, no centro do espírito, da honradez e da bondade.

Tudo isto vem a pêlo porque, com o poeta Carlos Magalhães, que é candidato por Copacabana, eu sou também a intendente por Todos os Santos.

Penso não haver absurdo algum nisso e espero os votos dos meus patrícios.

O PAI DA IDÉIA

Tendo irrompido na capital de certo país uma epidemia de moléstia terrível que matava milhares de pessoas por dia, a junta do governo se viu obrigada a fazer o serviço compulsório de coveiros e requisitar palácios para hospitais. Um médico modesto, mas sábio, passado o flagelo, saiu de sua modéstia e escreveu num jornal ou numa revista de pouca importância, um artigo simples, claro, sem arrebiques de péssima literatura pernóstica, sem fumaças de ciência e de clínica, lembrando a conveniência de se criarem mais hospitais públicos e situá-los em diversas zonas da cidade, para sempre poderem eles atender à população eficazmente, nas épocas normais e anormais.

Pouca gente leu o artigo do honesto facultativo, mas todos os seus colegas o fizeram, sem que, entretanto, nada dissessem logo.

Passa-se um mês, quando já todos estavam esquecidos das palavras do bom esculápio sem trombetas, bulha e matinada, quando apareceu no principal jornal da cidade um artigo desmedido, escrito com o bolor de vocábulos antigos, recheado de citações e exemplos de outras terras e termos híbridos do grego e do hebraico, repetindo as sugestões do velho prático que lembrara a criação de hospitais semeados pela capital do país.

Apesar do assunto ser o mesmo, sem discrepância alguma, o nome de quem aventou a idéia pela primeira vez, cujo nome era Mendonça, não foi citado.

Na câmara, um outro facultativo, que era deputado muito famoso pela sua clínica nas altas rodas da cidade, apresentou um projeto, calcado nas idéias do doutor Mendonça, mas não o citou, fazendo isso várias vezes com o doutor plagiário daquele, que se chamava Cavalcante.

Os jornais pelos seus cronistas, gabaram muito o projeto, e, nas suas crônicas e tópicos, não se amedrontavam em repetir os nomes do doutor Cavalcante e do deputado doutor Azevedo.

Toda a gente ficou crente de que a idéia era do doutor Cavalcante e essa convicção ainda se tornou mais forte quando apareceu urna crônica do doutor Juventa, num popular jornal noturno, atribuindo toda a glória da iniciativa aos seus dois colegas, Cavalcante e Azevedo.

Esse doutor Juventa era tido em grande conta, não por ser verdadeiramente grande em qualquer coisa, apesar de ser médico, advogado, poeta, literato, político, estrategista, etc.; era tido em grande conta, por ser um homem feliz – menos com os seus doentes, diziam os maldosos.

Nada sabemos disso; e o certo porém, é que o artigo enterrou para sempre o nome do simplório doutor Mendonça.

Assim são as coisas naquele país...

Careta, Rio, 14-2- 1920.

UMA OUTRA

É um engano supor que o povo nosso só tenha superstições com sapatos virados, cantos de coruja; e que só haja na sua alma credices em feiticeiros, em cartomantes, em rezadores, etc. Ele tem, além dessas superstições todas, uma outra de natureza singular, partilhada até, como as demais, por pessoas de certo avanço mental.

Dizia-me isto, há dias, um meu antigo companheiro de colégio que se fizera engenheiro e andava por estes Brasis todos, vegetando em pequenos empregos subalternos de estudos e construção de estradas de ferro e até aceitara simples trabalhos de agrimensor. Em encontro anterior, ele me dissera: “Antes eu tivesse ficado nos correios, pois ganharia agora mais ou menos aquilo que tenho ganho com o ‘canudo’, e sem canseiras nem maçadas”. Quando se formou já era amanuense postal.

Tendo ele, daquela vez, me falado em superstição nova do nosso povo que observara, não pude conter o meu espanto e perguntei-lhe com pressa:

– Qual é?

– Não sabe?

– Não.

– Pois é a do doutor.

– Como?

– O doutor para a nossa gente não é um profissional desta ou daquela especialidade. É um ser superior, semidivino, de construtura fora do comum, cujo saber não se limita a este ou aquele campo das cogitações intelectuais da humanidade, e cuja autoridade só é valiosa neste ou naquele mister. É omnisciente, senão infalível. É só ver como a gente do mar, do Lloyd, por exemplo, tem em grande conta a competência especial dos seus diretores – doutor. Todos eles são tão marítimos como um nosso qualquer ministro da Marinha *nouveaugens*, entretanto, os lobos do mar de todas as categorias não se animam a discutir a capacidade de seu chefe. É doutor e basta, mesmo que seja em filosofia e letras, coisas muito parecidas com comércio e navegação. Há o caso, que tu deves conhecer, daquele matuto que se admirou de ver que o doutor por ele pajeado, não sabia abrir uma porteira do caminho. Lembras-te? lam a cavalo...

– Pois não! Que doutor é esse que não sabe abrir porteira? Não foi essa a reflexão do caboclo?

– Foi. Comigo, aconteceu-me uma muito boa.

– Qual foi?

– Andava eu perdido numas brenhas com uma turma de exploração.

O lugar não era mau e até ali não houvera moléstias de vulto. O pessoal dava-se bem comigo e eu bem com ele. Improvisamos uma aldeia de ranchos e barracas, pois o povoado mais próximo ficava distante umas quatro léguas. Morava eu num rancho de palha com uma espécie de capataz que me era afeiçoado. Dormia cedo e erguia-me cedo, muito de acordo com os preceitos do falecido Bom Homem Ricardo. Uma noite – não devia passar muito das dez – vieram bater-me à porta. “Quem é”? perguntei. “Somos nós”. Reconheci a voz dos meus trabalhadores, saltei da rede, acendi o candeeiro e abri a porta. “Que há”? “Seu doutô! É u Felício qui tá cô us óios arrivirados pra riba. Acode que vai morrê...” Contaram-me então todo o caso. O Felício, um trabalhador da turma, tinha tido um ataque, ou acesso, uma súbita moléstia qualquer e eles vinham pedir-me que acudisse o companheiro. “Mas”, disse eu, “não sou médico, meus filhos. Não sei receitar”. “Quá, seu doutô! Quá! Quem é doutô sabe um pouco de tudo”. Quis explicar a diferença que existia entre um engenheiro e um médico. Os caipiras, porém não queriam acreditar. Da mansidão primeira, foram se exaltando, até que um disse a outro um tanto baixo, mas eu ouvi: “A minha vontade é aprontá esse marvado! Ele u qui não qué é i. Deixa ele!” Ouvindo isto, não tive dúvidas. Fui até ao barração do Felício, fingi que lhe tomava o pulso, pois nem isso sabia, determinei que lhe dessem um purgante de óleo e...

– Eficaz medicina! refleti.

- ...depois do efeito, umas cápsulas de quinino que sempre tinha comigo.
- O homem curou-se?
- Curou-se.
- Ainda bem que o povo tem razão.

Careta, Rio, 6-3-1920.

QUEIXA DE DEFUNTO

Antônio da Conceição, natural desta cidade, residente que foi em vida, na Boca do Mato, no Méier, onde acaba de morrer, por meios que não posso tornar público, mandou-me a carta abaixo que é endereçada ao prefeito. Ei-la:

“Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Doutor Prefeito do Distrito Federal. Sou um pobre homem que em vida nunca deu trabalho às autoridades públicas nem a elas fez reclamação alguma. Nunca exerci ou pretendi exercer isso que se chama os direitos sagrados de cidadão. Nasci, vivi e morri modestamente, julgando sempre que o meu único dever era ser lustrador de móveis e admitir que os outros os tivessem para eu lustrar e eu não.

“Não fui republicano, não fui florianista, não fui custodista, não fui hermista, não me meti em greves, nem em coisa alguma de reivindicações e revoltas; mas morri na santa paz do Senhor quase sem pecados e sem agonia.

“Toda a minha vida de privações e necessidades era guiada pela esperança de gozar depois de minha morte um sossego, uma calma de vida que não sou capaz de descrever, mas que pressenti pelo pensamento, graças à doutrinação das seções católicas dos jornais.

“Nunca fui ao espiritismo, nunca fui aos ‘bíblis’, nem a feiticeiros, e apesar de ter tido um filho que penou dez anos nas mãos dos médicos, nunca procurei macumbeiros nem médiuns.

“Vivi uma vida santa e obedecendo às prédicas do Padre André do Santuário do Sagrado Coração de Maria, em Todos os Santos, conquanto as não entendesse bem por serem pronunciadas com toda a eloquência em galego ou vasconço.

“Segui-as, porém, com todo o rigor e humildade, e esperava gozar da mais dólida paz depois de minha morte. Morri afinal um dia destes. Não descrevo as cerimônias porque são muito conhecidas e os meus parentes e amigos deixaram-me sinceramente porque eu não deixava dinheiro algum. É bom meu caro Senhor Doutor Prefeito, viver na pobreza, mas muito melhor é morrer nela. Não se levam para a cova maldições dos parentes e amigos deserdados; só carregamos lamentações e bênçãos daqueles a quem não pagamos mais a casa.

“Foi o que aconteceu comigo e estava certo de ir direitinho para o Céu, quando, por culpa do senhor e da Repartição que o senhor dirige, tive que ir para o inferno penar alguns anos ainda.

“Embora a pena seja leve, eu me amolei, por não ter contribuído para ela de forma alguma. A culpa é da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro que não cumpre os seus deveres, calçando convenientemente as ruas. Vamos ver porque. Tendo sido enterrado no cemitério de Inhaúma e vindo o meu enterro do Méier, o coche e o acompanhamento tiveram que atravessar em todas a extensão a Rua José Bonifácio, em Todos os Santos.

“Esta rua foi calçada há perto de cinquenta anos a macadame e nunca mais foi o seu calçamento substituído. Há caldeirões de todas as profundidades e largas, por ela afora. Dessa forma, um pobre defunto que vai dentro do caixão em cima de um coche que por ela rola, sofre o diabo. De uma feita um até, após um trambolhão do carro mortuário, saltou do esquife, vivo da silva, tendo ressuscitado com o susto.

“Comigo não aconteceu isso, mas o balanço violento do coche, machucou-me muito e cheguei diante de São Pedro cheio de arranhaduras pelo corpo. O bom do velho santo interpelou-me logo:

“ – Que diabo é isto? Você está todo machucado! Tinham-me dito que você era bem comportado – como é então que você arranhou isso? Brigou depois de morto?

“Expliquei-lhe, mas não me quis atender e mandou que me fosse purificar um pouco no inferno.

“Está aí como, meu caro Senhor Doutor Prefeito, ainda estou pensando por sua culpa, embora tenha tido vida a mais santa possível. Sou, etc., etc.”

Posso garantir a fidelidade da cópia a aguardar com paciência as providências da municipalidade.

Careta, Rio, 20-3-1920.

OS CACHORROS DA “BARRA”

Logo após o carnaval, encontramos o senhor Teopompo Jatobá, coronel, eleitor do senhor Bressane e fazendeiro em Minas.

– Como está coronel?

– Bem. E você?

– Vamos indo. Veio no carnaval?

– É verdade! Há muitos anos que venho ao Rio ver essa pagodeira.

– Está melhor ou pior?

– Homem, filho, eu sempre o achei bom. Só uma vez não gostei...

– Porque?

– Veio um sujeito, logo no Campo de Santana, quando saltei de manhã, com tantas lábias e cuidados pelo dinheiro que tinha guardado; contou-me tanta história que afinal me carregou dois contos e pouco mais que eu tinha na algibeira. Afora isto, que me aconteceu uma única vez, eu me dou bem com o carnaval do Rio.

– Volta breve?

– Não. Demoro-me. Estou aqui com os negócios de minas.

– De ouro?

– Não; de ferro.

– Sim!

– Ferro agora vai valer mais que ouro e lá na minha fazenda tem um morrote bem grande que é só dele, de cima abaixo. O raio sempre cai lá e não é de agora que eu digo à mulher: Felismina, aquele morro tem ferro. Fiz uns doutores examinar uns pedaços dele que trouxe, e eles me disseram que é ferro e ferro de lei.

- Então vai vender? A quem?
- Aos americanos que são gente de dinheiro.
- Mas isso é contra a Pátria, coronel Teopompo!
- Qual Pátria! Qual nada! O que eu quero, é o cobre!
- Coronel, mas ...
- Olhe moço, quer saber de uma coisa?
- Pois não.
- Vocês não nos debocham a nós mineiros?
- Coisas inocentes...
- Inocentes! Vocês cariocas, quando são, e uns tais amarelões lá do Norte que enchem o Rio, dizem que nós somos forretas, sovinas e que até os cachorros da Barra do Piraí nos conhecem, por causa da nossa mesquinharia. Com São Paulo, vocês adulam porque...
- Que negócio é esse dos cachorros?
- Não sabe?
- Não.
- Pois eu conto. Na Barra tem muito cachorro vagabundo, sem dono, nem eira nem beira. Estavam acostumados, quando não havia casa de pasto, no trem, a esperarem os expressos, para petiscarem os ossos das galinhas assadas, restos de pão, etc., quando os passageiros faziam o seu almoço nos carros, sem sair dos seus bancos.
- Não havia um hotel?
- Havia, mas era um inferno. Tudo quente e a demora era pouca, de modo que quem queria almoçar à vontade ou jantar levava ou trazia o seu farnel. Quando veio a tal de casa de pasto no trem, nós mineiros procuramos comer nela. Era, porém, tudo muito caro, e logo a deixamos. Paulista que é prosa e arrota dinheiro, não fez assim. Continuou.

Os cachorros começaram a estranhar, mas logo descobriram que dos nossos trens de Minas continuavam a cair ossos e restos de comida. Fizeram o que qualquer faria: marcaram a hora dos “mineiros” e, quando chegam os nossos expressos, lá estão. Vocês por causa disso, fizeram uma caçoada danada, puseram essa coisa nos jornais e nos teatros...

– E que tem isso com o ferro?

– É que nós vamos ficar mais ricos que São Paulo e vamos luxar mais que os biribas.

– Pobres cachorros!

– Está com pena? Arranje um asilo para eles.

O coronel foi-se com toda a sua esperança de ferro.

Careta, Rio, 27-3-1920.

FALA O CORVO

Então o Corvo me disse:

Não sei para que os homens hoje fazem guerra. Antigamente, nós sabíamos perfeitamente que era em nosso proveito. Eles se batiam, feriam-se, matavam-se. Uns iam-se para um lado; outros, para outro. No campo, ficavam uma porção de cadáveres insepultos e era então um festim. Não há como a carniça humana, para nos dar um imenso prazer ao paladar. O sabor dela não é igual ao das outras. Difere muito e muito; e não está na inteligência dos corvos e dos seus meios de expressão, dizer em que consiste a diferença e definir-lhe o sabor.

Um nosso sábio já tinha procurado reduzir o sabor a número, para poder dar uma representação capaz dos prazeres do paladar. Mas não conseguiu; entretanto, um outro tinha organizado uma teoria da guerra que é cheia de justeza e profundez.

“A guerra, diz ele, é uma atividade, ditada pelas forças ocultas da natureza, a fim de proporcionar aos corvos prazeres superfinos do paladar. A marcha obscura das coisas dita à atividade inconsciente dos animais inferiores, denominados homens, esse choque entre grandes rebanhos deles, do qual resulta a morte de milhares, a fim de que, por intermédio de um gozo mais

requintado do paladar, os corvos se aperfeiçoem em inteligência. Não fosse a guerra entre os homens, os corvos, sempre alimentados por carniças inferiores, não teriam chegado ao prodígio de olfato e vista a que chegaram. A sua sociabilidade superior, donde lhes vem uma mais segura descoberta de carniças, nasceu dessa alimentação privilegiada que a guerra entre os homens lhes fornece. O seu vôo seguro, alto, planado, cada vez mais perfeito, também nasceu daí. A guerra entre os homens fez o progresso da raça solar dos corvos.” O nosso sábio assim se exprimiu sobre a guerra: e a sua teoria estava assente nas nossas escolas e sociedade sábias de tal modo que ninguém seria capaz de atrever-se a contestá-la, a menos que quisesse receber os piores tratamentos possíveis, e as injúrias mais desagradáveis.

Eu não tenho cem anos, mas a minha idade é longa; entretanto, até hoje, ao que me lembre, nunca ouvi alguém contestar a teoria do nosso velho sábio, sobre a guerra entre os homens. Veio, porém, esta última guerra; e, se a teoria não foi desmentida, foi anulada. Os homens se bateram furiosamente e furiosamente se mataram; mas, quando íamos aproveitar as carniças, lá apareciam uns “passarões” enormes, sem bico, sem penas, sem olhos, a despejar tiros e pelouros uns contra os outros. Fugíamos aos bandos e púnhamos a espreitar se iam cair na carniça dos abandonados nos campos de batalha. Mas nada. Uns voltavam para trás, outros caíam; e nós não nos animávamos a avançar. Demais, descobrimos que nos tais “passarões” havia homens também; e, agora, o problema, a questão mais transcendente que obumbra a sagacidade de nossos sábios é saber: “Porque os homens fazem guerra, se não é para dar carniça aos corvos?”

E o corvo não disse mais nada.

Careta, Rio, 1-5-1920.

CAVENDISH, NA GUANABARA

Causou grande estranheza, senão espanto, o fato do atual presidente da república, quando ultimamente, foi a Teresópolis, ter-se feito escoltar por um destróier, no trecho da viagem por mar.

Era um costume novo nas usanças dos nossos soberanos.

D. João VI, quando ia para a sua casa de campo da ilha do Governador, empregava unicamente uma das suas galeotas a remos, que ainda existem, e deixava em paz as naus, caravelas e bergantins de guerra, cochilando nos seus ancoradouros.

D. Pedro II, quando ia para Petrópolis, só amolava a galeota imperial que rodava as suas rodas laterais de paus, com uma preguiça escachoante.

As corvetas, fragatas, canhoneiras, etc., ficavam no poço, à espera de uma platônica embaixada à China que uma delas transportasse.

Depois que os soberanos republicanos deram para a pacholice de Petrópolis, nenhum deles moveu do poço ou do ancoradouro de São Bento um navio de guerra, para escoltá-lo ate Mauá.

De modo que a inovação epitaciana causou surpresa em todos os círculos sociais.

Há dias, porém, o senhor doutor Raul Soares, cuja competência em coisas de Marinha só encontra equivalente na das do cerimonial devido a soberanos, pois gaba-se de saber a do Xá Jehan, de Agra; do imperador Teodósio, de Bizâncio; do de Luís XIV, de Versalhes; e do de Filipe II, de Espanha; o doutor Raul Soares, dizíamos, explicou o fato a um dos nossos companheiros:

– Vocês todos estão admirados de sua excelência o eminentíssimo senhor doutor Epitácio da Silva Pessoa, se ter feito escoltar por um destróier até à baía da Piedade. Não há que admirar. Diante da Constituição, ele tem esse direito; mas não foi por isso que assim determinei fosse feito. É que a nossa baía está cheia de piratas. Eles se acoitam em lugares onde os nossos navios de guerra não podem ir. À vista dos assaltos constantes a embarcações de comércio, já determinei que os nossos navios os perseguissem; mas calam muito e não podem alcançá-los nos lugares em que estão. Determinei que o São Paulo os castigasse com tiros indiretos; mas infelizmente, esse couraçado veio dos Estados Unidos com balas que não são para os seus canhões, e com pólvora que não é para as suas balas. Os nossos amigos americanos fizeram dele um monstro desdentado. Daí, não termos levado a efeito a perseguição aos piratas.

– E os outros navios?

– Não se prestam para o fim colimado. Mas... continuo. Tendo sua excelência, que viajar na Guanabara, infestada como está de piratas, julguei prudente para a sua segurança, comboiá-lo com um destróier. Eis ai.

– Vossa excelência conhece o nome de algum dos piratas?

– Pois não.

– Qual é?

– O chefe é um tal Cavendish que, desde há muitos anos, persegue e saqueia os nossos portos e cidades marítimas.

Estão, portanto, os leitores inteirados porque o senhor Epitácio levou até Paquetá, um destróier, na ilharga.

Careta, Rio, 5-6-1920.

MINA DE FERRO E AÇO

Um dos meus mais constantes companheiros de conversa neste burgo de Todos os Santos, onde moro, é o meu vizinho Edgard Parsons, engenheiro, nascido na Inglaterra, mas que tem, como um bom inglês que é, corrido várias partes do mundo.

Foi durante muito tempo empregado em uma grande oficina mecânica dos arredores da minha residência e com ele converso pelos botequins e vendas roceiras do lugarejo em que ele está.

Aproveito sempre a palestra com ele, para aprender coisas do seu ofício, não porque, como o meu amigo Diderot, tenha de organizar um dicionário ou enciclopédia em que figurem termos das artes mecânicas, mas pelo motivo muito simples de que sou curioso de todas as coisas.

Não tenciono senão isso, porque, no imitar Diderot, não haveria vantagem, pois os dicionaristas de profissão seguiram-lhe o exemplo e aperfeiçoaram a inovação do mestre – coisa de que não seria eu capaz.

Parsons conta-me coisas do Egito; mas graças a Deus, não me fala nas pirâmides, na esfinge, nem no Museu de Bulac. Fala-me de Omdurman, de Gordon, do Mahdi, dos dervixes e outras coisas bem modernas da dominação inglesa, na terra dos faraós.

Há tempos foi a Pirapora, em serviço de sua oficina e da sua profissão.

Demorou-se lá mais de um mês e a sua falta foi bem sentida por mim e pelos botequins e vendas de dois ou três subúrbios, ao redor do de Todos os Santos, sem o esquecer este, certamente.

Voltou afinal e vim a encontrá-lo no armazém do senhor Carlos Ventura, na Rua Piauí, sentado num daqueles clássicos tamboretos das vendas do interior, de abrir e fechar lendo o Jornal do Comércio.

– Então, Parsons, que há de bom em Pirapora?

– Muita coisa.

– Uma delas?

– O peixe que é magnífico, saboroso e barato.

– E que mais?

– Uma mina de ferro.

Se bem que eu não saiba de cor a carta mineralógica do Brasil, não me constava, contudo, que aquela zona fosse das que pudessem tentar os desinteressados esforços civilizadores do “neoconquistador” Fahquart e seus asseclas do Wall Street. Por isso exclamei:

– Ferro, em Pirapora!

– Sim! Ferro e aço.

– Como?

– O governo de vocês não mandou buscar uma ponte para atravessar o São Francisco, lá em Pirapora?

– Mandou.

– Pois toda a ferragem, toneladas e toneladas, está lá amontoada, ao tempo, à espera de quem queira explorá-la como matéria-prima.

Está aí. Não é uma mina?

Careta, Rio, 12-6-1920.

VANTAGEM DO FOOTBALL

Não tenho dúvida alguma em trazer para as colunas desta revista a convicção em que estou, de que o jogo de *football* é um divertimento sadio, inócuo e por demais vantajoso para a boa saúde dos jogadores respectivos.

O eminente senhor Coelho Neto, há tempos, defendendo-o de ataques de ignorantes e bárbaros, citou Spencer sem felicidade; mas tal coisa não quer dizer nada, porquanto basta a opinião do notável homem de letras, para convencer toda a gente que o esporte bretão, como se diz nas seções esportivas dos jornais, merece os favores excepcionais que os governos lhe dão e ainda vão dar.

Não querendo eu passar como retrógrado e atrasado e no intuito de também defendê-lo, tenho tido a paciência de colecionar nos quotidianos as notícias mais edificantes sobre as excelentes vantagens do divertimento de dar pontapés em uma bola.

Tenho de conflitos e também a crônica do Correio da Manhã que relegou o noticiário sobre tão excepcional esporte, para os fatos policiais.

Publicarei por partes esse arquivo precioso; hoje, entretanto, vou dar algumas amostras do que tenho colhido nos jornais, para encanto e satisfação das gentilíssimas “torcedoras”.

No Jornal do Comércio, de 1º de dezembro do ano passado, encontrei esta pequena novidade, sob o título – *Football* desastrado. Ei-la:

“O menino Antônio, de doze anos de idade, filho de Manuel Ferreira, morador à Rua Saí nº 35, quando jogava *football* no terreno de uma escola pública do Largo de Madureira, fraturou a perna direita. Antônio foi medicado em uma farmácia, etc., etc.”

Meses antes, esse mesmo jornal, isto é, a 7 de julho, dava outra notícia que me vejo obrigado a transcrever aqui. Leiamos-la sob a epígrafe – A paixão do *football*:

“O menino Valdemar Capelli, de quinze anos, filho de Taseo Capelli, morador em Vila Aliança, nas Laranjeiras, passou a tarde de ontem a jogar *football*, num campo perto de casa.

“Interrompeu o divertimento às seis horas, para jantar às pressas e voltar ao mesmo exercício. Quando o reencetou, foi acometido de um ataque e a assistência pública foi chamada para socorrê-lo.

“Esta chegou tarde, entretanto, porque Valdemar estava morto. Etc., etc.”

Não é só aqui no Rio, que o maravilhoso jogo que vai nos fazer derrotar todos os nossos inimigos, inclusive a carestia da vida, manifesta a sua capacidade de dar saúde e robustez à nossa mocidade.

Nos Estados, ele também, em tal sentido, fala eloquentemente.

Em Niterói, conforme O Estado, de 8 de dezembro do ano que findou, deu-se este sintomático caso:

“Ontem à tarde quando em um campo na Rua do Reconhecimento, jogava uma partida de *football*, levou uma queda luxando o braço direito, o menor Francisco Olímpio, de vinte anos, residente à Travessa do Reconhecimento nº 31.

“Olímpio depois de socorrido, etc. etc;”

Em São Paulo, Ribeirão Preto, conforme telegrama estampado no Rio-Jornal, de 11 de julho do ano da graça de 1919, houve esta linda performance esportiva:

“Ribeirão Preto, 11, São Paulo (Rio Jornal) – O menor Miguel Grinaldi, jogando o *football* caiu fraturando o braço. Apesar dos recursos empregados pelos médicos o braço do menino gangrenou causando-lhe a morte. Grinaldi contava dez anos de idade.”

Não ficam aí as demonstrações inequívocas das vantagens de tão delicado jogo. Todas as segundas-feiras, quem tiver paciência, pode procurar muitas outras no noticiário dos jornais.

Depois de semelhantes provas, não se pode esperar do nosso governo senão fornecer aos futebolescos, os trezentos contos que precisam, para mostrar as suas belas gâmbias simiescas em Antuérpia.

Careta, Rio, 19-6-1920.

O CONSELHO MUNICIPAL E A ARTE

Os jornais noticiaram, com o luxo habitual de gravuras, que o prefeito havia sancionado a resolução do Conselho Municipal, autorizando-o a despender a quantia de quinhentos contos para a ereção do Teatro Brasileiro.

Ainda na semana passada, dois ilustres vereadores falaram com eloquência e saber sobre a necessidade de fazer surgir o teatro nacional.

É essa, aliás, uma velha preocupação da edilidade. Desde muito que a vejo empenhada em semelhante campanha. Quando o senhor Júlio do Carmo foi intendente, lembrou-se, com muita razão, da construção, por parte da municipalidade, de um teatro digno da cidade. O que se chamava teatro até aí, no Rio de Janeiro, eram infames casarões e capoeiras, inclusive o Lírico e o São Pedro, perfeitamente indignos do lugarejo mais atrasado do nosso interior. O senhor Júlio do Carmo tinha razão em querer dotar o Rio com uma decente casa de espetáculos. Artur Azevedo meteu-se no meio e começou a fazer propaganda da criação de uma espécie de Comédia Francesa, com atores e atrizes vencendo altos ordenados, pagos pelos cofres municipais.

Logo, todos os *cabots*, mais ou menos talentosos, se alvoroçaram e começaram a acariciar a esperança de gozar uns vencimentos equivalentes a subsídios de deputados, e a dignidade de funcionários municipais, para o que, a todo o transe, exibiam as suas misérias atrozes. Veio o Passos e tratou de construir o teatro. A justificativa de tal construção era a educação artística do povo; Passos, porém, com quem menos se incomodava, era com o povo.

Homem de negócios, filho de fazendeiro, educado no tempo da escravatura, ele nunca se interessou por semelhante entidade. O que ele queria, era um edifício suntuoso, onde os magnatas da política, do comércio, da lavoura e da indústria, pudessem ouvir óperas, sem o flagelo das pulgas do antigo Pedro II. Era só isto.

Enérgico, pouco hesitante, passou do pensamento à resolução num ápice; e eilo pondo mãos à obra em segundos.

Tinha um filho que se fizera engenheiro de pontes e calçadas em Dresde e entendia tanto de alta arquitetura como eu de sânscrito; mas não fazia mal. Havia de ser ele mesmo o autor do projeto premiado e o construtor, para enriquecer nas comissões de fornecimentos.

Está aí como nasceu aquele estafermo do começo da avenida, cujas colunas douradas dão-lhe grandes semelhanças com os coches fúnebres de primeira classe.

Para o povo não tem serventia alguma, pois é luxuoso demais; para a arte dramática nacional, de nada serve, pois é vasto em demasia e os amadores dela são poucos; mas custou cerca de doze mil contos, fora o preço dos remendos. Enriqueceu muita gente... Tem servido para que uma burguesia rica, ou que se finge rica, exhiba suas mulheres e filhas, suas jóias e seus vestidos, em espetáculos de companhias estrangeiras, líricas ou não, para o que o pobre

mulato pé no chão, que colhe bananas em Guaratiba, contribui sob a forma de subvenção municipal às referidas companhias. Povo? Níqueis...

No porão, sob o olhar de cornudos touros de faiança, todas as noites as *cocottes chics* e os rapazes ricos se embriagam, perfeitamente à parisiense. Para isto, não era preciso gastar tanto dinheiro e amolar o povo com a sua educação.

Resta ainda a Escola Dramática. Mas é instituição tão inócua, tão assexuada, que não é preciso falar dela.

Está aí em que deu a intromissão da nossa municipalidade em coisas de teatro: criou mais uma casa de espetáculos, e, nos seus baixos, pôs um botequim luxuoso.

Agora vêm esses quinhentos contos; não mais para criar o teatro municipal, mas o brasileiro, o nacional: vamos ver em que dará. Em droga, por certo. A municipalidade do Rio de Janeiro, tão munificente em matéria de teatro, nunca se lembrou de estimular, por este ou aquele meio, a produção literária ou artística dos naturais da cidade.

Nunca lhes deu o mínimo alento e estímulo, nem mesmo recompensou o esforço deles.

Ela viu passar toda a bela vida de labor de um Machado de Assis, carioca da gema, sem um prêmio, sem um abraço, sem uma palavra de aplauso e de orgulho por ser ele daqui, desta linda Rio de Janeiro. Vive preocupada com coisas inviáveis de nacionalizar o teatro; mas sempre esqueceu sistematicamente os artistas e autores nascidos na cidade que ela representa. Repito: nunca lhes deu a mínima subvenção; nunca lhes deu o mínimo prêmio. Todas as municipalidades de todo o mundo galardoam os seus naturais que se distinguem neste ou naquele ramo de arte ou ciência; a municipalidade do Rio de Janeiro não se importa com eles. A sua preocupação é teatral...

Mesmo para os mortos, a sua atenção não é maior. Não houve poeta, cronista mais carioca do que Bilac. Que fez o Conselho para lhe erguer um monumento no Passeio Público, como era seu desejo tácito? Nada.

Que fez por Manuel de Almeida, esse do Sargento de Milícias, livro tão carioca? Que fez pelo genial José Maurício? Pelo Lagartixa? Nada! Nada! Três vezes nada!

É que o Conselho é um posto de adventícios que, do Rio de Janeiro, só conhecem o bairro em que moram, a Rua do Ouvidor e a Avenida Central; é só.

Por isso, muito naturalmente, tratam de teatro brasileiro, antes de tratarem de coisas da cidade do Rio de Janeiro...

É o carro adiante dos bois ...

Hoje, Rio, 8-7-1920.

CHAPÉUS, ETC.

Como o doutor Peixoto Fortuna, o tal da Liga contra a Moralidade, eu me interesso muito pelas modas femininas.

Não deixo nunca de ler os seus preceitos nas seções especiais dos jornais; e, embora não sejam propriamente femininas, eu gozei a declaração providencial de que, na sua recepção última, as mulheres deviam aparecer lá de fraque e calça de fantasia.

Quero crer que esse negócio de calça de fantasia, seja assim um negócio de “diabinho” ou de bebê chorão, a não ser que seja de clown.

Em todo caso, os costumes republicanos estão admitindo tanta coisa nova que tudo é possível acontecer.

Vejam os senhores, por exemplo, essas damas que encontro pelos bondes... Em vão tento namorá-las! Andam elas com uns chapéus de oleado de fazer medo a qualquer bombeiro em momento de ataque ao fogo; entretanto, elas vão bonitinhas, contentinhas de fazer um homem como eu, péssimo namorador, ficar embasbacado.

É possível que essas moças se julguem interessantes com semelhante cobertura? Não creio; contudo elas vão alegres e satisfeitas. Como admitir uma coisa e outra?

Não sei.

Há ainda mais histórias extraordinárias nessa matéria de vestuário feminino. Algumas senhoras decotam-se abundantemente para passear na Rua do Ouvidor e na avenida. Os dias agora são frios e úmidos; e elas, por precaução, trazem um cobertor de peles.

Não seria melhor que elas não se decotassem e deixassem em casa o sobretudo de peles?

Não tenho nenhuma autoridade no assunto; mas logo que encontrar o visconde de Afrânio Peixoto, hei de pedir-lhe a sua abalizada opinião, porquanto é ele entendido em negócio de História das Religiões que muito se relaciona com o capítulo modas, chapéus, etc., etc.

Careta, Rio, 24-7-1920.

O TAL “DIA”

Sobre o piedoso projeto do senhor Cunha Pedrosa, instituindo um feriado destinado a dar “Graças a Deus”, fomos ouvir o autorizado teólogo doutor Antônio Torres, que o público só conhece pelas suas brilhantes produções profanas, na Gazeta de Notícias.

O respeitável doutor da Igreja recebeu-nos no seu artístico gabinete de trabalho, onde, com grande espanto nosso, não vimos sequer uma imagem ou registro de santa. Lá, só havia coisas, mais ou menos da espécie do *Nu au Salon*.

Como é sabido, a austeridade do cônego Torres é pública e notória e essa observação que fizemos, não pode em nada fazer diminuir a justa fama de que goza.

O sábio sacerdote disse-nos em resumo o seguinte:

“É evidente que a sã doutrina católica concebe o mundo como sendo um perpétuo conflito entre Deus e o Diabo. Isto está na lição dos seus doutores e canonistas; e mesmo em práticas muito conhecidas. Na canonização dos Santos, há até um advogado do Diabo que funciona no processo. Todos sabem disso e você não desconhece tal coisa.

“Sendo assim, achando lógico e edificante o projeto, eu julgo que se devia completá-lo, instituindo um outro dia para o culto do Diabo. Não há Deus sem Diabo e vice-versa.

Eis o que o Cônego Torres nos disse.

Careta, Rio, 4-9-1920.

PAPEL MOEDA

Gosto muito de aprender finanças, nos artigos de jornais.

Não aparece uma discussão dessa matéria que eu a não siga. Agora anda uma dessa natureza que apaixona Câmara, Senado, jornais e povo, sobre o papel-moeda.

O senhor presidente da república, vendo as aperturas em que está a Nação, pediu ao congresso autorização para emitir uma grande quantidade dele; ou por outra: fez um deputado amigo apresentar um projeto autorizando isto.

Surgiram logo uma porção de críticas, demonstrando que essas emissões constantes de papel-moeda desmoralizam o nosso mercado monetário; que é preciso saneá-lo com ouro ou com papel que se converta em ouro, etc., etc.

Nada entendo dessas coisas, mas vou dar o meu humilde parecer.

Julgo que essa gente não tem razão, porque ouro é o que ouro vale; e se o papel lhe equivale, em virtude de um decreto do governo, não há motivo para zangas.

Além disto, o mesmo governo quer criar um banco emissor e de redesconto, à vista da falta de numerário. Esta falta admira-me muito que só agora a vissem. Eu de há muito que a sinto, e bem profundamente, meus caros senhores.

Mas... se há falta de numerário, creio que o que se deve fazer é aumentá-lo.

Ouro é coisa rara, mesmo no Brasil, onde dele, segundo dizem, há minas por toda a parte; mas papel é coisa que se encontra logo e, relativamente, é barato.

Demais, se o governo aumentar as notas de papel, é de presumir que alguma venha a tocar-nos. E o ouro? Vai logo para o encaixe dos bancos e só o verão os milionários.

Se o Estado quer ser sábio e promover a felicidade do povo, deve, quanto antes, aumentar a circulação do papel moeda, não de quinhentos mil contos, mas de tantos milhões quantos forem os habitantes que o sábio doutor Bulhões encontrar, no seu recenseamento, neste vasto Brasil.

É de esperar que assim venha tocar uma nota de dez tostões a cada um, enquanto, com o sistema vigente, muitos andam por ai pedindo-a por esmola.

Tenho pena de não poder fazê-las em casa; porque isto é privilégio do Estado e se eu tal fizesse iria parar na cadeia como moedeiro falso; mas, se assim não

fosse, faria uma de cinquenta todo o dia, e, no fim do mês, o necessário para pagar a casa e o vendeiro.

Nem todo o mundo tem os direitos do governo...

Careta, Rio, 18-9-1920.

UMA ANEDOTA

Não sei porque aquele diabo de gatuno cismou em me furtar.

– A ti?

– Sim; a mim.

– Como foi isto?

– Conto-te. Eu morava num quarto pobre, na Rua de São Pedro. Era uma espécie sepultura, e eu só ia lá para dormir. Mais da metade do dia, passava eu na rua a perambular. Certa noite, recolhi-me mais cedo e deitei-me no meu catre com muito sono. Aí pelas tantas, despertei e vi que tinha um companheiro, no quarto. Quem seria? Não tive dúvidas! Agarrei um enorme Nagant que não sei onde arranjava e ameacei o intruso.

– Ele resistiu?

– Não. Rendeu-se logo, prendi-o e acompanhei-o para entregá-lo à polícia.

– Para que?

– Ouve. Saímos e, no caminho, pus-me a conversar com o rapaz. Gostei dele. Ao passar por um café, ele me convidou para entrar e tomar alguma coisa. Aceitei. Dentro em pouco, eu me esquecia que tinha diante de mim um sujeito que me queria roubar. Quando nos despedimos, ele me perguntou: “Estás sem dinheiro?”. Respondi-lhe: “Estou”. Sabes o que ele fez?

– Não.

– Passou-me uma prata de dois mil-réis.

Careta, Rio, 16-10-1920.

SOBRE A ARTE CULINÁRIA

Creio não ser impertinente tratar ainda da minha curiosa descoberta bibliográfica, tão feita a propósito nesta época de festas e banquetes, cujo ciclo ainda não está encerrado. Quero falar do interessante livrinho de que falei aqui há dias; do Cozinheiro imperial ou Nova arte do cozinheiro e do copeiro em todos os seus ramos. A primeira edição é de 1840 e a que tenho, sendo a terceira, é de 1852.

Publicou-as a antiga e desaparecida Casa Laemmert e esta última, a terceira, creio eu, é revista, aumentada, etc. etc. por uma tal da. Constança Olívia de Lima.

A importância que a obrinha tem para todos os momentos, ela mesma o diz, no prefácio da primeira edição. Eis as suas palavras textuais:

“No número das artes úteis e indispensáveis à vida do homem civilizado uma há que, de poucos anos a esta parte, tem marchado com passo gigantesco. Esta é a ciência culinária, cuja feliz influência, ao mesmo tempo que concorre para o estado saudável de nosso corpo, estreita os laços da sociedade, multiplica as relações, aumenta o comércio e a indústria, suaviza os costumes, e reúne os homens em assembléias festivas e fraternais.”

Não há dúvida alguma! Tanto assim que já o senado romano discutiu a composição do molho com que devia ser adubado o peixe da mesa de não sei qual imperador.

Hoje mesmo, nós temos visto imperadores, reis e outros chefes de Estado, preocupados com essas coisas de mordomo, quando se trata de hospedar em seus Estados colegas de grande valimento.

O senado romano não era assim tão tolo, como se pode pensar à primeira vista...

O meu intuito, neste instante, não é este; é outro muito diverso.

Quero indicar algumas iguarias que O Cozinheiro traz, e bem podem servir para bródios futuros, oferecidos e recebidos pela nossa alta gente.

Faço isto porque o livro é raro e os pratos são originais.

A originalidade, em todas as Artes, como dizia o outro, é tudo...

Antes do mais, o livro se ocupa, e com muita razão da arte de trincar. Rabelais esqueceu-se disso e Brillat-Savarin também. Pode-se dizer que as suas obras tinham outros intuitos. Vá lá! Passemos às sopas de que o Cozinheiro imperial dá inúmeras receitas. Não posso transcrever todas aqui, mas podia dar-lhes muitos títulos delas, pelas quais o leitor iria logo ficar com água na boca. Exemplo: “sopa dourada”, cujo processo de fabricação é este:

“A sopa dourada faz-se como a anterior: ‘sopa de todo o gênero de assado’. Leva uma dúzia de ovos, um arrátel de açúcar, um pão pequeno, uma quarta de manteiga lavada, canela e água-de-flor.”

Essa mixórdia que bem parece aquele remédio de cavaleiro andante, receitado por d. Quixote a Sancho, especifico que tantos maus quartos de hora causou a este e tanto mal fez-lhe aos calções ...

Entretanto, nos tempos do Cozinheiro imperial, talvez tivesse a “sopa dourada” efeitos menos intempestivos que os do medicamento do herói manchego nas tripas do seu escudeiro.

Alongo-me, porém.

Paro aqui, mas voltarei ao assunto, porque o meu propósito, o primordial, é esclarecer o governo da república sobre as excelências da arte culinária, antiga e moderna.

Careta, Rio, 23-10-1920.

CARTA ABERTA, AO JEITO DOS BILHETES DE JOÃO DO RIO

Excelentíssima senhora da. Mariana Prado. Presente.

Sei bem, e muito bem que vossa excelência passou notas falsas. Já fui jurado muitas vezes e, embora agora o seu crime não seja de júri popular, se o fosse e eu lá estivesse, vossa excelência seria condenada pelo meu voto.

Acontece, porém, que eu não posso ser mais jurado, porquanto me falta a renda necessária. Não posso, portanto, condená-la; e devo dizer a vossa excelência a admiração que tenho pelo seu belo hábito de passar notas falsas. E vou dizer porque.

Eu amo o luxo, como vossa excelência ama o amor. Não é preciso citar o francês, para dizer que a coisa está certa. Nasci pobre, mas gosto de mármore, estátuas, quadros e tapetes. Tenho o direito a isso pela minha educação e instrução. O que elas transformaram na minha natureza, a culpa não é minha; é daqueles que, com sacrifício e generosidade, me trouxeram.

Pois bem excelentíssima senhora, nunca tive a audácia de fazer como vossa excelência fez, isto é, arranjar umas “michas”, para satisfazer as minhas paixões.

Se eu fosse presidente desta bodega do Brasil, podia fazê-lo. Sabe como? É fácil. Mandava fazer uma emissão no Bank Note dos Estados Unidos.

Infelizmente, eu não sou como vossa excelência e o presidente Epitácio que pode emitir à sua vontade. Sou um pobre-diabo “pronto”, sem prestígio, sem beleza e sem amor.

Não quero, porém, dizer que eu não tenha vossa excelência na mais alta consideração de amor e admiração.

Conforme o João do Rio, sou de vossa excelência humilde escravo Lima Barreto.

Careta, Rio, 13-11-1920.

MANSÃO OLÍMPICA E OS APEDIDOS

Se os apedidos do Jornal do Comércio não existissem, não sei como poderíamos viver nesta terra tão monótona, tão politqueira, tão balda de descobertas e invenções.

Amanhecem dias, fecham-se noites e tudo continua sempre a ser a mesma coisa.

Os apedidos do venerando órgão, porém, não obedecem à lei fatal da “mesma coisa todo o santo dia”, que domina esta parte do mundo onde habitamos. Variam, de quando em quando e de modo imprevisto.

Quando tiver tempo e dinheiro, hei de fazer um estudo completo sobre os apedidos, num largo programa que abranja as origens dos mesmos, os colaboradores, o estilo destes; a influência da célebre seção nos grandes fatos políticos, administrativos, sociais, forenses, etc., da vida geral do Brasil.

Documentarei – no que não imitarei os místico-militares que fazem do Exército o deus *ex-machina* do progresso político e social do Brasil – documentarei a asserção de que a maioria, a lei do ventre livre, Treze de Maio, o Quinze de Novembro, até o Sete de Setembro, apesar de não existir ainda o Jornal, tudo isto e mais alguma coisa foram obra dos apedidos.

Estudarei a vida e a obra dos seus mais célebres colaboradores.

Biografarei o “Mal das Vinhas”, tão curioso e tão ignorado pela geração atual, audacioso inventor de tantas coisas curiosas, entre as quais a da fecundação artificial das vacas com auxílio de injeção de uma solução forte de sulfato de cobre.

Porei em evidência qual dos “Romãos” foi o mais célebre como “testa de ferro” e quais os políticos notáveis do tempo do império que se serviram dele, para alcançar o ministério e, até, a chefia de gabinete, isto é, a presidência do Conselho de Ministros de Sua Alteza Imperial.

Reproduzirei muitos dos artigos, por eles publicados e economicamente truncados, do príncipe Obá II d’África, personagem que convém voltar à atividade da nossa lembrança, à vista das visitas constantes que nos estão fazendo imperadores, reis e príncipes.

Escreverei comentários às poesias daquele velho empregado do Tesouro, o senhor Sesimbra de Araújo, que se propôs a fazer em versos, mais ou menos positivistas, a biografia do senhor Joaquim Murinho.

Os positivistas terão o seu capítulo especial. As suas cisões, as suas descomposturas de alto estilo, mútuas ou nos outros, as suas engraçadas opiniões de toda a ordem, as suas excomunhões, merecerão no meu trabalho, um estudo especial com um florilégio cuidadoso e bem escolhido das suas sentenças inapeláveis.

Pelo que estão vendo, o plano da obra é vasto e profundo; a fim de executar a contento de todos não deixo nunca de ler os apedidos e recortá-los, arquivando os retalhos.

De resto, neles vou buscar elementos para o estudo da vida doméstica, comercial e sentimental da nossa sociedade.

Há um divórcio escandaloso ou uma questão de pátrio poder sobre menores com grossa herança, corro aos apedidos e sou informado de coisas de alcova que me delíam e me edificam sobre a fraqueza da nossa pobre humanidade, diante dos inimigos do homem de que falam os Evangelhos.

Com surpresa, pela transcrição de documentos insofismáveis, vejo cidadãos austeros e graves, como velhos senadores de Roma, acomodar muito bem o seu ardor monogâmico, o seu horror ao divórcio e as suas opiniões catolicíssimas sobre o caráter sacramental do casamento com um assentimento público, e escritos pelo próprio punho, a uma ligação de desquitados que se casaram nos “bíblias”.

E muitas mais outras coisas há nos apedidos. Esperem o meu tratado.

Não posso deixar, porém, de chamar já atenção dos leitores, para uns artigos que o senhor Isidro Gonçalves vem publicando há tempos na celebrada seção. Designou-os com o título geral de Mansão Olímpica.

Lendo-os a impressão que dão, não é de placidez, de serenidade a reinar entre deuses e deusas, que pairam acima das paixões e tormentos humanos.

É verdade que o senhor Isidro podia me objetar que os deuses nem sempre ficaram acima das nossas paixões e erros. Júpiter era um frascário de marca maior; Vênus não era lá uma senhora de bons costumes; o seu marido Vulcano fabricava raios terríveis para o Deus dos deuses, mas deixa em paz Marte e um tal de Adonis que lhe desonravam o tálamo conjugal. Disse-me um amigo que isso ele fazia porque ainda não se havia inventado o revólver; de resto, arredondava ele a explicação, Marte era imortal, como Deus, e Adônias havia de ser um jovem, com a proteção de Afrodite.

Não podiam ser mortos... Os concílios dos deuses, apesar da autoridade de mestre Júpiter, não deixam de ser mais ordeiros do que uma sessão na Câmara dos Deputados. Durante a guerra de Tróia, os que houve, com certeza acabavam como as nossas partidas de *football*. isto é, em rolo grosso, tal era a rivalidade dos deuses que cada um tinha o seu partido.

Sei bem disso, senhor Isidro, mas a idéia de Mansão ainda por cima adjetivamente de – Olímpica – traz logo a idéia de serenidade, de ordem, placidez pacato entendimento.

Entretanto, os seus artigos são agitados, conturbados, cheios de obscuridades atormentadoras. Eles estão para a idéia de mansão como o sossegado tabuleiro da Urca está para a agitação interna e sem fio condutor algum que há naquele casarão vizinho daquela montanha: o hospício.

Em todo o caso, os artigos são instrutivos e sugestivos. Eles, certamente, levarão o seu autor à glória ou a outro lugar próximo. Produzidos em verso e

prosa, denunciam um escritor sábio, erudito e um poeta sensível e alumiado por um suave e melancólico crepúsculo íntimo.

Vejam estas trovas com que ele fechou o artigo de 15 de dezembro:

*A vida tem desenganos!
Que fazem pasmar a mente!
Cuja alma sentiu e sente
Bem melhor que os levianos.*

*E assim foi sempre o mundo!
E assim o há de ser!
Não em parte! mas inteiro!!!
Leitor! se em algo és profundo,*

*Dá-me o teu modo de ver:
Se ele for justiceiro.*

Depois dessa leitura, respondam-me os leitores: é ou não um grande prazer ler o apedidos?

Careta, Rio, 8-1-1921.

A QUESTÃO DOS TELEFONES

Andam sempre os jornais com uma birra, uma briga por causa do serviço telefônico desta cidade.

Implicam sempre com a Light, mas creio que esta poderosa companhia é simplesmente pseudônimo de uma outra que tem um nome alemão.

Das muitas inutilidades que, para mim, está cheia esta vida, o telefone é uma delas. Passam-se anos e anos que não ponho um fone ao ouvido; e, de resto quando me atrevo a servir-me de um desses aparelhos, desisto logo. Entre as razões está a que não compreendo absolutamente a numeração das moças do telefone. Se digo seis qualquer coisa, a telefonista imediatamente me corrige: meia dúzia qualquer coisa. Não quero expor a minha sabedoria em elementos de aritmética; mas meia-dúzia é uma coisa, pois nunca vi, dizer meia dúzia vinte e sete e sim seiscentos e vinte e sete.

Esta é uma das minhas quizílias com o telefone. Uma outra é a tal história: “está em ligação”; e há mais.

De forma que muito me surpreende esse interesse dos jornais por esse negócio de telefones.

Observei, porém, que as moças gostam muito de falar no aparelho.

Não se entra numa casa de negócio de qualquer ordem que não se encontre uma dama a falar ao fone:

– Minha senhora, faz favor?

– Sete meia dúzia três, Vila.

– ?

– Sim, minha senhora.

Durante cinco minutos a dama troca com a invisível Alice frases ternas e dá risadinhas.

Perguntei a um negociante da minha amizade:

– Que querem essas moças tanto com o telefone?

– Não sei. Há dias que é um nunca acabar... Formam uma fileira que nem em bilheteria de teatro em dia de espetáculo... Na semana passada, quase perdi um negócio urgente e do meu interesse, porque tive de esperar que mais de vinte “freguesas” dessas, dessem o seu recadinho ao aparelho... Levaram, todas, cerca de meia hora ou mais.

– Então é por isso que os jornais tanto nos atazanam com essa questão do telefone, de *Light*? Servem as senhoras ...

– Qual o que! fez o negociante.

– Então, porque é?

– A questão é o preço do aluguel dos aparelhos e essas meninas são freguesas de graça que, às vezes até, nada compram na casa.

Fica, para mim, ainda insolúvel essa questão de telefone.

MAS...ESSES AMERICANOS...

Lembram-se os senhores de uns americanos que, muito generosamente, se ofereceram para transformar Niterói, a pacata Praia Grande, numa coisa maravilhosa? Lembram-se? Eram obras portentosas de avenidas, jardins, palácios, saneamentos, etc., etc.

Os niteroienses, inclusive o nosso Manuel Benício, entusiasmaram-se tanto com tais projetos mirabolantes, que fizeram tal pressão na respectiva edilidade, a ponto de obrigarem a passar a mecânica autorização municipal, com uma pressa de medida de salvação pública.

O Rio de Janeiro estremeceu. Carlos Sampaio, o genial edil do “arrasamento” e da Gruta da Imprensa, ia ficar enfoncé. Passos, então este!

A coisa era deveras portentosa: arrasavam-se morros (vide Sampaio da máquina de lama) e surgiam em seus lugares vários Bois de Boulogne; aterrava-se Niterói, desde Gragoatá até a Armação, e erguiam-se modernos armazéns para receber cargas do Porto do Rosa e de Magé; bairros sem conta iam surgir – bairros ricos, remediados e pobres, brancos, mulatos e pretos; as barcas com que eles iam dotar o serviço de ligação da Invicta com o Largo do Paço, haviam de ser de tanto luxo que os pobres e modestos haviam de ter medo de embarcarem nelas; enfim, aquilo havia de ficar um encanto de espantar.

À vista das plantas, dos desenhos, dos projetos e dos relatórios, todos diziam: não há como os americanos; eles é que sabem fazer as coisas. Nós somos uns pungas!

Eu também, que sou leitor assíduo do O Estado de meu amigo Mário Alves, fiquei arrebatado de entusiasmo, à vista de tanta coisa fantástica que Niterói, onde estudei os meus primeiros preparatórios, ia ter.

Passam-se os dias, vêm os meses e – oh! decepção! – abro A Noite de um dia deste e descubro que o que os americanos querem ou vão pôr em Niterói é uma colossal batota.

Desgostou-me e penso cá com os meus botões: para isso nós não precisávamos de americanos; aqui mesmo, desde a Rua da Conceição até o Catete, passando pela Lapa, temos rente com esse talento criador.

Mas... esses americanos...

Careta, Rio, 16-4-1921.

FEIRAS LIVRES

Não há dúvida alguma que a aproximação do procurador do consumidor é negócio proveitoso para os níqueis deste último.

Foi com esta tenção que o senhor Dulfe instituiu as feiras livres que atualmente se realizam em várias partes deste Rio de Janeiro.

Nas minhas vizinhanças, isto é, no Méier, há uma delas. Lá fui ter. Não era muito cedo. Não me levanto às primeiras horas do dia, embora seja pobre. Fui às oito horas da manhã. Que lindeza de moças e senhoras!

Nunca as vi tão lindas nem mesmo na Rua do Ouvidor que frequento desde os dezesseis anos quando me matriculei na Escola Politécnica.

Naturalmente, um homem como eu, estando em feira livre e vendo tanta moça bonita, havia de ficar contente.

Não aconteceu isto, porém, porque encontrei um ferrabrás que logo implicou comigo.

Esse vagabundozinho dos subúrbios é um tipo lá daquelas bandas que a gente não sabe como vive. Toma uns ares de valentão e não faz nada.

A vida corre-lhe fácil e, sem dificuldades e aborrecimentos, vai comendo o seu feijão e carne seca. Aparece um dia, entretanto, um outro tipo que não está disposto a respeitar-lhe semelhante lordismo, logo ele se esvai. Foi o que aconteceu com este tal de Bragalhões que vivia com a função feminina de vender “bruxas” de pano e serragem.

Fiquei admirado que essas feiras livres de gênero de primeira necessidade, isto é, arroz, feijão e carne seca, fossem também negócio de brinquedos, tal e qual as de Leipzig, mas me contive.

Embora não tivesse exprimido o meu pensamento, esse tal de Bragalhões, compreendeu-me e me interpelou. Aí que foi a história! Nunca ando armado, nem gosto de armas; ele, porém, que é muito valente, tanto assim que tem prontuário na polícia, honra que não me cabe, puxou canhão quatrocentos e

vinte e quis fazer um disparo. O tal de Bragalhões, porém, não o sabia disparar. Está aí um desastre.

Neste momento chega o Tácito de Moraes Wernes, tenente-coronel do Exército, acompanhado do seu cabo de peça, capitão Bartolomeu Klier, e logo regulam o canhão, põem-no em posição e fazem o disparo. Bragalhões foi pelos ares...

Careta, Rio, 16-7-1921

ALTO COMÉRCIO

Leio com cuidado os jornais do dia, como já tenho repetido muitas vezes. Não perco uma seção deles, principalmente as elegantes, as do parlamento e as das grandes associações.

Por exemplo: se estou disposto a estudar agricultura, leio as notícias da Sociedade de Agricultura. Nelas, aprendo que o tomate e mais a berinjela são cucurbitáceas cujo fruto é muito útil como forragem para os animais de corridas. Dá-lhes mais leveza e resistência. Se sinto curiosidade de estudar geologia, busco novas do Museu Nacional e fico sabendo que o urubu é um fóssil do oceano que voa nos ares.

O jornal é uma fonte de estudos para mim. Nele tenho aprendido muito, menos elegância porque, ao que parece, Deus não quer que eu tenha esse dom extraordinário.

Às vezes, porém, tenho desgostos com essa leitura que me atrai.

Sigo há anos a ação jornalística do doutor Nuno de Andrade. Vejo-lhe bem as suas qualidades de financeiro e economista e penso cá comigo: porque não fazem este homem ministro da Fazenda – ele que deve estar muito além da casa dos sessenta? Mas deixemos isso de parte e tratemos do principal.

Ultimamente tenho lido as queixas e os clamores do alto comércio. Não há artigo de gazeta e *compte rendu* de sessão de Associação Comercial que me escape. Travei conhecimento com vários cavalheiros do alto comércio que sinto não ser pessoal.

Por exemplo: como me seria útil conhecer o meu xará, o senhor Afonso Viseu? Como era bom dar-me com o doutor Augusto Ramos?

Não há nisso nenhum interesse de dinheiro, porque eles dizem que estão prontos; e não iria eu aumentar aflição a aflitos.

Ao contrário; simpatizei com eles por causa de sua pobreza. A angústia de sua situação até me fez meditar sobre meios de retirá-los dela.

Creio mesmo que cheguei a bons resultados.

Vamos ver como. Eles se queixam que o governo não os auxilia; pois eu fui outro dia ao Monroe e conferenciei com o meu amigo Alcides Maia, deputado pelo Rio Grande do Sul, a quem apresentei as seguintes bases para um projeto de lei:

- a) – O governo dará a cada alto comerciante dois mil contos de reis;
- b) – Eles não pagarão impostos, nem transporte nas estradas de ferro e companhias de navegação do Estado;
- c) – Não haverá dívidas para os mesmos, sejam particulares ou comerciais.

Foi mais ou menos isso que conversei com aquele deputado meu amigo, que achou as idéias excelentes e vai justificar um projeto de lei no sentido de aproveitá-las.

Ele só me objetou que outros pobres, os que não são do alto comércio, podiam também reclamar com “facadazinha” no Tesouro. Eu, porém, aparei o argumento dizendo-lhe que, segundo a ciência econômico-financeira, esses não têm direito a nada.

Careta, Rio, 9-7-1921.

COM O LIRÓ

Ultimamente só tenho nas minhas estrebarias um único animal: é a égua Scherazade. Antigamente, porém, isto é, há uns anos passados, havia nela, além dos animais de tiro, mais dois de sela: a Elisabeth e o Zadig. Scherazade é uma linda égua negra de meio sangue, com grandes olhos e porte altivo. Comprei-a ao conhecido criador e cronista esportivo Brioni Júnior por dez contos de reis, no que fiz bom negócio. Elisabeth era uma linda peça de um pêlo alazão, liso e brilhante; era de um quarto de sangue. O Zadig não tinha sangue algum.

Por causa deles, vim a conhecer o Liró, meu vizinho, funcionário público, também amador de animais; mas ao jeito da terra. Ele só gosta de animais nacionais – crioulos; e dessas nossas selas rebarbativas, cheias de pelegos e anteparos, e dos nossos arreios faiscentes de prata.

Habitualmente, passeamos a cavalo, pela manhã, pelos arredores das nossas casas. Uma manhã destas brumosas e frias, saímos nós a dar uma volta nas nossas alimárias. Ele, no Caboclo – um “pampa” marchador que devia ser magnífico, se não estivesse ao lado da soberbia da minha Scherazade. Era uma manhã feia, úmida e nublada. O Rio, cheio de Sol e luz, é uma alegria; mas, como estava naquela manhã, é uma sepultura.

Seguimos o nosso destino que era ir até a cachoeira dos Urubus, na Boca do Mato. O subúrbio, em geral, é feio; mas, a parte que entesta com a montanha, tem trechos surpreendentes. Fomos e íamos conversando. Eu lhe contava histórias de cavalos célebres, do famoso Bayard, do paladino Rolando, do Bucéfalo de Alexandre; do Rocinante de d. Quixote, etc., etc. Pareceu-me, entretanto, que ele não me ouvia com atenção a conversa. Perguntei-lhe:

– Liró, em que pensas?

Nós atravessamos um resto de capoeira em que as raras árvores eram enriquecidas de verdura pela folhagem dos cipós abundantes.

Ao ouvir a minha pergunta, Liró sobressaltou-se e logo disse:

– Nesse negócio de candidaturas.

– Tens interesse em algum dos candidatos?

– Nenhum.

– Então porque pensas nesse desinteressante negócio?

– Porque dizem que o novo presidente vai demitir em massa os funcionários públicos.

– Estás doido, Liró! Ele não fará isso...

– Porque?

– Porque não há Estado sem um grande corpo de funcionários.

Desde o Império Romano até o Britânico que se tem verificado que a existência do Estado supõe a de uma chusma de funcionários. Ainda mais: o duque Audiffret-Pasquier disse até: “Morrem os impérios, nascem as repúblicas; mas as secretarias ficam”. Deve ser isto mais ou menos. O que, porém, ressalta do pensamento do duque, sejam quais forem as suas palavras, é essa capacidade da burocracia, em atravessar regimes diversos, com uma inalterabilidade que lhe dá o aspecto de um verdadeiro fenômeno natural.

– Dizem também que ele quer acabar com a aposentadoria. E possível?

– Liró: a aposentadoria é coisa constitucional. Para que ele acabasse com a aposentadoria, teria que violar a Constituição. O Senhor Bernardes, por mais capaz, não terá esse topete. Ele é mineiro e não mete mão em cumbuca. Irá para o Catete, se for; aparará mais os seus fraques, aumentará o numero dos seus *pince-nez* e assinará decretos de... nomeações.

– Irá mesmo? Ou será o Nilo?

la dizer “não sei”, quando um porco, subitamente, atravessou na nossa frente, de um lado para outro da estrada.

Nossos cavalos se espantaram. Liró foi ao chão; eu, porém, fiquei firme na sela.

Depois que Liró recavalgou, eu lhe disse:

– Vê tu como são as coisas. Montas muito melhor do que eu. Tua sela, à mexicana, é cheia de segurança no arção e no santantônio. Entretanto, tu foste ao chão e eu fiquei em cima da Scherazade. Como é isto?

– Não sabes de uma coisa que o povo diz por aí: mais vale quem Deus ajuda do que quem cedo madruga.

Careta, Rio, 23-7-1921.

A REVOLTA DO MAR

A última e formidável ressaca que devastou e destruiu grande parte da Avenida Beira-Mar merece considerações especiais que não posso deixar de fazer. O Mar tinham os antigos como sendo um dos cinco elementos da Natureza; do Mar, afirmam os sábios modernos, veio toda a vida. É assim o Mar um Deus tutelar da nossa espécie. Nós lhe devemos tudo ou quase tudo. Não fora o Mar, ainda a

Terra estaria muito por conhecer; ele é o meio mais eficaz de comunicação entre os povos.

Vence-se mais facilmente a mesma distância por mar do que por terra. Desde tempos imemoriais, é o campo das grandes audácias e dos grandes audaciosos.

O Mar é um Deus ou um Semideus.

Como tal, tem merecido desde os tempos homéricos o louvor dos grandes poetas. Ele é a maravilha da terra, a maior delas. Ainda agora recebo um livro de poesias -Asas no azul – de Mário José de Almeida – que abre com este lindo soneto sobre o monstro:

ÂNSIA DO MAR

*Vibra, escachoa o oceano, brame, investe
para o amplo azul – noite e dia – não cansa
a onda que na praia se destrança
e da alvura da espuma se reveste.*

*Dentro do sonho, envolto na esperança
de inda atingir a placidez celeste,
o mar se arroja, torvo se abalança
nas asas colossais do sudoeste.*

*E parece que o mar se espraia
de praia a praia, ovante ramifica
o mesmo anelo – anseio de Himalaia.*

*À noite, à luz da lua que desponta
a onda em sua fala comunica
todo o queixume que a outra prata conta.*

Mas, os grosseiros homens do nosso tempo, homens educados nos cafundós escusos da City londrina ou nos gabinetes dos banqueiros de Wall Street, onde se fomenta a miséria dos povos, não lhe quiseram ver a grandeza, o mistério e a divindade, a sua palpitação íntima. O mar, como a vida humana, não podia deixar de ser também um bom campo às suas “cavações” ou “escavações” e trataram de explorá-lo.

De há muito que ele havia marcado os seus limites com a terra; de há muito que ele dissera a esta: o teu domínio para aí e daí não passarás.

Tais homens, porém, embotados pela sede de riquezas não perceberam bem isto; e, a pretexto de melhoramentos e embelezamentos, mas, na verdade, no intuito de auferirem gordas gratificações de banqueiros, trataram de estrangulá-lo, de aterrá-lo com lama. Diziam eles que tal faziam, para tornear belos passeios, como se o mar por si só não fosse beleza.

No começo, entraram por ele adentro com timidez; ele deu uns pequenos avisos de que não deveriam continuar. Os homens de negócios não viram tais avisos; não pressentiram o que eles continham, porque não entraram no mistério das coisas. Tomaram-se de audácia e foram levando além o propósito de comprimir o mar, a fim de ganharem boas gorjetas.

O mar nada disse e deixou-os, por alguns meses, encherem-no de lama. Um belo dia, ele não se conteve. Enche-se de fúria e, em ondas formidáveis, atira para a terra a lama com que o haviam injuriado.

Careta, Rio, 23-7-1921.

MEDIDAS DE EMERGÊNCIA

Quando leio nos jornais, nas seções competentes, os projetos parlamentares que se batizaram com o nome de emergência, eu me recordo do que aconteceu com certo amigo meu, em certo dia, ou melhor: em certa noite. O meu amigo tinha encontrado um outro que viera de fora, cheio de dinheiro. Eram amigos e amigos de infância. O que chegara, transitoriamente rico, não trepidou em convidar o outro, a jantar lautamente, sem ter antes feito preceder esse jantar de abundantes aperitivos.

Quando julgaram que, de aperitivos, já tinham farmacêuticamente chegado ao *quantum satis*, foram a um bom restaurante e meteram-se no “grude” a valer, regando tudo com bons vinhos. Acabado o jantar, empavesaram-se de charutos caros, tomaram um automóvel e foram dar a clássica volta da Gávea. Chegados à cidade, meteram-se num chope, porque não se pode imaginar que haja alguém que vá a teatro no Rio de Janeiro.

Nele, estiveram até à uma hora da madrugada. Despediram-se. O meu amigo dirigiu-se para a sua casa, na Aldeia Campista. Já passava da Praça da Bandeira, quando lhe deu não sei que dor no baixo ventre. Quis fazer-se estóico e pensou que a dor não existe. Mas, teve a dolorosa experiência de verificar que essa espécie de dores no baixo ventre existem e são terríveis. Saltou e tratou de ver se havia por aí um terreno baldio e discreto, onde pudesse escovar aquela dor renitente. Em vão. Tudo, quer de um lado, quer do outro, era um sempre

fechado de casas. Como havia de ser? Não teve tempo de recordar-se do *that is the question*. As ceroulas lhe ficaram um tanto mais pesadas e ele reconheceu que a natureza havia resolvido a *question* com uma bela medida de emergência. Seguiu para casa aligeirado, sem dores, mesmo sem medo de salteadores; e no dia seguinte, após um bom banho, ria-se, interiormente satisfeito, por conhecer tão deliciosa medida de emergência.

Ele me contou isso, mas não posso aconselhar ao Brasil que faça o mesmo, pois um país é um país e não tem dessas dores. Entretanto, vou lembrar algumas que podem ser úteis para as dores que torturam atualmente a nossa pátria, depois do regabofe ou regabofes do rei Alberto:

- a) Suprimir Carlos Sampaio;
- b) Destruir todas as plantações de café;
- c) Confessar-se a última potência do Universo;
- d) Alugar uma casa nos subúrbios para o seu presidente e vender todos os seus palácios;
- e) Jogar num bilhete da loteria de Espanha;
- f) Acabar com Pires do Rio e Arrojado Lisboa.

Com essas e algumas mais complementares, estou certo de que o Brasil, tal e qual o meu amigo, irá para casa, aligeirado, sem dores e, no dia seguinte, nem mesmo precisará tomar um banho frio, para se sentir aliviado.

Careta, Rio, 30-7-1921.

O CONDE E O VISCONDE; DOIS GENEROSOS

Jamais, desde aqueles memoráveis dias em que, na minha meninice, estudei história, deixei de me lembrar daquela ateniense que votava pelo ostracismo (banimento) de Aristides porque estava cansado de ouvir chamá-lo de justo.

Muito depois de aprovado, ainda ia procurar o meu João Ribeiro, História Antiga (Oriente e Grécia), para lá ler a anedota histórica. Eis como o sábio professor a narra:

“Conta-se que durante a votação popular (para o banimento) um cidadão que não sabia ler nem escrever, pediu ao próprio Aristides, a quem não conhecia, que escrevesse o seu voto. – Mas, Aristides ofendeu-te? – Não, replicou o votante. Mas estou cansado de ouvir chamá-lo de justo.”

Muitas coisas graves, interessantes e pitorescas andei aprendendo; mas, de todas elas, uma das que mais profundamente ficou-me gravada no cérebro foi essa anedota.

Quando vejo por aí toda a gente a dizer que fulano é justo, é sério, é virtuoso, é santo, não fico cansado para bem dizer, mas espero um dia para apeá-lo do nicho e, se for ainda capaz de arrependimento, fazê-lo ajoelhar-se e penitenciar-se da sua “homenagem à virtude” (vide La Rochefoucauld).

Há nesta cidade dois homens conhecidíssimos por muitos motivos, um dos quais não é certamente as grandes fortunas de que são possuidores. Um é o conde da Pátena e o outro é o visconde de Loques. Um, é político brasileiro; o outro, não o é nem português, por economia.

Ambos são tidos como homens de grande coração, generosíssimos.

Antigamente, não entrava ninguém num veículo que não ouvisse, a um canto, dizerem:

– Oh! O Pátena! Aquilo sim é que é homem! Ele olha para a pobreza; ele atende aos pequeninos. Veja você só! Quando ele esteve na construção do túnel daqui para Niterói, quanta gente ele empregou? Era só chegar a ele e pedir.

– Mas, Castrioto, a verba estourou e muita gente ainda está para receber dinheiro.

– Que tem isto? Ele, ao menos empregava... O doutor Pátena não sabe dizer “não”. É um coração!

– De fato – eu observei – quando o conde Pátena se põe à testa de um importante serviço público, as verbas não chegam nunca para pagar empregados e para *faire marcher l’argent*, até às algibeiras dos camaradas. É um mãos-abertas... Torna-se logo suntuosamente generoso com o dinheiro dos... cofres públicos. Os amigos do peito, arruinados ou pobres de origem, enriquecem em meses; e não há pobre-diabo que não consiga, quando Pátena está na ponta, arranjar com ele um emprego em que ganhe seis mil-réis por dia, para “engabelamento” da sua miséria, durante seis meses.

Um outro milionário que gozava de igual fama, era o visconde de Loques. É uma figura curiosa. Os seus começos modestos, mesmo humildes, deram-lhe o hábito de usar um único fraque até esfarelar-se. Há uma anedota, naturalmente fantástica, que diz não ser permitido no Banco de Inglaterra espanarem-se as teias de aranha. Elas são a felicidade da casa...

O visconde só muda de fraque quando este chega a fiapos. É tradição e segurança, de sua fortuna e prosperidade. Ele tem meia centena de milhares de contos; mas não compra dois fraques...

A fama no seu bom coração corria a cidade. Havia uma porção de anedotas a tal respeito.

De manhã, diziam, o visconde quando chega de Paquetá, só na ponte das Barcas distribui mais de cem mil-réis de esmolas. E isto todos os dias!

Certa manhã, depois de ter notivagado a noite, fui apreciar o espetáculo.

Pus-me ao lado e talvez com a secreta vontade de lhe pedir também uma espórtula. Juvenal subia o Esquilino, pela manhã, embrulhado em trapos, curtindo frio, para mendigar alguns sestércios aos poderosos senadores de Roma...

Fui apreciar, dizia eu, o espetáculo. Lá estavam a postos os clientes do visconde. Eram vinte ou trinta.

Havia de tudo: um resumo do nosso povoamento.

Ei-lo que chega. Atravessa verdadeiramente por uma ala. Dá uma moeda pra cá, dá outra pra lá; e vai-se.

Aproximam-se do lugar onde estou, dois clientes do visconde.

Pergunta um ao outro:

– Quanto ele te deu?

– Um cruzado. E a ti?

– Duzentos réis. Foste mais feliz do que eu.

Calcule. Na média, trezentos réis a cada um; são trinta, no máximo: logo – nove mil-réis. Eis aí em que ficaram os cem mil-réis diários!

Ainda assim havia mais generosidade no visconde que no conde. Aqueles nove mil-réis eram dele, do seu bolso; e a magnificência do conde era à custa alheia, à custa do país.

Passaram-se anos; os aluguéis de casa sobem pavorosamente e só ouço, nos trens, nos bondes, nos cafés, queixas contra os senhorios, principalmente contra o visconde e o conde que são grandes, senão os maiores proprietários na cidade:

– Você já viu?

– O que?

– Aquele sorna do visconde, logo de assentada, aumentou-me o valor do aluguel de um terço – veja você só.

– Ué! Dizem que ele é tão bom de coração...

– Vá atrás dele!

Mais adiante escuto:

– Não voto mais nesse malvado.

– Em quem?

– No Pátana.

– Porque?

– Aumentou de repente o aluguel de minha casa de quarenta por cento.

– É coisa! Entretanto, ele é bom...

– Pro fogo!

Diante disto, continuo ainda a lembrar-me daquele ateniense que bania Aristides por estar cansado de ouvir chamá-lo de justo. Há muito tempo, já teria eu banido esse visconde e esse conde, por estar cansado de ouvir chamá-los de generosos. E eu tinha razão, como estão vendo.

Careta, Rio, 6-8-1921.

BOTAFOGO E OS PRÓ-HOMENS

De uns tempos a esta parte – e isto só data dos meados da república – tomou-se dos nossos dirigentes e mais magnatas uma vaidade singular: a vaidade de Botafogo e adjacências. O resto do Rio não existe; mas paga imposto. O Rio é Botafogo; o resto é a cidade indígena, a cidade negra.

Não merece a mais simples mirada...

Um cidadão lembra-se que nós não temos um Chantilly, um Epson, um Palermo, isto é, um prado de corridas *comme il faut* – logo ele aventa a idéia ao governo construí-lo, como se fosse coisa de utilidade geral, e concomitantemente indica o local: o Leblon – um areal!

Pobres cavalos! Tão delicados... Um outro quer um jardim zoológico. O governo deve construí-lo; mas onde? Na Rua Voluntários da Pátria. Que idéia! Parece ironia...

Os provincianos que nos dirigem, muito são culpados desse rastaquerismo ultrabobo. Quando eles cavam um passe lá nos seus Estados e embarcam para o Rio, vêm fascinados, pois já sonharam com Botafogo desde a meninice. Para eles, não há nada como Botafogo, a não ser Petrópolis; e são eles que, nos jornais e nas suas peças de cordel, exaltam as pulhices botafoganas, afetam desprezo pelos outros bairros, onde quase proclamam não haver família, nem moralidade algumas. Verdadeiros zungas... Dessa forma, sem querer, ele animam os especuladores a embelezar areais à custa dos cofres públicos organizando uma verdadeira jogatina com os preços dos terrenos das restingas que eles compraram por dez réis de mel coado.

Os lamentáveis conflitos que se vêm dando entre estudantes e o pessoal da Light, por causa de passagens, para a Praia Vermelha, é uma consequência dessa bisonha e fútil mania por Botafogo.

Uma cabeça de algum senso que não estivesse entupida com frases de alfarrábios soporíficos e tivesse uma verdadeira visão e consciência da responsabilidade da direção de qualquer coisa, não iria pôr uma escola frequentada por mais de mil rapazes, num recanto afastado da cidade, servido por uma única linha de bondes, de passagens caras, só porque esse recanto fica para as bandas de Botafogo!

Um estabelecimento, mais ou menos sustentado pelo Estado, em tudo, tem por escopo primordial servir ao maior número de cidadãos; e a sua situação devia obedecer a esse critério, o que levaria a ser o seu edifício erguido em lugar o

mais central possível da cidade. Entretanto, a botafogana vaidade dos que mandam nessa joça, foram colocá-lo numa das portas da metrópole, cujo acesso em bondes é relativamente desperdício para as bolsas médias, e ninguém protestou. Daí, os conflitos.

Querem saber de uma coisa? No Brasil, tudo é possível.

Quando a vaidade toca os nossos homens de governo, eles estão dispostos a fazer as maiores tolices.

Ainda devemos dar graças a Deus que tenham posto a Faculdade de Medicina na Praia Vermelha; podiam muito bem edificá-la em Petrópolis.

Careta, Rio, 6-8-1921.

A PESCARIA

O Jorge era, apesar de boêmio, um bom chefe de família. A sua mulher que lhe sabia cavalheiro e bom marido não se importava absolutamente com as suas extravagâncias. Eles viviam na maior paz e harmonia. Chegasse ele às dez, às onze ou às quatro horas da madrugada, a recepção era a mais cordial possível.

Um dia pela semana santa, isto é, na quinta-feira da Paixão, Jorge chegou em casa e disse à mulher:

– Eugênia, amanhã vou pescar e você me acorde cedo. Da. Eugênia recebeu a recomendação com todo o carinho e, no dia seguinte, logo pela manhã, pela madrugada, despertou o marido.

Jorge saiu lépido e contente com o prazer que ia dar à cara-metade.

Em chegando ao primeiro botequim, porém, abancou e pôs-se a beber. Comer e beber, a questão é começar; e ele tinha começado e continuou.

Quando chegou aí pelo meio dia, lembrou-se da pescaria que tinha prometido à mulher.

– Como havia de ser? pensou ele de si para si.

A canoa e os companheiros já deviam ter partido, e precisava levar os peixes.

Entrou em uma confeitaria e comprou camarões, postas de peixe, siris, ostras, etc.

Tomou o bonde e foi para casa. Entregou os embrulhos à mulher e foi dormir, tão cansado estava da pescaria. Às cinco horas, da . Eugênia veio-lhe despertar:

– Jorge! Jorge! Vem jantar.

Ele ergueu-se e foi para a sala de refeições. Quando lá chegou e viu aqueles primores de confeitaria, perguntou à mulher:

– Que diabo é isso? Estamos em piquenique? A mulher acudiu:

– Isto é a pescaria que tu fizeste!

Careta, Rio, 13-8-1921.

VEJAM SÓ

Sobre a regulamentação do jogo muito se há escrito, antes e depois da passagem da lei que estabeleceu semelhante medida.

Não segui tais escritos porque não me interessavam. Sempre se jogou aqui e em toda parte, de alto abaixo; é uma paixão, o jogo, que não pode ser combatida. Fingir que ela desaparece só porque a lei a proíbe, é refalsada hipocrisia. Isto têm sido dito muitas vezes; mas convém repeti-lo mais

O que, porém, me tem causado espanto, é o número avultado de clubes que se tem habilitado perante a lei, para funcionar e, conseqüentemente, o número de fiscais respectivos nomeados.

Não se podia acreditar que houvesse tanta gente que jogasse, a ponto de poder sustentar tantas casas de jogo.

Verifiquei pela leitura dos jornais que não é só todo o Rio de Janeiro que joga, mas também todo o Brasil.

Entretanto dizem que isso é vício de quem tem dinheiro, donde se conclui que o Brasil é país rico. Até agora se sabia que era rico em produtos naturais; hoje se sabe que o é também em dinheiro de contado.

Outra coisa que se nota nessas noticias é o nome desses clubes.

Em geral, eles têm nomes pomposos em inglês, em francês, em turco e em chinês. Creio que assim eles disfarçam um pouco o vício.

Chamando-se *Aplomb Club* a roleta ou o dado ficam mais virtuosos; é como aquele sujeito que não se julgava bêbedo porque não se embriagava com parati, mas sim com Pommery.

Entretanto, apesar desse luxo de nomes, encontrei um com título mais modesto. Chama-se – *Club Saia Fora do Bloco*; e é na Rua do Ouvidor! Vejam só!

Careta, Rio, 20-8-1921

DECLARAÇÃO NECESSÁRIA (O CASO DOS 250 CONTOS)

Restituído à paz tranquila de meu lar, confortável pela inquebrantável solidariedade dos meus amigos, tanto os de fora como os de dentro, homens honestos e ativos, mais ativos e honestos do que os agentes, delegados, promotores e juízes que me prenderam, me inquiriram, me acusaram e me julgaram, cumpre-me, como dever primordial, agradecer a todos que acreditaram na minha afamada honestidade, desde o negócio do “Fé em Deus” até o momento atual. Pretendo, muito em breve, explicar a esses dedicados amigos, “externos” e “internos”, como sou proprietário, e me faço de lord nos prados de corridas, como gasto contos e a grito de níqueis executo outras grandes proezas monetárias.

O juiz que me julgou sem culpa no cartório, é um doutor formado e sabe as coisas de leis, de exceções, de incompetência, de Carrara, de Story, de Alberto Beaumont, etc; e sempre esperei que ele procedesse como procedeu.

Se fosse o júri que me inculpasse, composto de cidadãos que não estudaram, leis e textos esotéricos de matéria criminal, os jornais cairiam em cima do julgado e diriam cobras e lagartos do tribunal popular; e o Instituto de Advogados, no intuito de moralizar a Justiça e arranjar mais empregos para bacharéis, deitaria uma lengalenga pelos jornais, com citações de juristas chineses, hindus e alemães, para pedir a supressão da malsinada instituição que absolve; mas... foi um juiz togado. E, sendo assim, a minha inocência não tem nenhuma eiva e não merece a mínima censura. Ela é tão justa como se fosse decretada pela própria Têmis, como me disse o doutor Aristóteles, no pretório. Resta-me continuar a minha sã e honesta vida, tão necessária à falta de numerário de que se queixam os bancos e certos financeiros.

Continuarei, portanto, a tocar guitarra porque, italiano de nascimento, amo muito a música; e, sendo do sul da Itália, durante muito tempo ocupado pelos

espanhóis, a música de lá tem, quer nos instrumentos empregados, quer no ritmo, muito do gosto castelhano. A “guitarra” é, como se sabe, instrumento preferido pelos espanhóis e seus descendentes, entre os quais se incluem “os chilenos”.

Finalizando, posso dizer que agora, só aguardo o paraíso e ser beatificado pelo Papa. Vou, como já disse continuar a agir e a tocar “guitarra”, nas horas vagas, seja no Catete ou na Saúde – enfim, em qualquer lugar; e, quanto ao resto, o sereno julgamento do futuro, auxiliado pela fortuna por mim acumulada, durante tantos anos, de trabalho ímprobo, tapará a boca dos meus desafetos, dos meus detratores e dos invejosos das minhas habilidades na “guitarra”, donde tiro sonoridades áureas – coisa que não é para qualquer.

Hercílio Pigatti da Câmara Ferreira.

(Transcrevemos dos “apelidos” do A Virtude, diário religioso desta capital).

Careta, Rio, 1-10-1921.

ESTUPENDO MELHORAMENTO

É bem possível que, sob o governo desmontador do senhor Sampaio, os serviços da prefeitura não tenham progredido ou desempenhado o papel normal que lhes cabe; mas, uma outra iniciativa não se pode negar a esse iluminado prefeito que está aí, homem ultrapoderoso que até desafia, com a sua engenharia de máquinas de lama, as fúrias do oceano.

Em matéria de higiene, só lhe resta, ao que parece, a Assistência Pública Municipal que, graças a Deus, ainda continua a ser uma instituição benemérita, muito pouco oficial, pela sua presteza e solicitude. Dou disto testemunho pessoal, pelo menos no que toca ao posto do Méier.

Em matéria de obras, o serviço da prefeitura é valorizar as areias de Copacabana e adjacências e bater-se contra os furores de indignação do mar sem fim e sem amo.

Em matéria de instrução é que se abre uma exceção e, também, onde não se pode negar ao atual prefeito, uma útil iniciativa, como já notei mais atrás.

Todos os prefeitos do Distrito Federal (que nome horrível!) sempre se voltaram para a instrução pública: uns, construindo edifícios para escolas; outros, instituindo estabelecimentos de ensino profissional; outros, lembrando a

criação de escolas noturnas para adultos ou para crianças; um outro, muito sabiamente, o maior, aboletou numa escola, que não cabia duzentos, mil e quinhentos alunos. O doutor Sampaio fez coisa mais extraordinária: de um dia para outro, decretou que todas as crianças pobríssimas, tais são as que comumente frequentam as escolas públicas soubessem pronunciar francês. Disraeli nunca o soube bem; Diz que, teoricamente, o sabia como ninguém, segundo Gaston Paris, tinha dificuldades em falá-lo desembaraçadamente; mas – como são as coisas desta terra e o quanto pode um *ukase* do ultrapoderoso doutor Sampaio! – as crianças do Rio de Janeiro, num instante, aprenderam-no logo e cantaram magnificamente o hino belga, em coro, caindo de inanição, de sede e insolação, na Quinta da Boa Vista. Contam que o Rei Alberto, que recebia a estranha homenagem, dissera, ao ouvi-las:

– Quando cantado, o português se parece muito com o francês.

O municipal poliglotismo infantil não ficou só nisso. A idéia do senhor Carlos Sampaio proliferou. Há dias comemorou-se o sexto aniversário da morte de Dante; e, conforme li nos jornais da ocasião, os meninos e meninas das escolas públicas iriam cantar, em italiano, um hino ao altíssimo poeta.

Vai ou não vai em marcha, a idéia sampaiana?

A petizada dos colégios municipais, nesse andar, acaba falando ou cantando todas as línguas do Globo; e é de esperar que quando vier aqui o imperador dos maoris, ela saiba também entoar o lindo hino, da terra de tais antropófagos, o Pihé, que diz assim:

*Papa ra te wati tidi
I dounga nei..*

Um tão estupendo melhoramento municipal, pelo que lhe somos eternamente gratos, devemos a iniciativa do senhor Carlos Sampaio. Que homem viajado!

Careta, Rio, 1-10-1921.

A LÓGICA DO MALUCO

Estes malucos têm cada idéia, santo Deus! Num dia destes, no Hospital Nacional de Alienados, aconteceu uma que é mesmo de se tirar o chapéu. Contou-me o caso, o meu amigo doutor Gotuzzo, que me consentiu em trazê-lo a público, sem o nome do doente – o que farei sem nenhuma discrepância.

Havia na seção que esse ilustre médico dirige, um doente que não era comum. Não o era, não pela estranheza de sua moléstia, uma simples mania, sem aspectos notáveis; mas, pela sua educação e relativa instrução. Com bons princípios, era um rapaz lido e assaz culto. Fazia parte até da Academia de Letras da Vitória, Estado do Espírito Santo, onde residia – como membro extraordinário, em vista ou à vista de vaga, isto é, membro externo, ou de fora, que espera a primeira vaga para entrar. É uma espécie de acadêmico muito original que aquela academia criou e que, embora se preste à troça, lembre coisas de bebês, de cueiros, do Manequinho da Avenida, e outras muito pouco elegantes, oferece, entretanto, efeitos práticos notáveis. Atenua a cabala nas eleições e evita as sem-vergonhices e baixezas de certos candidatos. Lá, ao menos, quando há vaga, já se sabe quem vai preenchê-la. Não é preciso mandar organizar um livro, as pressas...

A denominação, na verdade, não é lá muito parlamentar; a academia capixaba, porém, a perfilhou, depois de proposta pela boca de um dos mais insignes beletistas goianos que nela têm assento.

O doente do doutor Gotuzzo, como já disse, era membro de fora da academia capixaba; mas, subitamente, com a leitura dos Comentários à Constituição, do doutor Carlos Maximiliano, enlouqueceu e foi para o hospital da Praia das Saudades.

Entregue aos cuidados do doutor Gotuzzo, melhorou um pouco; mas, tiveram a imprudência de lhe dar de novo, os tais Comentários e a mania voltou-lhe. Como ele gostasse do assunto, o doutor Gotuzzo mandou retirar do poder dele a profunda obra do doutor Maximiliano e deu-lhe a do senhor João Barbalho. Melhorou a olhos vistos. Há dias, porém, teve um pequeno acesso; mas, brando e passageiro. Tinha pedido ser levado à presença do alienista, pois queria falar-lhe certa coisa particular. O chefe da enfermaria permitiu e ele lá foi ter, na hora própria.

O doutor Gotuzzo acolheu-o com toda a gentileza e bondade, como lhe é trivial:

– Então, o que há, doutor?

O doente era como todo o brasileiro, bacharel em direito ou em ciências veterinárias; mas pouca importância dava à carta. Gostava de ser tratado de capitão – coisa que não era nem da defunta guarda nacional, sepultada, como tantas outras coisas, apesar da Constituição. Apareceu calmo e sentou-se ao lado do alienista, a um aceno deste. Interrogado, respondeu:

– Preciso que o doutor consinta que eu vá falar ao diretor.

- Para que? Para que você quer falar ao doutor Juliano?
- É muito simples: quero arranjar um emprego. Dou-me muito com o doutor Marcílio de Lacerda, senador, que foi até quem me fez membro de fora da Academia da Vitória; e ele, naturalmente, há de se interessar por mim.
- Escreva ao doutor Marcílio que ele virá até aqui.
- Não me serve. Quero ir até lá; é muito melhor. Para isso, preciso licença do doutor Juliano.
- Mas, meu caro, não adianta nada o passo que você vai dar.
- Como?
- Você é doente, sua família já obteve a interdição de você – como é que você pode exercer um cargo público?
- Posso, pois não. Está na Constituição: “os cargos públicos civis, ou militares, são acessíveis a todos os brasileiros”. Eu não sou brasileiro? Logo...
- Mas, você...
- Eu sei; mas as mulheres não estão sendo nomeadas? Olhe doutor: mulher, menor, louco ou interdito, em direito têm grandes semelhanças.
- Tanto insistiu que obteve o consentimento para ir falar ao eminente psiquiatra. O doutor Juliano Moreira recebeu-o com a sua inesgotável bondade que, mais do que o seu real talento, é a dominante na sua individualidade. Ouviu o doente com calma, interrogou-o com doçura e respondeu ao pedido dele:
- Por ora, não consinto, porquanto devo antes pedir, a esse respeito, as luzes de um qualquer notável consultor jurídico.

Careta, Rio, 8-10-1921.

O FABRICANTE DE DIAMANTES

Conhecem os senhores naturalmente o grande escritor inglês -Wells. Certamente, que sim. É hoje riquíssimo com o produto dos seus livros curiosos e próprios; mas teve começos bem difíceis. Foi caixeiro de uma casa de fazendas; foi professor de colégios vagabundos; publicou livros de fancaria; mas a sua

alma, tal qual se revela na sua variada obra, da qual conheço uma pequena parte, ficou sempre cheia de ironia dolorosa, de sonho, de piedade e de sentimento do infinito. Ele tem um conto – O fabricante de diamantes (*The diamond maker*) que os franceses traduziram com o título – *La Folie du diamant*, – de cuja tradução me sirvo aqui, onde se encontram profundos ensinamentos morais para quem quer seguir honestamente uma idéia. É mesmo uma fábula.

Trata-se de um rapaz que, tendo adquirido conhecimentos de física, química e mineralogia, encasqueta-se-lhe na cabeça que há de fabricar diamantes.

Ele conta ao próprio Wells ou a alguém por este a sua dolorosa história, nas proximidades da ponte de Waterloo, em Londres, de noite, dentro de uma “obscuridade indulgente” que os furta de ver a sujeira do Tâmsa. São desconhecidos que se encontram no banco do cais. Trocam frases banais e o procurador de Wells, que a princípio não queria atendê-lo, acaba conversando com o estranho personagem longamente.

Tinha este um aspecto fino e não era feio, embora estivesse muito pálido e manifestasse miséria. Estava sujo, barbado e cabeludo.

Tudo levava a crer que ele exercia uma modesta profissão, por isso, quando ele diz ao seu interlocutor que se deve atirar tudo fora, nome, fortuna, posição, contanto que não se renunciasse à sua ambição, o espanto que causa a Wells, ou a seu procurador, é extraordinário. Se ele renunciasse à realização de sua idéia, para não sacrificar a sua existência material, não teria durante toda a vida senão remorsos. Pouco a pouco. então, ele conta a sua história. Mostrou ao outro, em primeiro lugar, um verdadeiro seixo que tirou de um “breve” pendurado no pescoço.

– Sabe o que é isto? fez ele passando a pedra ao outro. Este reconhece na tal espécie de seixo alguns sinais de diamante bruto, mas, cheio de dúvidas, à vista da miséria do portador, pergunta:

– Você o achou?

– Não; eu o fabriquei.

O espanto do representante de Wells cresce e insiste na pergunta:

– Como e onde você o achou?

O estranho industrial responde com toda a firmeza:

– Eu o fabriquei.

Para não alongar, salto muitos detalhes, como já saltei outros, e resumo a história. O industrial de gemas preciosas, tendo os conhecimentos a que já aludi, e a idéia na cabeça, com uma pequena fortuna, pôs-se resolutamente a tornar o seu sonho realidade.

Comprou instrumentos, aparelhos, etc.; mas, bem depressa, as suas experiências devoraram uma boa parte dos seus bens. Resolveu diminuir os seus gastos pessoais, para empregar tudo o que pudesse na execução de sua idéia. Ele trabalhava só e às escondidas, a fim de que ninguém pudesse participar dos lucros que a sua indústria havia de dar, por certo. Talvez houvesse outros motivos...

Desde os dezessete anos, e estava ele com trinta e dois, que havia estudado as condições de fabricação do diamante. Tendo achado o processo seguro de fabricá-lo, não podia renunciar fazê-lo. Estava na maior miséria quando achou os meios necessários para obter um diamante de verdade e não pó ou cristais microscópicos, como vários sábios tinham já obtido. Mas, para obter um diamante de tamanho razoável, era preciso tempo, fator indispensável com que se deve contar para a cristalização. Calculou em dois anos o tempo necessário para realizar o que queria. Tinha que ter o forno aceso dia e noite; estava sem recurso algum. Que fazer?

Então ele conta a sua triste odisséia:

“Não posso dizer-vos todos os expedientes a que fui reduzido enquanto fabricava diamantes. Vendi jornais, vigiei cavalos, abri portões. Durante semanas fiz recados. Fui empregado como ajudante de um vendedor ambulante, que possuía uma carrocinha de mão e eu apregoava a mercadoria, etc., etc.”

Chegou até a mendigar, para comprar combustível, com que alimentasse o fogo do seu forno mágico.

Afinal, um belo dia, quebra o cadinho e encontra diamantes. Quer vendê-los, mas ninguém acredita que sujeito sujo possa possuir diamantes e muito menos fabricá-los. Quando tenta fazer negócio, logo os mercadores julgam que se trata de um ladrão e fazem gestos expressivos de que vão chamar a polícia. Ele foge e, assim, leva errabundo, sujo, esfomeado, a vagar pelas ruas de Londres, maltratado por todo o mundo, com uma riqueza dependurada no pescoço.

Wells não nos diz, mas eu creio que, se ele não deu para ser assíduo frequentador das *public houses*, atirou-se ao Tâmis.

Mas, digo eu agora: para que esse maluco foi ter uma idéia sua aos dezessete anos e trabalhar sozinho?

A.B.C., Rio, 26-11-1921.

O PRÉ-CARNAVAL

Entrou o ano, entrou o carnaval; e acontece isto por este Brasil em fora. O carnaval é hoje a festa mais estúpida do Brasil. Nunca se amontoaram tantos fatos para faz-la assim. Nem no tempo do entrudo, ela podia ser tão idiota como é hoje.

O que se canta e o que se faz, são o supra-sumo da mais profunda miséria mental.

Blocos, ranchos, grupos, cordões disputam-se em indignação intelectual e entram na folia sem nenhum frescor musical. São guinchos de símios e coaxar de rãs, acompanhados de uma barulheira de instrumentos chineses e africanos.

Na noite de 31 último, houve, como sempre, um carnaval preliminar que anuncia com muita precedência o que será o carnaval grande, na época própria. Isto aqui, em Niterói, em Belo Horizonte, em Cuiabá, etc., etc.

Os ranchos, os blocos, os grupos e os cordões saem de suas furnas e vêm para o centro da cidade estertorar coisas infames a que chamam “marchas”. Os jornais estão a postos e até põem redatores de sobressalente, para registrar nomes dos diretores e outros dados importantes do bloco, do rancho, do grupo e do cordão que possam interessar os seus leitores. Um nome sair no jornal que é, em geral, coisa difícil, nesses dias é fácil. Basta que o seja do “caboclo” do cordão Flor de Jurumbeba.

A versalhada é publicada; e que versalhada, santo Deus!

Pior que a dos loucos dos hospícios.

Vejam esta só:

ESTRELA DE OURO

Estrela, hô, minha estrela!

*Estrela minha guia!
Azul, encarnado e amarelo
Que aqui na terra brilha.*

Fresca estrela que brilha na terra e é azul, “encarnado” e “amarelo”!

O Aldo carnavalesco vai nos explicar a história. Ei-la:

*Eu vi estas três cores
Num paraíso de flores
Por elas meu bem
Eu vivo tão cheio de amores
Vem.... Dolores.*

Esta versalhada é de Niterói; e, se na minha cidade se canta isso em público, tudo leva a crer que lá não há polícia de costumes. Só o final...

Mas outros carnavalescos entusiastas formaram um “bloco”, denominam-no do “Nó” e vêm mostrar aos jornais o seu saber poético. Logo na primeira estrofe do seu hino, que chamam “marcha”, denunciam que são candidatos ao primeiro prêmio de reclusão mental que em geral todos eles disputam. Leiam com cuidado esta belezinha:

Seu Fulgêncio coronel

*Eis aí o Bloco do Nó
Sempre firme no papel
De trazer alegria e só
Mas a granel.*

É longa a tal marcha, por isso a não transcrevo toda aqui. Quando acabei de lê-la, tive vontade de correr à casa do autor dela e perguntar-lhe, como aquela leitura a que Mark Twain alude, no Como me fiz redator de um jornal de agricultura; tive vontade de correr à casa do autor da marcha, como ia dizendo, e perguntar-lhe uma, duas, três, quatro, dez, cem vezes: foi o senhor mesmo quem escreveu isto?

Não o faço, porém, porque temo que o sujeito fique indignado, imaginando que o tenho por plagiário e até me sove à vontade.

Julgo-o capaz disso, porque, além de carnavalesco, é do *football* também.

Enfim, a leitura dessa pasmosa literatura carnavalesca, só nos pode levar a uma conclusão; é que a mentalidade nacional enfraquece e o próprio gosto popular se oblitera, em querer perder a sua espontaneidade e simplicidade.

Seja tudo pelo amor de Deus!

Careta, Rio, 14-1-1922.

CARNAVAL E A ELEIÇÃO DO “BAMBÃ”

Este ano houve singulares acontecimentos no calendário republicano que coincidiram extremamente com um acontecimento do calendário eclesiástico: o aniversário da promulgação da atual Constituição quase foi no sábado de carnaval e a este se seguiu a data marcada para a eleição do presidente desta nossa venturosa república, cuja única prova de existência tem sido aumentar impostos, enriquecer mais os ricos e empobrecer ainda mais os pobres. De forma que, pelos signos dos tempos, a Magna Carta, como se diz em artigo de fundo, é prefácio do carnaval; e o “bambã” é escolhido em quarta-feira de cinzas, dia de grande amolecimento de corpo, dores de cabeça, vômitos, etc.

O caso não tem nada que ver com o fundo dos fatos políticos que se vão passando, porque nem que ele não se desse a observação diz que é geral, mesmo quando não esteja no decreto republicano e nos cálculos dos astrônomos das festas móveis da Igreja.

A Constituição, pela sua gravidade, pela sua austeridade, é a figura sisuda da honestidade burguesa com grandes palavrões de moralidade política e administrativa, com sábios constitucionalistas, tribunais, quase divinos, ao lado.

Depois, o que é, quando se trata de eleger num país de paz? Um “carnaval” com todos esses senhores austeros de tribunais e juízes, de constitucionalistas e jornalistas eminentes, pondo a máscara da Constituição abaixo e colocando aquela que lhes vai bem, de difamar, de infamar, de espionar e de falsificar.

Levam um tempo enorme representando o que não lhes é natural, para depois, durante a farra da campanha eleitoral, pôr nas faces as suas verdadeiras máscaras de almas sem sinceridade, sem pudor, que não trepidam em empregar os mais torpes processos de compressão, corrupção, ameaça, para arranjar um lugar de guarda de armazém, de embaixador ou de camareiro com o vencedor ou os seus prepostos.

Durante as momices eleitorais, trocam os tratos mais sórdidos, batalham-se com seringas de líquidos imundos, embriagam-se de injúrias: e as suas próprias mulheres, amantes, filhas e irmãs correm seminuas pelas reuniões públicas, com a pele mosqueada aos ombros, a gritar: “Evoé, Baco!

Que é que elas querem? Que os seus maridos, amantes, pais e irmãos arranjem alguma “coisa boa” com o que for eleito.

Chega a quarta-feira de cinzas, dia de eleição, lá vão os homens, e, bem cedo, as mulheres, para o “colégio”.

Vão contritos, compungidos, a pensar se aquele sacrifício todo de pudor, de honestidade e de dignidade valeu a pena.

Memento homo...

Sai o resultado; é uma decepção para muitos: o seu candidato foi completamente derrotado.

Pensam logo em outras manobras fraudulentas, para ver se “o põem” lá em cima. Agora, porém, não é mais um carnaval: é uma plácida “Quaresma” de contagem de votos e argumentação de leis eleitorais.

Não há esgares, nem trejeitos, mas atitudes blandiciosas e lagrimosas de advogado de júri. É a “apuração”. Chega afinal o “reconhecimento”; é a Semana Santa, a que não faltam a procissão de enterro e o sermão de lágrimas. Chega a Aleluia; e os que sobem aos céus, repicam garrafas de *champagne* e mesmo os cálices de parati. Os outros, porém, se preparam para o novo carnaval eleitoral, etc., etc.

E assim a política: um carnaval, precedido de coisa séria e que devia ser sucedido por outras sérias; mas... toda gente sabe bem o que elas sejam.

A coincidência de datas desta psicologia da política brasileira!

Nem sempre se medita à toa sobre as datas das folhinhas de desfolhar e almanaques, quaisquer...

Careta, Rio, 4-3-1922.

PAULINO E O “MAFUÁ”

– Você não sabe, Segadas, este negócio de “mafuá” é um flagelo.

– Como? É uma coisa religiosa, abençoada pela igreja...

– Eu conto a você. Moro em Todos os Santos, há muitos anos. Naturalmente todos nós, os da minha família, terão conhecimentos e relações. Damo-nos e trocamos favores. Até aí está muito direito, porque isso é cristão e humano. Há meses minha irmã recolheu à nossa casa um pequeno muito pobre e humilde. Embora seja eu nominalmente chefe da casa, não fui consultado nem cheirado; mas concordei que era obra de caridade e uma obra de caridade não se censura. O pequeno veio tímido; mas, com os dias e graças à bondade com que era tratado, ganhou confiança e ficou sendo o ai-jesus da casa. Níquel daqui e níquel dacolá, ele ajuntava para ir ao cinema no Méier. Não havia mal nisto e nós gostávamos até do prurido de economia que ele denunciava. Eu cá dizia comigo: “É assim que se começa; ele economiza para o cinema e mais tarde economizará para os filhos. A economia é a base da prosperidade, sentença que está nos vinténs e, por estar em tão reles moeda, ninguém a cumpre”. Neste último carnaval, porém, tive prova que essa história de economia é uma parvoíce. Contra a economia estão armadas, uma porção de alçapões que a simplicidade do povo não vê e cai neles com uma facilidade assombrosa. Um deles é o “mafuá”. Paulino, sem consentimento de minha irmã, sai de casa para o “mafuá” do Engenho de Dentro. E preciso notar que ele é uma criança de nove anos. O “mafuá” estava em sessão permanente. Funcionava dia e noite; tinha até um salão de baile, cuja entrada custava simplesmente mil-réis. O povo o chamara, ao salão, “parque das cabras” – não sei porque. Pois Paulino lá foi e jogou os dois mil e tantos que tinha, no “jaburu” do tal “mafuá”.

– Daí? perguntei.

– Daí é que o jogo não deve ser permitido a menores, mesmo que se trate de edificação de igrejas.

Careta, Rio, 11-3-1922.

BILHETE

Ao senhor Jacinto Guimarães, caro amigo.

Depois que aprendi com o doutor Denis Júnior, homem de imprensa e de guerra, que andou armado com um canivete, parecido com uma espada, na

qualidade de tenente de um “tiro” qualquer, dei na mania de escrever “bilhetes”.

Nunca conheci o excelentíssimo senhor Jacinto Guimarães. Hoje, juro, vim a conhecê-lo e tenho pena que só agora tivesse acontecido tal coisa.

O senhor Jacinto a quem acabo de chamar excelentíssimo, agora vou tratá-lo de você e de amigo. Dei-me licença, para tal. Você é um “bicho” nesta terra. Buarque de Macedo foi ministro de Estado e morreu com dois mil-réis no bolso.

Pedro II foi imperador e andou sempre apertado. José do Patrocínio fez a abolição e acabou na miséria. Não é preciso juntar mais exemplos de grandes homens, nacionais e estrangeiros, que morreram sem níquel. Entretanto você, meu caro amigo Jacinto, com a simples habilidade de calígrafo, em um instante, ganha quinhentos contos.

Tenho uma grande inveja de você. Se eu soubesse dessas coisas, não aprendia uma porção de coisas que aprendi bem ou mal.

Sabe você o que aprendia eu, meu caro Jacinto? Aprendia a não falsificar. Mas isto não está nos compêndios da moral em que nos amolam o cérebro em menino. Está na vida que eu não soube viver: quando devia adquirir semelhante sabedoria.

Você – continuo a afirmar – é um bicho; e pode-se gabar que está influenciando nos destinos da pátria.

Quando é que você e o tal Oldemar pensariam que a marcha e os destinos da república estivessem debaixo de uma Mallet manejada pelas mãos de vocês? O mundo dá muitas voltas e... a República dos Estados Unidos do Brasil é muito engraçada.

Do seu etc. – Lima Barreto.

Careta, Rio, 8-7-1922.

TRANSATLANTISMO

Nós, os brasileiros, somos como Robinsons: estamos sempre à espera do navio que nos venha buscar da ilha que um naufrágio nos atirou.

Toda a nossa ânsia está em ir para a Europa de qualquer forma, como diz Altino Arantes, Bermudes ou Vertenza.

Dáí a nossa mania de viagens e sonhar com Nice e outros lugarejos mais feios do que o Canto do Rio.

Nunca, na verdade digo, viajei; mas desejava muito viajar, por isso tenho grande inveja do Teo Filho que leva a viajar toda a hora e a todo o instante.

Este Teo, sem vintém no bolso, leva daqui para Paris e de Paris para aqui.

Não sei como ele consegue isto, pela razão muito simples que, às vezes, me vejo em sérias dificuldades para descer de Todos os Santos até o Campo de Santana.

Teo não tem dessas angústias. Embarca num paquete e vai até à França. Nesse país, passa anos e escreve excelentes livros de viagem, como o 365 dias de *Boulevard* e agora, *Uma viagem movimentada*.

Neste último trabalho do autor de Mme Bifteck-Paff, ele demonstra as qualidades de escritor nervoso, rápido e intensivo.

Ele descreve com vigor o passadio a bordo de navio brasileiro, em que a desordem nacional é manifesta e represantiva. Não há o rigor britânico dos paquetes, nem a hipocrisia falsamente albiônica dos navios do Laje.

Nele, no navio em que viajou, o Avaré, que há pouco se afundou, no porto de Hamburgo, as coisas se passam como no Apostolado Positivista.

Tudo é às claras. É virtude e é um defeito; mas é verdade.

É um bem sempre ser viajado.

Careta, Rio, 8-7-1922.

O NOSSO FEMINISMO

É curioso observar como aqui se procede em relação aos problemas máximos das relações sociais. Questões que interessam os altos destinos, não só da Nação, mas da própria Humanidade, são resolvidos escuramente nos gabinetes de obsoletos “consultores” cuja mentalidade, se não é guiada pelo interesse, as mais das vezes o é pelo esnobismo de parecerem modernos.

É premido por semelhante bobagem, a qual, com a sua falta de real personalidade, domina-lhes a inteligência; é premido por isso, dizia, que eles se aventuram a afirmar os maiores absurdos, os maiores contra-sensos, para não dizer outra coisa.

Ainda agora o senhor Rodrigo Otávio, que ocupa o lugar rendoso de consultor geral da república, cuja notoriedade vem de ter sido amigo de Raul Pompéia a contar, com detalhes escatológicos, como Pedro I proclamou a Independência; pois ainda agora esse senhor Rodrigo Otávio dá um parecer muito curioso sobre o direito que têm as mulheres de exercer cargos públicos.

Não se tratava bem de cargos públicos; e eu não faço a injustiça de dizer que sua senhoria não sabe que escrevente de cartório não é cargo, não é funcionário público, é simplesmente um serventuário; é alguma coisa como um servente de secretaria que sabe escrever.

Deixemos, porém, isto e continuemos a analisar o seu parecer. Há dois tópicos interessantes. Um é aquele em que se refere ao Código Civil, que, no art. 247, prescreve que “considerar-se-á sempre autorizada pelo marido a mulher que ocupar cargo públicos.”

Que jurista é esse senhor Rodrigo Otávio! Pois ele não sabe que desde muito as nossas leis permitiram o exercício de certos empregos públicos a mulheres, nos telégrafos, nos correios e no magistério?

Isto era autorizado por lei ou regulamento com força de lei; mas meter meninas no Ministério do Exterior, no da Viação, etc., ainda não houve uma lei que tal autorizasse.

O senhor Rodrigo Otávio deve saber que a mulher é mais ou menos equivalente ao louco, ao menor, ao interdito. Está sempre debaixo de tutela e proteção de quem ela carece irremediavelmente. Quando se promulgou a Constituição de 24 de fevereiro, foi com esse espírito que se disse que os cargos públicos eram acessíveis a todos os brasileiros: mas “brasileiros” aí são homens, conforme o espírito da época.

Tenho documentos de que sempre assim pensou o governo da república, durante cerca de vinte e tantos anos.

Não quero esconder todo o meu leite. Era ministro da Fazenda, o inesquecível Joaquim Murinho e uma moça requereu inscrever-se em concurso, para um lugar de Fazenda. Ele negou, baseado num parecer da Diretoria do Contencioso.

Como este caso, tenho em meu poder informações de mais outros relatórios. Não me move nenhum ódio às mulheres, mesmo porque não tenho fome de carne branca; mas o que quero é que essa coisa de emancipação da mulher se faça claramente, após um debate livre, e não clandestinamente, por meio de pareceres de consultores e auditores, acompanhados com os berreiros da Berta e os escândalos de Daltro.

E preciso que isso se faça claramente, às escâncaras. Cada um, então, que dê sua opinião.

Um outro tópico dos dois a que me referi mais acima, é aquele em que o doutor Otávio cita um alvará do Regente d. João, “fazendo mercê” de uma escrivanina a uma senhora. E engraçado que o doutor Rodrigo não veja a diferença do regime que existia naquele tempo e o de que nos oprime hoje.

Um cargo público era propriedade do rei. Ele os podia dar e vender. Hoje, porém, não é assim. Está na Constituição que eles são acessíveis a todos os brasileiros, mediante as condições que a lei estatuir.

D. João VI podia dar um lugar de juiz a um macaco; mas o doutor Eptácio Pessoa, não. Podia ser feminista, sem congresso. Aí é que está o “busílís”.

A.B.C., Rio, 12-8-1922.

O NOSSO ESPORTE

Quem abre qualquer um dos nossos jornais, principalmente nestes dias de centenário festejados faustosamente em meio da maior miséria, há de concluir que este nosso Rio de Janeiro não é o paraíso do jogo do bicho, a retorta monstruosa da politicagem, a terra dos despautérios municipais e de poetas.

Concluirá que é um imenso campo de *football*. Senão, vejam; os quotidianos ocupam urna ou duas colunas, em semana, com política, um cantinho com coisas de letras, algum pouco mais com as patacoadas do nosso teatro, quase nada com artes plásticas, tudo o mais de suas edições diárias, isto é, a quase totalidade da folha, enche-se com assassinatos, anúncios e *football*.

De resto, as gazetas têm razão. Vão ao encontro do gosto do público, seguem-no e, por sua vez, excitam-no. Toda a gente, hoje, nesta boa terra carioca, se não fica com os pés ferrados, ao menos com a cabeça cheia de chumbo, joga o tal *sport* ou esporte bretão, como eles lá dizem. Não há rico nem pobre, nem velho nem moço, nem branco nem preto, nem moleque nem almofadinha que

não pertença virtualmente pelo menos, a um *club* destinado a aperfeiçoar os homens na arte de servir-se dos pés.

Até bem pouco, essa habilidade era apanágio de outra espécie animal; hoje, porém, os humanos disputam entre si o primado nela. Deixo a explicação desse fenômeno à inteligência e sagacidade dos sociólogos de profissão. O que verifico é que toda a nossa população anda apaixonada pela eurritmia dos pontapés e os poderes públicos protegem generosamente as associações que a cultivam.

Abram o Diário Oficial, lá verão, no orçamento e fora dele, as autorizações inúmeras ao governo para auxiliar com subvenções de cem, duzentos e mais contos, tais e quais ligas de “desportos”, como eles, os *sportmen*, dizem, na sua comichão de vernaculismo.

As mais das vezes, essas subvenções ficam no caminho; mas, nem por isso, o congresso deixa de auxiliar o desenvolvimento físico dos nacionais do país.

Diabo! Uma alimentação sadia, uma habitação higiênica, um bom clima agem tão eficazmente sobre o nosso organismo como umas marradas ou uns pontapés dominicais, debaixo de um Sol ardente – não acham? E o dinheiro, dado para isto é mais empregado naquilo – penso eu.

A proteção dispensada ao *football* não se limita à que lhe dá o congresso. O Conselho Municipal vai além, porque o conselho, como toda a gente sabe, é composto do que há de mais fidalgo de sangue na nossa sociedade; e é próprio de fidalgos, tanto da Inglaterra como de Madagascar, amar toda a espécie de esporte, desde a escalada ao topo do “pau de sebo”, em cuja ponta há uma grande pelega, até os *raids* de aeroplanos.

Sendo assim, o nosso Conselho Municipal derrama-se, esparrama-se, derrete-se em favores aos moços de mais de quarenta anos que se dão ao sacrifício de dar pontapés numa bola, para desenvolvimento dos respectivos *mollets* e gáudio das damas gentis que, assistindo-lhes as performances aprende ao mesmo tempo o calão dos bairros escusos, com cujos termos os animam nas pugnas. É verdade que essas singulares vestais dos nossos modernos coliseus, às vezes, engalfinham-se no correr da luta. É que elas têm partido: uma é pelo leão do Atlas e a outra é pelo retiário.

Os nossos edis, tendo em conta esse aspecto de beleza do nosso *football*, isentaram-lhe de impostos, enquanto sobrecarregam os outros divertimentos de ônus asfixiantes; entretanto, uma função de *football* rende, às mais das vezes, uma fortuna, sem despesa alguma, enquanto as diversões outras...

A edilidade, porém, tem razão. Os clubes de *football* são de uma pobreza franciscana, tanto assim que há alguns que compram vitórias a peso de ouro, peitando jogadores dos contrários a contos de réis e mais...

Bem haja o Conselho Municipal que protege o desenvolvimento físico das pernas de alguns marmanjos! Ele se esquece de estimular os poetas, os músicos, os artistas naturais ou filhos adotivos da cidade que representa; mas, em compensação, dá “arras” de sua admiração pelos exímios “pontapedistas” de toda a parte do mundo. É mesmo essa a função de uma municipalidade.

A.B.C., Rio, 26-8-1922.

ESTE SUJEITO

Como ele nasceu sem nenhum desenvolvimento mental e não pôde por sua falta de vontade adquirir qualquer espécie de instrução, o Nicomedes tomou a resolução de se fazer literato. Porque não há nada mais fácil para um sujeito analfabeto do que se fazer escritor, poeta e literato.

O governo pede carta para cocheiro, mas não pede para literato. Sendo assim todo o sujeito que não dá pra nada se julga no direito de escrever para os jornais, embora não saiba diretamente letras.

Nicomedes – quem não conhece este sujeito? – é invejoso e pulha; mas disse um dia que havia de ser célebre, para isso devia descompor todos os rapazes que lhe faziam sombra. Viu, entretanto, que isso não era bastante. Era preciso aprender a ler e a escrever. Como havia de ser? Nicomedes nunca foi dado à resolução de problemas, graças à sua visceral ignorância. Procurou um amigo mais sábio, a quem lhe pediu um conselho:

– Marques, você me ensina como eu devo aprender a ler e a escrever?

– Homessa! É fácil!

– Como?

– Você se casa com uma professora pública.

Ele arranjou o casamento e sabe, hoje, ler por cima.

Careta, Rio, 9-9-1922.

O LIVRO DIGITAL – ADVERTÊNCIA



O Livro Digital é – certamente - uma das maiores revoluções no âmbito editorial em todos os tempos. Hoje qualquer pessoa pode editar sua própria obra e disponibilizá-la livremente na Internet, sem aquela imperiosa necessidade de editoras.

Graças às novas tecnologias, o livro impresso em papel pode ser escaneado e compartilhado nos mais variados formatos digitais (PDF, TXT, RTF, entre outros). Todavia, trata-se de um processo demorado, principalmente no âmbito da realização pessoal, implicando ainda em falhas após o processo de digitalização, por exemplo, erros e distorções na parte ortográfica da obra, o que pode tornar ininteligíveis palavras e até frases inteiras.

Embora todos os livros do “Projeto Livro Livre” sejam criteriosamente revisados, ainda assim é possível que alguns desses erros passem despercebidos. Desta forma, se o distinto leitor puder contribuir para o esclarecimento de algumas dessas incorreções, por gentileza entrar em contato conosco, no e-mail: iba@ibamendes.com

Sugestões também serão muito bem-vindas!

Iba Mendes
São Paulo, 2014